

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Aline Yuri Hasegawa

'DE ESCURO A ESCURO':
Terra, trabalho e memória *nikkei* no município de Lucélia-SP

São Carlos, 2013

'DE ESCURO A ESCURO':
Terra, trabalho e memória *nikkei* no município de Lucélia-SP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**'DE ESCURO A ESCURO':
Terra, trabalho e memória *nikkei* no município de Lucélia-SP**

ALINE YURI HASEGAWA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em Sociologia
Orientadora: Maria Aparecida de Moraes Silva
Financiamento: FAPESP

São Carlos, 2013

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar

H346ee Hasegawa, Aline Yuri.
De escuro a escuro : terra, trabalho e memória *nikkei* no município de Lucélia-SP / Aline Yuri Hasegawa. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
267 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Sociologia rural. 2. Memória. 3. Cartografia social. 4. Alta Paulista, Região da (SP). 5. Lucélia (SP). 6. Comunidade *nikkei*. I. Título.

CDD: 307.72 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Aline Yuri Hasegawa

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Aprovada em 07 de outubro de 2013

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Prof. Dr. Fábio Kazuo Ocada
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof^a Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na 4^a Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 09/10/13

Prof^a Dra. Jacqueline Sinhoretto
Vice-Coordenadora do PPGS

*Às memórias de
Di Hasegawa, Bá Maria e Bá Nessian.
Pelo meu passado, meu presente e meu futuro.*

*Ao Di Itikawa,
por inspirar cada página deste texto
e por acompanhar cada passo meu.*

AGRADECIMENTOS

Ainda que insuficientes faço alguns agradecimentos para pessoas que foram fundamentais para esta pesquisa. Incontáveis, porém, são todas as que me fizeram chegar até aqui. Agradeço:

à FAPESP e ao/à meu/minha parecerista que gentilmente me concederam a bolsa de mestrado, sem a qual não seria possível a dedicação integral às atividades formuladas no projeto. Igualmente, agradeço ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos que me acolheram na cidade de São Carlos e ofereceram toda a infra-estrutura para que meus estudos fossem possíveis. Aos professores e funcionários do PPGS, especialmente Silmara Dionízio, por me ajudar em tantos momentos.

à professora Maria Aparecida de Moraes Silva, minha orientadora, que aceitou enfrentar o desafio dessa pesquisa junto comigo. Sua perspicácia intelectual me guiou em momentos que poderia ter me perdido. Sua sensibilidade me permitiu caminhar com minhas próprias pernas. Neste bem equilibrado caminhar, ensinou-me que somente ponderando estas duas virtudes era possível desenvolver uma pesquisa séria, comprometida e criativa.

aos que integraram a banca de qualificação e de defesa: professor doutor Fábio Kazuo Ocada (UNESP/Marília) e professora doutora Maria Inês Rauter Mancuso (PPGS/UFSCar). Aos professores que contribuíram para a minha formação acadêmica e que, de alguma forma, guiaram-me para um engajamento que extrapola os muros das universidades: professor doutor Gabriel de Santis Feltran, Rodrigo Constante Martins e Jacqueline Sinhoretto, do PPGS/UFSCar; professor Fernando Antonio Lourenço, Osvaldo Sevá e Nashieli Rangel Loera, do IFCH/UNICAMP.

aos membros do Grupo de Estudos Terra, Trabalho, *memória e migrações*, pela interlocução constante. Especialmente Alice Miguel Peres, Beatriz Medeiros de Melo, Juliana Dourado Bueno, Lúcio Verçoza Filho e Charles dos Santos pelo carinho e companheirismo de sempre. Aos membros do comitê editorial da revista *Áskesis*, por compartilhar comigo a experiência de aprender, desde o zero, a elaborar uma revista acadêmica e a política por trás desse processo.

ao LATA – Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes, por inspirarem essa pesquisa em sua metodologia e por informarem novas maneiras de se relacionar com o mundo social, engajadas, combativas e críticas. Aos Sociólogos do Eito, especialmente Ellen Gallerani Correa, Carolina Perini de Almeida, Mariana Chaguri e José Carlos Pereira por me ensinarem, desde o começo, a fazer pesquisa com comprometimento e prazer. A Luiz Gustavo da Cunha de Souza, Roberto Sanches Rezende, Raphael Concli, Ellen Gallerani Correa e Carolina Perini de Almeida, por terem influenciado decisivamente o começo da jornada pelas Ciências Sociais. Ao wede'ra Lab por alimentar minha alma com forças ancestrais. Chico Caminati, Samuel Leal, Cipassé Xavante, Clara Xavante, Severiá Xavante, Caimi Waiassé, Leandro Parinaí e Eurico Upariuê me ensinaram o valor e o potencial de um trabalho produzido coletivamente. Ao Departamento de Cartografia da FCT/UNESP-Presidente Prudente, por me instigarem a aprender suas técnicas. Professor doutor Júlio Kiyoshi Hasegawa, meu papito, Nilton Imai e Maurício Gallo que me ensinaram seus métodos e com eles elaborei os mapeamentos.

às associações culturais e esportivas *nikkei*, ou *kaikans*. Ao *Kaikan* de São Carlos e seu *seinenkai* inspirador e ao *Kaikan* de Lucélia. Às pessoas que diretamente participaram desta pesquisa: Rosária, Claudemir, Jorge Cavlak, Jorge Sader, Tamatsu Itikawa, Taiji Teshima e esposa,

senhor Tomita e esposa, Reiko Ushiro, Cecília Gushiken, Talita Midori Jô, Mauro Itikawa, Okumura-san e esposa, por compartilharem comigo uma parte de suas vidas. Jamais poderei esquecer os momentos que compartilharam comigo em seus lares. Este trabalho só foi possível por sua generosidade. A Vanessa Amadi Barros Rauen e Carina Tiemi Oshita, pelas tardes que passamos juntas finalizando os mapas. A Célia Sakurai, Victor Hugo Kebbe e João Chiarelli pelos debates.

aos amigos de São Carlos, por compartilharem a experiência da pós-graduação: Vanessa, Lara, Dri, Tainá, Charles e Rossana pelo companheirismo e pela calorosa acolhida em São Carlos, principalmente quando todos estávamos nos adaptando, passando pela mesma fase. A Fernanda e Dani, pela bonita amizade construída em tão pouco tempo, por serem pessoas que me ensinaram tanto e, como irmãs, compartilharam generosamente sua casa comigo.

a Carol, Lela, Paulinha, Lu, Soci, Mathias, Lauren, Theo, Stella, Bruna e Ro, por serem o que são e mesmo mudando-nos todos constantemente, continuamos sendo o que sempre fomos: amigos e cúmplices.

aos meus familiares, tias, tios, primos, primas, avós, sogro, sogra, cunhado e cunhadas. Pelo carinho, pela generosidade, pelo amor e pelo respeito. Pelo apoio incondicional. Aos meus pais, Júlio e Mitiko, por serem a base para Ju, Toshi e Aline, e estarem perto quando necessário e se afastarem para que voemos sozinhos. Por acreditarem em nossos sonhos e fazerem com que persistamos em busca deles. Pela torcida diária por nosso sucesso e nossa felicidade, pela doação incondicional, por me ensinarem tudo e a mim tudo dispor, sem esperar nada receber.

à minha amiga Carol, pela alegria, pela amizade que resiste a quilômetros desse país. Por se fazer presente e essencial em meu cotidiano, mesmo tão longe, sempre tão perto e acessível. Ao Toshi, meu Ni, meu querido irmão, por ser parceiro, cúmplice e generoso. À minha querida irmã Ju. Sou grata por estar sempre comigo e por compartilhar a incrível e insubstituível experiência que é ter uma irmã.

ao meu querido Chico, por me apoiar nas lutas, apaziguar meus anseios, sustentar meus sonhos, reerguer minha auto-estima, amar até mesmo quando é difícil. Tudo tem mais sentido e força com você do meu lado.

...porque é a prova de que viver vale a pena. E que viver está muito, mas muito mais além das mesquinhas da realidade política na qual se ganha ou se perde – e da realidade individual também, em que se pode ganhar ou perder na vida. E isso pouco importa em relação a esse outro mundo que te espera. Esse outro mundo possível que está na barriga deste. Vivemos em um mundo infame, eu diria. Não incentiva muito um mundo muito mal nascido. Mas há outro mundo na barriga deste esperando... E é um mundo diferente. Diferente e de parto difícil. Não é fácil o seu nascimento. Mas, com certeza, ele pulsa neste momento. Há outro mundo que “pode ser” pulsando no mundo que “é”.

Eduardo Galeano. Entrevista, maio de 2011¹.

¹ Vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=mdY64TdriJk>. Acesso: 13 de maio de 2013.

RESUMO

Esta pesquisa trata das consequências da expansão da agroindústria canavieira no município de Lucélia-SP sobre a pequena produção agrícola. A perspectiva da comunidade *nikkei* acerca deste processo forneceu as bases materiais – entrevistas, visitas, o compartilhamento de suas memórias e emoções – a partir das quais empreendemos análises a respeito da relação com a terra; das formas de resistência de um modo de vida rural; da experiência imigratória; e das estratégias familiares. Elementos que informam a constituição de uma subjetividade ancorada em elementos identitários étnicos que, como apontados pelos *sujeitos* desta pesquisa, fazem frente à recorrente ameaça de subsunção de suas especificidades ao capital colonizador. A metodologia formulada para esta pesquisa teve como objetivo principal fazer um cruzamento entre vários níveis da análise sociológica: desde as estratégias dos sujeitos envolvidos nos processos sociais, de que maneira eles articulam e elaboram suas memórias e projetos a fim de fazerem frente à contingência do cotidiano; até a análise das formas mais amplas da reprodução do capital pelo território. Articulamos, assim, a memória à terra, síntese que, profundamente, informa em que bases se assenta o modo de vida rural e propomos a *narrativa cartográfica* como o resultado desse cruzamento. Desse modo, precisamente *na* fusão da cartografia e da história oral, condensamos o que nomeamos por *narrativa cartográfica*. De certa maneira, confiamos que elas facilitam e potencializam a compreensão e visualização da questão perseguida nesta pesquisa. Desse modo, este texto todo, ao se fazer *na* fronteira de diversas áreas, dialoga com diferentes correntes de pensamento e, por isso, recorre a fontes tão heterodoxas para se fazer possível. Também enfrentei o desafio teórico-metodológico de trabalhar *com* uma comunidade da qual faço parte, discussão que também foi enfrentada neste texto. Entrevistas, observação participante, fotografias, mapeamentos, documentos históricos e textos acadêmicos historiográficos foram, principalmente, elementos que alimentaram as análises aqui empreendidas. Apresentamos, por fim, um texto permeado pela narrativa da experiência do estabelecimento de verdadeiras *relações de conhecimento* com os interlocutores.

RESÚMEN

Esta investigación se dedica a analizar las consecuencias de la expansión de la agroindustria de caña de azúcar sobre la pequeña producción agrícola en el municipio de Lucélia-SP. La perspectiva de la comunidad *nikkei* acerca de este proceso proporcionó las bases materiales - entrevistas, visitas, el compartir sus memorias y emociones - a partir de las cuales emprendemos análisis respecto a la relación con la tierra; a las formas de resistencia de un modo de vida rural; a la experiencia inmigratoria; y a las estrategias familiares. Elementos que informan la constitución de una subjetividad basada en elementos identitarios étnicos que, como apuntados por los *sujetos* de esta investigación, hacen frente a la recurrente amenaza de subsunción de sus especificidades al capital colonizador. La metodología elaborada para esta investigación tuvo como objetivo principal hacer un cruce entre los varios niveles de la análisis sociológica: desde las estrategias de los sujetos involucrados en los procesos sociales, de que manera ellos articulan y elaboran sus memorias y proyectos a fin de hacer frente a la contingencia del cotidiano; hasta el análisis de las formas más amplias de la reproducción del capital por el territorio. Articulamos, de esa manera, la memoria a la tierra, síntesis que, profundamente informa en que base se asenta el modo de vida rural y proponemos la *narrativa cartográfica* como el resultado de ese cruce. Así, precisamente *en* la fusión de la cartografía y de la historia oral, condensamos lo que nombramos *narrativa cartográfica*. De cierta manera, confiamos que ellas facilitan y potencian la comprensión y visualización de la cuestión planteada en esta pesquisa. De ese modo, todo este texto, al hacerse *en* la frontera de diversas áreas, dialoga con diferentes corrientes de pensamiento y por eso, recurre a fuentes tan heterodoxas para hacerse posible. También enfrenté el desafío teórico-metodológico de trabajar con una comunidad de la cual soy parte, discusión que también fue enfrentada en este texto. Entrevistas, observación participante, fotografías, levantamiento cartográfico, documentos históricos y textos académicos historiográficos fueron, principalmente, los elementos que alimentaron los análisis aquí emprendidos. Presentamos, por fin, un texto permeado por la narrativa de la experiencia del establecimiento de auténticas *relaciones de conocimiento* con los interlocutores.

ABSTRACT

This research focuses on the consequences of the expansion of the sugar cane industry on the small farmers production in the municipality of Lucélia-SP. The perception of the Nikkei community about this process provided the material basis – through the interviews, the visits, and sharing their memories and emotions - from which we undertook analyzes of the relationship with the land; the forms of resistance of a rural way of life; the immigrant experience; and family strategies. Elements that inform the constitution of a subjectivity rooted in ethnic identity elements, as indicated by the subjects of this research, that are facing the threat of recurring subsumption of their specificity by the colonizer capital. The methodology formulated for this research aimed to cross various levels of sociological analysis: from the strategies of those involved in social processes, how they articulate and elaborate their memories and projects to make front to the contingency of the everyday , to the analysis of broader forms of reproduction of capital through the territory. So, we articulate the memory to earth, and this synthesis deeply informs on what basis rests the rural way of life and propose the *cartographic narrative* as the result of this cross. Thus, precisely *in* the fusion of mapping and oral history, which we named a *cartographic narrative*. In a way, we trust that they facilitate and enhance the understanding and visualization of the issue pursued in this research. Thus, throughout this text, made in the border of several areas, dialogues with different currents of thought and therefore resorts to unorthodox sources to be possible to be done. Also we faced the challenge of theoretical and methodological work with a community to which I belong, this discussion was also addressed in this text. Interviews, participant observation, photographs, maps, historical documents and academic historiographical texts were mainly elements that fueled the analyzes undertaken here. Finally, we present a text permeated by the narrative of the experience of the establishment of real *relations of knowledge* with stakeholders.

ABREVIATURAS E SIGLAS

- A.C.E.L.: Associação Cultural Esportiva Luceliense
- ABA: Associação Brasileira de Antropologia
- ABC paulista: Santo André, São Bernardo e São Caetano
- ANFAVEA: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
- BRATAC: *Brazil Takushoku Kumiai*
- CAD: *Computer Aided-Design*
- CAIC: Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização
- CAMDA: Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina
- CATI: Coordenadoria de Assistência Integral
- CAZOLA: Cooperativa de Crédito Rural
- CBERS: *China–Brasil Earth Resources Satellite*
- CGG-SP: Comissão Geográfica Geológica de São Paulo
- CNAL: Comissão Nacional do Alcool
- CTC: Centro de Tecnologia Canavieira
- E.E. José Firpo: Escola Estadual José Firpo
- ECO92: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- EUA: Estados Unidos da América
- FCT/UNESP: Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP, Campus Presidente Prudente
- FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
- FUNRURAL: Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
- GPS: *Global Positioning System*
- IAA: Instituto do Açúcar e Alcool
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- IFCH: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
- INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
- JICA: *Japan International Cooperation Agency*
- KKKK: *Kaigai Kougyou Kabushiki Kaisha*
- NHK: *Nippon Housou Kyokai*
- ONU: Organização das Nações Unidas
- PPGS: Programa de Pós Graduação em Sociologia
- PT: Partido dos Trabalhadores
- SUS: Sistema Único de Saúde
- TI: Terra Indígena
- UFPR: Universidade Federal do Paraná
- UFSCar: Universidade Federal de São Carlos
- UNICA: União da Indústria de Cana de Açúcar
- UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas
- USP: Universidade de São Paulo

TABELAS

Tabela 1: Brasil: licenciamento de automóveis e comerciais por tipo de combustível, fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Brasil / ANFAVEA. Elaboração: União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA, p. 130. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/>>, acesso em 27 de maio de 2012)

Ilustrações

Ilustração 1: SOCIEDADE PROMOTORA DE IMMIGRAÇÃO DE S. PAULO. Mappa da Província de São Paulo. São Paulo, 1886. 1 Mapa. Escala 1:200.000. Acervo APESP. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_oeste/economia.php?pg=1 . Acesso em 20 de julho de 2013.....	71
Ilustração 2: Fragmento do mapa “Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes” (1981) . Autor: Kurt Nimuendaju. Disponível em: http://biblio.wdfiles.com/local—files/nimuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg . Acesso em: 20 de janeiro de 2013.....	75
Ilustração 3: “Atlas de Geografia universal e especialmente do Brasil segundo os desenhos de Olavo Freire e Coronel Alfredo Osvaldo de Azevedo May, Curso Superior, para as escolas do 2º grau”. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves & Companhia Aillaud, Alves & Cia, 1912.....	78
Ilustração 4: Posto Indígena da "Vanuíre". Fonte: http://www.museuindiavanuire.org.br/india-vanuire/ . Acesso em: 20 de abril de 2013.....	80
Ilustração 5: "Posto Indígena da 'Vanuíre'". Fonte: http://www.museuindiavanuire.org.br/india-vanuire/ . Acesso em: 20 de abril de 2013.....	81
Ilustração 6: "Primeira planta". Fonte: “Site Câmara dos Vereadores de Lucélia”. Cf: http://camaralucelia.sp.gov.br/galerias/fotos/14/primeira%20planta.jpg . Acesso em: 10 de abril de 2013.....	88
Ilustração 7: Abertura de estrada na Zona da Mata. Fonte: Acervo Sala de Leituras da E. E, José Firpo. Acesso em: Fev/2013.....	90
Ilustração 8: Panfleto de vendas de lotes de terras em Lucélia. Sem data definida. Disponível em: http://camaralucelia.sp.gov.br/index2.php?pag=T0RnPU9EUT1PR1k9T0dFPU9UYz1PVEE9T0RnPU9HWT1PVGc9T1dZPU9XRT0=&categoria=3&galeria=15&arquivos=t . Acesso em 20 de março de 2013.	94
Ilustração 9: "Hokkaidomap". Fonte: Wikipedia Commons. Cf: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Hokkaidomap-en.png . Acesso em 28/maio/2013.....	150
Ilustração 10: "Map of Japan with highlight on Hokkaido prefecture". Fonte: Wikipedia Commons. Cf: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Map_of_Japan_with_highlight_on_02edit_Hokkaido_prefecture.svg . Acesso em 28/maio/2013.....	151
Ilustração 11: "CIA Japan map marked for approx limits of Okinawa Prefecture". Fonte: Wkipedia Commons. Cf.: http://en.wikipedia.org/wiki/File:CIA_Japan_map_marked_for_approx_limits_of_Okinawa_Prefecture.gif . Acesso em 28/mai/2013.....	152
Ilustração 12: "Map-okinawa-pref". Fonte: Wikipedia Commons. Cf.: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Map-okinawa-pref.png . Acesso em 28/mai/2013.....	152
Ilustração 13: "The Imperial Powers - Pacific Area". Fonte: Wikipedia Commons. Cf.: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pacific_Area_-_The_Imperial_Powers_1939_-_Map.svg . Acesso em 28/mai/2013.....	154
Ilustração 14: Família Hirata na colheita de algodão, sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 12 de março de 2013.....	158
Ilustração 15: Passaporte de entrada no Brasil – família Itikawa. Fonte: acervo pessoal Tamatsu Itikawa. Acesso em jan/2012.	159
Ilustração 16: Família Mori na colheita de algodão, sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.....	171
Ilustração 17: O., caquizeiro e a família. Fonte: acervo pessoal Família Okumura. Acesso em: fev/2013.....	172
Ilustração 18: Time de beisebol de Lucélia, sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de maio de 2013.....	183
Ilustração 19: Dojo de Lucélia. Sem data definida. Acervo A.C.E.L. Acesso em 20 de março de 2012.....	184
Ilustração 20: Templo Budista de Lucélia. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de	

março de 2013.....	185
Ilustração 21: Time de sumô de Maripá, antigo nome do município de Pracinha. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.....	186
Ilustração 22: Fotografia da pedra que compõe o monumento de homenagem à imigração japonesa, localizada no Emissário Submarino, em Santos-SP. Autoria própria, 10 de maio de 2012.....	189
Ilustração 23: Fotografia do monumento que compõe o complexo de obras de homenagem à imigração japonesa, localizada no Emissário Submarino, em Santos-SP. Autoria própria, 10 de maio de 2012.....	190
Ilustração 24: Fotografia dos mapas colados na parede. Parte Sul. Acervo pessoal.....	215
Ilustração 25: Correção da curvatura da lente. Acervo pessoal.....	216
Ilustração 26: Correção da inclinação da câmera. Acervo pessoal.....	219
Ilustração 27: Fotografia do campinho de futebol. Acervo pessoal. Jan/2013.'.....	234
Ilustração 28: Fotografia da igreja abandonada. Acervo pessoal. jan/2013.	235
Ilustração 29: Fotografia da Associação dos Produtores Rurais de Pracinha. Acervo pessoal. Jan/2013.....	236
Ilustração 30: Clube de Jovens de Pracinha-SP - Pracinha Seinenkai. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.....	237
Ilustração 31: Clube Nipônico de Pracinha-SP. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.	238
Ilustração 32: Fotografia da ponte quebrada. Acervo pessoal. Jan/2013.....	239
Ilustração 33: Córrego Balisa, década de 1940. Acervo E.E. José Firpo. Acesso em 13 de fevereiro de 2013.....	241
Ilustração 34: Escola de Balisa. Sem data definida. Acervo E. E. José Firpo. Acesso em 13 de fevereiro de 2013.....	242
Ilustração 35: Fotografia Clube Balisa. Acervo E. E. José Firpo. Sem data definida.....	243
Ilustração 36: Fotografia atual, bairro Salvação. Acervo pessoal. Jan/2013.....	245
Ilustração 37: Fotografia do sítio Nakahori, bairro Salvação. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.....	246
Ilustração 38: Sítio Nakahori, bairro Salvação. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.....	248
Ilustração 39: Escola do bairro Salvação. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.....	249
Ilustração 40: Clube de oratória de Salvação. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.....	250
Ilustração 41: Jovens da Seicho-no-ie na colheita de algodão em Salvação. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Aceso em 20 de março de 2013.	251
Ilustração 42: Ilustração 76: Escola abandonada, bairro União. Acervo pessoal. Jan/2013.....	252

GLOSSÁRIO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES EM JAPONÊS

(exp.) para expressões que podem ou não misturar japonês com português

(p.) para palavras

PALAVRAS

1. bonseki: (p.) arte em pedras
2. bunkyou: (p.) pedagógico
3. butsudan: (p.) altar budista
4. daimyou: (p.) senhor feudal
5. dakara: (p.) então, por isso.
6. di: (p.) avô
7. ditian: (p.) vovô
8. dojou: (p.) salão para treinamento de judô
9. gaijin: (p.) estrangeiro, pessoa proveniente de país estrangeiro
10. gakkou: (p.) escola
11. gohan: (p.) arroz
12. hidoi: (p.) terrível
13. hooji: (p.) memorial para mortos
14. issei: (p.) geração dos avós, primeira geração
15. joseinenkai: (p.) clube de mulheres jovens
16. junnissei: (p.) quase nissei
17. kaikan: (p.) clube, associação
18. kami: (p.) deus, divindade
19. kanji: (p.) ideograma
20. karaoke: (p.) concursos de canto
21. kasato maru: (p.) nome do primeiro navio a aportar no Brasil, em Santos-SP
22. maiko: (p.) aprendiz de gueixa
23. mura: (p.) vilas
24. nihon: (p.) Japão
25. nihongakkou: (p.) escola de japonês
26. nihongo: (p.) idioma japonês
27. nihonjin: (p.) japonês – pessoa
28. nihonjinkai: (p.) clube de japoneses
29. nihonjinron: (p.) teorias da especificidade cultural japonesa
30. nihonkei: (p.) de origem do Estado japonês
31. nikkei: (p.) de origem japonesa
32. nissei: (p.) segunda geração
33. obassan: (p.) senhora, tia
34. obon: (p.) festival do Dia dos Mortos
35. odissan: (p.) senhor, tio
36. ofuro: (p.) banheira de imersão
37. ohanasi: (p.) conversa, oratória
38. rei: (p.) reverência
39. ihai: (p.) tabuleta de morte budista
40. rikai suru: (p.) compreender
41. rikisha: (p.) Rickshaw, riquixó, carrinho de duas rodas
42. sensei: (p.) professor
43. shinmai: (p.) noviço
44. shirogohan: (p.) arroz branco

45. shizen: (p.) natureza
46. shogun: (p.) exército
47. sumo: (p.) luta tradicional japonesa
48. tatemae: (p.) posição pública
49. tennoheika: (p.) imperador
50. toshidama: (.p) presente de Ano Novo
51. tsukemono: (p.) picles, conservas
52. undoukai: (p.) gincana
53. zaibatsu: (p.) bando financeiro

EXPRESSÕES

1. aburagohan: (exp.) arroz com gordura ou arroz temperado (tem esses dois sentidos)
2. asokoudene: (exp.) ali, né.
3. Balawotabettarakawobolsoni: (exp.) Assim que comer a bala, insira o papel no bolso
4. burajirudemone kyouiku: (exp.) mesmo no Brasil, a educação...
5. Dakaratiisaitokikara: (exp.) por isso, desde pequeno
6. itai itai: (exp.) doença
7. sensenkaidemosouyou-: (exp.) no clube de jovens também era assim, viu...

SUMÁRIO

Apresentação.....	31
1.Introdução.....	39
1.1. Luzes e sombras: Trabalho de campo, identidade e alteridade.....	41
1.2. História, “memória, identidade e projeto”.....	59
2. Lucélia-SP: O avanço do capital pelo Oeste do Estado de São Paulo e a questão da terra.....	69
2.1. Oeste Paulista: dos “ <i>terreni spopolati</i> ” ao cafezal.....	71
2.1.1. O extermínio dos povos indígenas e a conquista do Oeste.....	71
2.1.2. A cultura cafeeira e a “civilização” em Lucélia-SP.....	82
2.1.2.1. Expansão (década de 1930): uma crítica ao personalismo político e à “memória oficial”	89
2.1.2.2. Consolidação (década de 1940-1970): a cafeicultura e a pequena propriedade.....	100
2.2. Do cafezal ao “mar de cana”.....	107
2.2.1. A decadência do modelo da década de 1970.....	107
2.2.2. Anos 2000: “O domínio das leis do mercado”	128
3. Modo de vida rural <i>nikkei</i>: um 'mundo possível' num espaço restrito.....	139
3.1. Introdução.....	141
3.2. Imigração e colonização: aspectos da formação do imigrante japonês.....	146
3.3. Trabalho de 'escuro a escuro' nos cafezais.....	159
3.4. Modo de vida rural <i>nikkei</i>	172
3.5. <i>Issei</i> e <i>nissei</i> : os paradoxos da reprodução do modo de vida rural <i>nikkei</i>	189
4. Narrativas Cartográficas	209
4.1. Mapeamentos.....	211
4.1.1. Memória e cartografia: narrativa cartográfica como um método e seus resultados.....	212
4.2. Esquecimento: a espoliação da memória e os bairros étnicos desaparecidos	233
4.3. Memória, terra e esquecimento.....	254
5. Considerações finais	257
6. Referências.....	261
7. Anexo [“narrativas cartográficas”].....	271



APRESENTAÇÃO

Este texto é o resultado da pesquisa de mestrado realizada entre janeiro de 2011 e agosto de 2013, que contou com o financiamento da FAPESP. A proposta inicial da pesquisa era analisar de que maneira os avanços do capital pelo campo – nas formas da agroindústria canavieira – impactam os pequenos proprietários de terra do município de Lucélia-SP, particularmente os membros da comunidade *nikkei*. Para responder a esta inquietação, focamos a pesquisa em torno desta comunidade, uma vez que suas terras localizam-se majoritariamente ao redor da zona urbana do município, em pequenas propriedades, cuja topografia é marcada por um terreno acidentado. Levantamos a hipótese de que a permanência nas áreas rurais do município se devia a um fator identitário étnico, isto é, o pertencimento à comunidade *nikkei* atuava como um fator de resistência à venda ou ao arrendamento total das terras.

As características topográficas e espaciais dificultam o assédio da usina de açúcar e álcool de Lucélia (Bioenergia do Brasil S/A) por suas terras – já que para o cultivo da cana, os usineiros dão preferência a grandes extensões contínuas de terras, bem como terrenos menos acidentados, que facilitariam a mecanização do corte. Restava saber se as características sociais e políticas relacionadas aos proprietários destas terras influenciavam de alguma maneira a presença reduzida de cana nesta porção do território rural do município. Em pesquisa exploratória, verificamos que, apesar de se localizarem em uma região onde a monocultura da cana-de-açúcar, desde a década de 1970, coloca-se como hegemônica, alguns pequenos proprietários *nikkei* ainda se mantinham vinculados às suas terras, até os dias atuais. Porém, se, por um lado, esses agricultores encontram na própria localização geográfica de suas propriedades formas de resistência ao avanço da agroindústria, por outro, eles sofrem os impactos indiretos desse movimento do capital: a força de trabalho se valoriza e escasseia, à medida que a usina remunera melhor os trabalhadores rurais; os produtos alternativos à cana são desvalorizados, uma vez que grande parte da capacidade de investimentos do Estado e das instituições privadas se direcionam à cultura canavieira. Ainda com relação às dificuldades que esses pequenos proprietários enfrentam, que não estão diretamente relacionadas à agroindústria canavieira, mas são reflexos da posição geopolítica na divisão do trabalho entre as cidades, podemos citar também a ineficiência estrategicamente forjada da região da Alta Paulista, que expulsa os jovens para regiões onde o mercado de trabalho oferece melhores oportunidades. Levando-se em consideração o contexto geopolítico de divisão do trabalho

entre as cidades é que consideramos esta região ineficiente, pois sua inserção neste sistema dá-se por meio da exportação da força de trabalho, e não pela atração, figurando um movimento demográfico centrífugo. Assim, apesar da narrativa de desenvolvimento preconizada pela instalação da usina no município, verdadeiramente, os pequenos proprietários rurais e seu modo de vida encontram-se subsumidos ao processo de espoliação do capital.

Com o avançar da pesquisa, outros questionamentos foram levantados: de que maneira esses sujeitos se relacionam com suas propriedades? Por que não as vendem? Quais estratégias têm adotado para se manterem vinculadas a elas? Outra questão que se mostrou fundamental após o início das atividades de pesquisa foi o meu pertencimento à comunidade pesquisada. Tal problema informou um debate teórico metodológico, epistemológico e político, à medida em que influenciou profundamente a obtenção de dados e relações de campo. Essa questão está debatida na introdução deste trabalho, momento em que discuto os pressupostos do trabalho de campo e as implicações destes na análise dos dados obtidos.

Se em meus objetivos iniciais tinha a intenção de analisar de que maneira o componente identitário étnico *nikkei* era um fator de resistência aos avanços da agroindústria pelo território, essa hipótese, de certa forma, foi confirmada, porém o trabalho de campo evidenciou outras questões que não havia previsto e que serão discutidas aqui. As respostas a todas essas questões evidenciaram que esses sujeitos enxergam a terra muito além da categoria de meio de produção: as propriedades são a materialização da conquista de um sonho, que se realiza por meio de muito esforço, muito trabalho e muita luta. Tal sonho era uma “*vida confortável*”, acessível por meio de um projeto de ascensão social. Esse objetivo implicou em uma vida inteira de muito “*sofrimento*” e “*trabalho de escuro a escuro*” que possibilitou a conquista de um pedaço de terra onde poderiam trabalhar para si mesmos, ou seja, deixarem de ser espoliados pelos proprietários a quem trabalhavam, em sua maioria, como rendeiros ou porcenteiros. Esse sonho de autonomia era a alavanca para a realização da estratégia de melhoria de vida: o trabalho para si era a possibilidade de ganhar mais dinheiro a fim de “*poder dar estudos*” para os filhos. A terra, portanto, é a emancipação e a estratégia, tem o duplo sentido: liberta do trabalho espoliado e é justamente por meio dessa libertação que é possível melhorar de vida pelos estudos.

Essa estratégia comunitária e familiar confirma a hipótese de uma relação simbolizada com a terra. Por outro lado ela evidencia um paradoxo atual vivenciado por

grande parte das famílias com que pude conversar: ao enviar seus filhos para os grandes centros para que conseguissem estudar e “*melhorar de vida*”, as famílias tinham a expectativa de que esses filhos retornassem após suas formações e continuassem o projeto familiar ligado à terra e aos cuidados com os mais velhos. Porém, a região da Alta Paulista estrategicamente não oferece oportunidades de empregos para jovens, muito menos para aqueles mais qualificados. Assim, os filhos destes pequenos proprietários *nikkei* não puderam retornar à região de origem pois suas profissões não encontravam mercado de trabalho na região da Alta Paulista e agricultura em pequena escala – praticada por seus pais – não rendia o suficiente para a reprodução social da família toda, o que coloca dificuldades para a reprodução do modo de vida rural *nikkei*.

No que se refere à sua metodologia, esta pesquisa foi orientada pela preocupação de articular o cruzamento entre vários níveis da análise sociológica: desde as estratégias dos sujeitos envolvidos nos processos sociais, de que maneira eles articulam e elaboram suas memórias e projetos a fim de fazerem frente à contingência do cotidiano; até a análise das formas mais amplas da reprodução do capital pelo território. Articulamos, assim, a memória à terra, refletindo profundamente em que bases se assenta o modo de vida rural e propomos a *narrativa cartográfica* como o resultado desse cruzamento. Na fusão da cartografia e da história oral, sintetizamos o que nomeamos por *narrativa cartográfica*. Confeccionamos quatro mapas que estão apresentados e discutidos na última seção deste texto. Pelo encontro dessas duas maneiras de abordar o real foi possível sintetizar um período relativamente longo de tempo nessas quatro representações gráficas. De certa maneira, confio que elas facilitam e potencializam a compreensão e visualização da questão perseguida neste texto. São, portanto, uma maneira que se pretende eficaz para apresentar espacialmente as maneiras pelas quais o capital se expande sobre territórios com devir especulativo.

Desse modo, este texto todo, ao se fazer *na* fronteira de diversas áreas, dialoga com diferentes correntes de pensamento e, por isso, recorre a fontes tão heterodoxas para se fazer possível. Entrevistas, observação participante, fotografias, mapeamentos, documentos históricos e textos acadêmicos historiográficos foram, principalmente, elementos que alimentaram as análises aqui empreendidas. Heterodoxia imposta pelo trabalho de campo.

Apresentada brevemente a pesquisa, discorreremos sobre como este texto está organizado. A Introdução [p. 45] apresenta ao leitor os pressupostos dessa pesquisa, sua metodologia e o trabalho de campo. História oral, memória, Cartografia, *narrativas*

cartográficas e o papel da subjetividade do pesquisador são temas tratados nesta parte. Também debatemos os pressupostos teórico metodológicos dos procedimentos adotados em pesquisa: as entrevistas foram norteadas pelos pressupostos da história oral e os mapeamentos foram guiados pelas discussões sobre o modo de vida rural. Ao final desta seção, apresento a articulação das três questões: memória, cartografia e modo de vida rural.

Na primeira seção [Narrativa de Lucélia-SP: o avanço do capital pelo oeste do Estado de São Paulo e a questão da terra, p. 73] introduzo o leitor ao panorama histórico de formação e ocupação do município de Lucélia. Ele está dividido em momentos históricos teoricamente demarcados nesta pesquisa, que delineiam a trajetória social do município e apresentam dados econômicos, sociais, políticos e biográficos que auxiliam na compreensão do subdesenvolvimento regional. É importante ressaltar que, nesse debate, trabalhamos com o conceito de Harvey (2005) de *acumulação via espoliação*.

Na segunda seção [Modo de vida rural *nikkei*: um “mundo possível” num espaço encolhido, p. 143] discute-se quais foram as condições de chegada ao Brasil dos imigrantes japoneses, isto é, a *formação histórica* do imigrante japonês. Articula essas questões com as estratégias de ascensão social forjadas por esses sujeitos; debate o papel da pequena propriedade dentro da trajetória dessas famílias; e, por fim, apresenta dados da pesquisa que problematizam a hipótese inicial do projeto: os interlocutores desta pesquisa confirmaram a existência de uma relação simbolicamente forte com a terra e a propriedade rural e, assim, resistem em vendê-la e em arrendá-las. Porém os relatos apontaram para um problema que a formulação do projeto não havia previsto e que será mais bem discutido no decorrer deste texto: a constituição de um paradoxo entre as escolhas de vida e as estratégias familiares, que, a longo prazo, colocam entraves ou dificuldades à manutenção de uma vida vinculada à terra. É importante ressaltar que, se outrora pensávamos - e o título deste projeto é um reflexo disso - a sociabilidade *nikkei* e a especificidade de sua resistência assentadas no binômio terra x trabalho, acrescentamos mais dois elementos-chave ao objeto de pesquisa, colocados justamente por meio do contato intenso com o universo empírico: a família e a experiência imigratória, que balizam as escolhas de vida desses sujeitos e forjam o que nomeamos o modo de vida rural *nikkei*.

Na terceira seção [Narrativa Cartográfica, p. 209], apresentamos os mapeamentos que mostram as *narrativas cartográficas*. Além de sintetizar, figurativamente, as formas de territorialização do capital no município de Lucélia-SP, os mapas auxiliam na compreensão

ampla e espacial de todo o movimento histórico de ocupação e desocupação da terra por culturas *nikkei*, isto é, ao longo do período analisado por esta dissertação, os mapas mostram o gradual encolhimento do número e do tamanho das propriedades rurais em posse de imigrantes japoneses ou seus descendentes. Também nestas, e fechando o movimento do texto, apresentamos a outra ponta do processo de *acumulação via espoliação* que toma corpo atualmente no município: o desaparecimento dos bairros rurais étnicos. Esta discussão surgiu somente na etapa de finalização do trabalho e, por isso, dentro dos limites desta pesquisa, apenas foi possível apresentar alguns dados e apontar algumas pistas para pesquisas posteriores. Porém, além de uma proposta de continuidade com o ritmo do texto, esta seção encerra o próprio movimento do capital na região, que inaugura terras exterminando os indígenas e continua o processo de extermínio por meio do aniquilamento das populações que para a mesma região foram atraídas e posteriormente são expulsas: os imigrantes.

Por fim, apresentamos, nas Considerações Finais [p. 257], algumas questões que podem ser decantadas de todo esse percurso que fizemos ao longo do texto. É possível afirmar, a partir de uma determinada perspectiva, que este trabalho apresenta um olhar diferenciado sobre a posição do pesquisador em seu trabalho de campo, num ir e vir constante entre o alter e o ego; olhando por outro ângulo, também podemos enxergar um esforço metodológico na constituição de uma ferramenta de produção e análise de dados – a *narrativa cartográfica* – que cruzasse duas formas de enxergar os processos de territorialização do capital no município de Lucélia; ainda, é possível compreender este trabalho a partir de um esforço analítico diacrônico, que insere no processo histórico o componente identitário étnico na formação de uma subjetividade que se faz a partir do mundo rural; por fim, também dentro do que podemos afirmar tratar este trabalho, encontra-se o debate acerca do desaparecimento dos bairros rurais étnicos do Estado de São Paulo que, ao longo da década de 1970-1990, foram aniquilados pelo processo de expansão das fronteiras agrícolas. Todas essas perspectivas, informadas pelo trabalho de campo e pela Teoria Social, mostraram-se verdadeiramente como desafios para mim. Assim como os interlocutores desta pesquisa, ao compartilharem comigo suas lutas, os desafios impostos pelas contingências históricas, os sofrimentos e frustrações, eu também me vi confrontada com dificuldades que pareciam suplantar minhas próprias forças. No entanto, por meio de suas histórias, pude também compreender a diferença profunda entre os termos “*desafio*” e “*dificuldade*”. Ao me contarem seus sonhos, suas utopias e seus anseios com relação ao futuro – baseados no passado de lutas

e sofrimento – foi possível compreender que alguns paradoxos, por triste que pareçam, são justamente o resultado positivo de suas lutas. Desse modo, como pesquisadora e descendente destes interlocutores, pude compreender que, por tudo aquilo que lutaram, meus interlocutores não somente conquistaram seus sonhos, mas também continuam sendo a bússola que guia as escolhas futuras de seus descendentes e assim, reproduz-se, mesmo que em diferentes contextos e de diferentes maneiras, a relação dos jovens com os velhos, dos vivos com os antepassados, ou seja, mantem-se vivo e constituidor do presente e do futuro, o passado.



1. INTRODUÇÃO

1.1 LUZES E SOMBRAS: TRABALHO DE CAMPO, IDENTIDADE E ALTERIDADE

O 'antropólogo' é alguém que discorre sobre o discurso de um 'nativo'. O nativo não precisa ser especialmente selvagem, ou tradicionalista, tampouco natural do lugar onde o antropólogo o encontra; o antropólogo não carece de ser excessivamente civilizado, ou modernista, sequer estrangeiro ao povo sobre o qual discorre. Os discursos, o do antropólogo e sobretudo o do nativo, não são forçosamente textos: são quaisquer práticas de sentido. O essencial é que o discurso do antropólogo (o 'observador') estabeleça uma certa relação com o discurso do nativo (o 'observado'). (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 1)

É certo que Viveiros de Castro refere-se e trabalha com especificidades da prática etnográfica a partir dos pressupostos epistemológicos da antropologia, o que, até certa medida, reflete diferenças com relação ao meu trabalho. Porém, considero que suas observações acerca da relação de *produção de conhecimento* que se estabelece com “nativos” são bastante pertinentes para processar a experiência que tive durante o trabalho de campo, uma vez que se trata do estabelecimento de uma verdadeira relação de interlocução (*relação de conhecimento*), rompendo com a dicotomia sujeito x objeto, que no meu caso se deu por uma negociação constante da identidade, alteridade e reconhecimento da “pesquisadora” com “nativos”. Na própria “prática de sentidos”, nem “de fora”, nem “de dentro”, mas *no limite*, é que se fez esta pesquisa e que se escreveu este texto.

Para a realização da pesquisa empírica, morei em Lucélia por 4 meses (fevereiro de 2012 a maio de 2012). Foi possível observar o cotidiano do município, as redes de relacionamento, as formas de sociabilidade e de controle social. A escolha de meus interlocutores privilegiou os pequenos proprietários japoneses cujas propriedades ainda hoje se localizam dentro do município de Lucélia, pois entre a data da compra da propriedade e os dias atuais, o município passou por diversos desmembramentos e algumas propriedades se vincularam a outras cidades recentemente criadas. A categoria de pequenos proprietários ou pequena produção não obedeceu a limites específicos de área, mas à percepção dos próprios interlocutores com relação ao seu tamanho e ao tamanho de seus vizinhos. Assim, a pequena produção, neste trabalho, é também uma categoria nativa que se constitui a partir das relações que os próprios sujeitos da pesquisa estabelecem com a terra, com sua produção e com seus amigos, percebendo-se a si próprios em relação aos grandes proprietários de terras como “pequenos” e diferentes. É, verdadeiramente, uma categoria que se faz somente *na* relação com o hegemônico, no caso de Lucélia, a agroindústria canavieira e as grandes áreas de terras

destinadas à pastagem de gado de corte.

De uma maneira geral, meus interlocutores foram *nikkeis isseis*. *Issei* é a terminologia utilizada nativamente para designar os imigrantes japoneses propriamente ditos, isto é, os sujeitos que nasceram em terras japonesas e imigraram para outros países. Daí que essa designação seja adotada em todos os países que receberam levadas de imigrantes japoneses – existem, por exemplo, *isseis* no Peru, *isseis* nos EUA, *isseis* no Havaí e *isseis* no Brasil. Os *kanjis* que são utilizados para escrever a palavra *issei* são dois: o prefixo *i-*, que significa o número um; e o sufixo *-sei*, que designa geração, de modo que a tradução literal para a junção dos dois *kanjis* seja *primeira geração*. No entanto, para a finalidade deste trabalho, esta tradução mais confunde do que esclarece a situação real. Por primeira geração temos a impressão de que estes sujeitos são os primeiros a nascerem no Brasil, quando em realidade são os verdadeiros imigrantes. Portanto, não nos referiremos a eles como “membros da primeira geração”, terminologia usualmente utilizada. Falaremos, sim, em imigrantes japoneses, pois esta é a verdadeira condição destes sujeitos. Para as demais gerações, os *nissei* – usualmente traduzidos como segunda geração; e os *sansei* – também tradicionalmente traduzidos como terceira geração; chamaremos-nos em referência aos *isseis*. Portanto, filhos ou netos dos imigrantes japoneses. Já os *jun-nissei*, em realidade, são *isseis* que chegaram no Brasil quando crianças ou bebês. São designados diferentemente dos *isseis* pois cresceram em terras diferentes desses e foram, portanto, socializados de outro modo. Porém também não são *nissei* propriamente ditos.

Os interlocutores desta pesquisa são, portanto, em sua maioria, interlocutores idosos, na faixa etária de 60 a 80 anos de idade. Principalmente membros da comunidade *nikkei*. Majoritariamente, amigos pessoais de meu avô, como a senhora R. U. e o senhor T.; ou amigos de minha família, como o senhor T. T.. Também fui apresentada pelo senhor T. T. a O.-san, que se tornou um grande interlocutor e inspirador de muitas discussões aqui propostas. Em todas as entrevistas, fui acompanhada de meu avô e o cônjuge do entrevistado participava ativamente, de modo que é possível dizer que foram realizadas entrevistas com os casais. Apenas um senhor dentro dessa faixa etária que é descendente de imigrantes eslavos foi entrevistado, o senhor J. C., cujo depoimento nos ajudou a compreender o processo de desaparecimento do bairro rural étnico de Balisa, antiga colônia de seus antepassados. A respeito das entrevistas realizadas com *nikkeis* mais jovens, cito apenas três casos: o de M. I., o de T. M. J. e o C. C.. M. é meu primo, T. é minha amiga de infância e C. é amiga de meu

avô. Para a confecção dos mapeamentos, conversei com o engenheiro agrônomo Júlio Krinski, responsável pela Casa de Agricultura nas décadas de 1950-1970, atualmente com idade avançada; e com Alexandre Castilho, atual responsável pela instituição. Além destes, conversei bastante com senhor Élvio Badocco, que trabalhou na Casa da Agricultura no período em que Júlio Krinski era o responsável; C., que me acompanhou em diversas atividades do trabalho de campo; Rosária Angelina Pellison de Campos, que me permitiu acessar o acervo do fotografias da E. E. José Firpo².

Em decorrência da questão da linguagem não foi possível solicitar a ajuda para transcrições ou interpretação das entrevistas, o que, de certa maneira, colocou ainda mais limites com relação à quantidade de entrevistas a serem feitas. Todas as entrevistas foram realizadas e transcritas por mim. Se o tempo disponível para a realização de uma pesquisa de mestrado já é um grande limitador de suas atividades, acrescenta-se às dificuldades a questão da linguagem, uma vez que não era possível realizar horas incontáveis de entrevista, em decorrência da complexidade que seria transcrevê-las, porém, a aproximação com todos os interlocutores possibilitou o aprofundamento de diversos elementos que eles apenas mencionavam. Isto é, em decorrência da *qualidade* de cada entrevista e da *profundidade* de cada depoimento, não foi necessário realizar uma *quantidade* expressiva de conversas. Dentro dos limites desta dissertação, inclusive, não foi possível analisar e aprofundar todos os elementos trazidos pelas narrativas.

De uma maneira geral, perguntei-lhes sobre como se deu a aquisição da propriedade; quem os ajudou a comprar (ou se compraram com recursos próprios); em que contexto chegaram em Lucélia; a história de suas famílias antes e depois de chegarem ao Brasil; o que cultivavam no passado e o que cultivam ainda em suas terras; e como faziam o cultivo e a organização e distribuição da produção. As respostas evidenciaram uma enorme heterogeneidade de experiências e visões de mundo, que refletem também a diversidade de condições em que se encontram essas propriedades.

A pesquisa ora apresentada, portanto, baseou-se em história oral, observação participante, registro imagético, documentos históricos, textos historiográficos acadêmicos e cartografia social. Por meio do cruzamento de técnicas de entrevistas e do trabalho com a memória, com métodos cartográficos de medição e leitura espacial, confeccionamos mapeamentos, os quais nomeamos *narrativas cartográficas*, que estão apresentadas neste

2 Quando ocupam funções em órgãos públicos, os nomes dos interlocutores foram mantidos. Nos demais casos, optei por deixar apenas as iniciais para preservar-lhes a identidade.

texto no último capítulo.

Também inserimos neste texto o debate acerca da identidade da pesquisadora, uma vez que sou parte da comunidade sobre a qual me debrucei. Essa questão acarreta uma discussão acerca da metodologia de pesquisa pois, se a partir de determinado ponto de vista que defende a necessidade de um distanciamento com relação aos interlocutores para que a pesquisa apresente alguma objetividade, a aproximação com os sujeitos dificultou que algumas questões pudessem ser respondidas, uma vez que eu participava de alguma maneira dos conflitos relatados, ou como representante de uma geração sobre a qual eles reclamavam da indiferença ou da desarticulação em torno da identidade étnica. Ou, ainda, como filha, neta, sobrinha e/ou amiga de membros da comunidade com os quais os interlocutores haviam travado conflitos. De fato, essas situações ocorreram, porém confio que elas também representam elementos de análise uma vez que evidenciam o compartilhamento de símbolos e significados culturais que, se trabalhados, trazem mais questões para serem analisadas. Ainda, acredito que somente quando se compartilha da mesma linguagem cultural é que é possível identificar os significados mais profundos principalmente dos não ditos. No caso da comunidade *nikkei*, logo se percebe que poucos são aqueles que estão habituados a falar de si mesmos e mesmo os que apresentam maior desenvoltura com as palavras em português e maior reflexividade acerca de sua própria experiência, esses também, durante suas narrativas, apresentam muitos não ditos, sendo necessário àquele que os escuta conhecer bastante previamente sobre o que eles estão falando, pois deixam “buracos” nas narrativas presumindo que o entendimento do escutador os preencha.

No artigo, “O ofício de etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues'” de Roberto DaMatta, o autor coloca ao leitor o ofício do etnólogo³, trazendo ao debate a importância da posição que o antropólogo ocupa em sua própria pesquisa. Mais do que um atestado ou uma prova de que se “esteve lá”, em outro texto, o também antropólogo Clifford Geertz (2005) defende que situar o antropólogo em seu trabalho de campo enriquece a descrição etnográfica, pois evidencia-se os limites culturais das duas epistemologias em encontro: a do outro e a de si. De acordo com DaMatta, essa meta-antropologia, isto é, essa reflexividade ao descrever as atividades de campo consiste em:

[...] trazer à luz todo um 'outro lado' desta mesma tradição oficial e explicitamente

3 Apesar deste trabalho não ser uma etnologia, a abordagem dele se justifica pela importância do debate trazido por seu autor: de se explicitar o posicionamento do pesquisador na própria pesquisa.

reconhecida pelos antropólogos, qual seja: os aspectos que aparecem nas anedotas e nas regiões de antropologia, nos coquetéis e nos momentos menos formais. (...) Se é possível e permitido uma interpretação, não há dúvida de que todo o anedotário referente às pesquisas de campo é um modo muito pouco imaginativo de depositar num lado obscuro do ofício seus pontos talvez mais importantes e mais significativos. É uma maneira e – quem sabe? - um modo muito envergonhado de não assumir o lado humano e fenomenológico da disciplina, com um temor infantil de revelar o quanto vai de subjetivo nas pesquisas de campo (DA MATTA, 1974: 26-26)

De fato, DaMatta partiu de um pressuposto diferente do meu: ele não era membro da comunidade que pesquisava. Feita essa ressalva que marca a diferença epistemológica de meu trabalho com relação ao dele, acredito que ainda assim suas contribuições ao debate acerca do posicionamento do pesquisador com relação à sua pesquisa enriquecem o debate deste texto, uma vez que coloca em termos de “capas” a problemática acerca da alteridade em trabalho de campo. Verdadeiramente, ao longo da pesquisa, essa questão passou a ser crucial: eu sou e, ao mesmo tempo, não poderia ser plena e instintivamente *nikkei*. Esse fato colocou, mais do que nos demais casos – em que o pesquisador é necessariamente o de fora, o *outsider*, aquele que observa os fluxos sociais por meio de um distanciamento – a necessidade de se levar ao extremo o debate acerca da identidade e da alteridade. Ademais de ir além e buscar analisar aquilo que me era dito, era necessário transbordar minhas próprias crenças, minhas próprias intuições e percepções espontâneas. Era necessário ir além daquilo que eu, instintiva e espontaneamente, era.

É necessário neste ponto retomar a discussão presente no texto já mencionado do antropólogo Clifford Geertz (2005), em que ele debate justamente a questão da escrita antropológica, ou como atestar, nos textos, que se “*esteve lá*”. O autor usa como referência três textos importantes da antropologia: *Tristes Trópicos*, de Lévi-Strauss (1981); *O Crisântemo e a Espada*, de Ruth Benedict (1972); a publicação dos diários de campo de Bronislaw Malinowski (1997), *Um diário no sentido estrito do termo*; e *Operations on the Akobo and Gila Rivers, 1940-41*, de Evans-Pritchard (1973). Sem dúvida, o mais intrigante para esta pesquisa é o de Ruth Benedict, não apenas pela temática que a autora confronta – o povo japonês –, mas as explicações que confere aos fenômenos que ela observa. Potencialmente o oposto da minha posição em campo, Ruth Benedict era a “*de fora*” e astutamente recorria à sua própria cultura para explicar aquilo que observava nos relatórios e relatos que escutava. Seu “*ponto de vista*” era sempre acionado para que ela pudesse acessar o “*outro*”. Geertz (2005) observa nessa etnografia um interessante jogo de espelhos e oposições

que falam mais da autora, de sua cultura e de seu meio de origem do que de seu “objeto de estudo”. Talvez esse tenha sido, *a posteriori*, o resultado de minha pesquisa. Deparei-me, de fato, com a minha identidade à medida que percebi minha subjetividade se forjando por meio do esforço de alteridade com relação aos interlocutores.

Ao longo desse período em campo, pude perceber que muito lenta e gradualmente eu deixava de ser apenas membro de uma “família luceliense” para os meus interlocutores e passava a ser alguém de fora, de quem raramente se compreendia o trabalho, apesar de reconhecê-lo como pesquisadora. Para mim mesma, esse processo também se deu gradualmente e essa posição sempre esteve ambígua. Em alguns momentos, era o papel da pesquisadora que se mostrava preponderante, em outros era a filha, a neta, a irmã, a amiga, a conhecida, a vizinha. Sempre me vi confrontada com a dificuldade de:

[T]irar a capa de membro de uma classe e de um grupo social específico para poder – como etnólogo – estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir (ou recolocar, como fazem as crianças quando perguntam os porquês) o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação. (DA MATTA, 1974: 29)

Numa negociação constante com eles, que eram desde moradores de Lucélia a moradores e membros da comunidade *nikkei*⁴ do município, minha identidade era forjada e novamente essa se desfazia. Num jogo de luzes e sombras, o interlocutor apontava para mim padrões de conduta sobre como ele me enxergava e eu reagia a ele, reconhecendo a provocação e posteriormente inserindo-me no padrão esperado. Ora, era uma 'identidade' que era ativada em mim, o que fazia com que me sentisse como tal e fazia com que meu interlocutor me recebesse como tal. Ora, era outra 'identidade' acionada e novamente o jogo de luzes e sombras se recompunha. Percebia, assim, identidade, alteridade e reconhecimento se fundindo em minha subjetividade em todas as conversas que tive. Não era “de fora”, pois era neta, amiga, sobrinha, filha, prima. Sempre havia um referencial a me posicionar, que me localizava no interior da teia de relações, sendo parte dela. Mas ao mesmo tempo, eu tinha a consciência de que estava ali em trabalho de campo, o que me levava a forjar uma alteridade por meio do reconhecimento e não do estranhamento, processo somente possível pois

4 Os moradores e membros da comunidade são todos os descendentes de imigrantes japoneses que residem em Lucélia atualmente. Os moradores de Lucélia que não são membros da comunidade *nikkei*, nativamente, podem ser chamados de *gaijin*. É importante mencionar que não adotamos esta terminologia neste trabalho por ela acarretar viés racista, informada pela ideologia do *nihonjinron* que veio na bagagem cultural dos imigrantes. Apesar de ser um termo nativo japonês, que significa “estrangeiro”, *gai* é o radical de “de fora” e *jin* é o radical de “pessoa”. No Brasil, esse termo passou a ser referência aos não-*nikkeis*, ou seja, todos aqueles que não eram imigrantes ou seus descendentes.

compartilhei, em todos os momentos da pesquisa de campo, minhas impressões com meus colegas pesquisadores da pós-graduação. O estranhamento deles me ajudava a enxergar o que eu não estava percebendo e que, portanto, estava compartilhando com os interlocutores. Isso dificultou de início o exercício de alteridade, porém assim que percebi essa dificuldade, foi possível elaborar métodos para potencializá-la como uma especificidade da relação pesquisadora x campo. Num intenso e ininterrupto jogo de colocar e tirar as “capas”.

Três situações elucidam essa dificuldade e evidenciam que eu estava exercendo meu papel de pesquisadora que compartilha o universo simbólico de meus interlocutores, mas consegue apreender a especificidade daquilo. Lucélia é uma cidade pequena, portanto é muito comum que os jovens com *habitus* (BOURDIEU, 1977) semelhantes frequentem os mesmos ambientes. Além disso, também é recorrente que esses mesmos jovens adotem estratégias de ascensão social semelhantes, como a da saída da região de origem em busca de aprimoramento profissional e melhores postos de trabalho⁵. Desse modo, além dos mesmos locais de lazer, é comum que os jovens inscritos em determinado círculo social também compartilhem de um mesmo “tempo”: entram em férias nos mesmos períodos, retornem para Lucélia nos mesmos feriados, tenham os mesmos compromissos quando estão inseridos em seus círculos familiares. Esse compartilhamento de tempos e espaços apresenta uma proximidade entre esses sujeitos, de modo que dificilmente alguém será “desconhecido”.

Nesta ocasião do trabalho de campo recordei-me que havia dois anos que ficara sabendo de um evento muito traumático que ocorrera com uma “conhecida”: seu pai havia morrido, suicidara-se. Na época, as pessoas comentavam que ele havia se endividado com a Usina Bioenergia do Brasil S/A, a usina do município de Lucélia, e acabou não suportando a pressão da situação. Levando essa situação limite em consideração, justamente por ela radicalizar o processo de espoliação do capital sobre as subjetividades daqueles que são extorquidos em sua lógica, resolvi entrar em contato com essa moça por um programa de troca de mensagens instantâneas virtuais. Ela me relatou que era muito difícil superar a situação justamente por não encontrar muitas pessoas dispostas a escutá-la⁶, porém não nos aprofundamos muito em outras questões, já que optei por respeitar seu silêncio sobre alguns temas, ao que ela me justificava: *“por isso, acredito que seja melhor nem mexer em coisas que são pra ficar enterradas...”*

5 Essa questão será aprofundada posteriormente nesta introdução.

6 Neste sentido é interessante recorrer a um texto do Pollak, em que ele afirma que *“o silêncio teme razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta.”* (POLLAK, 1989: 6)

De uma maneira geral pude perceber nessa recusa em retomar um conflito dramático e doloroso para a família um código de ética interno às famílias *nikkei*. Seria como se, ao não falar sobre o assunto, ele não existisse. No entanto elas permanecem no imaginário coletivo como uma *memória envergonhada* (POLLAK, 1989). Embora todos os envolvidos soubessem da gravidade do problema enfrentado, velá-lo no discurso representa a aceitação da situação e a consequente resolução do conflito por meio da resignação. Esse é o significado cultural que pode ser atribuído a esse silêncio. O ocultamento de um conflito é o que permite a reprodução dos laços familiares que, nestes contextos, são aquilo que realmente deve ser considerado como importante. Somente por meio do meu compartilhamento desse signo é que foi possível revelá-lo. Obviamente essa postura apresenta problemas, pois em alguns casos o descontentamento com relação à solução dada a um determinado conflito – por sucessão de herança, divisão de bens, conduta de negócios – pode não ser explicitado, mas não deixa de existir e acaba eventualmente influenciando nas relações entre os sujeitos envolvidos. Porém, essa conduta é adotada normalmente pelos pais na expectativa de que esse conflito não interfira na relação que seus filhos têm com seus primos.

Em minha interpretação, esse cuidado é tomado para que a reprodução dos laços familiares nas gerações posteriores se mantenha e a noção de “família”, um dos pilares de ordenamento do mundo dos *nikkei*, pois é um dos pilares de ordenamento do mundo, não se perca. As conversas que tive com essa interlocutora serão retomadas mais adiante quando tratarmos especificamente do lugar que a terra ocupa na subjetividade dos *nikkei*. Também retomaremos o debate acerca da centralidade da “família” para a ordenação do mundo visto pelos *nikkei*, até porque essa categoria tem relações históricas com a própria constituição da importância da terra na subjetividade destes sujeitos. Por ora, avancemos para a segunda situação em que se coloca a minha subjetividade.

Já na segunda situação em que me vi vestindo as duas “capas” (DA MATTA, 1974), foi quando pude encontrar um primo de minha mãe, que mora em São Paulo e estava em Lucélia apenas no fim de semana. Depois da morte de seu pai, irmão de meu avô, esse primo, o primogênito, assumiu as responsabilidades da administração do sítio que seu pai cuidava e como este está localizado no município⁷, pelo menos duas vezes por ano, desloca-se de São Paulo a Lucélia a fim de administrá-lo. Consegui entrevistá-lo sobre como estavam os

7 Já foi mencionado anteriormente que muitos pequenos proprietários que iríamos entrevistar tiveram que ser excluídos da lista de interlocutores devido à constante mudança nos limites do município em decorrência do recorrente processo de municipalização de cidades vizinhas a Lucélia

cuidados com a propriedade, bem como qual era a importância, para ele, da manutenção daquela terra mesmo depois do falecimento de seu pai. Afora as demais questões que essa entrevista suscitou, a experiência de tornar objeto de pesquisa os processos por que minha própria família passou foi simultaneamente confuso e esclarecedor. Meu primo me contava detalhes até então obscuros de um passado que também compõe minha trajetória, ajudando-me a compreender o estado da situação atual. A partir dessa entrevista, a imagem que construí a respeito do pai de M., meu tio avô, ao longo dos anos, através das narrativas que escutei sobre ele foi aos poucos se modificando, pois esses relatos, em sua maioria, giraram em torno da dificuldade que seus filhos tinham em convencê-lo a sair do sítio. Uma vez que ele já estava envelhecendo e o sítio fica localizado em uma área afastada da zona urbana do município e de difícil acesso, seus filhos, inclusive M., preocupavam-se cada vez mais com o fato de que ele, com todas as limitações que a idade traz, ainda morava com sua esposa em um lugar tão afastado e continuava exercendo o trabalho pesado do campo.

No entanto, essa versão não contemplava a dimensão simbólica que se manifestava nessa insistência em permanecer no sítio e ela foi revelada por M., quando ele também afirmou que não será capaz de se desfazer de algo que escapa de qualquer possibilidade de comercialização, justamente por seu valor incalculável, por ele estar localizado em uma esfera da vida em que o capital ainda não adentrou: os sentimentos e a memória. Nesse tocante, M. ainda afirmava que compreendia o posicionamento de seu pai e compartilhava com ele a importância do sítio. Ele também havia trabalhado muito para que pudessem comprá-lo, e havia sofrido, juntamente com seus pais e suas irmãs, as dificuldades de uma vida simples, com os mínimos para a sobrevivência, sempre economizando para poder ter seu próprio pedaço de terra.

Desse modo, compreender as razões pelas quais M. recusa-se a vender seu sítio e reproduzir a relação que seu pai tinha com a terra confirmou minha hipótese de pesquisa: a de que os *nikkei* elaboram uma relação simbolizada com suas terras que forja estratégias de resistências às investidas do capital. Neste mesmo sentido, outra entrevista realizada no início de 2011 para a formulação do projeto de pesquisa já apontava esta questão: o interlocutor afirmava que não venderia seu sítio para adquirir um bem de consumo ou de capital⁸ com finalidade de lhe proporcionar mais conforto; porém, venderia sua propriedade se fosse aplicar o dinheiro em outro sítio, o que evidencia a importância da manutenção de um vínculo

8 Nesta ocasião, ele citou como exemplo um carro da Toyota, com câmbio automático.

com a terra, ou que a terra extrapola a noção de bem de consumo, sendo um meio de reprodução social. Assim, antes o que compreendia como teimosia e egoísmo, passei a enxergar resistência, força e luta, depois dessa entrevista.

Por fim, caminhamos para a terceira situação, que em realidade foi um processo, em que também me vi confrontada com a questão da transformação da minha própria identidade em campo. Muito lenta e gradualmente, conforme as entrevistas iam seguindo-se, a rotina foi se instaurando nas atividades de pesquisa e passei a me sentir cada vez mais imersa no ambiente luceliense, entretida com a rotina da casa de meu avô, com as transcrições, com a agenda de entrevistas, com a redação dos diários, com as conversas com as pessoas, com os encontros. Assim, quando conversavam comigo, não era somente com uma pesquisadora que estavam falando e a quem contavam suas histórias. Meus interlocutores também mobilizaram minha memória ao me lembrarem de histórias de minha avó, situação ilustrada pela entrevista a seguir:

C.G.: É...É, eu lembro da sua avó também, nossa... sempre animada, né... Quantos anos você tinha quando ela morreu?

A.: Oito.

C.G.: Não lembra muito então, ou lembra?

A.: Ah, eu lembro mais do que meus irmãos, é... eu lembro que *batian* ela era muito boa, sabe, então ela sofreu muito com o *ditian*. Meu *ditian* é muito bravo . Meu *ditian* é muito bravo aí nossa, coitada, ela sofreu... eu lembro que eles brigavam muito, sabe...

C.G.: Sério? Nossa...

A.: É, ela gostava... eu lembro que ela gostava muito de dançar, cantar, ela escrevia, a *batian* sabia escrever em *nihongo*, escrevia bem. A *batian* era bem... eu acho que o pai dela era diferente porque as histórias que o *ditian* conta ele é meio revoltado com meu *hiditian*, porque só bronca, só bronca, só bronca só batia... E a minha *batian* contava histórias diferentes, ela falava que o pai dela quando chegava a noite, juntava toda a molecada em volta, os filhos, e ficava contando histórias. Então ela era muito calma, eu lembro que eu tomava banho com ela, ela levava pra escola...

C.G.: Você para a escola?

A.: É, ela levava.

Nesta entrevista é interessante observar que é difícil definir quem está entrevistando quem. Essa situação também se repetia quando eles me sugeriam outros sujeitos com quem eu deveria conversar. Podia perceber que eles não falavam com qualquer pesquisador a quem se sugere interlocutores ou contatos de pesquisa, mas se sentiam responsáveis pelo sucesso do trabalho, já que eles sabiam do meu envolvimento emocional, social e político com eles próprios e com a comunidade *nikkei*, uma vez que meus avós se dedicaram muito à construção e manutenção da associação e, desde criança, eu também participava das

atividades promovidas por ela. Em uma determinada ocasião, meu avô havia me acompanhado em uma das entrevistas com uma das senhoras que participa do Clube de Senhoras da A.C.E.L. E, quando a entrevista já estava se encerrando, ela me agradeceu dizendo que estava muito contente que eu estava fazendo aquela pesquisa e ela poderia contribuir, pois achava importante “alguém jovem” retomar o trabalho que “*os velhos tiveram e continuar a trabalhar pela comunidade nikkei*”. Nesse momento, meu avô, que foi presidente da Associação durante 10 anos consecutivos, falou que concordava e achava um “absurdo” que as gerações que sucederam a dele na diretoria houvessem deixado a A.C.E.L. chegar no “estado precário” em que se encontrava atualmente e que toda a “dedicação” que ele e seus amigos tiveram havia sido em vão. As gerações atuais não souberam “valorizar e agradecer” todo o esforço que os velhos tiveram, sendo portanto “ingratos e desorganizados”⁹. Esse, porém, é um problema pelo qual quase todas as Associações *nikkei*¹⁰ estão passando atualmente e diz respeito a um conflito geracional em que os mais velhos fazem críticas muitas vezes inócuas, mas ferozes, à geração mais nova, que atualmente dirige essas associações e, os mais novos, por sua vez, demonstram inabilidade política para contornar a situação e acabam por destinar os prédios dos clubes a aluguéis para fonte de renda. Esse conflito vivenciei quando criança em casa, pois meu pai participou da diretoria que suplantou a gestão do meu avô.

Posteriormente, quando finalmente assumi que também participava daquele conflito como uma geração, foi possível compreender os posicionamentos de meu pai e de meu avô: os mais jovens – que estão se tornando velhos – apresentam essa inabilidade política, porém trabalham minimamente para conservar as instituições economicamente. Já os mais velhos, com suas críticas e comentários indicam que algo se perde quando os *kaikan*¹¹ deixam de articular a comunidade. A perda se expressa na percepção que as gerações mais velhas têm com relação à deterioração da educação, como eles a veem idealmente. De acordo com eles, os *kaikan* eram ambientes de educação dos jovens ao estilo japonês, mais rígido e que prezava principalmente pela autoridade dos pais e mais velhos com relação aos filhos e mais novos.

A compreensão do conflito em questão foi a ruptura esclarecedora no sentido de que

9 A gravidade da acusação de ingratidão está trabalhada anteriormente neste texto.

10 Para mais informações sobre o tema, consultar: SAKURAI et KEBBE (2009). Além desses pesquisadores, a Associação de *nikkei* de São Carlos tem uma diretoria cujo posicionamento é crítico com relação a esses conflitos geracionais e conseguiu elaborar estratégias de continuidade de um projeto de divulgação e articulação da comunidade japonesa local, inclusive atualmente é um dos clubes de referência para os demais no que diz respeito à participação dos jovens nas atividades.

11 Palavra nativa para designar a sede das Associações.

me permiti vestir as duas “capas”, sendo-me possível retornar ao meu passado, revisitando esses conflitos com um nível de capacidade de análise que não me era possível anteriormente, mas que foram abertas pelas ferramentas sociológicas. O interessante é perceber nesse conflito geracional a emergência de uma disputa em torno da própria demarcação e inscrição do pertencimento à identidade da comunidade *nikkei*. De uma maneira geral, é uma disputa sobre o que é e como ser *nikkei*.

Se por um lado esse jogo de luz e sombras sobre minha identidade enquanto pesquisadora de minha própria comunidade de origem se explica pelo compartilhamento dos símbolos culturais, por outro, ele também é próprio dessa cultura em que estou inserida, a *nikkei*¹². Faço minhas as palavras de Renato Ortiz (2000) para explicar no que consiste esse jogo, ou, nos termos nativos, *tatema*:

Conhecendo a expectativa do que lhe é pedido, ele [o japonês] mudaria de 'cara' quando é exposto a ambientes distintos. Os japoneses têm inclusive um termo específico para designar essas 'caras': **tatema**. Tudo se passa como se o indivíduo tivesse de pautar seu comportamento em função das exigências dos grupos aos quais pertence. Teríamos assim um Eu definido situacionalmente, a cada contexto ele desdobraria um aspecto de sua existência. Percebe-se, portanto, como no Japão, a discussão sobre a individualidade adquire uma particularidade. (ORTIZ, 2000, 61)

Nessas situações, opera o princípio advindo do Zen budismo da espontaneidade, isto é, a ação sem um segundo pensamento. Essa é uma questão que merece um pouco mais de atenção por apresentar uma ruptura epistemológica com relação ao conceito de “espontaneidade” no imaginário social brasileiro. Nesse caso, a espontaneidade seria a ação sem pensamento e sem socialização, algo próximo do instintivo e natural. Uma ação que, portanto, não se preocuparia de antemão com a prestação de contas a uma expectativa. Uma ação “desinteressada”, por assim dizer. Precisamente nesse desinteresse é que reside a diferença com a noção japonesa. Agir como o esperado espontaneamente não significa uma ação sem socialização prévia à percepção japonesa, pelo contrário: é pela socialização do mais íntimo instinto que se pode ser espontâneo e coerente *com* as expectativas. É por meio da socialização do instinto e do reativo que é possível ser espontâneo, isto é, atender às expectativas sem precisar de um segundo pensamento para isso¹³. É por isso que é possível

12 No caso desta pesquisa, evito utilizar o termo generalizante “cultura japonesa”, porém considero que esta relação *tatema* seja constituidora do caráter do *japonês de tipo ideal*, isto é, o portador de todos os elementos considerados específicos da abstração “cultura japonesa”.

13 É importante mencionar a respeito deste código de conduta que, nos dias atuais, imersos na ideologia da civilização moderna e impregnados pelo individualismo, os japoneses encontram dificuldades psíquicas em lidar com as contrariedades de ambos os códigos. De fato, existe uma expressão que indica a “verdadeira

afirmar que no caso japonês não existe uma contradição lexical na construção *espontaneidade programada*¹⁴, pois que a própria *natureza ideal* só é possível por meio da culturalização máxima de seus elementos: “*Como um jardim japonês, que é o mais definitivo produto feito pelo homem, não obstante produzido para aparentar 'natural', o comportamento das pessoas é considerado como 'natural' quando é mais 'culturalizado'*”¹⁵ (KALLAND et ASQUITH, 2002, p. 12)

Assim, mais do que uma relação de alteridade, o que foi possível estabelecer entre mim e os interlocutores da pesquisa foi uma verdadeira *relação de conhecimento* (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). Uma relação, portanto, de duas vias. Com isso, não pretendo afirmar nem defender um posicionamento metodológico introspectivo, isto é, somente os inseridos dentro dos “sistemas simbólicos” (GEERTZ, 2005) é que são capazes de voltar-se para si mesmos e explicar suas razões e significados incompreensíveis aos de fora, muito pelo contrário. Aposto no distanciamento e no reconhecimento como a possibilidade de poder compreender os processos sociais. Pois como bem afirma Geertz (2005):

[S]eja qual for nossa compreensão – correta ou semi-correta – daquilo que nossos informantes, por assim dizer, *realmente* são, esta não depende de que tenhamos, nós mesmos, a experiência ou a sensação de estar sendo aceitos, pois esta sensação tem que ver com nossa própria biografia, não com a deles. Porém, a compreensão depende de uma habilidade para analisar seus modos de expressão, aquilo que chamo de sistemas simbólicos, e o sermos aceitos contribui para o desenvolvimento desta habilidade. Entender a forma e a força da vida interior de nativos – para usar, uma vez mais, esta palavra perigosa – parece-se mais com compreender o sentido de um provérbio, captar uma alusão, entender uma piada – ou, como sugeri acima – interpretar um poema, do que com conseguir uma comunhão de espíritos. (p. 107)

Ou seja, uma *pesquisa compreensiva* deve, necessariamente, partir do pressuposto da empatia entre o pesquisador e seu interlocutor. O fato de ser membro da comunidade *nikkei* de fato facilitou a entrada e a compreensão das narrativas e foi um fator determinante para esta pesquisa. Essa questão não invalida ou desqualifica pesquisas realizadas por sujeitos cuja subjetividade se constrói de maneira diversa. Apenas são pontos de partida diferentes para o estabelecimento de relações de empatia.

subjetividade”, que seria o *honne*. Em muitos casos, a dificuldades em se ajustar a ambos os coloca sob tamanha pressão subjetiva que já foram detectados inúmeros suicídios em decorrência do fato.

14 Aqui é válido destacar que Sérgio Buarque de Holanda (1997), em sua caracterização da cordialidade do homem brasileiro, toma o que ele chama de *polidez japonesa* como o seu contraponto, justamente por constituir-se a partir de códigos rígidos de conduta, ao passo que a cordialidade implica num afrouxamento desses códigos, pelo que chama de “ação espontânea”.

15 “*Like a Japanese garden, which is the ultimate human made product but nevertheless made to appear 'natural', people's behavior is regarded as 'natural' when it is the most 'culturalized'.*””. Tradução minha.

É importante, neste sentido, esclarecer o que entendo por *nikkei* e por que optei por chamar de cultura *nikkei* ao invés de cultura japonesa ou nipo-brasileira. Em conversa com Célia Sakurai¹⁶, enquanto falava sobre minha pesquisa, a pesquisadora me alertou sobre o uso indeterminado desta terminologia, que acaba por pesar a balança das identificações para o lado da região de origem, como se o peso em ser japonês se sobrepusesse à experiência da imigração e do contexto histórico e social em que essa identidade fora negociada e forjada posteriormente. Apesar dessa crítica, optei por manter o uso dessa terminologia por acreditar que, no caso desta pesquisa, o peso dado à região de origem é proposital, isto é, o lastro cultural japonês que informa a subjetividade dos imigrantes possui força explicativa para as motivações subjetivas e estratégias adotadas por esses sujeitos neste contexto específico. Com isso, não pretendemos descontextualizar as experiências ocasionadas pelo processo imigratório, muito menos minimizar seus efeitos sobre a formação dessa subjetividade, porém nosso olhar sobre os processos sociais justifica essa escolha. Assim, poderíamos falar de nipo-brasileiros e até mesmo japoneses brasileiros, apesar de, no caso desta pesquisa, tratar-se mais de *nipo-caipiras*, pois a terminologia “brasileiros” também acarreta a indagação: o que são os “brasileiros”? Acreditamos que o sentido da palavra *nikkei*, em sua origem, traz um significado de “de origem” (*kei*) “japonesa” (*ni-*). Isso não é a mesma coisa que dizer *nihonkei*, que significaria “de origem” (*kei*) “da nação japonesa” (*nihon*)¹⁷. O que, de fato, pesaria para o lado da origem.

Retomando a descrição do trabalho de campo, a cada entrevista, era confrontada com minhas próprias memórias. Todas as sensações que me eram relatadas, as situações vividas os sofrimentos não me eram estranhos. Não porque eventualmente os tenha vivenciados em algum momento da minha vida, mas porque sei que meus avós também passaram por situações semelhantes. Assim, se posso hoje escrever sobre a história que me contaram é porque meus interlocutores me *honraram* com suas confidências, deixaram-me fazer parte de seu presente e reviveram, comigo, seu passado.

É importante salientar, nessa questão, que a formação da subjetividade japonesa é muito marcada pelo sentimento de gratidão e retribuição, ingratidão e insubordinação. Assim, constantemente, percebia em meu campo o quanto a memória de meus avós e meus pais foram importantes, pois ao longo de suas vidas cultivaram relações de reciprocidade com as

16 Em abril de 2013.

17 Obviamente essa discussão merece maior aprofundamento e complexificação, porém os limites desta pesquisa impõem que nos restrinjamos até este ponto.

pessoas com quem eu conversei e essas pessoas, por sua vez, retribuíram para mim favores que deviam a meus antepassados e, assim, estabeleciam comigo, a mesma relação, recebendo-me em suas casas, contando-me seus passados, indo em seus depoimentos além do que haviam imaginado que iriam. Sabia, nesses momentos, que fazia parte de uma comunidade e de uma rede de ajuda mútua que fora articulada há duas gerações anteriores a mim.

Essa relação de solidariedade e agradecimento está intimamente relacionada ao que discutiremos mais adiante acerca de uma relação cotidianamente presente dos vivos com os ancestrais. De certa maneira, a presença constante deles – dos mortos – na reprodução da vida social denota a força de um pensamento cíclico, que se faz a partir da memória dos antepassados e das homenagens prestadas a eles. Obviamente, esse processo está perpassado pela questão da “espontaneidade programada” já trabalhada anteriormente, pois que se pode perceber uma certa rigidez no sistema de trocas, que implica na liquidação dos favores ao devolver, “na mesma moeda”, uma dádiva. É possível depreender dessa postura um cuidado sempre presente em evitar conflitos, que podem se manifestar tanto no descumprimento de regras sociais rígidas – como não presentear em ocasiões específicas ou não presentear de acordo com a expectativa – quanto em ações que possam levar a interpretações como “íngratas”.

A expectativa com relação aos presentes é circunstancial e relacional, ou seja, presenteia-se de acordo com a ocasião e de acordo com as possibilidades de cada um e de suas relações com o presenteado. Presentear em dinheiro é prática recorrente e não apresenta a mesma conotação de “desatenção” como às vezes pode ser recebido um presente desses no sistema de trocas brasileiro. Aniversários, casamentos, *toshi dama* – o dinheiro do ano novo que as crianças recebem de adultos – funerais, visitas a entes queridos hospitalizados são ocasiões em que é comum receber e dar dinheiro em envelopes cerimonialísticos. A quantia que se coloca dentro destes envelopes depende 1) de sua relação com o presenteado: quanto mais próximo e mais íntimo, maior o valor; 2) de sua situação financeira atual: a expectativa com relação à sua doação é relativa a um valor que não seja oneroso à sua reprodução material, ou seja, quanto mais rico, maior a doação e maior a pressão social para que se seja generoso; 3) de trocas anteriores, isto é, se o presenteado já lhe doara uma quantia anteriormente, é esperado que você lhe retribua um valor correspondente, de acordo com suas possibilidades financeiras atuais.

O descumprimento dessas regras de etiqueta implica em sanções veladas, que se

manifestam em comentários negativos a respeito da pessoa desatenta. Leva-se, obviamente, em consideração o desconhecimento das regras e esses casos recebem a complacência da comunidade. Quando, porém, percebe-se que conscientemente alguém se omite ou se abstém de fazer parte deste circuito de trocas, essa pessoa é considerada “íngrata”, qualidade das mais graves para os *nikkei*, que prezam pelo agradecimento constante aos ancestrais e parentes. A ingratidão é o rompimento com o ciclo de trocas e, portanto, a ruptura com o fluxo de dons e dádivas que engloba também o sobrenatural. Essa ruptura provoca retaliações tanto por parte do universo dos vivos, quanto dos mortos. Os últimos entram no sistema de trocas, pois os espíritos dos mortos são como santos a quem se reza e se oferece dádivas e, quando se ressentem com algum descendente vivo, tornam-se “espíritos raivosos” e, ao invés de “abrirem os caminhos”, passam a ignorar e a atrapalhar os pedidos e caminhos dos vivos. Já os vivos, como esse sistema de dádivas envolve a família num sentido amplo da palavra – pois tanto os mortos, os vivos e as gerações futuras são engajadas no circuito – um membro familiar que não se comprometa com a manutenção dessas relações pode causar distúrbios para todos aqueles que se encontram enredados nesse circuito rígido, do qual não existe saída a não ser cometendo a maior infração de todas: a ingratidão.

O compartilhamento dos significados culturais e simbólicos dessas ações verifica-se, pois eu também fui educada e sociabilizada nesse meio. Essa compreensão, esse compartilhamento, em japonês pode ser traduzido por *rikai suru*, que significa “conseguir compreender”, “entender”. O *kanji* de *ri* pode ser traduzido por *senso*, *sentido*, *lógico* ou *físico*. Já o *kanji* de *kai*, pode ser traduzido por *solução*, *resolução*, *síntese*. A junção de *ri* e *kai*, forma a palavra *entendimento*, isto é, *síntese de sentido*; *solução lógica*. Num aprofundamento do sentido, tem-se a expressão *rikai dekiru*, que pode ser literalmente traduzido por extrair uma solução lógica, porém traz a conotação de conseguir entender. Esse compartilhamento também implica na questão da linguagem. O fato de eu saber falar japonês também auxiliou na compreensão daquilo que os interlocutores diziam. Fábio Kazuo Ocada (2006), em sua tese de doutorado, também discorre sobre a importância da linguagem quando trata desse grupo étnico.

Outro obstáculo inicial para a realização das entrevistas foi o desconhecimento, por parte do entrevistador, do idioma falado pelas entrevistadas e pelo entrevistado (um dado significativo para esta pesquisa). Estas pessoas carregam na sua maneira de falar as marcas de suas histórias. Suas falas revelam um amálgama dos idiomas da terra ancestral e do país de adoção. Não se trata da língua japonesa – *nihongo* – em sua forma original, mas de uma língua criada entre imigrantes de diferentes regiões

do Japão, acrescida de termos e expressões da língua portuguesa¹⁸. Para a realização destas entrevistas foi preciso, então, aprender minimamente o 'japonês' falado por este grupo de idosos. (p. 13)

A *experiência imigratória* faz-se sentir no vocabulário dos imigrantes *nikkei* que forjaram o que verdadeiramente pode ser compreendido como uma “nova língua” ou uma língua crioula – utilizando a terminologia da linguística. Mesclam-se palavras portuguesas ou “abrasileiradas” com construções gramaticais japonesas. Um exemplo disso, é como se diz “nós”: *eura*. Nesse caso, mistura-se a gramática japonesa, em que o plural é indicado por meio do sufixo “ra”, com o pronome pessoal reto português “eu”. Nessa mistura, transmite-se a ideia do “nós”.

Por fim, um dado determinante para esta pesquisa merece ser relatado nesta seção: meu avô – chamado de “di”, que é uma maneira carinhosa de chamar o avô em japonês – acompanhou todas as atividades de campo. As escritas dos diários eram feitas enquanto eu escutava-o na sala, assistindo televisão sintonizada no canal japonês – NHK – acompanhando o campeonato mundial de *sumo*¹⁹. Ele acompanhou todas as entrevistas e, mesmo quando caía no sono enquanto meus interlocutores relatavam suas histórias, sua presença jamais passou despercebida. Os locais que ora estão extintos, os bairros étnicos, foram possíveis de serem acessados por meio de sua lembrança acerca dos caminhos a serem perseguidos. Além destas questões objetivas de sua participação física no trabalho de campo, a sua sociabilidade com os interlocutores e a memória que acompanhou sua trajetória de vida também foram cruciais para que eu lograsse o contato com alguns depoentes. Explico-me: ao longo de sua vida, meu avô estabeleceu relações de reciprocidade e solidariedade com diversos membros da comunidade *nikkei*, dando frutas do sítio, verduras e legumes e recebendo deles, em troca, os serviços que prestavam. No final, pude perceber que a pesquisa e as entrevistas entraram nessa rede de favores e dádivas e eu também estava levando, aos interlocutores, caixas de frutas, presentinhos e lembrancinhas que demonstravam minha gratidão por sua atenção e seu tempo, como meu avô costuma fazer com seus amigos.

Sua presença, portanto, não somente orientou o trajeto que percorri na pesquisa, mas

18 Não somente o acréscimo de termos e expressões da língua portuguesa, mas muitas vezes a própria construção gramatical também é alterada, gerando verdadeiramente uma nova língua, uma língua híbrida. Assim como será tratado o modo de vida rural *nikkei*.

19 Luta de contato em que um oponente tenta tirar o outro de um círculo demarcado no chão ou fazer com que o outro toque o chão com qualquer parte além da sola dos pés. Tem relação com a religião xintoísta e é apreciado pelos japoneses em geral, porém presencialmente os ingressos são caros e restritos a membros da elite. (Cf.: <https://en.wikipedia.org/wiki/Sumo>. Acesso em 20 de julho de 2013.)

também levantou questões a serem trabalhadas. A própria percepção da questão geracional como vetor de mudanças na sociabilidade *nikkei* se deu pela convivência diária com meu avô e com seus amigos, de modo que pude ter um parâmetro de comparação e análise com demais pessoas que conhecia e que, até então, percebia como mais novas, porém não conseguia enxergar que a questão geracional era crucial para compreender a dimensão de alguns conflitos deflagrados pela diferença de “mundos possíveis”.

A possibilidade de encontro de mundos se deu por meio da metodologia da história oral, da narração que os interlocutores fizeram de suas experiências de vida, momentos em que imprimiam em minha percepção, por meio de suas palavras, gestos e olhares, os sentimentos que experimentaram ao longo de suas vidas. Virtualmente, pelas narrativas, foi possível elaborar imagens e conceitos do passado e relacioná-los com projeções para o futuro e, concomitantemente, forjar um presente. É sobre esse emaranhado temporal-espacial que discorreremos a seguir. Após essa breve introdução que apresenta o leitor às questões práticas do trabalho de campo, discorreremos sobre os pressupostos teóricos que nortearam as escolhas da pesquisa empírica.

1.2 HISTÓRIA, “MEMÓRIA, IDENTIDADE E PROJETO”²⁰

Esta pesquisa foi orientada pela preocupação de articular uma metodologia que teve como objetivo principal fazer um cruzamento entre vários níveis da análise sociológica: desde as estratégias dos sujeitos envolvidos nos processos sociais, de que maneira eles articulam e elaboram suas memórias e projetos a fim de fazerem frente à contingência do cotidiano; até a análise das formas mais amplas da reprodução do capital pelo território. Articulamos, assim, a memória à terra, refletindo profundamente em que bases se assenta o modo de vida rural e propomos a *narrativa cartográfica* como o resultado desse cruzamento. Desse modo, precisamente na fusão da cartografia e da história oral, sintetizamos o que nomeamos por *narrativa cartográfica*. Confeccionamos²¹ quatro mapas que estão apresentados e discutidos no último capítulo deste texto. Pelo encontro dessas duas maneiras de abordar o real foi possível sintetizar um período relativamente longo de tempo. De certa maneira, confiamos que elas facilitam e potencializam a compreensão e visualização da questão perseguida neste texto. São, portanto, uma maneira que se pretende eficaz para apresentar espacialmente as maneiras pelas quais o capital se expande sob territórios com devir especulativo.

Neste sentido, Bernardo Fernandes (2008) aponta uma diferença fundamental entre o modo de produção camponesa e o capitalista no que se refere à produção de territórios distintos, produção que se faz por meio de relações distintas com a terra, o que decorre de um conflito, de um campo de disputa:

As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedade privada disputam o território nacional. (Fernandes, 2008: 6)

Além de ser visto como um meio de produção, a pesquisa indicou que a relação que os sujeitos estabelecem com a terra é também simbólica. Quando um depoente nos fala que “*não venderia seu sítio, nem se fosse para comprar outro*”, a terra é para ele algo muito além

²⁰ Referência ao texto de Gilberto Velho (1994) com o mesmo título.

²¹ A inclusão desta técnica de produção de dados para pesquisa foi feita nesta dissertação pelo contato com o Departamento de Cartografia da FCT/UNESP-Presidente Prudente, por meio de meu pai, prof. Dr. Júlio Kiyoshi Hasegawa, que me ensinou as técnicas necessárias para desenhar os mapas inseridos no texto. Também devo mencionar como responsável pela inspiração na inclusão desta técnica, a minha participação no Grupo LATA – CERES-IFCH/UNICAMP, que produz diversas pesquisas acadêmicas na área da Antropologia e Sociologia utilizando-se esses mecanismos.

de mercadoria, a qual se troca e intercambia por outra de valor equivalente; ela está além também de meio de produção, que não implica necessariamente num processo de territorialização. A terra, para ele, é o local exato a partir do qual se reconhece como sujeito, o ponto de partida para a constituição de sua subjetividade. Neste caso, constituída por uma trajetória de vida marcada pela espoliação constante dos meio de vida e de reprodução social e simbólica e a chegada da velhice incrementa as formas de espoliação a que este sujeito foi submetido ao longo da vida. Também é possível depreender uma conotação espiritual da relação com a terra quando um depoente nos fala que “*a terra é o amor aos pais*”, ou quando outro nos relata toda a luta e sofrimento para conseguir comprar um pedaço de terra para nos justificar sua resistência em vendê-la. O que é possível decantar dessas afirmações é que a terra funciona, nesse sistema de sociabilidade, como o elo entre os vivos e os mortos. Por meio do reconhecimento da luta do passado e da gratidão pelos esforços empreendidos em razão de um projeto de ascensão social para as gerações posteriores, a esses jovens não há valor monetário capaz de suplantar sua relação com seus ancestrais que se dá por meio da manutenção da relação com a terra. Isso pode ser depreendido a partir do que um depoente disse: “como vender algo que me custou tanto para comprar? Não tem dinheiro no mundo que pague.”

Essa relação com a terra é verdadeiramente a produção de um *espaço de vida* (WANDERLEY, 2009: 232). Envolve também uma noção de patrimônio familiar. Além de ser terra de trabalho, meio de vida, é uma terra de memória, materialização de relações sociais atemporais: o elo entre as gerações atuais, as passadas e as futuras. Essa concepção ampla do que consiste a relação com a terra informa um desafio metodológico: como conciliar uma análise dos aspectos simbólicos e subjetivos da relação com a terra, que passa pela consideração da trajetória individual e familiar, da questão identitária étnica, da inserção em um determinado sistema cultural, a uma análise estrutural que não perca de vista o movimento amplo do capital e como as questões anteriores são contingenciadas por esse movimento? Isto é, grosso modo, como fazer uma análise que leve em consideração a síntese que é produzida a partir da relação dialética entre o micro e macro? Esse problema foi contornado pela interseção de dois métodos: a história oral e a cartografia. Por meio do trabalho com as memórias, foi possível estabelecer relações causais entre estratégias de vida, processos identitários étnicos e contextos geopolíticos. Por outro lado, as cartografias ajudam a fornecer um panorama histórico dos processos de transformação do mundo rural, justamente pela

possibilidade de inserir as memórias dos sujeitos numa representação do território.

Compreender a terra como *fonte* de subjetividades embasa nossa discussão de terra como materialização da memória. Se a terra e o território são os fatores estruturais do modo de vida rural, que é baseado em regras sociais específicas e formas de sociabilidade determinadas que estão trabalhadas na seção específico a esse tema, as estratégias dos sujeitos estudadas que incorporam a questão da identidade passam por uma negociação constante e conflituosa na reprodução desse modo de vida. A terra não pode ser vista somente como meio de produção, mas um espaço de vida, a "materialização de relações sociais e simbólicas" (SILVA, 2001: 1). A terra é:

Lugar de viver, lugar de morar, lugar de criar os filhos, *o lugar da gente*. O lugar, enquanto materialidade simbólica é prenhe de significados que dizem respeito não somente ao momento presente, mas ao passado e também ao futuro. Há um elo de ligação entre estes tempos, reconstruídos pela memória individual e coletiva. A representação do lugar traduz os aspectos identitários destas pessoas (IDEM: 6-7)

Em "*Uma introdução à cartografia crítica*", Crampton e Krygier (2008) apresentam a constituição histórica da Cartografia Crítica como uma disciplina acadêmica. Os autores argumentam que muitos geógrafos e cartógrafos do final dos anos 1980 começaram a discutir o tema da re-politização da cartografia acadêmica, que estava primordialmente relacionada ao desenvolvimento de técnicas para o controle, medição, descrição e georreferenciamento mais apurados do território e não questionava as consequências práticas dessas políticas e investimentos. Essa despolitização, de acordo com os autores, contribuiu para o desenvolvimento de uma técnica orientada pela ciência, que era responsável pela produção de pesquisas a favor de instituições de controle e de manejo de territórios.

Ainda sobre o mesmo artigo, tanto o desenvolvimentos de tecnologias, que facilitam o acesso de não especialistas à produção de mapas, quanto o engajamento político de pesquisadores levaram a um indisciplinamento da cartografia. Assim, nós podemos enxergar, nesse movimento, a proliferação de pesquisas que envolvem discussões de técnicas cartográficas para a demarcação de territórios, percepções do espaço, métodos cooperativos de produção de conhecimento e dados georreferenciados²². As discussões propostas pelos

22 Três referências importantes sobre essas metodologias participativas, no Brasil, são 1) os trabalhos realizados pelo projeto Nova Cartografia Social, coordenado pelo prof. Dr. Alfredo Wagner: www.novacartografiasocial.com/ (acesso em 21 de abril de 2013); 2) a tese de doutorado defendida em 2010 no IFCH/UNICAMP, de Augusto Postigo, cujo título foi: "*A terra vista do alto : usos e percepções acerca do espaço entre os moradores do Rio Bagé, Acre*", disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=000770748> (acesso em 22 de abril de 2013); e 3) os trabalhos realizados pelo Laboratório de

críticos da cartografia disciplinada propõem a ideia que "*os mapas são documentos sociológicos e precisam ser compreendidos em seus contextos históricos*" (CRAMPTON et KRYGIER, 2008: 90). Portanto, a análise poderia incluir os termos 'mapeamento neutro' e 'racional' dentro do léxico da crítica sociológica, questionando os interesses a que esses produtos estavam servindo e a que relações de poder estavam imbricadas na produção, distribuição e consumo desses mapas.

Os autores também apresentam várias iniciativas de usos da cartografia que *indisciplinaram* sua produção e que trouxeram novos ares às técnicas (IDEM: 103). Neste sentido, nosso objetivo principal ao mobilizar técnicas de cartografia é prover uma alternativa à linguagem textual, neste caso a gráfica e figurativa, que facilite a compreensão e a visualização de alguns eventos sociais. Assim, baseado na memória de um tempo passado, nós seremos capazes de representar graficamente as histórias e tornar visível o movimento do capital no campo, comumente sem tratamento nos artigos. E é a possibilidade da visualização abstrata e ideal de um tempo passado que reside a emancipação via o acesso às memórias:

Qual a função da memória? Não reconstrói o tempo, não o anula tampouco. O fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol. Realiza uma *evocação*: o apelo dos vivos, a vinda à luz do dia, por um momento, de um defunto. É também a viagem que o oráculo pode fazer, descendo, ser vivo, ao país dos mortos para aprender a ver o que quer saber. (BOSI, 1994: 89)

Assim, o acesso às memórias é a possibilidade de racionalização do mundo, a transformação de sensações e percepções em discurso e fala. É a reconstrução de um momento que pode ter sido esquecido. As memórias são as histórias que as pessoas gostariam de contar e que organizam suas vidas no presente e as projetam a um futuro. De uma certa maneira, combinado à noção de memória como contra-história, a cartografia constitui uma "narrativa", um método privilegiado de relacionar a memória à terra, a história ao território. Historicizar o território e territorializar a história, configurando uma narrativa cartográfica, pois que feita a partir de memórias "so-terradas", outrora, pelo obscurecimento da memória oficial. (En)terradas (PERINI DE ALMEIDA, 2013) e territorializadas na memória de um espaço e tempo específicos que se fizeram emudecidos e que nessa narrativa podem ser visualizadas. Assim, provemos um método de análise que combina tanto os sujeitos e suas percepções acerca das mudanças sociais, quanto as mudanças das estruturas agrárias e os

conflitos inerentes a essas mudanças. Desse modo, nós relacionamos a memória dessas pessoas, sem perder de vista as maneiras através das quais o capital se reproduz no território de formas hegemônicas e incessantes.

Os mapas incluídos no último capítulo desta dissertação mostram e evidenciam como, ao longo do tempo, o capital logrou ocupar e alterar modos de produção em territórios que não estão organizados sob a lógica da monocultura e de grandes extensões de terras. Levamos em consideração, também, apoiados pelos estudos de Harvey (2005) e Thompson (1987), o papel do Estado como um dos principais agentes deste movimento, que dirige e direciona o avanço da agroindústria em territórios com devir especulativo por meio de empréstimos, investimentos, financiamentos diretos e indiretos ao setor chamado de "agronegócio". Por outro lado, esse mesmo Estado é omissor para os pequenos produtores que sofrem as consequências da "ineficiência estratégica" e do empobrecimento gradual, à medida em que o "não apoio" desestimula o setor e aumenta o fosso da desigualdade entre o agronegócio e a pequena produção. Além disso, também figura como resultado da ação do Estado o papel que a região ocupa como fornecedora de força de trabalho e exército industrial de reserva para regiões mais desenvolvidas do Estado de São Paulo. Assim, os mapas constituem-se, sinteticamente, em *narrativas cartográficas*, pois foram confeccionados a partir da percepção, da memória de sujeitos estratégicos a respeito das mudanças territoriais históricas.

Se, no início, nosso objetivo era estabelecer uma relação entre a vida e o modo de uso da terra por meio dos mapas, após a conclusão dos mapeamentos, no entanto, enxergamos um novo potencial para essa metodologia: a possibilidade de uma análise diacrônica dos eventos, que permite o estabelecimento ou conciliação de uma perspectiva local ou micro com uma perspectiva estrutural. Se a terra, para os camponeses e pequenos produtores, é um fator decisivo em suas vidas – como evidenciado nas entrevistas – os movimentos do capital no campo influenciam, condicionam e são condicionados pelas maneiras como esses sujeitos organizam-se no mundo. A terra e o território, neste sentido, são o "ponto de partida" e o "ponto de chegada" a partir dos quais esses sujeitos organizam e racionalizam sua própria vida. A terra é o elemento estrutural da realidade observada em pesquisa, é o último elemento a ser transformado pelo capital. Inúmeras famílias nos relataram que somente venderiam suas propriedades, que atualmente encontram-se praticamente improdutivas, caso fosse estritamente necessário usufruir da renda proveniente de sua venda. Somente nesse caso. Pois

enquanto conseguissem viver de rendas alternativas, manteriam a propriedade das terras e, portanto, sua relação simbólica e patrimonial, o vínculo com os antepassados que se materializa no esforço em manter a gratidão aos seus trabalhos para conseguir aquela propriedade.

A cartografia, portanto, aparece como uma ferramenta privilegiada para fornecer uma visão ampla dos processos sócio-territoriais que ocorreram nesta área. Ela mostra, precisamente, o que a memória apenas menciona e analisa: a última esfera da materialização da resistência camponesa e também daquilo que a engloba, o movimento do capital. Por isso, mais do que explicar e compreender como a configuração de forças imposta pelo capital forçam os pequenos produtores para as beiradas do mundo, a cartografia nos evidencia precisamente onde estão os pontos de conflito entre esses diferentes modelos de desenvolvimento, onde as forças de projeções e magnitudes diferentes colidem. Mais do que uma leitura das relações com a terra, os mapeamentos auxiliam na visualização dos movimentos do capital no campo, e como, ao longo do tempo, um modo de vida baseado na pequena produção tem sido assassinado pelo projeto hegemônico capitalista representado pela agroindústria canavieira. De acordo com Fernandes (2008), não é possível a conciliação desses dois modos de produção – o pequeno produtor e a agroindústria – no mesmo território, pois que pertencem a classes diferentes:

[U]ma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogêneo, enquanto a paisagem do território camponês é heterogêneo. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. (FERNANDES, 2008: 13)

A terra e o território, é possível apreender dos depoimentos, são as fundações materiais de onde fluem os fios da memória e para onde eles retornam. É onde o sonho reside. A terra e o território reposicionam projetos, aspirações e estratégias de vida; eles são o suporte material e físico de onde as pessoas adquirem forças e perseverança para continuar um modo

de vida.

Este texto todo, ao se fazer *na* fronteira de diversas áreas, dialoga com diferentes correntes de pensamento e por isso, recorre a fontes tão heterodoxas para se fazer possível. Entrevistas, observação participante, fotografias, mapeamentos, documentos históricos e textos acadêmicos historiográficos foram, principalmente, elementos que alimentaram as análises aqui empreendidas. Heterodoxia imposta pelo trabalho de campo. Ao longo da leitura das entrevistas será interessante notar a variedade de pontos de vista sobre diversos fenômenos importantes para a história do município e talvez essa composição diversa seja a principal contribuição deste trabalho. Essa diferenciação de pontos de vista relaciona-se com as maneiras pelas quais as pessoas mobilizam diferentes eixos explicativos para a mesma situação, o que diz respeito às suas trajetórias de vida, às suas estratégias e suas expectativas para o futuro. O seu presente informa os modelos de explicação do passado, mas o sujeito autentica criativamente seu relato a partir de impressões, sensações e movimentos de trajetórias que lhe são únicos, portanto o debate sobre a memória é correntemente retomado. É a discussão que traz a todo momento a noção das especificidades e subjetividades individuais, mas sem deixar de considerar o aparato social e a base histórica de cada representação, de cada relato. (POLLAK, 1989: 5)

As memórias ocupam um lugar central na construção teórica da pesquisa, assim como na metodologia. É a partir delas que fazemos os mapeamentos. É com elas que este texto dialoga. Assim, os mapeamentos apresentados a seguir estão relacionados às narrativas feitas pelos interlocutores da pesquisa. São, em realidade, uma maneira não textual, um modo figurativo que apresenta as narrativas. É o movimento diacrônico, que evidencia a mudança produzida na terra pelo movimento do capital durante o período de tempo pesquisado.

Além disso, o trabalho com as memórias abre a possibilidade para que essas mesmas pessoas que contaram suas histórias elaborem seu passado, retomando momentos que não foram racionalizados previamente justamente por não haverem sido exteriorizados por meio do discurso. Essa possibilidade é a de uma transformação subjetiva reveladora, capaz de exorcizar demônios familiares²³ e dotada de um potencial subversivo ao apontar para a ação política no mundo concreto. Essa exorcização também implicava numa projeção para o futuro, na constituição de um projeto para além dos limites temporais e espaciais daquele

23 Em alguns momentos foi possível perceber que, ao relatar pela primeira vez problemas vivenciados no passado, os interlocutores eram capazes de racionalizar aquilo que ocorrera e, com essa compreensão, era possível dar um sentido ao que viviam em seu presente. Essa oportunidade foi a de “perdoar”, compreender e esquecer dores que lhes torturavam até o momento da entrevista.

relato. Com suas bases fincadas nas experiências do passado, mas estabilizado e localizado espacial e temporalmente no presente, as narrativas abriam a possibilidade do sonho, da imaginação, da transformação do mundo. Era a ampliação da narrativa histórica realizada por meio de experiências concretas. Mesmo que idealmente, essa ação revela-se um verdadeiro processo de empoderamento do indivíduo atomizado, tornando-se sujeito de sua narrativa:

toda a noção de projeto está indissolúvelmente imbricada à ideia de indivíduo-sujeito. Ou invertendo a colocação – é indivíduo-sujeito aquele que faz projetos. A consciência e valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consistência à biografia, é o que possibilita a formulação e condução de projetos. Portanto, se a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o projeto é a antecipação no futuro dessas trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. A consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos. (...) as circunstâncias de um presente do indivíduo envolvem, necessariamente, valores, preconceitos, emoções. O projeto e a memória associam-se e articulam-se para dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade. Ou seja, na constituição da identidade social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, a memória e o projeto individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória. (VELHO, 1994: 101)

De fato, portanto, o trabalho com as memórias permite a formação de umnexo, um elo visível entre espaços e tempos que estão escondidos no esquecimento ou no desaparecimento. É a formação de uma relação de sentido, de rememoração de valores, de sentimentos e de nexos causais que levam, em última instância, ao conhecimento de si e de seu entorno. Assim, apoiados na experiência do passado e em expectativas políticas e sociais para o futuro, os sujeitos históricos nos relatam suas histórias de vida e nos informam quais são essas experiências e as expectativas:

a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. (POLLAK, 1989: 13)

A história oral, nesse tocante, além de outras potencialidades, possibilita também o

posicionamento crítico perante essas versões da história e conseqüentemente pluraliza a participação dos sujeitos nos acontecimentos, retirando do protagonismo histórico o monopólio dos grupos hegemônicos. É verdadeiramente a subversão política da narrativa oficial e opressora, que homogeniza as experiências e expectativas. Revela, por meio de sua negação, a faceta mais obscura dos que se reproduzem sobre o silêncio das memórias oprimidas.

[A história oral] Ao contrário de Maurice Halbwachs, [ela] acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (IDEM: 4)

Desse modo, a história oral abre a possibilidade da construção de um tipo de olhar para a própria metodologia que explicita a contradição inerente de um discurso que pretende forjar uma história uníssona e inequívoca. Constitui, portanto, uma contra memória, uma memória *descolonizadora*, que atesta a falência da ideia de que 1) o discurso oficial é verdadeiro; e 2) existem protagonistas dos eventos históricos e estes, somente estes, estão aptos a formularem explicações sobre os desdobramentos de suas ações. Assim, abre-se a possibilidade de se levar para o campo de disputa política e do embate público os relatos dos interlocutores e evidenciar o conflito imanente do trabalho de 'contar uma história'. De acordo com Maria Aparecida de Moraes Silva (2008: 8) “*O processo de reconstrução do passado, ao levar em conta estes elementos materiais e simbólicos da cultura, atinge um conteúdo político, capaz de ser um importante elo no conjunto de um projeto de transformação social*”. O termo *descolonizadora* merece ser destacado pelo viés político de se contrapor a narrativas hegemônicas do processo histórico, braço forte do processo de modernização homogenizador.

Além dessas questões, a história oral também propõe ao pesquisador a difícil tarefa de desalienar das relações de pesquisa. Os 'objetos' de pesquisa deixam de ser as pessoas e passam a ser os processos sociais, elemento fundamental para que a relação de pesquisa seja humanizada. Neste sentido, Ecléa Bosi afirma que:

Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. (...) Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma

compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes. (BOSI, 1994: 38)

Esse compromisso afetivo nega qualquer possibilidade de uma relação positivista com o interlocutor, pois que em realidade trata-se do estabelecimento de relações horizontais, de troca de experiências. Pressupõe-se, portanto, que contar uma história, porventura a própria história, requer um escutador atento e sensível, aberto às dificuldades imanentes em lidar com emoções, sensações, subjetividades. Um escutador que, antes de escutar, tenha a certeza de que está falando com um sujeito como si próprio, dotado dos mesmos atributos físicos que fazem de si seres humanos biológica e fisicamente iguais, mas portadores de culturas e simbologias diferentes que os tornam aptos a intercambiar experiências e estabelecer verdadeiramente relações de conhecimento (VIVEIROS DE CASTRO, 2002)



2. LUCÉLIA-SP: O AVANÇO DO CAPITAL PELO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO E A TERRA

2.1 OESTE PAULISTA: DOS “*TERRENI SPOPOLATI*” AO CAFEZAL



Ilustração 1: SOCIEDADE PROMOTORA DE IMMIGRAÇÃO DE S. PAULO. Mappa da Província de São Paulo. São Paulo, 1886. 1 Mapa. Escala 1:200.000. Acervo APESP. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_oeste/economia.php?pg=1. Acesso em 20 de julho de 2013.

2.1.1. O EXTERMÍNIO DOS POVOS INDÍGENAS E A CONQUISTA DO OESTE

Aqui, o cotidiano da conquista descobria um território já ocupado, cujos donos estavam dispostos a resistir ao que consideravam uma invasão e uma ameaça à sua sociedade. A triste rotina, inaugurada desde o período colonial, com seu cortejo de lutas, epidemias e degradações, foi por demais contundente, para que se lhes negue um mínimo de consciência quanto ao preço a ser pago pelo contato. E o futuro se encarregaria de justificar ainda mais essas apreensões, e explicar a heroica resistência que levou seus contingentes aos limites do extermínio. (TIDEI LIMA, 1978, p. 71)

Quando percorremos as estradas, caminhos e vias que atravessam o Oeste do Estado de São Paulo, mesmo os olhares mais atentos encontrarão dificuldades em perceber que o extermínio integra cada passo desse trajeto. Pois cada quilômetro de avanço das "marchas para o Oeste" (MONBEIG, 1984; TIDEI LIMA, 1978) representou a matança generalizada dos moradores dessas terras. O mapa acima reproduzido²⁴ atesta a visão hegemônica da época, final do século XIX e primeiras décadas do século XX, período em que o processo de colonização da região dava suas primeiras manifestações. Toda a região do oeste do Estado de São Paulo é representada por “*Terreni Spopolatti*”, isto é, “terras despovoadas”, em italiano, o

²⁴ Para visualizar o mapa em melhor resolução, acesse o blog: <http://alinehasegawa.noblogs.org/>.

que levanta duas questões: embora se soubesse da existência de habitantes nativos dessas terras, é possível afirmar que estes não eram vistos pelas elites locais como humanos propriamente ditos, a quem se respeita a integridade física e social. Muito pelo contrário, representam-nos como inexistentes, portanto as “terras despovoadas” figuram como passíveis de serem exploradas pela expansão da máquina capitalista. A invisibilidade deles é o que permite que estas terras sejam apropriadas pela lógica acumulação concentradora de capital.

A segunda questão refere-se ao caráter eminentemente colonizador dessa máquina de colonização, que contava com tecnologia estrangeira – europeia ou norte-americana – para se expandir, de modo que o movimento de conquista colonizador, que neste caso está encarnado na figura do cartógrafo italiano autor do mapa, dependia de um conhecimento técnico científico de fora, estrangeiro. Neste processo, pode-se verificar também o que Fernando Lourenço (2001) analisa em seu livro *Agricultura Ilustrada*: a síntese de tecnologias de conhecimento e apreensão do terreno, de transportes, de comunicação etc. estrangeiros com métodos nativos de extermínio indígena, forjando a face do “bandeirantismo paulista”. De uma maneira ampla, são processos que indicam a articulação de desenvolvimento tecnológico para a conformação de estruturas políticas e sociais arcaicas.

Apesar das atrocidades cometidas pelos “bandeirantes”, “bugreiros”, colonizadores propriamente ditos, a maioria dos estudos acerca do processo de expansão da fronteira agrícola do Estado de São Paulo não se refere a esse período – ou à violência imanente a esse processo. Em parte, atribui culpa à dificuldade em encontrar fontes. No entanto, o sucesso do extermínio, e a consagração da ideologia do bandeirante, agem como atenuadores, senão inocentadores dos crimes. Há evidências e indícios de que o “esquecimento” faz parte do processo de ocupação, ainda mais quando ele é acompanhado pela consagração da ideologia bandeirante. Assim, estas memórias hegemônicas também não deixam de corroborarem com a visão idealizada e romântica do processo de colonização, justamente por não se posicionarem criticamente a eles. Não se contentando, ou se conformando com essa ideia, em 1978 João Francisco Tidei Lima defendeu uma brilhante dissertação que é um documento importante por apresentar um outro ponto de vista ao entendimento desse processo e pode ser considerado um verdadeiro divisor de águas nos estudos sobre essas frentes de expansão a oeste. Se anteriormente a essa pesquisa era aceitável conceber o início dos acontecimentos históricos na região a partir da instalação dos pequenos povoados oriundos de aglomerações das fazendas, que levaram à formação das cidades; o trabalho de Tidei faz a “história oficial” retroceder

quase um século, sendo necessária a inclusão desta matança de Kaingangs²⁵, Kaiowá²⁶, Oti-Xavante²⁷, dentre outras etnias, como um dos “feitos” da expansão. Essa inclusão evidencia o caráter violento do avanço das frentes pioneiras, bem como deixa explícito o tom civilizatório e colonizador da máquina capitalista.

Em comparação com outro importante estudo acerca do processo de colonização da região, o qual será analisado brevemente em seguida, Tidei também atribui à colonização do oeste do estado de São Paulo uma das manifestações do próprio avanço da lógica capitalista, e direciona o foco de sua pesquisa ao processo violento que marcou a tomada das terras indígenas. Neste sentido, Monbeig também atribui a conquista do Oeste como o resultado do avanço da colonização “branca” pelo mundo. Porém seu estudo é mais amplo e menos focado nos processos de espoliação especificamente. Em realidade, ele cita os indígenas nas primeiras páginas de seu livro e depois acompanha o movimento das marchas para Oeste.

Ao pesquisar a documentação de registro das expedições científicas da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo²⁸, Tidei Lima encontrou neles um material rico acerca do encontro das frentes de expansão – que nesta época eram o modelo da empresa capitalista de expansão. É possível depreender de sua pesquisa que estes relatos retratam o momento anterior à chegada dos primeiros posseiros à região da Nova Alta Paulista, onde o município de Lucélia se localiza. Isto é, o processo de “ocupação” do oeste do Estado foi precedido pela “limpeza do terreno”, que se deu por meio do genocídio de populações nativas que, naturalmente, não corroboraram com a subordinação ao capital e, em muitos casos, preferiram a morte ao aniquilamento cultural, o que, no futuro, ficou patente ser diferentes faces de uma mesma moeda.

Apesar de se fazerem exatamente 35 anos da publicação deste texto, sua atualidade é incontestável²⁹. A importância da “inserção histórica” desse evento ainda é relativamente obscurecida nos trabalhos históricos acerca do processo de ocupação da região, como já

25 Grafia segundo as regras da Associação Brasileira de Antropologia (ABA): cf. : <http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral> acesso em 30 de maio de 2013.

26 Idem à nota anterior.

27 Nomenclatura adotada pelo próprio autor para designar uma etnia que também era conhecida como Ofaiê Xavante. É possível ter mais informações sobre este povo acessando: <http://terre.indigene.free.fr/etnias/OTI.htm>. Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

28 É possível ter mais referências acerca desta Comissão e de seus trabalhos no site:

<http://memoria.fundap.sp.gov.br/memoriapaulista/publicacao/conquista-do-sertao-paulista/modernos-bandeirantes-comissao-geografica-geologica-de-sao-p>.

29 Neste sentido, atualmente, na região central e norte do Brasil, ou onde quer que as frentes de expansão da fronteira agrícola se coloquem em movimento, as populações locais sofrem o mesmo processo de espoliação, pois que em ambos os casos – o atual e o descrito por Tidei Lima – são entraves para o avanço do capital e da lógica de acumulação concentradora.

mencionado anteriormente, e o problema – a violência inerente às lutas pela posse da terra – ainda, infelizmente, é uma realidade presente no cenário brasileiro. Os povos indígenas, mesmo fatigados e em condições precárias de vida, continuando lutando para manterem-se vinculados aos seus territórios ancestrais. O que ocorre é que na maioria dos casos a liquidação se deu em tamanhas proporções que os sobreviventes da luta encontram-se em locais longínquos dos originais. No caso dos Kaingang, atualmente suas maiores aldeias localizam-se no estado de Santa Catarina.

A violência com que se dá o choque de lógicas, de formas de manejo e de controle do território, são explicadas por Tidei como características próprias do avanço do capital. O foco de seu estudo não é a penetração das frentes pelo território ocidental paulista, mas a perseguição das frentes de luta. Intencionalmente também o autor distingue dois polos de relação com o território que marcam os conflitos: “interesses de uns” e “necessidades de outros”. Utilizando-se do conceito de acumulação do capital, Tidei enxerga a violência do processo como uma necessidade de expansão do capital sobre “*formações sociais primitivas*”, que são, nesta chave, um entrave ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, o avanço do capitalismo por áreas regidas por lógicas diversas carrega, em si, o germe da espoliação violenta de modos de vida. A necessidade do ritmo frenético, da rapidez na conquista imprime a brutalidade característica dos choques. Os embates são implacáveis para os indígenas, que não tem outra opção a não ser a rendição, a fuga ou a luta até o esgotamento do último recurso humano. As narrativas dos embates “*alternam relatos sobre chacinas, escravização, prostituição e toda sorte de violências*” (p. 8) que, de 1850 a 1910, por meio das chamadas “*dadas*” – enfrentamentos entre as tropas de bugreiros e de mateiros contra os indígenas – que aniquilaram e expulsaram do território paulista todo aquele que se opôs ao movimento do capital. Conforme progredia o avanço das conquistas e da matança, as terras à frente passavam a ser as reservas de terra roxa a se conquistar, tamanha era a sanha de lucros e a especulação dos agentes e dos “bugreiros” que, em menos de um século, todo o vasto território ocidental paulista se viu “conquistado” e livre dos “obstáculos” ao progresso.

O maior desses “obstáculos”, de acordo com Tidei (p. 34), foi o povo Kaingang:

Os Caingangues paulistas constituíam – registra Egon Schaden – os contingentes setentrionais de numerosa tribo, cujo habitat abrangia a parte ocidental de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande só Sul e partes adjacentes da República Argentina. Embora situados numa faixa distinta, na minuciosa classificação de Chestmir Loukotka, foram mais recentemente confirmados como definitivos integrantes da grande família Jê.

Aguapeí e Batalha;

4. os Caiowá, com aldeamentos de um total de 3.000 pessoas, de acordo com relatos da expedição de Teodoro Sampaio;
5. os Kaiapó-Meridionais

tribo do grupo Jê que, durante muito tempo, habitara o noroeste de São Paulo, compreendido entre o Rio Grande e o Rio Paraná –, praticamente nada consta na segunda metade do século XIX. Seus anteriores contatos com os brancos há muito haviam desmantelado o grupo e lançado seus sobreviventes no estado de mais abjeta degradação. (p. 44)

Mais do que a especificidade do produto ou das relações sociais que estão imbricadas neste modelo produtivo da cafeicultura, o que importa aqui, além da reconstituição histórica do massacre obscurecido dos Kaingang, é que a leitura de Tidei nos ajuda a identificar um padrão de expansão e de conquista territorial que é própria do capitalismo quando este se projeta, colonizando, regiões ainda fora de seu domínio. Neste sentido, essa leitura é a mesma que Harvey (2005) ao sintetizar a leitura de Hannah Arendt e Rosa Luxemburgo à teoria marxista acerca do processo de reprodução do capital e de sua necessidade permanente de expansão:

Os burgueses perceberam, pela primeira vez, que o pecado original do simples roubo, que séculos antes tornara possível '*a acumulação do capital*' (Marx) e dera início a toda a acumulação ulterior, tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente. (ARENDRT, *apud*, HARVEY, 2005 p. 148)

Por meio de mecanismos burocráticos e jurídicos, deu-se por “legalizada” a ocupação das terras indígenas, pois através de uma lei³⁰ ignorou-se a existência de indígenas, tornando a maioria das terras do oeste paulista, devolutas. Os dispositivos jurídicos e burocráticos são, portanto, a continuidade do processo de extermínio-apagamento – que se configura nessa duplicidade – pois legalizam a terra conquistada. E, de maneira muito interessante, considerando-as e afirmando-as como “terras devolutas”, ou seja, terras sem dono. Assim, reafirma-se o caráter colonizador do processo de expansão do capitalismo, operado pela lógica da subalternização do interno ao externo, bem como civilizatório, no sentido da produção de um “novo povo” pois que houve, por meio da criação desse aparato

30 A Lei de Terras de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm Acesso em 20 de julho de 2013.

jurídico, a possibilidade de que os trabalhadores imigrantes efetivamente substituíssem o “homem nacional”, que se viu impossibilitado de reproduzir-se socialmente. Esta terminologia – “trabalhador nacional” – era a utilizada durante o período e englobava tanto os negros, impossibilitados de trabalharem nos novos postos de trabalho assalariado pois não eram suficientemente socializados para o trabalho “livre”; quanto os indígenas, que também jamais foram considerados como “humanos” :

no Brasil e, em particular, em São Paulo, onde as mudanças são mais intensas – ativas principalmente pela produção do café –, o aumento do volume do comércio não é apenas uma resposta quantitativa às solicitações do mercado internacional. É também o resultado das modificações que alteram substancialmente a estrutura econômica e social, a começar das próprias relações sociais de produção, com a progressiva substituição do escravo africano pelo imigrante europeu e com o novo estatuto que passa a instruir sobre a propriedade fundiária. (TIDEI LIMA, 1978, p. 48)

Não como um ser fantasmagórico e místico, mas como forças que mobilizam populações e recursos em uma direção mais ou menos dirigida, assim é o capital. Se o período analisado por Tidei assistia ao protagonismo da cafeicultura, o nosso trabalho observa a transição deste modelo ao da agroindústria canavieira que, de outras maneiras, também se expande sobre as terras colonizando territórios e aniquilando modos de vida. Muitas vezes, aproveita-se de um discurso enviesado – como o enaltecido dos feitos dos “bandeirantes” e atualmente se apropria tanto do discurso ambientalista, quanto do lema capitalista da “eficiência” – para legitimar suas práticas. O mapa abaixo retrata³¹ como era ilustrada a região habitada por indígenas, na década de 1910. Novamente, é possível perceber uma oposição entre civilização x selvagens; no pior caso, que é o do mapa da abertura desta seção, os indígenas não são ao menos mencionados e seus territórios aparecem como “despovoados”.

31 Agradeço à professora Dra. Maria Inês Rauter Mancuso (PPGS/UFSCar), que esteve na banca de qualificação deste trabalho e sugeriu a inclusão deste mapa.

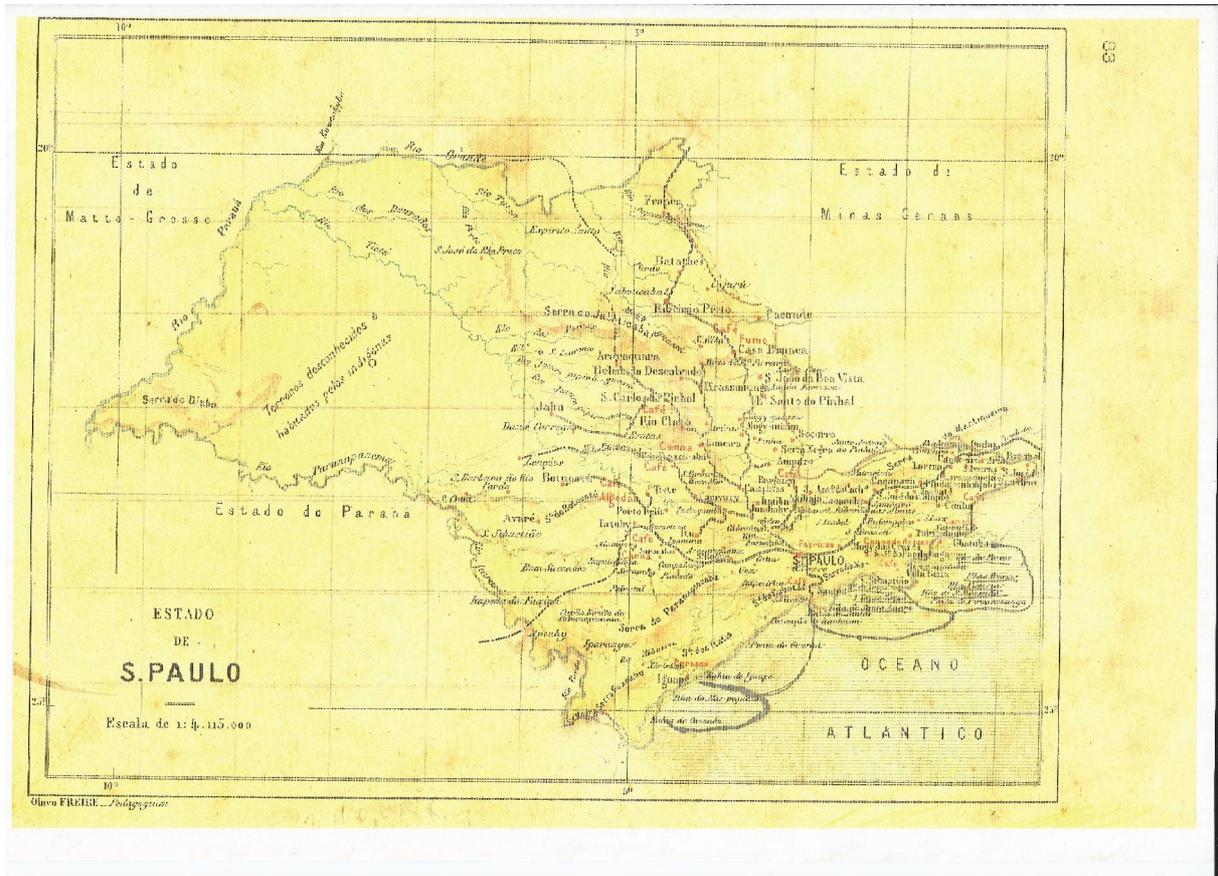


Ilustração 3: “Atlas de Geografia universal e especialmente do Brasil segundo os desenhos de Olavo Freire e Coronel Alfredo Osvaldo de Azevedo May, Curso Superior, para as escolas do 2º grau”. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves & Companhia Aillaud, Alves & Cia, 1912.

Não estamos presos a um idealismo primitivista, até porque não acreditamos em linhas evolutivas, porém questionamos qual é o desenvolvimento tão enaltecido pelo discurso capitalista que advém da aniquilação de modos de vida não colonizados? De uma maneira geral, as organizações sociais dos povos indígenas baseiam-se em relações de produção norteadas para o consumo doméstico, de modo que nem o excedente, muito menos o lucro, são norteadores da produção. Assim, é possível afirmar que há uma diferença significativa no que é compreendido como qualidade de vida: se para essas formas de organização social, a medida da qualidade de vida está relacionada à suficiência, ou à própria reprodução da vida³²; do outro, o capitalismo, atende a interesses e, em última instância, à reprodução do próprio

32 Um exemplo de um modo de vida que pressupõe uma relação em que o homem e a natureza sejam indissociáveis e integrados é o conceito político contemporâneo de *bem viver* (do quechua *sumak kawsay*) que busca retomar uma filosofia de vida em que a natureza deixe de ser um objeto da política, este conceito tem sido aplicado no Equador e na Bolívia e é apresentado por Alberto Acosta (2012) como uma contribuição para o século XXI.

capital, transformando as relações em coisas, em mercadorias, apagando as relações que estão por trás das coisas e também implica num processo de estranhamento gradual do homem com relação à natureza, ou seja, sua cisão da comunidade ou coletivos:

O capital não pode alcançar nenhum de seus fins com formas de produção de economia natural. Trata-se(...) de um conflito entre duas sociedades, emergindo uma situação de oposição estrutural e histórica. (...) não se trata de relações entre entidades contrárias, simplesmente diferentes ou exóticas umas em relação às outras, mas contraditórias, isto é, que a existência de uma tende a negar a da outra³³.
(TIDEI LIMA, 1978, p. 55)

Apesar da importância dos indígenas nesta região e de seu trágico destino, pouco se fala ainda hoje sobre eles, sobre sua resistência heroica e sobre os crimes que foram cometidos contra eles em nome de um progresso que posto dessa forma facilmente questionável. Tornaram-se, obviamente numa estratégia colonizadora ou colonial, peças de museu, histórias de anedotas, como se pode constatar pela única referência que é feita a eles no site do município de Lucélia:

A pré-história em Lucélia

A região da Alta Paulista foi o último espaço do Estado de São Paulo a ser ocupado, o que a fez uma área privilegiada em grandes achados de povos primitivos. Em Lucélia, estas ocorrências da arqueologia brasileira é evidente até os dias de hoje e sempre são vistos como algo nada surpreendente, uma vez que para os mais velhos isto nada significa.

O que se sabe é que nas proximidades do Rio Feio foram encontradas várias urnas funerárias de argila, com restos humanos (ossos) dentro delas. Convencidos de que poderiam guardar ouro em seu interior, muitas foram quebradas e outras jogadas no rio. Restaram poucas e uma foi doada para o Museu Índia Vanuire de Tupã –SP, e outras poucas para o Museu da USP (Universidade de São Paulo).

Quanto aos povos que habitavam a região da Nova Alta Paulista no período da colonização, sabe-se que eram os índios Kaingang . Fato interessante é que os Kaingang não enterravam seus descendentes diretamente no solo, ou seja, logo após a morte, eles aguardavam um período e durante este tempo o corpo ficava em exposição ao ar livre. O que dá a entender que eram enterrados apenas os ossos.

Sabendo que este grupo indígena não dominava a habilidade de trabalhar a cerâmica, com evidências na análise, sabe-se que eram povos de descendência Tupi-guarani.

Sabendo também que os descendentes de Tupi-guarani que ocupavam a região eram os Caiuás e que estes eram inimigos dos Kaingang, com certeza o Salto Carlos Botelho teria sido habitado pelos Caiuás, que com o avanço do homem branco, os kaingang foram obrigados a seguir em direção ao oeste e os Caiuás expulsos para as margens mato-grossenses do Rio Paraná.

Vestígios desta ocupação pré-histórica do município de Lucélia, podem ser

33 Apud OLIVEIRA, R. C. *O índio e o mundo dos brancos*, 2ª ed., São Paulo, Pioneira, 1972, p. 30.

encontrados na USP e em Tupã.³⁴

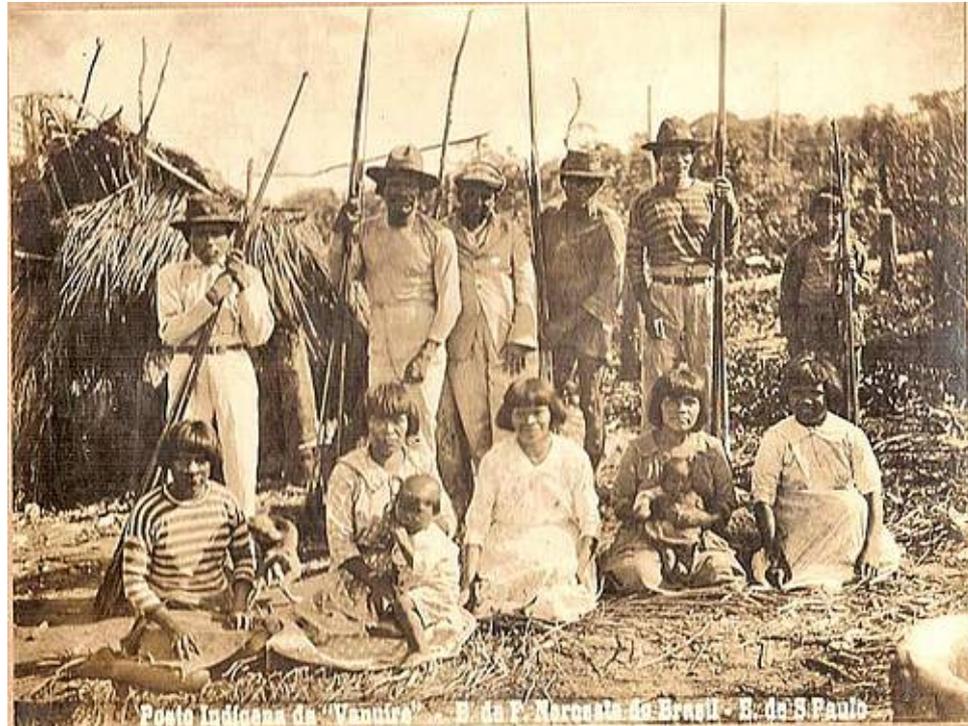


Ilustração 4: Posto Indígena da "Vanuíre". Fonte: <http://www.museuindiavanuire.org.br/india-vanuire/>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

Outra fonte importante que atesta essa posição subalterna que os povos indígenas ocupam no imaginário regional é a própria história da índia Vanuíre, que coloca em questão as condições em que se dão as “pacificações”. Muitas vezes, esgotados pela luta de resistência, já sem condições de reprodução social, com recursos humanos escassos, os indígenas não enxergam estratégia outra além de sujeitarem-se ao branco, aceitando suas condições numa trégua enviesada pois representa a perda dos territórios dos indígenas e sua submissão às regras e mundo dos brancos, as quais eles não compreendem plenamente:

Vanuíre é considerada a grande pacificadora dos conflitos entre brancos e índios Kaingang, no oeste paulista. A índia, segundo relatos de pesquisadores, teria vindo do Paraná, mas por falta de documentação histórica não se pode afirmar com exatidão onde e quando ela nasceu. Vanuíre faleceu em 1918, na aldeia Kaingang de Icatu, na cidade de Braúna, região de Araçatuba.

Os relatos são de que, cansada de ver seu povo sendo dizimado, Vanuíre subia no tronco de um jequitibá com dez metros de altura, onde permanecia do nascer do dia ao cair da tarde, entoando canções em favor da paz. Em 19 de março de 1912, a índia vivenciou o resultado de seus esforços em prol da pacificação. Foi quando dez guerreiros Kaingang se apresentaram no acampamento dos brancos em sinal de paz

34 Cf.: <http://www.nossalucelia.com.br/hprehistoria.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

e foram recebidos como irmãos.³⁵

Apesar da importância do museu construído em homenagem à índia Vanuíre, é importante questionar qual o posicionamento político que sua mensagem transmite. A “pacificação” é revestida por um caráter positivo e acrítico, e muitas das peças que estão ali expostas não correspondem a produções culturais dos povos que foram direta e duramente afetados pelas “dadas”. Em realidade, passa-se a ideia de um “índio genérico”, uma vez que são misturadas as produções étnicas de vários povos sem muito critério.

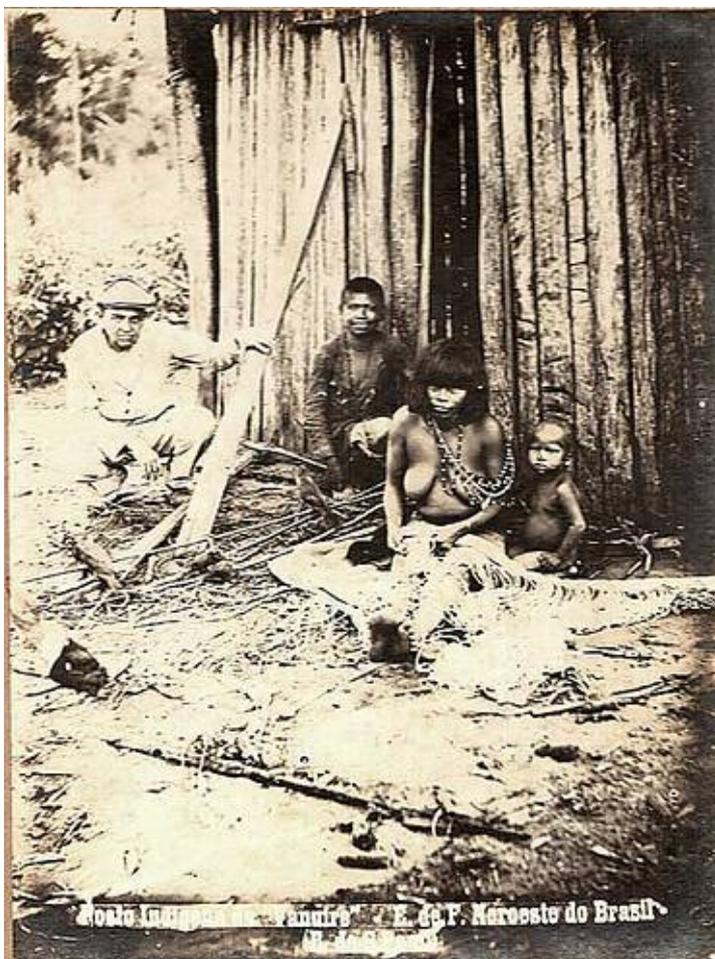


Ilustração 5: "Posto Indígena da 'Vanuíre'". Fonte: <http://www.museuindiavanuire.org.br/india-vanuire/>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

35 Cf.: <http://www.museuindiavanuire.org.br/india-vanuire/>. Acesso em 20 de abril de 2013.

Não se leva em consideração, por exemplo, que essa "pacificação" era em realidade a submissão dos indígenas a uma relação de dominação às práticas dos ocidentais. As ilustrações (5 e 6) atestam o caráter violento desses processos, uma vez que os postos de indígenas mais se assemelhavam a quartéis militares ou campos de concentração, do que postos de proteção de culturas e povos tradicionais.

A história contada por Tidei Lima, acerca do massacre e do extermínio não é mencionada, como se as poucas aldeias que ainda resistem no Estado de São Paulo fossem mais obras do acaso do que o resultado de uma luta secular e diária contra o aniquilamento e a homogeneização. Esse modelo de museu, catalográfico, atualmente é combatido pelos próprios indígenas, pois propõe uma perspectiva dos indígenas como "objetos do passado", ou ameaçados em extinção, que devemos nos preocupar com a preservação – e não reprodução.

Assim, recoloca-se a questão de como se fez a narrativa da história da Alta Paulista e de seus habitantes, ora narrada pela perspectiva da construção das ferrovias; ora da fundação dos primeiros vilarejos que originaram os municípios atuais; ou também pela matança dos indígenas e a brutalidade característica deste movimento histórico. De uma maneira ou de outra, essas são narrativas do mesmo processo: o avanço e a expansão do capitalismo por essas regiões. A própria ideia de marcha para o Oeste encarna esse movimento de espoliação, de acumulação concentradora e de conquista incessante. Se nos interessa recorrer às versões hegemônicas, que enaltecem o protagonismo das elites, é somente para opô-las à versão que nos preocupamos realmente em contar, aquelas versões cujos protagonistas são os indígenas, os imigrantes, os trabalhadores, isto é, as sub-versões desta história, as contra histórias, ou versões desta narrativa hegemônica. Neste texto tratamos de analisar os primeiros impactos sociais e históricos da chegada dessa nova lógica nesse território previamente ocupado por "economias naturais" (LUXEMBURGO, 1985). A partir de agora, o texto focará a atenção nos processos que foram a fundação dos municípios atuais. Analisaremos, principalmente, aqueles acontecimentos e situações que foram essenciais para a formação do município de Lucélia-SP e que balizam o contexto geopolítico atual em que a cidade é posicionada.

2.1.2. A CULTURA CAFEIEIRA E A "CIVILIZAÇÃO" EM LUCÉLIA-SP

Paulópolis, 8 de fevereiro de 1983

Exma Sra. Dona Silvia Mendes Mesquita,

Desejando antes de tudo, bôa saúde e perfeita paz á Senhora e a todos de sua particular estima, peço desculpas por lhe pedir um depoimento do seu heroico, infelizmente falecido marido, o Dr. Luiz Ferraz de Mesquita. Quando este contratou a medição da Fazenda Balisa, onde a Senhora morou com seus filhos, a Zona era dominada pelo indios Caigangs, os quaes haviam praticado vários morticínios, como aconteceu a Manoel Moreira Alvim e ás pessoas que o acompanhavam, isso aconteceu do lado nascente da Fazenda São Matheus que ele Alvim e José Antonio de Paiva compraram de José Theodoro de Souza, que a havia registrado no Registro Paroquial de Botucatu, em 1850 - Ao poente ficava Rancharia onde o Dr. Mesquita, em 1918 fez uma bem sucedida lavoura de algodão, enquanto se preparava para enfrentar o Caigangs, durante a medição da Fazenda Balisa. Num do ataques que sofreu, mandou cortar um pedaço de arvore com flexa espetada, o qual pedaço esteve pregado na parede de seu escritório, á rua Direita, si não me engano. Desse pedaço de arvore restará ao menos uma foto, que, si me fôr emprestada, devolvarei com a ampliação que mandarei fazer. Lembrome bem que adiravamos a coragem daquele admiravel engenheiro, que enfrentou e venceu a fúria dos selvicolas. Será uma prova do que poude fazer um magnifico engenheiro no exercicio da sua nobre profissão. Muito mais tarde, o bahiano Heitor Freire de Carvalho, fez sofrer o Dr. Mesquita, inventando a Adamantina para prejudicar o pioneiro da zona, que, com risco de vida e bens havia enfrentado e vencido as dificuldades que se opunham ao seu trabalho civilizador. É uma pagina que merece ser escrita, para que as gerações futuras conheçam o que devemos a quem devemos. Fui visinho de Dr. Luiz Mesquita quando entrei em 1919 em João Ramalho, não mais encontrando a pericolisade dos indigenas. Peço as suas presadas ordens ao conterraneo servo e admirador.

Paulo Vicente de Azevedo³⁶

A carta acima reproduzida foi encontrada em um site de memórias mantido pelos descendentes de Luiz e Cecília Ferraz de Mesquita, os “fundadores” do município de Lucélia-SP. Interessante notar que o Sr. Paulo Vicente de Azevedo, remetente da carta, confunde o nome de Cecília, chamando-a de Sílvia. Apesar dessa inexatidão, o teor da carta é revelador de um momento peculiar do avanço do capital pelo extremo oeste do estado de São Paulo: se por um lado o discurso oficial e grande parte do imaginário popular ainda hoje é permeado por relatos de feitos heroicos e bravios do "bandeirante moderno", encarnado na pessoa do engenheiro Luiz Ferraz de Mesquita, por outro lado, infelizmente, esse discurso encobre um processo extremamente violento e brutal de disputa por territórios e luta pela terra: o processo de acumulação de capital via espoliação (HARVEY, 2005). A carta reproduz aquilo que Tidei Lima (1978) critica: “*As dadas assumiam, cada vez mais, a dimensão de 'guerra justa'*” (p. 147).

Os jornais da época noticiavam as mortes dos “mateiros” e “bugreiros” e , por meio

36 Esta carta foi encontrada no site mantido pela família de Luiz Ferraz de Mesquita e sua esposa Cecília, em homenagem à memória dos patriarcas. No site, eles reproduzem lembranças, cartas, histórias e memórias dos avós e de Lucélia. Ela foi enviada a Cecília, apesar de o remetente ter confundido seu nome, e os possíveis erros de grafia também estão reproduzidos fielmente, mas foram destacados no texto. Disponível em: <http://ferrazdemesquita.org/Cartas_da_vovo.html>, acesso em 15 de maio de 2012.

delas, justificava-se toda a sorte de atrocidades aos indígenas, que eram retratados como entraves ao desenvolvimento regional, pois resistiam e não cediam suas terras para a construção das ferrovias e para a demarcação de loteamentos urbanos. Assim, são poucos e difíceis de encontrar os relatos em que se percebe a presença dos povos indígenas na região da Alta Paulista, ou que lhe conferem imagem diferente da hegemônica de “entreve ao progresso” ou de “atrasados”.

Essa região localizada no oeste do Estado de São Paulo, tem “seu desenvolvimento e sua história”³⁷ atreladas à construção da estrada de ferro da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (POSSAS, 2008). É limitada, no sentido norte-sul, pelo Rio do Peixe e Aguapeí; e no sentido leste-oeste pelo município de Garça-SP e pelo Rio Paraná. A capital regional é o município de Marília-SP, com uma população de 216.684 habitantes. Sua colonização³⁸ é a própria história do avanço das “frentes pioneiras” para oeste do estado de São Paulo (MONBEIG, 1984). De acordo com Possas (2008), Monbeig (1984) e Tidei Lima (1978) é possível fazer uma diferenciação entre dois momentos da expansão para o Oeste do estado de São Paulo – região que engloba a Alta Paulista em momento posterior:

As **frentes de expansão** ocorreram aproximadamente no período de 1850 e 1870, e foram, de modo geral, realizadas por posseiros, de maneira descontínua e dispersa, com alguns conflitos intensos (ainda que ocasionais) com os índios caingangues.

(...)

A intensidade desses conflitos entre posseiros e indígenas vai ganhando notoriedade, conforme denunciam as fontes existentes, demonstrando a criação de uma política mais agressiva por parte do governo provincial em parceria com a Igreja, por meio das ordens religiosas que se fizeram mais presentes na região – esta, por sua vez, aos poucos sai do anonimato e ganha uma identificação geográfica. (POSSAS, 2008: 22)

Nesse momento, a presença organizada e institucionalizada da ação do estado ainda não se faz presente e esses movimentos são esparsos e dependentes da iniciativa individual. Promulgada a Lei de Terras (1850), que considerou praticamente todas as terras a oeste de Bauru terras devolutas, deu-se início a um cenário similar ao da *acumulação primitiva*. Nem os meios de conquista variavam com aqueles retratados por Marx – o roubo, a violência, o assassinato, envenenamento. De acordo com Tidei Lima, a conquista da maioria das terras não

37 Desenvolvimento e história do ponto de vista econômico e da historiografia tradicional. Neste texto, optamos pelo termo colonização.

38 Usaremos este termo para nos referirmos à chegada do Estado oficial nesta região, uma vez que o termo “ocupação” transmite a ideia de que outrora não havia habitantes nestas terras, de que eram territórios vazios, como faziam crer os mapas da época. Porém, como já visto na seção anterior, essa região era toda habitada por indígenas.

se deu por meio da compra do Estado, mas pela fraude e pela violência. Isto é, forjando documentações, as famosas grilagens, e expulsando os indígenas de suas terras. São práticas complementares às iniciais, pois a grilagem confere legitimidade falsa sobre a propriedade da terra e ao mesmo tempo apaga a história da matança e da expulsão dos índios, de modo que as terras devolutas perdem o estatuto de “terras conquistadas”, pois o regime jurídico funciona melhor dentro da lógica democrática, mas continua dependente de uma mentira inicial, um roubo justificado e legitimado' (TIDEI LIMA, 1978, 122-123) Assim, ainda de acordo com o autor, a própria violência do processo de ocupação de uma região que já estava ocupada por indígenas deu visibilidade aos conflitos, sendo necessário, portanto, a criação do aparato jurídico para dar formas democráticas e civilizadas ao conflito sangrento que se travava nos limites das terras paulistas. Os principais agentes desse período eram pequenos posseiros e grileiros, vindos “*quase todos de Minas Gerais*” (MONBEIG, 1984, p. 133), que emigravam em busca de melhores condições de vida, fugindo da pobreza gerada pela decadência das minas de ouro. De acordo com Beatriz Medeiros de Melo (2012):

A partir de 1850 chegavam à região os mineiros. Foram eles os primeiros a enfrentar os índios, embora não tenham sido responsáveis pela franca dizimação desta população. Saíram de Minas fugindo da pobreza que a devastava com a decadência da mineração, das agitações da tentativa revolucionária de 1842 e, ainda, do alistamento obrigatório decorrente da Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870. entre o começo e o final da segunda metade do século XIX, os mineiros povoaram grande parte do interior de São Paulo, chegando-se a sugerir que os paulistas representassem apenas 20% da população em grande parte dos municípios. Fundaram e povoaram importantes cidades do interior como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Viradouro. (p. 51)

Eles foram os precursores do movimento posterior de penetração, uma vez que este aproveitou as estradas e picadas abertas pelos “mineiro” nos espigões; os núcleos de povoamento que fundaram serviram de base e apoio aos pioneiros e também eles possuíam os títulos de posse da terra. “*Para tornar-se alguém proprietário, era preciso tratar ou lutar com eles.*” (p. 137) Nessa dinâmica de movimentação demográfica, é importante perceber o encerramento do ciclo do ouro em Minas Gerais e o início da cafeicultura na Alta Paulista. Posteriormente, o Estado, articulado com companhias de construção de estradas de ferro, agrimensores, topógrafos, colonizadores, voltou seus interesses expansionistas, configurando um novo momento de conquista do Oeste. Empresas como a CAIC, a JICA e o Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo tiveram grande importância:

As frentes pioneiras para o Oeste Paulista são pressionadas pelas necessidades dessas novas conjunturas [necessidade de força de trabalho]. Estão situadas entre os anos de 1880 e 1890, e nas primeiras décadas do século XX. Trata-se de uma outra dimensão de ocupação, bem diferente da primeira pelo seu objetivo, intensidade, organização e, principalmente, pela presença diversificada dos interesses de seus protagonistas, como pela agressividade dos embates com os indígenas, uma vez que os empreendimentos agora eram motivados pela urgência de terras para cultivo de um dos mais importantes produtos de exportação da história do país: o café. (...)

Essas novas frentes vinham conduzidas pela liderança de empreendimentos de natureza econômica, implementados por financiamentos de empresas imobiliárias que visavam a especulação de terras: bancária, em virtude do financiamento de compra e venda de lotes; comercial (montagem de uma rede de circulação interna de mercadorias) e ferroviária, pois os trilhos e trens garantiram a fluidez do tráfego da produção cafeeira e de todo o seu *staff* de mercadorias e de gente. (POSSAS, 2008: 23-24)

Os interesses que nortearam os agentes desta fase da expansão capitalista eram diversos – desde a conquista de terras à ampliação do cultivo do café, que estava novamente valorizado no mercado internacional, até agentes de especulação de terras, que conquistavam, limpavam e loteavam terrenos para vendê-los aos trabalhadores do café e/ou aos que acompanhavam as frentes nas construções de estradas de ferro. Essas limpezas consistiam na retirada da cobertura original do terreno – o que incluía a retirada dos recursos humanos também, de modo a permitir outro tipo de relação social para lidar com aquele território.

Ambos agentes vinham com todo o aparato técnico necessário para a medição dos terrenos, averiguação dos terrenos e "abertura" e "limpeza" de áreas dominadas pelos "silvícolas", a mando do Estado, como agentes de seu poder. O extermínio indígena não cessou, muito pelo contrário, adquiriu formas e características mais organizadas e sistemáticas, perdendo o caráter de conflitos locais e choques esporádicos, para se tornar verdadeiramente uma política de Estado³⁹. A outra ponta do processo de expansão do capital pelo ocidente do estado de São Paulo também é marcada pela violência: é a formação dos novos aglomerados urbanos, vilas e pequenas cidades que são o germe dos municípios atuais da região. O contingente populacional que acompanha essa marcha é aquele que fora, por sua vez, expulso de outras regiões: mineiros, nordestinos e imigrantes.

O papel do Estado foi fundamental para criar as condições para a travessia e a entrada destes grupos no Brasil. Arrendava o serviço de transporte a quem fizesse as ofertas mais vantajosas e oferecesse as melhores garantias (MONBEIG, 1971, p.

39 Tidei Lima descreve vários recursos estratégicos e militares que os agentes das frentes começaram a empregar nas lutas, como envenenamento de fontes de água que os indígenas utilizavam, estratégias de guerra como invasão dos acampamentos nos períodos posteriores a grandes comemorações e pela calada da noite etc.

102-103). Assim, foram-se fundando importantes companhias de colonização por meio da iniciativa, sobretudo, de grandes cafeicultores que passavam já a diversificar suas atividades. (MELO, 2012, p. 68)

Dessa forma, as frentes pioneiras chegam por volta dos anos 1930 e a fundação dos municípios da região, geralmente, ocorre dez anos após a chegada dos primeiros moradores ou ocupantes da área (MONBEIG, 1984; BORGES, 1997).

A expansão da cafeicultura rumo à porção ocidental do Estado, fez surgir a Alta Paulista. Como a expansão da ferrovia, por meio de empreendimentos particulares, se vinculava aos indicadores do mercado, a construção não seguia um programa ou um ritmo constante. Em épocas de alta dos preços do café no mercado internacional, intensificava-se a construção de mais alguns quilômetros, levando comunicação a uma área onde a frente pioneira já havia feito surgir algumas vilas e patrimônios. Os recursos técnicos da época também se constituíam em elementos dificultadores de sua expansão, pois impunha à engenharia um ritmo lento de construção. Assim, durante vários anos, algumas cidades tornavam-se “pontas de linha”, o que lhes rendia excelente condição de desenvolvimento. Marília viveu esta condição no início do século XX, comandando a colonização das áreas vizinhas. (MONBEIG, 1984, p. 349 apud) (GIL, 2007: 78)

O histórico do município de Lucélia expressa este movimento de ocupação da Alta Paulista. De acordo com registros do IBGE⁴⁰, o prolongamento das estradas de ferro da Companhia Paulista de Estradas de Ferro atraiu, num primeiro momento, imigrantes russos e eslavos, que formaram um bairro nomeado Balisa. No último item desta dissertação discorreremos melhor sobre este bairro, já que atualmente ele está desaparecido. Posteriormente a região recebe imigrantes de diversas origens – espanhóis, italianos, portugueses e japoneses – que saíram do regime de colonato e buscavam, por meio da aquisição de pequenos lotes de terra, uma melhoria em suas condições de vida.

Na Nova Alta Paulista, no entanto, por volta de 1930, até a década de 1950, o negócio das terras foi tornando-se lucrativo com a venda de pequenas glebas no sistema de varejo, realizada pelas várias empresas imobiliárias que se instalaram especialmente em Marília, Pompéia, e Oriente. As pessoas interessadas eram, em maior número, imigrantes italianos de segunda e terceira gerações, provenientes das antigas áreas cafeeiras do centro e do norte do Estado, e de famílias japonesas, sendo muitas imigrantes e outras já de segunda geração. Mais tarde, já nas décadas de 1960 e 1970, centenas de milhares de migrantes nordestinos também chegaram à região, indo trabalhar como meeiros, arrendatários, ou mesmo como assalariados nas atividades rurais. (FRESCA, 1990: 17).

40 IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>> , acesso em 04 de março de 2011.

De acordo com Monbeig (1984), o surgimento dessas diversas pequenas propriedades também coincide com um declínio no preço do café no período referido. Nesta ocasião, os fazendeiros dividiram em diversos lotes suas grandes propriedades e venderam-na, de modo a sanar suas dívidas. Nesse tocante, fica evidente a especulação precoce sobre o valor da terra no Estado de São Paulo: já na década de 30, os grandes capitalistas, que estavam à frente do processo de expansão da malha ferroviária e da cafeicultura perceberam o lucrativo comércio de terras e, com o aval e incentivo do Estado, passaram a lotear suas fazendas em pequenas glebas e vendê-las aos imigrantes. Um dos fatores de atração aos novos loteamentos era a construção das estradas de ferro, que facilitaria a vida dos habitantes nestas localidades que tinham a distância como o maior empecilho para o desenvolvimento:

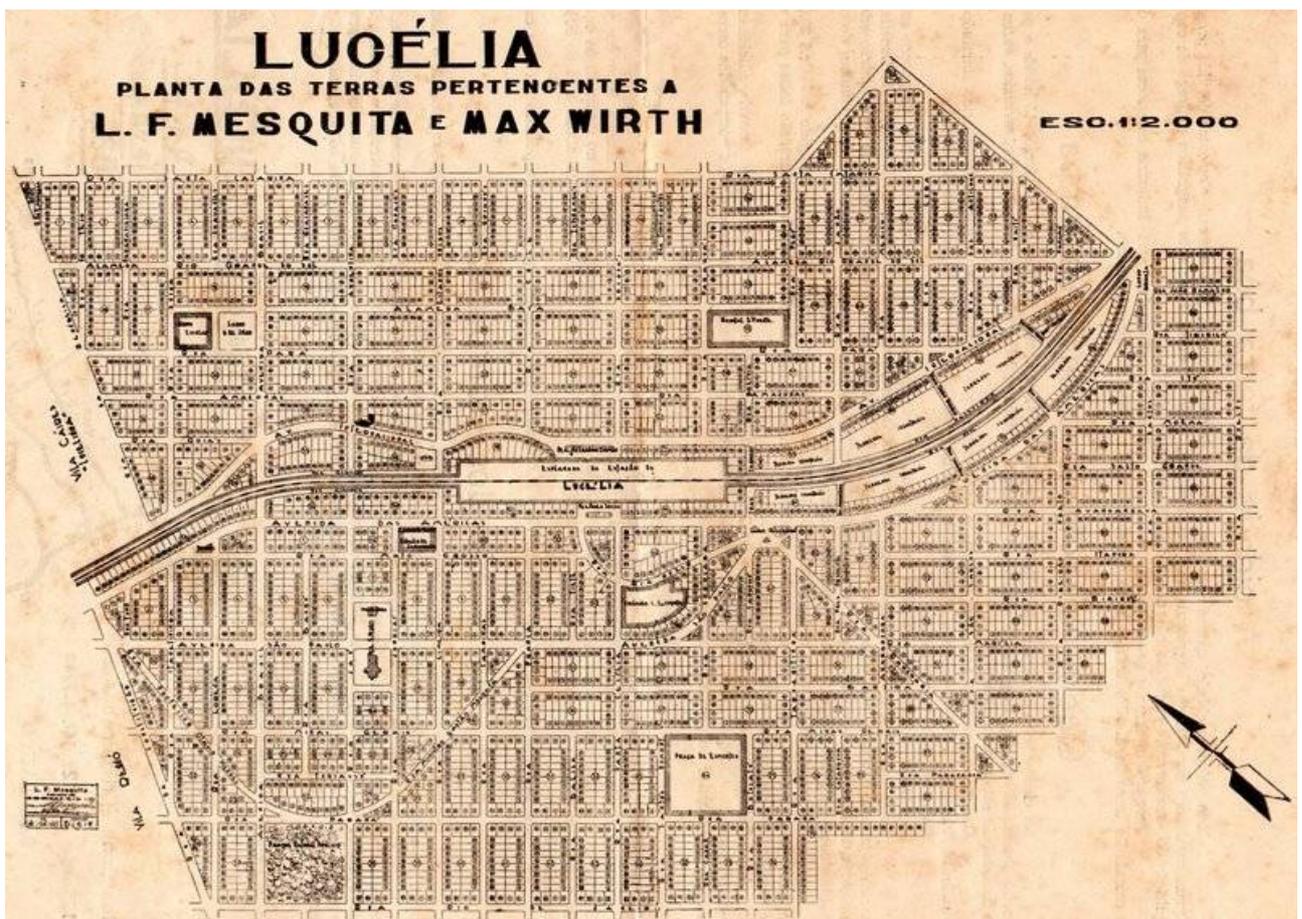


Ilustração 6: "Primeira planta". Fonte: "Site Câmara dos Vereadores de Lucélia". Cf: <http://camaralucelia.sp.gov.br/galerias/fotos/14/primeira%20planta.jpg>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

A maior parte dos novos proprietários rurais era constituída de ex-colonos das antigas fazendas de café, contando, portanto, com poucos recursos financeiros,

tecnológicos e técnicos. A distância dos centros maiores e a ausência de infraestrutura como hospitais, escolas, rede bancária, energia elétrica, rede de transporte, influenciavam o valor acessível das terras em relação às propriedades de alto valor agregado nas regiões cafeeiras. Assim, essas famílias dispunham de dinheiro para comprar uma pequena gleba, contribuindo para que a estrutura fundiária desses municípios fosse constituída, basicamente, por pequenas e médias propriedades rurais.

A precariedade dos transportes e o baixo poder aquisitivo dos agricultores, dificultavam o seu deslocamento até as cidades, onde vendiam as suas colheitas e abasteciam-se de produtos manufaturados. Tal fato contribuiu para que os vendedores de lotes usassem a vinda da ferrovia como mote para a projeção de novas cidades. Assim, elas foram surgindo no espigão, próximas aos marcos da ferrovia, distando poucos quilômetros uma da outra, pulverizando a rede urbana e configurando a especificidade desta porção regional. (FRESCA, 1990: 17).

Assim, espanhóis, italianos, japoneses, portugueses, eslavos e demais imigrantes vão para a região conhecida como Zona da Mata adquirindo pequenos lotes e transformando-a em um emaranhado de pequenas propriedades muito bem articuladas em redes de solidariedade entre imigrantes de diversos países. Na tese já citada anteriormente, de Beatriz Medeiros de Melo (2012), é apresentado um minucioso estudo de caso acerca do processo de colonização da região de Jales-SP. Diversos são os relatos desses imigrantes sobre as condições de vida precária que tiveram de enfrentar nos primeiros anos, principalmente no que dizia respeito ao isolamento ocasionado pela falta de manutenção das estradas, a falta de energia elétrica, a ausência de redes de esgoto e saneamento básico, sem levar em consideração que muitas dessas famílias relatam histórias de “aberturas de fazendas” que implicavam na limpeza do terreno, isto é, compravam terras loteadas e demarcadas, porém sem nenhum tratamento anterior, ficando a cargo dos novos compradores a incumbência de derrubar a mata para o início de qualquer produção agrícola.



Ilustração 7: Abertura de estrada na Zona da Mata. Fonte: Acervo Sala de Leituras da E. E, José Firpo. Acesso em: Fev/2013.

Fresca (1990) também aponta a presença indígena nas frentes de expansão paulista e ilustra o caráter das limpezas: o atendimento às demandas internacionais. Desde seu fundamento, as fazendas cafeicultoras e tudo o que era inerente à sua instalação foram, verdadeiramente, obra das demandas dos mercados europeus e norte-americanos sobre territórios subalternos:

A autora ainda continua, e retoma uma discussão importante trazida também por Monbeig (1984), a respeito do ritmo frenético em que se operavam as mudanças sociais advindas pela chegada do capitalismo no Oeste. Revoluções que nos países centrais demoraram séculos para se fazerem, completaram-se em décadas nas terras brasileiras. Essa avidez, essa sanha pelos lucros, conferiu o tom na violência imanente ao processo.

Acompanhando a construção dos trilhos e ritmado pelas obras, foi que se deu a penetração na região, assimilando, ainda, como força de trabalho, os indígenas que não foram mortos:

A penetração constante e garantida pela ferrovia que avançava veio consolidar as fazendas, o café, mas também fez ressoar na região e nas novas fronteiras os pretensos valores republicanos, que acabaram reforçando a 'mentalidade predatória' de uma oligarquia agrária no poder. Tratava-se da interiorização da República, com significativa ampliação da esfera pública, que colocou em xeque, sem eliminá-los, os valores associados à vida privada. (IDEM, p. 26.)

Fresca também considera esse capítulo da história nacional como um momento importante de conflito entre o arcaico e o moderno. A integração de regiões desconectadas pelos meios de transporte e pelos canais de comunicação com as metrópoles, fez-se com tecnologias de ponta para a época, porém os métodos utilizados para que essas regiões passassem a ser ligadas à geopolítica nacional foram arcaicos, pois usaram a violência, o autoritarismo e as fraudes. Esse momento, apesar de ser datado, continua se reproduzindo em regiões cujas fronteiras estão em negociação atualmente.

Um momento ímpar se instala na história desse país, evidenciando as contradições entre o moderno e o arcaico, expressas no impacto da experiência urbanizadora e renunciando sinais de ruptura de nossas raízes coloniais, que exigem redefinições de uma cidadania política.

O país integrava regiões longínquas e de fronteira, devido à intensificação dos contatos internos, mas a sociedade brasileira permanecia excludente. Era ainda um campo para privilégios de poucos, tanto da esfera pública quanto na experiência privada. (...)

Dessa forma, as práticas herdadas do clientelismo político, regulador das relações sociais, esboçavam um paternalismo governamental que continuava a associar a nova gestão política republicana a acertos pessoais. Ao contrário da excelência do Estado burocrático, esse estilo de governo permanecia avesso a normas e regras de uma ordenação impessoal e racional, mantendo as afinidades pessoais e os laços afetivos como fundamentos essenciais, que as classes emergentes urbanas não conseguiram diluir ou substituir, renunciando, dessa maneira, um sistema político populista que caracterizaria as décadas de 1930 e 1940." (IDEM, p.26)

Lourenço (2001) ainda aponta uma questão importante que motivou ainda mais essa "marcha para o Oeste": as técnicas empregadas na agricultura esgotavam o solo em pouco tempo – na verdade, a ideologia corrente na época era a de que não havia necessidade de se preocupar em manter um nível de fertilidade no solo, uma vez que as regiões de mata virgem, que quando desmatadas eram muito produtivas nos primeiros anos, ainda eram abundantes. Isso motivava os 'pioneiros' a seguirem sempre em frente, buscando novas terras férteis e

prontas para serem cultivadas. Novamente, repetia-se o processo de espoliação: roubar/expulsar os indígenas de suas terras, derrubar a mata, queimar a terra e plantar até o esgotamento novamente. E assim o ciclo se reproduzia. De uma maneira geral, os processos descritos acima acompanharam toda a marcha para o Oeste e são o retrato da história da fundação da maioria dos municípios localizados a Oeste de Bauru. Divergem, nas histórias e nos acontecimentos locais, os mecanismos de espoliação e matança dos indígenas; os nomes dos agentes propriamente ditos – Teodoro Sampaio, Luiz Ferraz de Mesquita, João Ramalho etc; os núcleos de colonização e a fundação de alguns bairros. Focaremos nossa atenção, a partir deste ponto, na formação do município de Lucélia-SP. Especificamente, discorreremos sobre aqueles processos que, genealógicamente, levam ao posicionamento geopolítico que o município ocupa na divisão regional do trabalho.

2.1.2.1. Expansão (década de 1930): uma crítica ao personalismo político e à “memória oficial”

Adhemar de Barros, o então interventor do Estado de São Paulo nomeado por Getúlio Vargas, no final da década de 1930 até o início da década de 1940, era irmão da esposa de Luiz Ferraz de Mesquita, a quem delegou o loteamento e colonização da região onde atualmente está localizado o município de Lucélia. Neste período, porém, a região já vinha sendo ocupada por posseiros advindos de outras frentes de expansão que não representavam as forças estatais de ocupação. Dois eram os principais pioneiros que já haviam chegado na região e fundado núcleos de povoamento: Cayres e Rennó⁴¹.

Luiz Ferraz de Mesquita contratou um topógrafo suíço – Max Wirth – para fazer a agrimensura dos terrenos e, como pagamento pelos serviços, esse recebeu uma gleba de terras. Assim, somadas às duas anteriores, Lucélia foi composta por mais duas, totalizando em quatro o número de glebas que constituíram o município em sua forma final: Max Wirth – a

41 Na sala de leituras da Escola Estadual José Firpo, conversei com R. e C. acerca da “história” de Lucélia. Rosária trabalha há muito tempo como responsável por essa sala de leitura e foi professora do ensino fundamental e médio. Neste ano de 2013, sua aposentadoria será liberada. C. era instrutor de autoescola, mas sofreu um acidente que o fez perder parte da visão, incapacitando-o para o trabalho. Ficou algum tempo à frente da Secretaria Municipal de Cultura, mas foi deposto pelo prefeito por desavenças pessoais. Na época da pesquisa estava desempregado e foi uma das pessoas que mais me auxiliaram no trabalho de campo, apresentando importantes interlocutores e fontes documentais. Em uma conversa permeada de narrativas, às vezes contraditórias entre si, foi possível montar um quebra-cabeças da colonização do município e da região.

do suíço topógrafo; Vila Cayres; Vila Rennó e, por último, a gleba de Mesquita, que era chama de Vila Rancharia. Ainda de acordo com os relatos, o planejamento inicial de Mesquita previa o povoamento do município partindo, obviamente, de sua vila. Assim, na região da Vila Rancharia, atualmente, está construída a casa onde Mesquita morava com sua família, uma igreja e ele também elaborou projetos de construção de uma rodoviária, além da estação de trem ter sua frente voltada para o lado desta vila também. A escolha de Mesquita por esta gleba de terras deu-se por conta da distribuição da qualidade das águas subterrâneas, sendo a Vila Rancharia abastecida com água de melhor qualidade, menos “salobra”.

Rosária: A cidade era para ser lá porque a água de Lucélia era muito ruim e lá na Rancharia tem água boa, só que os terrenos de lá, ele começou a vender mais caro do que aqui, que a água era muito ruim, do Cayres, Rennó, Max Wirth, tudo era água ruim... Conclusão: Lucélia era conhecida por ter a água ruim. Quando eu vim para cá: “*ai, você vai morar naquela cidade de água horrorosa?*” mas... a parte do Mesquita era água boa, por isso que os lotes eram mais caros.

Aline: Mas como assim água ruim?

C.: Antigamente era poços, né.

Rosária: Era água...

C.: Salobra...

Rosária: Salobra... uma água pesada.

C.: Cada um tinha seu poço de água em casa, não tinha distribuição

Rosária: Era água ruim mesmo, não sei dizer...

Era sabido popularmente que as demais glebas distribuía água de qualidade inferior, como pode ser percebido pela compilação do depoimento abaixo, cuja informante nos relatou sua chegada na cidade na década de 1950 e foi morar na Vila Rennó :

Aline: E Obassan⁴² o que achou quando chegou em Lucélia?

Sra. T.: Ah, achei horrível...

Aline: Horrível?

Sra. T.: Calor danado... água? Não tinha essa água tratada... era uma água salobra, água salobra! E um calor danado! Fui chegar em fevereiro... demorei pra acostumar aqui... e ele voltava cheio de barro ou poeira... cheio de poeira...

42 Termo nativo para designar senhora.

Porém, quando se iniciaram as vendas dos lotes com vistas à colonização, Mesquita vendia seus lotes a preço mais alto que os demais, principalmente Cayres e Rennó. O barateamento dos demais terrenos minou os planos de Mesquita e a cidade passou a desenvolver-se, à revelia, em direção à Vila Cayres e à Vila Rennó. Assim, apesar do protagonismo defendido pelas elites locais acerca do papel de Mesquita, Cayres e Rennó, no que diz respeito ao povoamento propriamente dito do município, exerceram papel preponderante, porém não eram de famílias tradicionais paulistas, muito menos estavam associados ao interventor do Estado, o que explica, provavelmente, seu anonimato até os dias atuais. Os depoimentos ainda nos falam sobre um certo senhor João Ramalho, também mencionado no livro de Monbeig (1984), que com sua família e amigos, chegou até o município de Lucélia e fundou o povoamento chamado de Zona da Mata. Novamente, esta figura também foi eclipsada da memória oficial pela chegada de Mesquita com seu aparato estatal e sua pompa de elite. Outros relatos ainda contam que alguns imigrantes russos e eslavos, acompanhando a construção da ferrovia Sorocabana, chegaram à região e fundaram o bairro da Balisa. Além da Balisa e de João Ramalho, na Água Grande também havia um núcleo de povoamento fundado por Benedito Lopes.

Os acordos entre Adhemar de Barros e Luiz Ferraz de Mesquita não se resumiam somente à posse da terra pelo serviço de colonização. Além disso, o primeiro prometera ao segundo que a construção da Ferrovia Sorocabana pararia em Lucélia por alguns anos. Esse acordo implicava num desenvolvimento local, já que as cidades “pontas de trilho” eram conexões das regiões onde os trilhos ainda não haviam chegado às demais regiões. Serviços, comércios, comunicação e infra estrutura convergiriam para Lucélia e de Lucélia seriam distribuídos. Essa questão evidencia a cadência do desenvolvimento pensada numa lógica da acumulação privativa, concentradora: para-se o progresso para que ele beneficie alguns setores e somente quando estes atingissem um grau considerável de concentração de capital é que as obras retomariam seu ritmo. No entanto, o plano de parada da ferrovia se deu apenas por cinco anos. De acordo com depoimentos, Adhemar de Barros e Mesquita tiveram desavenças pessoais que se refletiram nos “negócios” e “acordo” entre ambos. Assim, as obras da ferrovia foram retomadas e Lucélia não teve o tempo necessário como cidade “ponta de trilho” para se desenvolver e se tornar um polo regional, como se tornou Marília, que foi, durante algum tempo, uma cidade “ponta de trilho”.

Dessa fase de colonização, talvez a herança histórica mais preponderante seja o

personalismo político e social que permeia as relações interpessoais no município. Ao caminhar pelas ruas da cidade, podemos observar os nomes das famílias “importantes” que designam as ruas, avenidas e praças e que, num ranço coronelístico, insistem em imprimir seu poder simbólico sobre as mentalidades das “pessoas comuns”, homens e mulheres trabalhadores que vivem o cotidiano da construção da cidade e a opressão advinda da reprodução de um sistema de privilégios patrimoniais. Desse modo, um luceliense que não seja membro ou descendente de famílias da elite, em sua maioria com sobrenomes italianos,⁴³ praticamente não acessa alguns círculos sociais de poder e prestígio, a não ser em posições subalternas. A nomeação dos locais públicos e o acesso a posições de influência que se dão através dos nomes e do pertencimento às famílias constituem-se verdadeiramente numa rede tecida pela elite em defesa de seus interesses e na manutenção de seu prestígio com relação à constituição da narrativa histórica da cidade, como se fossem eles os protagonistas dessa história.

Afora os problemas que essa questão imprime no cotidiano das pessoas, como a obrigação velada em direcionar tratamentos pessoais desiguais que variam de acordo com a posição social que a família ocupa na hierarquia do prestígio e da tradição, esse personalismo traz uma consequência ainda mais séria que é a disputa pela memória da cidade e a legitimação de uma narrativa que atribui às elites o poder sobre o passado, o presente e o futuro dessa cidade e de seu povo. Assim, quando fui acessar um acervo público de fotos, não deveria ter me intrigado com as dificuldades que enfrentei: não sou descendente de nenhuma dessas famílias, “*como poderia estar querendo escrever a história de Lucélia?*”, fui perguntada. Também fui questionada se conhecia “*todas essas pessoas importantes*”, que “*não poderia deixar de citar os nomes delas*”. Numa preocupação com a reprodução desse elitismo, mesmo que fizesse isso inconscientemente, a responsável pela manutenção deste acervo colocava obstáculos ao meu acesso à fotos e, em seu discurso e em suas justificativas, colocava que apenas os “conhecidos” eram “de confiança” e poderiam ter acesso àquilo que era a memória do município – quando, na realidade, grande parte das fotografias atesta exatamente aquilo que estou criticando aqui: a reprodução de um modelo coronelista, que se dá por meio de simbologias como a nomeação de locais públicos e a imposição de um estilo de vida adequado a cada estrato social.

43 Atualmente apenas duas famílias japoneses integram esse círculo de elite que, não aleatoriamente, é composto por latifundiários. Retomaremos esta questão no capítulo segundo, em que discutimos o papel dos *nikkei* na formação da paisagem rural luceliense.

Evidenciava-se nessa situação de pesquisa que o que importava não era meu compromisso com a pesquisa, muito menos a contrapartida que eu estava propondo: uma dissertação com um viés crítico sobre a narrativa da colonização da região de Lucélia. Essas eram questões menos importantes, uma vez que a preocupação era a valorização do acervo e do trabalho de catalogação por parte da elite mesma, ou seja, uma legitimação social do trabalho de “resgate” da memória da cidade que só poderia advir do reconhecimento da elite da importância daquele acervo, de modo que a produção da memória e sua circulação se fizesse dentro do mesmo circuito social, o da elite, algo que esta pesquisa não se propõe fazer. Desde o início, a proposta é criticar o papel de colonizador dessa elite que mina as possibilidades de emancipação e desenvolvimento social do município pois só atendem a interesses particulares e imediatos e não extrapolam os limites do desenvolvimento econômico pensado somente a partir da lógica de acumulação concentradora. Além disso, engajam-se, consciente ou inconscientemente, num projeto simbólico de colonização que exclui da memória da cidade os imigrantes, as mulheres, os negros, os mais pobres. Neste sentido, esta dissertação apresenta o massacre dos indígenas numa ponta e o desaparecimento de bairros de grupos étnicos – num momento posterior, demarcando uma nova guinada da expansão – como resultados desse mesmo projeto de expansão do capitalismo, que é reproduzido nas relações sociais cotidianas, no impedimento de algumas pessoas a acessarem alguns locais estratégicos, na impossibilidade de se estabelecer relações horizontais e emancipadoras num ambiente de estratificação social velada, já que muitas vezes a dominação de um grupo sobre outro se reveste de um viés democrático para obscurecer a violência simbólica inerente ao processo.

O pertencimento a um círculo específico elite pode ser percebido no trajar, nos comportamentos, na maneira de se portar, nas formas de olhar, de gesticular, de mandar. Ou seja, tudo aquilo que é transmitido ao mundo exterior pelo sujeito é mediado por sua socialização em um ambiente de elite e será reconhecido, por aqueles que não são deste círculo, como sinais de distinção e mando. O subalterno também é socializado a obedecer a estes sujeitos – e aprende a reconhecer os sinais de mando, pois o inverso também pode ser afirmado: a socialização do grupo dominado, colonizado, oprimido e desvalorizado socialmente também passa por uma educação de seus corpos. Bourdieu (1979) trabalha com essas manifestações corporais muito bem em *O camponês e o seu corpo*, “é preciso admitir que as técnicas corporais constituem verdadeiros sistemas solidários a todo um contexto

social.” (85) ou ainda sobre o mesmo tema da incorporação de padrões culturais e sociais nos gestos:

o camponês é levado a introjetar a imagem que os outros fazem dele, mesmo quando se trata de um mero estereótipo. (...) Em consequência, fica embaraçado em relação ao seu corpo e em seu corpo. É por apreender seu corpo como um corpo de camponês que tem dele uma consciência infeliz. Não é exagero presumir que a tomada de consciência de seu corpo é, para o camponês, a ocasião privilegiada da tomada de consciência da condição camponesa. (IDEM, p. 86)

Desse modo, fica mais evidente a compreensão das formas de dominação materiais e simbólicas das elites sobre os trabalhadores: aquelas relações de favores e dívidas que Afrânio Garcia (1988) descreve no texto *Sujeitos e Libertos* são parte integrante da sociabilidade luceliense, que podem ser justificadas por esse esforço na reprodução de uma memória local enviesada, pois enaltece os feitos de “grandes homens” ou “bandeirantes dos tempos modernos” como alguns ainda se referem a Luiz Ferraz de Mesquita, que obscurecem tanto a violência por trás desses processos de conquista como também obliteram os esforços de todos os trabalhadores na construção das casas, ruas, praças, na produção agrícola do município. Os próprios alicerces da memória dos municípios são esquecidos estrategicamente, para que não se atribuam a devida importância e reproduzam um modelo de privilégios. Ainda de acordo com Afrânio Garcia, essa relação nutre toda a sorte de corrupções dentro das prefeituras, as indicações e nomeações escusas, os favores, as sensações de dívidas impagáveis para com algumas pessoas – principalmente as da elite – e a manutenção de uma ampla e intensa rede de solidariedade que, no mais das vezes, contribui para a reprodução da dominação de uma elite de prestadores de favores e de uma grande parcela da população que se “endivida”, sem perspectivas de se libertar dessa rede de dominação. O que interessa para este trabalho, para além da especificidade do contexto, é a manutenção de um tipo de relação em que aquele que detém determinado tipo de capital social se beneficia dele, gerando um círculo vicioso em que o desprovido desses bens se vê preso a uma relação de poder e hierarquia, em que os interesses do hegemônico são sempre atendidos:

Havia uma variedade enorme dos arranjos práticos na relação morador-patrão, porém ser morador em uma propriedade significava sempre realizar uma atividade de interesse do proprietário. (...) Contudo esta relação implicava também a obrigação de ficar o tempo todo à disposição do senhor, sempre pronto a executar

suas ordens, de noite ou de dia. Esta disponibilidade permanente da pessoa do morador para com seu patrão, ponto central desta forma de dominação específica, é outra das referências privilegiadas da relação de sujeição, (...) Caso o morador demorasse a obedecer as suas ordens, o senhor podia obrigá-lo a fazer o que queria. Mas o trabalho de dominação construía as condições que permitiam dispensar a coerção direta: os "dons generosos" do proprietário criavam para o eventual beneficiário uma dívida que não poderia ser saldada. Quem estava em posição de devedor permanente, ou mesmo eterno, tornava-se despossuído dos meios de saber o que devia exatamente; por conseguinte, não tinha outra alternativa senão aceitar, como seu, o interesse de seu "protetor". Obedecer as ordens era uma maneira de retribuir uma dívida que não podia ser quitada. Se a comunidade de interesses é uma das condições de possibilidade da dependência personalizada, (...) é fundamental que se analise as condições de produção desta comunidade de interesses, onde o interesse do dominante acaba por aparecer como interesse tanto do dominado como do dominante. (GARCIA, 1988, grifos meus)

Para ilustrar o processo de consagração de algumas figuras políticas em posições prestigiadas localmente, cabe aqui mencionar que o município de Pracinha, emancipado de Lucélia na década de 1990, atualmente vivencia esse processo de disputa pela memória histórica da cidade. Como é um município relativamente jovem, as ruas estão sendo nomeadas, as praças em construção também, os conjuntos habitacionais etc., de modo que esses conflitos emergem com mais força e estão menos estabilizados, uma vez que a disputa está se dando explicitamente – quando, no caso de Lucélia, as memórias já se tornaram “oficiais”. Como a disputa ainda está sendo “travada”, não é possível definir quais serão os parâmetros de definição da “memória oficial”, mas já podemos observar que provavelmente não diferirá muito do adotado por Lucélia. Conversamos com M. I., sobrinho de meu avô materno, acerca desse processo, já que ele está encaminhando um projeto de lei para nomear um conjunto habitacional com o nome de seu falecido pai, N. I.:

M.: esse é o ponto que tá agora pelo reconhecimento da atividade do meu pai lá, e conversando com os políticos, eu sugeri fazer, digamos, uma praça alguma coisa e postar o nome dele e eles já tinham começado um projeto já nesse sentido com outros moradores antigos que trabalharam em prol de Pracinha, tanto é que a vicinal lá chama “Geraldo Hissato” que era um dos moradores de Pracinha que construía carroceria de caminhão, que vinha gente aqui do Brasil inteiro mandar fazer carroceria de caminhão aqui com ele.

Continuando seu relato, a importância de seu pai na história de Pracinha se justifica pois:

M.: meu pai sempre foi um fanático por política, objetivando sempre o progresso, o sonho dele era fazer ali no Três Botecos⁴⁴ ali, fazer pelo menos uma vila, uma

44 Antigo bairro pertencente ao município de Lucélia, atualmente localizado em Pracinha.

comunidade comunitária, eu lembro que era o sonho dele aquilo lá. Tanto é que o projeto da... do manancial foi iniciativa dele e ele que pegou lá todas as vizinhanças lá para implantar o projeto lá, aí fizeram um poço artesiano lá no vizinho, botaram a caixa d'água dentro do sítio dele e fizeram a distribuição de água, em troca disso você tinha que fazer a preservação dos mananciais de água que tinha na região... Então, o velho já tem essa noção aí de melhoria da sociedade como um todo e eu acho que meu pai ajudou muito Pracinha para Pracinha ser o que é hoje, porque ele sempre estava em contato com prefeitos, com políticos lá e eu acho que ele foi um dos grandes incentivadores do Antônio Correia lá para emancipar Pracinha e Pracinha ser o que é hoje, porque em relação ao que era, né, Oriel, há 40 anos...

Apesar de atribuir uma importância política a seu pai, num projeto voltado ao desenvolvimento regional, nesta entrevista, M. e O., trabalhador parceiro do sítio de M. que nos acompanhava na entrevista, também usam termos como “fundadores”, reproduzindo o mesmo padrão de personalismo presente nos depoimentos que conseguimos acerca da formação de Lucélia. Assim, tanto num lugar, quanto no outro, as elites se articulam, principalmente, em torno da memória de seus feitos e por meio deles, legitimam sua posição social privilegiada. Dessa forma, mantêm a dominação e o servilismo dos subalternos. Essa é a herança dessa fase de colonização do município de Lucélia. Caminhemos para as demais.

2.1.2.2. Consolidação (década de 1940-1970): a cafeicultura e a pequena propriedade

Quando conversei com pessoas que viveram em Lucélia na década de 1950-1960 sobre a história do município, era possível sentir em seus relatos um ranço nostálgico, um saudosismo com relação a uma época em que Lucélia era um polo regional, concentrando serviços estratégicos, distribuindo produtos e sendo o referencial de toda a região. Nessa época, as décadas que compreendem os anos de 1940 a 1970, mais ou menos dez anos após o período da “expansão”, o município vivenciou acontecimentos que são representativos da importância que lhe era atribuída: diversos artistas de projeção nacional realizam apresentações no Clube de Campo Salto Botelho⁴⁵; Lucélia sediava o único cinema da região; foi nesse período também que se deu a fundação dos inúmeros clubes japoneses – de acordo com depoimentos, havia pelo menos 4 clubes dispersos pela cidade que posteriormente foram aglutinados em um, a Associação Cultural Esportiva Luceliense (A.CE.L.); além das inúmeras escolas na zona rural; bem como o aeroporto da cidade e a fundação da escola de formação de

⁴⁵ Fotografias no blog já citado.

pilotos.

Um elemento importante que traduz o otimismo com que se olha retrospectivamente para essa época é a própria efervescência cultural e social dos clubes japoneses. Neste sentido, diversos depoimentos dão conta de nos traçar uma narrativa acerca do dinamismo da época: escolas, festas, clubes e esportes ocupavam diariamente o lazer dos *nikkei*. E apontam para um período da história da cidade em que os bairros rurais étnicos se formavam. De certa maneira, as festividades eram possíveis pois a área rural era dinâmica e vivia, verdadeiramente, um momento de crescimento, com a atração de imigrantes de diversas origens para as terras recém-loteadas, prontas para terem suas matas derrubadas para receberem as plantações de café, algodão ou amendoim. Desse modo, chegaram em Lucélia, nesse período, grande parte dos imigrantes japoneses que são proprietários de terras atualmente.

Após trabalharem alguns anos no regime de colonato nas fazendas plantadoras de café, grande parte desses imigrantes, que vinham com planos de retornar ao Japão enriquecidos, já havia passado pela desilusão dos baixos salários e das péssimas condições de vida. Transcrevo abaixo um depoimento disponível na tese de Fábio Kazuo Ocada (2006). No trecho, a depoente conta as dificuldades que tinham, principalmente, os imigrantes com relação à alimentação:

... na fazenda, não tinha coisa que comer, só mandavam arroz, banha que a gente nunca tinha comido. Sabe o que a gente comia? *Gohan* (arroz) com bacalhau (risos) meu pai só comprava bacalhau em Cafelândia, mistura era todo dia bacalhau (risos), não sabia comer carne seca. Carne fresca não podia deixar muito tempo também, não tinha geladeira nada, não sabia comer gordura, então meu pai comprava. Até ontem eu estava comentando que papai trazia óleo naquela latinha quadrada de óleo de soja... *aburá* (gordura) não sabia comer, meu pai falava que gordura de porco não é para comer (risos). Eu nunca tinha visto porco no Japão, primeira vez que vi, nossa, fiquei com medo! (risos) um dia, minha mãe estava na porta assim olhando o cavalo comendo matinho, estava cheio ali, né, baixinho, aí [ela pensou]: “nossa, acho que essa planta dá para comer, o que o cavalo come, não é veneno”, minha mãe tocou o cavalo, pegou tudo aí... era “picão” (risos), depois refogou e fez mistura, né. Assim que nós passamos no começo...”⁴⁶ (p. 96)

Assim, muitas famílias abandonaram os planos de retorno. Após quitarem suas dívidas – alguns não lograram esse feito e fugiram dos cafezais – foram empregados como parceiros em sítios e chácaras de outros imigrantes japoneses, que vinham com o subsídio do governo japonês já como proprietários de terras e plantavam algodão⁴⁷. Nesse contexto, eram

46 Posteriormente, este depoimento será retomado, quando nos referirmos às técnicas que os japoneses aprenderam com os caipiras.

47 Este assunto será melhor discutido no próximo capítulo.

melhor remunerados e não sentiam tanto o peso das diferenças culturais, uma vez que as companhias de colonização japonesas incentivavam a criação de escolas e ambientes de sociabilidade onde seria possível a reprodução de traços culturais japoneses. Após alguns anos trabalhando como parceiros, muitos já conseguiram comprar, para si e sua família seus próprios lotes de terra, onde também passaram a produzir, majoritariamente, algodão e amendoim. Desse modo, tanto a localização da compra das terras, quanto a distribuição dos produtos dependiam dessa rede de solidariedade tecida em torno do componente identitário étnico, que forjou, inclusive, uma estratégia coletiva de ascensão social por meio da aquisição de terras.

Nas entrevistas que realizamos, encontramos uma grande uniformidade nas histórias ocupacionais. Há um trajeto típico destes imigrantes que começam sua vida no Brasil como colonos em alguma fazenda de café, passam em seguida a trabalhar como arrendatário, o que lhes dá condições para virem a ser proprietários de pequenos lotes de terra. Só mais tarde é que se transferem para a zona urbana. (CARDOSO, 1995: 55)

Esta também foi a realidade que encontramos em nosso trabalho de campo, muito embora seja difícil precisar que todas as etapas: colonato, arrendatário, pequenos proprietários e trabalhadores urbanos, realmente tenham sido passadas por todos os imigrantes. O que encontramos foi uma diversidade grande de experiências e trajetórias que torna difícil qualquer análise que uniformize a experiência de imigração de toda a comunidade *nikkei*. O que é possível, porém, é traçar tendências. Na realidade, muitas dessas etapas foram vividas ao longo de mais de uma geração. O pai chegou na condição de imigrante com seus filhos, trabalhou juntamente com sua família sob o regime de colonato, mudou-se para as regiões de colônias japonesas, tornou-se arrendatário e faleceu. O seu filho comprou um pequeno lote de terra, tornou-se cultivador de algodão e amendoim e se mudou para as cidades. Atualmente, esses senhores se mantêm ainda vinculados à terra que compraram mas, em sua maioria, seus filhos já não moram mais nas mesmas cidades e não se ocupam com empregos vinculados à agricultura. O vínculo com a terra, de certa forma, é deixado de lado frente à expectativa de ascensão social.

De acordo com Ruth Cardoso (1995),

Esta permanência maciça na agricultura [logo da compra dos primeiros lotes de terra], considerando-se que 37% dos imigrantes que no Japão participaram da força de trabalho não eram agricultores, parece bastante excepcional. (...) Resulta, sem

sombra de dúvida, da expansão desta atividade no Estado de São Paulo, que deve ter impressionado particularmente os japoneses, vindos de um país superpovoado e sem disponibilidade de terras. (...) os japoneses contaram com incentivos bem mais concretos para continuarem agricultores. Como já mostramos, a época favorecia o pequeno lavrador e os japoneses tiveram facilidades especiais oferecidas pelas companhias de colonização, tanto no financiamento de lotes quanto na orientação da técnica para plantio. O grupo étnico funcionou como uma grande rede de informação e apoio e facilitou tanto a localização dos imigrantes em núcleos quanto o seu desenvolvimento.⁴⁸ (58-59)

Logo, se do ponto de vista da origem social, a opção pela agricultura não pode ser explicada a partir de uma relação prévia com o trabalho no campo, Ruth Cardoso aponta duas questões importantes: a primeira é a conjuntura nacional que incentivou esses imigrantes a continuarem em um projeto de ascensão social baseado na pequena propriedade agrícola; a segunda é a origem desses imigrantes que também condiciona a visão do Brasil como um lugar onde a vastidão e a abundância de terras como uma oportunidade, já que no Japão as terras eram escassas e somente os nobres eram proprietários de terras. Assim, tanto do ponto de vista conjuntural, quanto do ponto de vista cultural e simbólico, a propriedade de terras era a maneira mais evidente de ascender na escala social. Foi dessa maneira que muitos imigrantes encontraram seu caminho em Lucélia, tornando-se proprietários de terras de lotes que eram vendidos por companhias de colonização, acompanhando o movimento da colonização do Oeste do Estado de São Paulo.

A partir da análise da trajetória de construção e declínio das associações japonesas no município, esse momento de intensas atividades também fica evidente: nessas décadas, de uma maneira geral, os membros da comunidade *nikkei* enriqueceram com a agricultura, cultivando basicamente amendoim e algodão e isso se refletia em suas atividades nas associações. Nessas décadas, eram organizados grandes eventos que congregavam tanto os membros da comunidade em torno do esporte e da cultura, quanto os membros não comunitários.

Vários exemplos desses eventos podem ser citados: gincanas poliesportivas para todas as idades (os chamados *undoukais*), campeonatos de futebol, vôlei, tênis de mesa, atletismo, beisebol. Além disso, eram organizados também apresentações *karaoke* (campeonatos de cantoria), dança, oratória japonesa (*ohanashi*), festivais de *obon*

48 A facilidade para aquisição de terras já foi trabalhada na seção anterior deste capítulo quando discorremos sobre o papel das companhias de colonização japoneses no que se refere à articulação dos imigrantes em torno da agricultura.

(comemoração do dia dos mortos). No caso de eventos que articulassem a comunidade japonesa com as demais comunidades étnicas, havia os famosos carnavais da A.C.E.L.⁴⁹ Essas festas eram importantes para integrar a associação de japoneses à população luceliense de maneira geral, uma vez que as demais festas tinham um caráter cultural mais forte e atraíam menos a atenção de quem não compartilhava seus signos. Quase todas as pessoas da geração de meus pais conheciam esses carnavais e lembram deles com muito saudosismo. Nesse sentido, duas questões importantes podem ser abstraídas dessa grande movimentação da A.C.E.L. nas décadas referidas: a primeira é de que maneira isso é representativo de uma efervescência cultural, política e econômica por que a cidade de Lucélia passava naquele mesmo período; e o segundo é como esse sentimento de associativismo é importante para a comunidade *nikkei*.

De acordo com os relatos que escutei, nas décadas de 1950 e 1960, os japoneses, bem como demais pequenos, médios e grandes proprietários de terra, enriqueceram com o cultivo principalmente do algodão, do café e do amendoim. No caso do amendoim, o tipo cultivado era o amendoim ereto, que possibilitava duas colheitas por ano mas, de acordo com o engenheiro agrônomo Júlio Krinski, essa alta produtividade da planta, aliada a uma despreocupação com a manutenção dos índices de adubação do solo, foi um dos responsáveis pelo esgotamento do solo e a queda de produtividade na década seguinte.

Aliados à alta rentabilidade do amendoim em decorrência da fertilidade do solo e pelo contexto político e econômico, o café e o algodão⁵⁰ também contribuíram para dinamizar a economia e a cultura do município. A maioria das obras de infra estrutura, de urbanização, os grandes eventos culturais, a alta procura pela escola de aviação de Lucélia coincidem com o mesmo período de prosperidade que a agricultura vivenciou. Essas eram culturas que podiam ser cultivadas em pequenas propriedades e que permitiam a reprodução social de um modo de vida baseado no trabalho familiar. Assim, a maioria dos depoimentos referentes a esse período trazem um padrão: logo ao adquirir as terras, os sitiantes trabalharam intensamente com sua família e alguns “camaradas” no tratamento do solo, no plantio, na colheita e na manutenção do terreno e, em sua maioria, conseguiram sanar as dívidas contraídas pela aquisição da propriedade antes do prazo de sua expiração. Eles atribuem esse adiantamento tanto ao trabalho intenso, quanto à produtividade do solo. “*Naquela época, dava bem*” ou “*como ganhou [sic] dinheiro naquela época.*”, são esses depoimentos que se

49 Associação Cultural Esportiva Luceliense, também chamada, nativamente, por *kaikan*.

50 Mais adiante neste texto veremos que o algodão acompanhou a produção rural dos japoneses.

referem principalmente à organização do trabalho em torno da cultura do algodão e do amendoim.

No caso do café, conforme nos contou Júlio Krinski, a organização do trabalho era baseada no sistema de parceria, o que implicava que toda a organização do trabalho – desde o cuidado com o terreno, até a organização da força de trabalho – ficava a cargo dos parceiros. Isso possibilitava que o proprietário tanto dos sítios e chácaras, quanto das grandes fazendas, residissem nas cidades. Apesar desse modelo incentivar um certo movimento populacional para a cidade, ainda implicava numa parcela da população residente no campo. Ainda que precariamente atendidos, esses sujeitos demandavam escolas, estradas, associações, áreas de lazer, etc⁵¹.

Por ora, concluímos essa etapa da formação de Lucélia, que deixou como herança a memória de um tempo de maiores possibilidades que as atuais; uma época para onde voltam as memórias quando o presente, frequentemente, mostra-se intolerável. Resta-nos falar ainda da importância do associativismo dos *nikkei*, mas retomaremos esse tema na seção 2, dedicado exclusivamente ao debate acerca da subjetividade destes sujeitos. Veremos agora o processo que manteve esse padrão de acumulação concentradora de capital.

51 Organizamos um blog que disponibiliza um acervo fotográfico acerca deste período. Para saber mais, acesse: <http://alinehasegawa.noblogs.org/>

2.2. DO CAFEZAL AO MAR DE CANA

2.2.1 A decadência do modelo na década de 1970: ausência de infraestrutura, queda de produtividade do solo e a geada

Após esses anos de euforia com relação à produtividade da terra e dos altos lucros obtidos por meio do cultivo do algodão, amendoim e do café, já no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 o esgotamento do solo dava seus primeiros sinais. A produção caía, os lucros foram diminuindo e, aos poucos, os agricultores foram perdendo o interesse no trabalho com a terra. Nesse período, muitos já haviam se mudado com suas famílias para as cidades, pois a vida no campo dificultava que seus filhos fossem às escolas, uma vez que essas ficavam sempre muito distantes e as estradas nem sempre estavam em condições trafegáveis. Assim, neste item, focaremos nossa atenção nos processos que levaram à “decrépita” do modelo da cafeicultura e relacionaremos esse contexto com o início do Pró Álcool. Três questões principais serão tratadas aqui: a falta de infra estrutura nas regiões rurais, que dificultavam a vida dos sitiantes e moradores e os impulsionava a se mudarem para cidade; o descuido com a manutenção do índice de fertilidade e o emprego de uma agricultura de intensa exploração do solo que culminou com seu esgotamento; e a geada, que é o estopim do processo e leva à derrocada final do modelo baseado nos sítios e chácaras, impondo a necessidade de uma conversão ao novo modelo: a cana-de-açúcar. É importante esclarecer que enxergamos os processos como imbricados entre si, que convergem, novamente, para a possibilidade da espoliação dos que se encontravam vulneráveis frente às mudanças estruturais do capitalismo global naquele período.

Como esta pesquisa focou a percepção da comunidade japonesa – os *nikkei* – sobre as relações que esses estabelecem/estabeleciam com seus sítios e chácaras, durante a pesquisa de campo, conversei com inúmeros moradores e ex moradores *nikkei* de áreas rurais de Lucélia. Os vários depoimentos trazem narrativas sobre como era a vida na década de 1970 no município. Basicamente, como um fator identitário étnico, as famílias elaboraram estratégias de ascensão social semelhantes, as quais previam a educação dos filhos em centros de referência para a conquista de uma posição social melhor. Assim, apesar de demonstrarem certa resistência e até mesmo relatarem dificuldades nos primeiros anos de moradia nas

idades, esses aceitaram essa condição com certa resignação⁵² pois estava implícito no sofrimento momentâneo, um projeto de longo prazo que seria concretizado pela próxima geração. Mas por que tiveram que necessariamente sair do campo para dar cabo a essa estratégia? Por que a zona rural não oferecia condições de melhoria de vida, ou até mesmo estudos, para esses jovens?

Reproduzo a seguir alguns trechos de depoimentos acerca das dificuldades que os jovens que moravam nas zonas rurais enfrentavam para frequentar as escolas no período. Esses trechos apontam a racionalidade por trás da escolha em se mudar para a zona urbana. Além disso, ajudam-nos a questionar o papel do Estado como promotor de um modelo de desenvolvimento que expulsou, em menos de duas décadas, praticamente todos os jovens das zonas rurais cujas famílias elaboraram estratégias de ascensão social que passava pela educação formal. O primeiro depoimento é de T. T.. Atualmente, é dono de uma quitanda famosa da cidade de Lucélia. Ele chegou com seus pais em Lucélia e, juntamente com seus irmãos, desmatou um sítio que ficava localizado no Bairro Salvação, uma antiga colônia de japoneses, atualmente extinta⁵³. Lá, plantou café, foi presidente durante muito tempo do Clube de Jovens da Seicho-no-ie. Depois da geada de 1975, ficou mais alguns anos morando com sua família extensa, mas pediu a seu pai que lhe desse sua parte na herança, e foi com seus filhos e sua esposa comprar outro sítio, no Bairro da União, que também está extinto. Trabalhou plantando hortaliças e vendendo-as para particulares, mas o bairro ainda estava longe da cidade e seus filhos enfrentavam dificuldades para estudar, assim como ele também havia enfrentado quando era jovem. Resolveu, com sua esposa, mudar-se para mais perto da zona urbana. Compraram uma chácara entre Lucélia e Inúbia Paulista, cidade que faz divisa com Lucélia na porção oriental, e investiram na quitanda, que tem até hoje. No depoimento a seguir, ele nos conta como ia para a escola, ilustrando as dificuldades que, ainda criança, tivera de enfrentar para aprender a ler e a escrever:

T. T.: Não.
Vinha a pé.
Mas foi duro, hein.
Saía 5h de lá.
A.: Do Salvação?

52 Na tese de Beatriz Medeiros de Melo (2012), são apresentados diversos depoimentos de famílias que não se adaptaram às mudanças impostas pela vida na cidade e retornaram aos sítios, onde tinham mais “liberdade”, “sossego” e eram donos de seu “tempo”. Para os interlocutores desta pesquisa, no entanto, mesmo percebendo as implicações dessas mudanças, a prioridade em ascender socialmente se colocou como um sacrifício necessário em favor das gerações posteriores.

53 Retomaremos essa discussão na última seção deste trabalho.

T.T.: Hum.[Sim]
 Vinha a pé. Aí, mais difícil, sabe o que é que era?
 O medo, no escuro, para andar sozinho.
 Aí tinha... andava 2km, aí tinha mais amigo que vinha junto.
A.: Ah, a hora que saía ainda era escuro?
 T.T.: É, a gente saía no escuro!
 Aí sabe o quê? Onde que tinha medo para passar?
 Tinha 1km de trilho no meio do mato...
A.: Só árvore?
 T.T.: É, tinha aberto trilha assim.
 Chegava morria de medo. Se não ia, papai ficava bravo.
 [risos]
 Aí entrava no mato lá, corria, corria... todo dia de manhã até acabar de sair do mato..
 Aí saía do mato, andava uns 200 m e tinha um amigo, aí já vinha.

T. T., nessas condições, completou o Ensino Fundamental e somente depois se mudou para o bairro União, para ter autonomia com relação a seu pai. M. I., por outro lado, foi incentivado por seu pai a estudar até a conclusão da faculdade. De acordo com M., seu pai dizia-lhes que eles “*teriam que estudar, custe o que custar*”, pois era “*a única coisa que ele deixaria como herança, os estudos*”. O depoimento de M., permeado por suas sensações, evidencia-nos que, muito embora alguns jovens não apreciem seus estudos, obedecem à autoridade paterna quando jovens. E, posteriormente, quando adultos, afirmam que esse fora realmente o melhor caminho a ser escolhido e acabam, portanto, assumindo o acerto da imposição paterna já que, a longo prazo, as trajetórias confirmam uma melhoria na qualidade de vida proporcionada pelas oportunidades advindas da qualificação profissional pelos estudos:

M.: é, um futuro para você mudar o seu padrão de vida. Isso, apesar da ignorância do meu pai e do seu ditian⁵⁴ também, eu dou a mão à palmatória que eles enxergavam isso...Ele falava “a única coisa, eu não vou deixar herança nenhuma, mas a única herança que eu vou deixar para vocês vai ser o estudo. Vocês vão ter que estudar mesmo, não adianta falar que não quer, não tem essa de não querer, vai ter que estudar mesmo...”

Tanto é que, como era um negócio obrigado, eu odiava estudar! Nossa, eu detestava, ainda mais que tinha que andar trinta, quarenta quilômetros pra estudar, nossa, era um desespero... todo ano, porque naquela época, o regime escolar, você tinha um limite de matérias que você podia atingir, digamos... você não podia atingir uma nota mínima. Que nem, você tinha uma quantidade, no máximo três matérias, das sete ou oito matérias que tinha, era o seu limite para você não tomar pau direto. E aí todo ano, Aline, eu ficava, no mínimo, em três matérias para a segunda época, que eles falam. Chegava no final do ano, você não conseguia, passava lá nas outras cinco ou seis matérias, mas sempre ficava, duas ou três matérias, eu ficava para segunda época. Eu odiava estudar, odiava, detestava.. porque era obrigado na época...

Então minhas matérias críticas eram português, inglês, matemática e física. Dessas quatro, certeza, três eu ficava para segunda época, não tinha conversa. Aí sempre

54 Meu avô, irmão do pai dele.

fazia aula de reforço nos finais de ano, e as aulas de reforço eram em Osvaldo Cruz. Tinha que andar de ônibus... eu andava, eu lembro até hoje que eu fui fazer um mês de aula de reforço lá para fazer o exame de segunda época... e dava o quê? Eu saía de casa de manhã e voltava só à noite, porque não tinha ônibus naquela época...

Além das dificuldades impostas pelas precárias condições de manutenção das estradas, há que se levar em consideração a geografia da região, permeada por riachos, córregos, cachoeiras e rios, que intensificam a necessidade de construção e de manutenção dessa infraestrutura mínima de trânsito de pessoas e de mercadorias. Todos os anos, na época das chuvas, é comum lermos notícias nos jornais locais sobre “*pontes quebradas*”. Também é recorrente nas rodas de conversa os sitiantes discutirem “*qual o melhor desvio*”, pois alguma ponte caiu, ou a estrada “*desbarrancou*”. Desse modo, apesar de 60 anos passados, o depoimento de M. ainda ilustra as dificuldades que eventualmente os moradores das zonas rurais da região enfrentam. Nesse depoimento, M. ainda nos fala dos malabarismos que as famílias e os jovens precisavam elaborar para dar cabo aos planos dos estudos. Nem todas as cidades ofereciam os cursos completos e muitas vezes alguns eram concorridos de modo que era necessário buscar outros colégios mais distantes, o que dificultava ainda mais a frequência escolar:

M.: Aí para estudar, o grupo eu fiz ali em Pracinha, a gente vinha a pé, todo dia, do Macaco até aqui. Era um... eu lembro até hoje, eram 4 quilômetros. Eram 40 minutos todo dia andando, vinha e voltava. Aí acabou o grupo e tinha que ir pro ginásio, naquela época era ginásio. Tinha o ensino fundamental, eram quatro anos, daí pra cima tinha mais 4 anos que a gente chamava de ginásio. Aí eu fiz um ano aqui em Lucélia, mas esse colégio aqui era o melhor da região aqui todinha aqui, de Araçatuba, Tupã, Prudente, Panorama. Era o melhor colégio que tinha na região todo mundo queria estudar aqui. Aí no primeiro ano do colegial, do ginásio, eu tomei pau.

Aí fui lá para Sagres, não sei se você sabe onde que é Sagres, sabe, né?

A.: sei.

M.: E naquela época era tudo estrada de chão, então...

A.: mas aí você ia como? A pé?

M.: Aí eu saía a pé até um certo trecho, depois pegava uma Kombi de uma escolinha que tinha ali na vilinha, andava mais uns dez quilômetros, aí depois tinha um ônibus de uma vilinha maior até Sagres. Aí era todo dia esse ritual aí, foram 4 anos nesse ritual. Aí dia que chovia não tinha ônibus de volta, a gente voltava a pé, chegava onze horas, meia noite em casa...

O.: era sofrida a coisa naquele tempo, né...

M.: é, eu lembro até hoje... e aí... com isso daí terminou o ginásio lá, tinha que fazer o colegial. O colegial tinha que fazer aqui, porque não tinha outro lugar, e aí naquela época tinha curso de admissão, essas coisas... daí fiz, passei aqui... aí fiz os três anos do colegial aqui, só que aí a gente já morava aqui no Três Botecos, aqui na, no sítio novo, e aí os dois primeiros anos do colegial, eu estudei durante o dia. Aí vinha direto aqui, todo dia. Dia de chuva era aquele sacrifício também. Voltava, várias vezes voltava a pé porque não tinha como o ônibus ir, ou tinha um ônibus especial dos estudantes de Pracinha lá, que trazia a gente... e o motorista era bêbado, lembra

do Pedro? Nossa, tinha dia que ele enchia a cara e a gente falava “Putz, como é que nós vamos embora agora?” Chovendo, o cara bêbado ainda?

O.: é, era difícil...

M.: aí aturamos muita coisa assim. Terceiro colegial foi a noite, aí terminei o colegial e não tinha mais para onde ir aí tive que ir embora para São Paulo.

A narrativa de M. acerca de sua trajetória escolar em Lucélia “termina” quando ele migra, finalmente, para São Paulo; quando a sua progressão escolar chega no limite da ofertada na região. Assim, para cursar uma faculdade, ele precisa mudar-se para um centro maior, abrindo mão da convivência com sua família e seus amigos, bem como separando-se de sua terra natal. De uma maneira geral, em Lucélia, aqueles que têm meios – até atualmente, saem das cidades de origem para buscar uma melhoraria de vida para si e para suas famílias, pois sabem que o futuro será a reprodução das dificuldades do presente caso continuem a morar em Lucélia – o mesmo ocorre com Pracinha. Sente-se que “ficar” é “ficar parado no tempo e no lugar”.

Os jovens, desde cedo, são ensinados a se aventurar em outras regiões do estado de São Paulo, do Brasil e do mundo em busca de seu “futuro”. Aqueles que ficam, pois escolhem⁵⁵ esse caminho, são tidos como “acomodados”. Essa é o termo que majoritariamente os meus interlocutores se utilizam para designar “os que ficaram” em Lucélia. Essa forma pejorativa de se referir aos que “optaram” pela permanência na cidade revela duas questões, que estão intimamente relacionadas: um recorte de classe implícito na divisão entre os “acomodados” e os “corajosos”, ou “aqueles que saem”; e também a evidência do processo de regressão da pequena propriedade familiar.

Do ponto de vista das estratégias familiares, aquelas que têm condições financeiras, incentivam seus filhos a saírem da região em busca de estudos em centros educacionais melhores – que, normalmente, localizam-se nas capitais e/ou nos polos regionais – e também a procurarem empregos com maiores salários, que, não por acaso, também são encontrados nas mesmas regiões onde os centros educacionais se localizam. Fica condicionado por um recorte de classe essa estratégia de ascensão social, já que não são todas as famílias que possuem os meios financeiros e as redes sociais por meio dos quais se mantem um jovem em formação longe de sua região de origem. Sem levar em consideração esse recorte econômico,

⁵⁵ “Segundo Amartya Sen, a liberdade só existe quando, diante de no mínimo duas alternativas, a pessoa pode escolher uma delas. Se houver apenas uma única alternativa, não se pode falar em liberdade, mas em imposição, já que a possibilidade de escolha é inexistente.” (SILVA, 2008: 103) Essa discussão é importante neste contexto, pois como veremos, não é possível afirmar que os sujeitos tenham realmente “escolhido” ficar em Lucélia, ou que eles tenham “escolhido” sair de lá.

é comum escutar tanto dos pais quanto dos filhos que saíram, que os que ficam são “acomodados”, “menos esforçados”, quando na realidade, muitas vezes, as próprias condições da família na origem não permitiram a adesão a essa estratégia de ascensão social. Perversamente, as consequências da valorização da “saída” para os grandes centros evidencia de que maneira a região de origem não oferece oportunidades de crescimento para os jovens, inclusive os filhos dos pequenos proprietários. Essa situação, no limite, atesta o processo de regressão da pequena agricultura familiar, uma vez que os jovens que saem são os valorizados e encorajados a não voltarem.

É importante ressaltar, nesta discussão, que muito embora essa desvalorização da permanência dos jovens na cidade seja perceptível nos discursos e nas práticas, em alguns casos específicos esses jovens efetivamente saem da cidade para estudar, mas retornam posteriormente. Esse retorno, porém, não implica numa desvalorização social deles. Esses casos são mais bem representados, principalmente no que concerne à comunidade *nikkei*, pelos filhos dos grandes proprietários de terra. Ou seja, nesse sentido, existe uma diferença grande entre as estratégias adotadas pelas famílias e a reprodução da propriedade familiar: a pesquisa tem apontado que existe um retrocesso na reprodução da pequena propriedade familiar *nikkei*, porém o mesmo não pode ser afirmado no que diz respeito às grandes propriedades, em que na maioria dos casos os filhos, depois de estudarem em grandes centros, retornam para a cidade de origem para dar continuidade a um modo de vida ligado às propriedades de seus pais⁵⁶.

Essa discussão aponta para a necessidade de se posicionar criticamente com relação aos binarismos: acomodados x corajosos; partir x ficar; sair x permanecer; como polos de escolhas possíveis e racionais dos sujeitos em questão. Se, por um lado, sair se apresenta como a única maneira de ascensão social de jovens que possuem essa oportunidade, evidentemente essa saída não pode ser considerada como uma escolha livre, já que se apresentou como a única. De outro lado, para os jovens que não tem opção de sair, fica ainda mais evidente que estes também só tem como única opção a permanência. Logo, sair ou permanecer são pares aparentemente opostos que se complementam como “estratégias” forjadas por sujeitos cuja formação e destino estão intimamente ligados aos de uma região contida. Além disso, as estratégias forjadas pelos sujeitos que “saem” e posteriormente

⁵⁶ Esta discussão será retomada com mais profundidade e exemplos empíricos no próximo capítulo, em que discutiremos de que maneira as estratégias das famílias *nikkei* apresentam paradoxos para a reprodução de um modo de vida rural.

“retornam” também devem ser consideradas a partir das contingências de sua origem social, e não vistas somente a partir do prisma individual e voluntário.

Uma segunda questão que está relacionada à decadência deste modelo baseado na produção em sítios e em chácaras – isto é, na pequena produção – consiste na própria organização do sistema produtivo, ou seja, da maneira como foi forjada a colonização. Presumindo que “*para frente sempre tem mais terra disponível*”, não havia necessidade de se inquietar com a preservação da fertilidade da terra. Um projeto de longo prazo, que fizesse um cálculo responsável sobre o uso da terra, guardando momentos de descanso para que esta recuperasse sua vitalidade, era insensato, ou considerado precavido em excesso. Aquele agricultor cuja mentalidade não estivesse focada na sanha dos lucros capitalistas era considerado ineficiente, ou melhor, não havia agricultor que priorizasse a continuidade da produtividade do solo uma vez que era natural que se explorasse até o esgotamento. Assim, o uso da terra e a organização do trabalho era o mais predatório possível, pois importava maximizar os lucros. Essa era a pauta. Por isso, quando um grande latifundiário nos fala que “*enquanto for mais barato derrubar mata para fazer pasto, eu vou fazer isso*”, referindo-se ao contexto atual de desmatamentos na região central do Brasil, podemos verificar a mesma lógica e, de certa maneira, o mesmo discurso: tem-se, numa relação extrativista com a terra, o mote das políticas agrárias no Brasil. O agricultor que se opõe deliberadamente a essa lógica perde a competitividade no mercado e num sistema capitalista que reproduz somente a si mesmo, aquilo que não produz capital desaparece historicamente. No caso do exemplo, o que ele nos evidencia é que não importa um fazendeiro ser “sustentável” ou operar por outra lógica, pois ele perderá a corrida do desenvolvimento econômico, já que todos os demais grandes proprietários de terra regem suas atividades pela exploração máxima dos recursos naturais e sociais.

Outros relatos dão conta de “*aberturas de fazendas*”, “*derrubadas de matas*” e “*limpeza de fazendas*” sem fins. Praticamente todos os *nikkei* e colonos de demais etnias que chegaram em Lucélia na década de 1930-1950 derrubaram sua porção de floresta para plantar algodão, amendoim, café ou até mesmo fazer pasto. Concomitantemente a esse processo, de acordo com Monbeig (1984), onde quer que houvesse a fundação de novos núcleos de povoamento, ali também se encontraria, via de regra, serralherias. Essas aproveitavam “os restos” das “limpezas”, isto é, conseguiam sua matéria-prima da própria frente de expansão capitalista.

No depoimento a seguir, Seu J. C. nos ilustra o processo acima baseado em sua trajetória de vida. Ele é descendente de imigrantes russo-eslavos, que chegaram em Lucélia num período anterior à colonização direcionada por Mesquita, porém nos conta que os métodos empregados na extração de valor da natureza foram aprendidos aqui no Brasil, portanto remetem às técnicas de “limpeza” e “abertura de fazendas” dos “caboclos”. Ele percebia que, depois de 7 anos de “uso irracional” do solo, a produtividade caía:

nós tínhamos cedro, uma imensa quantidade de cedro, a ponto de sacrificarmos árvores e fazermos improviso de telhas com cedro, é uma madeira nobre, é uma madeira rara, porque com o calor ela não espana e com o frio ela não encolhe. Então ela não dá goteira. Colocava uma tábua com outra, não chovia nunca dentro de casa. Aroeira. A aroeira é uma madeira quase que perpétua. Ela não enferruja, não apodrece.

Ipê... como é que tudo isso foi retirado do solo e hoje a cana chegou, toca fogo na cana. Os últimos remanescentes, nem os tocos se preservaram. Nada, nada, nada... então esse massacre realmente é doloroso e a gente sempre que haja qualquer manifestação de ecossistema, de ambiental, a gente está ligado a isso porque é a tragédia que nós estamos trazendo para o futuro.

E nós vamos nos omitir, até porque cadaverosamente fica difícil de cobrar lá na tumba: “aí, safado, ó o mundo que você deixou!” não é dessa forma... [risos]

Porque a área rural, agrícola, ela sofreu também um massacre, uma tragédia. As terras foram utilizadas de forma irracional, de forma de depredação mesmo. Nós, 7 ou 8 anos, percebíamos numa terra que produzia 450 arrobas de algodão, caía para 120, 150...

porque era cultivada pela ótica quantitativa: “eu tenho a terra aqui, quando ela não produzir mais eu tenho mais terra ali, eu só mudo de lugar e vou predando.” fazendo dessa forma predatória. Como todo o Brasil foi feito dessa forma, né.

Somando-se à infraestrutura desestimulante e à queda profunda de produtividade do solo, a geada atingiu a cultura baseada na pequena produção no município de Lucélia. Não o estopim da crise, muito menos o principal fator de motivação para que os agricultores desistissem de um projeto de vida baseado no trabalho rural, mas um golpe de misericórdia num sistema cadavérico, já em decadência, que resistia mais por insistência de seus sujeitos, do que por estímulos estatais ou capitalistas. Quando a região é acometida, em 1975, pela famosa geada que abrangeu também municípios do norte do Paraná e do sul de Minas Gerais, os sitiantes e chacareiros já não tinham mais recursos financeiros para se manterem em suas propriedades quase sem rentabilidade. Uma vez que a folhagem de café estava toda queimada pelo frio, só restava cortar os pés e esperar a rebrota. Porém, a espera de 5 anos, sem recursos, nem poupanças, seria impossível para esses sujeitos, que já se encontravam em situação de vulnerabilidade financeira. Então muitos migraram para outras regiões do Estado de São Paulo, que atraía força de trabalho para a industrialização empreendida pelo setor

automobilístico, principalmente no ABC paulista. Outros se tornaram assalariados urbanos na região. Apenas os latifundiários, portadores de alguma reserva de capital, lograram aguardar a rebrota e mantiveram-se na cafeicultura por mais um tempo.

No depoimento a seguir, Júlio Krinski, novamente, relata-nos seus esforços, como responsável pela Casa da Agricultura do período, em elaborar estratégias de produção para manter o agricultor vinculado à terra:

J. K.: naquela época ainda tinha um pouco do café, então a gente já tava praticamente no fim da renovação de café, porque veio a geada, mas tentar manter esse pessoal aqui, aproveitar um pouco do amendoim que estava restando, um pouco do algodão e um pouco do café. Aí começou a entrar área de pastagem, porque na época de 60 quase não tinha pasto aqui, era pouquinho, né... então era esse serviço de tentar manter esse pessoal ativo na agricultura, essa era a função nossa e em termos de novas culturas, a gente não tinha opção, porque não tinha, a região é muito distante de São Paulo, se tentou incentivar um pouco de mamona com uma mamona diferente que apareceu aí, mas não foi para frente e não apareceu nenhuma; se tentou um pouco de fruticultura e a região virou o que virou hoje...

Esses esforços, no entanto, não foram suficientes frente a geada:

J. K.: não é, é que o café ele iria ficar, a geada queima o café, então você teria que... naquela época as pesquisas sobre a cepa e o corte de café estavam iniciando, então não havia assim uma confiança de que você cortando o pé de café haveria a rebrota e com três ou quatro anos ele voltaria a produzir. Mas o problema era como você se sustentar nesses 3 ou 4 anos, porque até na geada a lavoura aqui era parceria. Ou era porcenteiro, ou era meeiro, ou era alguma coisa... ninguém tocava o café por conta própria, isso na região de pracinha, dos três botecos, em tudo lugar, ninguém tocava a lavoura sozinho, era tudo parceiro, então cada... eu não lembro mais agora, mas a cada X, uma área pequena de café sustentava uma família, então havia as colônias, com qualquer sitinho aí de 20 ou 30 alqueires tinha 5 ou 6 famílias
[...]
Então de lá para cá, o café “shipiti” [som para baixo] acabou...
Ah, aí veio também... também acabou o algodão, entrou em decrepita⁵⁷, o amendoim também acabou, então aí o pessoal...

A geada de 1975, de acordo com Izabel Gil, “*provocou profundos impactos na organização econômica, social, espacial, e ambiental de todo o Oeste paulista*” (GIL, 2007: 144). A autora defende a ideia de que a geada foi um fenômeno que desorientou o ciclo de desenvolvimento da região, reorientando as políticas voltadas para a agricultura.

A violenta queda de temperatura ocorrida no meio da semana, passando em menos de 30 horas de 23 graus para 3 graus negativos, causou a pior geada de que se tem notícia nesta região do Estado (Alta Paulista). [...] Não só o café, mas também as pastagens e plantações de verduras, leguminosas, cana de açúcar e similares sofreu

⁵⁷ Falência, envelhecimento, apodrecimento.

consequências nefastas com a geada. As perdas nas plantações de tomate agora largamente cultivado nesta região foram totais. Apenas uns 10%, em média, dos tomates haviam sido colhidos, perdendo-se, portanto toda a colheita que seria de algumas milhares de caixa. Só um dos plantadores, colheu 50.000 caixas no ano passado e, antes da geada havia colhido apenas 2.000. Outro colheria 15.000 e havia colhido apenas 500, até então. Além dos prejuízos com a desvalorização das propriedades, os cafeicultores somente dentro de 2 ou três anos terão recuperadas suas lavouras, sendo que os que possui os chamados cafés novos terão que planta-los novamente com novos e enormes gastos, se é que ainda arriscam tanto, pois o desânimo é geral, mas após discutir-se muito, chega-se a conclusão que é preferível não correr novos riscos, muitos acham que se todos cortarem os cafezais e plantarem amendoim e cereais, estes subirão de preço no mercado e não vai resolver a situação. Se todos transformarem suas lavouras em pastos, isto também vai acabar sendo um negócio com muita concorrência. Entretanto, todos esperam uma moratória do Governo para o pagamento de seus empréstimos para compra de adubos, inseticidas, implementos e maquinários agrícolas.

Por sua vez, a situação gerará muito desemprego no campo com consequências mais acentuadas para os chamados “bóias-frias” que vivem em função dos trabalhos em épocas de colheitas. [...] Chegou mesmo a haver precipitação de neve na região, inclusive como provam testemunhas. Isso aconteceu as 15h do dia 17 em Parapuã e na madrugada do dia 18 em nossa cidade. [...] Acreditamos que Deus dá o frio conforme o cobertor mas dá também uma grande dose de resistência aos pobre, caso contrário muitos teriam morrido na última semana. O homem do campo, com fibra de aço, procurará vencer mais este cataclismo. (Frio arraza cafeicultura da região. Jornal O Adamantinense no 497, ano X, p. 1, 20/7/1977) ” (apud GIL, 2007)

Se por um lado essa geada se apresenta como um imponderável meteorológico que desloca as estratégias regionais para o desenvolvimento de um novo modelo, uma vez que decreta o fim principalmente da cafeicultura, por outro há que se levar em conta que neste momento a agricultura regional já apresentava sinais de desgaste, inclusive muitos sítios e chacareiros já haviam vendido suas terras e migrado para as áreas de industrialização de São Paulo – como já mencionamos anteriormente. O que ocorre, portanto, é a consolidação de uma política de desestímulo à produção local, de modo que a força de trabalho foi “liberada” e se viu compelida a procurar outras regiões para conseguir se empregar. Por outro lado, também liberou-se a terra e a força de trabalho para o recebimento de um novo modelo de desenvolvimento e para o emprego em outra região que se desenvolvia. Além disso, a formação desse industrial de reserva, como afirmam os teóricos dedicados ao tema da mobilidade do trabalho (MEILLASOUX, 1977; GAUDEMAR, 1877) é fundamental para manter o preço da remuneração baixa, pela lei da oferta e da procura.

Assim, há que se ponderar o papel das políticas públicas e do Estado voltadas para a região naquele determinado momento, que consolidam a falência do projeto da cafeicultura. Apesar dos esforços de alguns de seus agentes – como exemplo podemos citar o engenheiro

Júlio Krinski – eles não foram suficientes para barrar esse processo de aparência inexorável: a inadaptação do modelo de desenvolvimento da cafeicultura aos novos parâmetros da modernidade desenvolvimentista. Nesse sentido, o Estado e os órgãos públicos se abstiveram em desenvolver políticas mais incisivas para o progresso econômico, político e social da região, mantendo-na como um celeiro de força de trabalho e como um local estrategicamente distante dos centros para que justamente qualquer tentativa de emancipação fosse dificultada⁵⁸. Além disso, também se omitiram em conter a crise econômica por que passava a região para que se abrisse a possibilidade da mudança do modelo da cafeicultura para a cultura canavieira. Porém, permanece até hoje em Lucélia a sensação de que pouco pode ser feito para melhorar as condições de vida da população, pois do ponto de vista da logística – produção e distribuição dos produtos – qualquer tipo de iniciativa é inviável, já que o único canal de escoamento da produção é a rodovia cujo estado de conservação levanta ainda mais suspeitas com relação aos interesses das elites locais e estaduais quanto ao desenvolvimento regional.

Assim, fica evidente o sucateamento das rodovias estaduais, o desligamento das linhas de ferro, a falência de projetos alternativos de desenvolvimento regional justamente porque o papel dos municípios da Alta Paulista na divisão do trabalho regional é ser a região empobrecida e precária de onde saem os trabalhadores em busca de melhores terras. Portanto, a geada não reorienta, mas acelera o processo de esvaziamento do campo, de desarticulação dos agricultores e de falência do modelo da cafeicultura. Enterra, com desilusão, com o desânimo e com ineficiência programada, o sonho dos pequenos produtores em continuarem extraindo de suas terras os meios para a reprodução social e simbólica.

Podemos enxergar esse processo pela lógica do conceito de acumulação via espoliação. Consagrando esse conceito, Harvey (2005) se apoia na análise marxiana de acumulação primitiva, afirmando que justamente este tipo de acumulação, que se dá por vias escusas – roubo, fraudes e genocídios – não é somente uma etapa. A acumulação via espoliação constitui-se como um movimento constante do capital, de acordo com Harvey:

Os processos que Marx, seguindo Adam Smith, chamou de acumulação 'primitiva' ou 'original' constituem, ao ver de Arendt, uma importante e contínua força na

58 É necessário lembrar que o componente personalista nas relações também opera como uma grande camisa de força na região, uma vez que as tentativas e as ideias políticas de emancipação logo encontram obstáculos na elite regional, a quem não interessa um desenvolvimento social regional, já que isso implicaria em sua perda de prestígio e de possibilidade de dominação.

geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo. Tal como no caso da oferta de trabalho, o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. Se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem que produzi-los de alguma maneira. Marx, no entanto, não considerava essa possibilidade, exceto no caso da criação de um exército industrial de reserva mediante o desemprego induzido pela tecnologia. É interessante examinar por quê. (2005: 119)

Apoiado nos estudos de Hannah Arendt⁵⁹ (2000) – a quem a análise do capitalismo vinha influenciada por seus estudos sobre o totalitarismo, a atomização do indivíduo e o processo de banalização do mal, o capitalismo era um sistema total, com características imperiais – Harvey (2005) evidencia a perversidade do sistema. É verdadeiramente o processo de **produção** de territórios empobrecidos, miseráveis e dependentes que receberão o capital excedente dos impérios capitalistas e farão o capitalismo se movimentar, condição sem a qual ele não existiria. Se estes territórios deixarem de ser produzidos, o capital vivencia uma crise de sobre-acumulação – já que é inerente à sua reprodução a manutenção de um elevado índice de produtividade – e não teria para onde escoar esse capital excedente. Assim, as crises de fome e de miséria, as desapropriações, as fraudes no sistema financeiro e no capital especulativo são momentos constituintes do processo de acumulação e reprodução do capital, ou seja, é o próprio movimento do capital que produz territórios para onde escoar sua produção excedente. É um processo de produção de territórios com devir especulativo.

Essa leitura ajudou a racionalizar, também, de que maneira o Estado se constitui como um grande agente desse capitalismo, fornecendo, inclusive, o braço legal e jurídico, bem como os mecanismos burocráticos, para que seja efetivada essa produção do “outro”, quais sejam, os territórios e populações a serem espoliados. A sua proposta é a de

levar a sério, no que segue, essa dialética 'interior-exterior'. Vou examinar de que maneira a 'relação orgânica' entre reprodução expandida, de um lado, e os processos muitas vezes violentos de espoliação, do outro, tem moldado a geografia histórica do capitalismo. Isso nos ajuda a melhor entender o que é a forma capitalista de imperialismo. (HARVEY, 2005: 118)

59 "Os burgueses perceberam, alega ela, "pela primeira vez, que o pecado original do simples roubo, que séculos antes tornara possível a 'acumulação do capital' (Marx) e dera início a toda a acumulação ulterior, tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente". (ARENDRT apud HARVEY, 2005: 119)

De acordo com Maria Aparecida de Moares Silva (2008), esse processo de transferência de um modelo baseado na cafeicultura, que possibilitava a existência das pequenas propriedades e do regime de colonato, para um modelo agroindustrial foi que posteriormente ficou conhecido como “modernização” da agricultura e pode ser compreendido em duas fases:

a) de 1960 a 1990: fase da modernização por meio de mudanças de culturas, erradicação dos cafezais e mudanças na base técnica, com emprego de maquinaria, de novos insumos agrícolas e forte influência do Estado; o surgimento do Proálcool e a implantação de grandes usinas de açúcar e álcool, bem como de grandes empresas processadoras de suco de laranja; b) de 1990 a 2005: fase da desregulamentação das relações de produção, marcada pelo fim da interferência do Estado nas relações de trabalho e no mercado, em virtude do processo de inserção acelerada da economia no processo de globalização. Registra-se nesse período o início do processo de internacionalização das usinas de cana-de-açúcar e álcool do Estado de São Paulo. (82)

A partir do início da década de 1970, verificamos a articulação de um projeto diferente para a Alta Paulista: a cana-de-açúcar. A região é atingida diretamente pelas políticas do governo federal de incentivo à substituição do petróleo como fonte energética. Aliado a esse incentivo da produção de açúcar e de álcool, assiste-se também a uma desvalorização da produção cafeeira.

Os dois projetos de erradicação dos cafezais e o Proálcool mudaram totalmente o espaço rural do Estado de São Paulo (...)
No que tange ao Proálcool, tratou-se de um programa que recebeu vultosos incentivos financeiros e teve seu auge em meados da década de 1980. Por meio desses incentivos, o setor canavieiro se transformou numa agroindústria avançada, incorporando tecnologia no plantio e nas usinas. A produção de automóveis movidos a álcool foi a grande mola propulsora do programa. (IDEM: 86)

Durante este intervalo, percebe-se uma crescente produção do etanol e da instalação de usinas em todo o território nacional, o que explica que a fundação de diversas unidades seja datada desta época, processo que está muito bem apresentado pelo relato acima citado: não é uma alternativa de produção às pequenas propriedades, mas um modelo baseado na agroindústria, ou seja, justamente um tipo de cultivo que aprofunda o fosso de desigualdade incentivando ainda mais a saída do povo do campo.

Reproduzo a seguir o discurso elaborado pelo ex-prefeito Jorge Sader para a comemoração dos 25 anos da usina de Lucélia. Jorge Sader era o prefeito em cargo da época

da instalação da usina de Lucélia-SP, na época apenas uma destilaria de álcool. Nesse discurso, é possível compreender os contextos em que se deram as negociações e articulações para a construção da usina e para implantação do projeto. Esse discurso elucida exatamente como eram concebidos os convênios do Pró Álcool com as prefeituras locais. As partes do texto entre colchetes são comentários de Jorge Sader a respeito de seu próprio discurso ou sobre algumas intervenções que eu fazia. Meus comentários estão em negrito e o discurso dele está grafado sem alterações.

Sobre o contexto histórico e político de criação da usina e articulação em torno do projeto Pró-Álcool, neste trecho, ele menciona a crise da cafeicultura, a mudança de muitas pessoas para a zona urbana e também nos apresenta um elemento novo: a inspiração para a articulação da usina se deu por meio do contato com uma usina que já estava em funcionamento na região, no município de Junqueirópolis:

No início de 77, deparamos com vários problemas para serem atacados de imediato, pois em face das fortes chuvas, no final de 76 e início de 77, atingindo um dos maiores índices pluviométricos de todos os tempos, acumulou-se toda uma série de urgências: estradas rurais intransitáveis, ruas esburacadas [- esburacadas porque nós tínhamos poucas ruas asfaltadas, elas eram quase todas de terra -] pequenas pontes destruídas, linhas de tubos de concreto deslocados - era uma erosão direta tanto no perímetro urbano, quanto nas estradas e bairros rurais, além de muitos outros problemas que absorveram praticamente quase que os dois primeiros anos de administração. À época, tínhamos acabado de sair de uma das mais devastadoras geadas, fator de destruição de quase toda a lavoura cafeeira, não só de Lucélia, mas de toda a nossa região [e note-se, nossa economia principal girava em torno do café. Haja vista a quantidade de máquinas de beneficio de café que existiam em Lucélia, nós tínhamos mais de dez máquinas. Fora a cooperativa, a Cazola. Quer dizer, tinha cafeicultor à beça aqui.]

Mas a nossa preocupação era com a seriedade do problema existente, pois com a erradicação de quase toda a lavoura cafeeira, o êxodo dos moradores,(...)era muito grande. [O pessoal se mudava para a zona urbana, aí crescia o número de desempregados, pois muitos moradores da cidade também trabalhavam na lavoura.] Foi quando se intensificou o êxodo para centros maiores, Americana, Osasco, Limeira, São Paulo etc.

Com isso, Lucélia e os municípios vizinhos perdiam população e receita, pois um dos fatores de fixação do índice referente ao valor do Fundo de Participação do Município [Quer dizer, se você tem uma população grande, você tem um índice também grande de Fundo de Participação e nós coríamos o risco de diminuir aquilo que nós já recebíamos do governo federal com o fundo de participação com o êxodo da nossa população. Então, o índice referente ao fundo de participação a ser recebido é exatamente o número de habitantes do município, quer dizer, o número de habitantes é um dos elementos, um dos fatores que forma, de formação do índice. Daí a necessidade de se ter algo que gerasse emprego absorver a mão de obra e recursos financeiros para o município, quando surgiu a ideia da implantação da agroindústria.]

Foi quando eu fiquei sabendo antes que em Junqueirópolis estava sendo desenvolvido um projeto para a implantação de uma destilaria de álcool, tendo como matéria-prima a cana-de-açúcar, fizemos, ao final de 78, contato com o Dr. José

Siniciato, que estava à frente daquele empreendimento. Marcamos um encontro no local onde estava sendo construída a destilaria Vale Verde, a primeira daqui da religião, que entraria em funcionamento já no ano seguinte, ou seja, em 79. O amigo Siniciato não pensou duas vezes para nos ceder a cópia do contrato do estatuto social da empresa, para que o mesmo fosse aproveitado como modelo para aquilo que estávamos pretendendo. Dizendo ainda que estava sendo bom para ele, poderia ser bom também para nós.

De posse do modelo do contrato social da Vale Verde, iniciamos o trabalho para que ficássemos bem informados do que estava sendo pretendido primeiramente o vice prefeito, o senhor João Luiz Pernomian e os vereadores da legislatura que foram – *aí tem os vereadores todos, que foram na época.*⁶⁰

No relato, Jorge Sader nos apresenta um quadro geral das condições econômicas e sociais do município quando da chegada das ideias do Pró-Álcool. Toda a discussão que travamos anteriormente que apontam para a crise da cafeicultura é retomada neste relato, porém do ponto de vista de um administrador público, logo a consequência mais grave da derrocada do projeto cafeicultor para a prefeitura do município é o esvaziamento dos cofres públicos pela perda de receita. Posteriormente, Jorge Sader nos narra como foram as negociações com os demais municípios, já que somente as terras que estavam localizadas sob a jurisdição de Lucélia não seriam suficientes para a implantação da usina:

A ideia tomava mas tínhamos que chegar com muitos bons argumentos até as pessoas alvo que eram exatamente os empresários rurais, sabendo de antemão que não seria nada fácil plantar de imediato a ideia, visto nossa região e especificamente nosso município e os municípios vizinhos: Salmourão, Adamantina, Inúbia, Sagres, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Parapuã não terem a menor tradição em plantio e lavoura de cana-de-açúcar, pois predominava o café, as extensas pastagens para gado de corte e em escala menor, o gado leiteiro. Sem esquecer que grande parte dessas áreas eram, pelos senhores proprietários, arrendadas para terceiros para o plantio de amendoim, algodão, milho etc. Com o contrato de arrendamento e financiamento bancário. [nós tínhamos café, mas tínhamos também a pecuária e arrendamentos de lavoura para plantio de amendoim, algodão. Tinha muito, plantava-se muito

60 O senhor pode falar?

O nome deles?

Sim.

Claro. Foi Adair Sampaio, Antenor Alves Martins, Antonio de Araújo Falcão – *que era o Dr. Falcão, você conheceu ele?*

Não.

Não, não conheceu... o Antonio Joaquim Golçalves, Argemiro de Almeida Gonzaga, Carlos Ananias Campos de Souza – ele era, na época, o presidente da Câmara, o Ermando Rossi, João Armando Agra, Joaquim Napoleão de Abreu Costa e Osmar Rossi e Valter Barioni Filho. Eram 11 vereadores. (...)

O senhor Tomita não era vereador nessa época?

O Tomita, ele foi vereador junto comigo, quando eu fui vereador, ele foi vereador. Quando eu fui prefeito, o Tomita não era vereador. Ele já não era vereador. Quando eu fui vereador, em 72-76, o Tomita era vereador.

Aí, quando eu saí candidato a prefeito, o Tomita não se candidatou ou não se elegeu, não me lembro agora da minha eleição.

Mas ele trabalhou muito também na época da construção, da verificação de área, a locação da área, lá foi o Tomita que fez. Inclusive o levantamento lá da área para fazer o parque industrial, o Tomita que fez essa parte. Ele foi uma pessoa de importância impar nessa parte técnica, principalmente. A função dele de engenheiro agrônomo também ele tinha uma facilidade sobre essa parte, esse setor.

amendoim aqui em Lucélia. Amendoim e milho plantava-se muito.]

E a agricultura era o carro chefe da economia?

[Aqui, a agricultura sempre foi o carro chefe. Sempre foi o carro chefe.

Aqui, nós tínhamos, fora a agricultura, nós tínhamos aqui um laticínio...

em 70?

É. nós tínhamos um laticínio e tínhamos a fábrica de vinagre.

Eram só, as únicas duas indústrias que nós tínhamos aqui.

Pequenas, pequeno porte. O Vinagre Saboroso depois aumentou, cresceu muito. Infelizmente hoje está fechado. Fechou a indústria. Infelizmente. E o laticínio, há muito tempo deixou de funcionar porque entenderam os proprietários na época que já não estava compensando aqui. Então levaram para uma outra cidade maior, Presidente Prudente, se não me engano o laticínio daqui foi anexado a um laticínio de Presidente Prudente.

Então, nós tínhamos a agricultura como carro chefe.

Era o carro chefe nosso aqui.]

Formada então uma comissão composta pelo prefeito, vice prefeito, vereadores, começamos os contatos individuais primeiramente com os proprietários das áreas maiores. [Porque para ter plantio de cana exigia-se também que a área fosse grande. Não era... hoje, não, hoje você tem plantio de cana em sítio de 5 ou 6 alqueires. 10 alqueires. Mas para início, para que você tivesse um suporte para a implantação da empresa, você tinha que ter áreas grandes de plantio. Então nós procuramos os proprietários que tinham uma área maior. Que no caso aqui, eu até cito os nomes aqui...]

Os proprietários de áreas maiores e fomos percebendo que a concordância e a aceitação por parte dos mesmos no momento em que passamos a ter novos aliados que colaboraram conosco. [Os ex prefeitos na época foram comigo]. Antonio Fiani, Antonio Carlos Fiani, que foi o prefeito de Salmourão e Vladimir Romão, que foi o prefeito de Inúbia. [Eu cito também porque foram os dois municípios que fazem divisa com Lucélia e que tinham grandes áreas que poderiam ser aproveitadas para o plantio de cana. Aqui em Inúbia e Salmourão tem as Fazendas Suíças. A grande parte das Fazendas Suíças estão exatamente nos municípios de Inúbia e Salmourão. Começando aqui da Califórnia, Arapongas, Oroitê e assim por diante.]

Os prefeitos da época que se encarregaram também de visitar os proprietários rurais de seus respectivos municípios. (...) . Mas o que nos empolgou muito foi a atitude de alguns empresários rurais que, de plano, aceitaram a ideia, quando a gente entendia que seria muito difícil. Unindo-se a nós para que fôssemos conseguindo a adesão de outros proprietários.

Peço licença para [isso tudo eu digo porque eu estava lendo no dia dos 25 anos] peço licença para declinar alguns nomes daqueles que já disse, participaram desde o primeiro momento, se unindo a nós na divulgação da futura destilaria, nos auxiliando no trabalho de convencimento e adesão. Aí eu cito o nome do Leonildo Micalí, o José Silveira Mendonça, que era o Lima; o Amadeu Deminski; o José Gaspar Meyer; João Vitor Baumgartner; Toshiaki Ushiro; Renato Fioravante; Yoshio Tomita; Lourival Guilhermino e assim por diante.

Basicamente, são os grandes proprietários...

[é, são os que... Os grandes proprietários e que vestiram a camisa de cara com a gente e participaram... assim, tentando convencer os demais.]

Deixa eu perguntar uma coisa para o senhor: como é que a crise da cafeicultura impactou esses grandes proprietários na época?

[Como é que...?]

como é que a crise do café impactou eles?

[Ah, deixou todo mundo. Foi um impacto violento até porque alguns tinham café estocado. Aí, partiram até para a especulação de preço para a venda de café e outros, que não tinham café estocado, eles tinham também, ficaram sem produção. Aí, o que é que aconteceu, passaram a arrendar a terra para plantio de outras lavouras, que depois passou a ser também o plantio de milho, de amendoim, de algodão, em lavoura, em terra que era lavouras de café. E outros esperaram a recuperação da lavoura. Quer dizer, fizeram a erradicação e fizeram o replantio, correndo o risco de

ter uma outra geada ou ainda aguardar 4 ou 5 anos para a primeira safra. Então foi um baque muito grande na economia do próprio produtor, do próprio lavrador de café.]

Prosseguindo com seu relato, o ex prefeito conta-nos como se deu a primeira reunião em que foi possível, já nessa ocasião, articular os proprietários de terra para formar uma comitiva que articularia o restante necessário para formar um grupo de cotistas, já que um dos requisitos para a concessão do Pró-Álcool era que os projetos fossem apresentados coletivamente.

Já com a ideia amadurecida, necessário se fazia reunir todos e unificar o desejo da instalação e funcionamento da nossa destilaria. E para isso convocamos oficialmente a primeira reunião para as 20h do dia 13 de fevereiro de 1979, que foi realizada na ACEL – Associação Cultural Esportiva Luceliense, clube da colônia de japoneses de Lucélia, que, apesar da chuva torrencial que caía naquela noite, a presença dos futuros cotistas foi das mais expressivas. [quer dizer, foi lá, porque lá nós tínhamos, tivemos a participação do Tomita, que intercedeu para que fosse lá. O Dario Ushiro que foi um dos, sempre foi um dos grandes suportes da própria ACEL e o Tomita, se não me engano, era presidente da ACEL na época. E ele também, além de... ele ofereceu para a gente o clube para que nós fizéssemos lá essa reunião até porque era o clube que melhor acomodava todos os possíveis participantes que, graças a Deus, foi uma participação bastante grande e lotou, lotou a ACEL. Você conhece a ACEL?]

Conheço.

[Lotou, mas lotou. Literalmente lotou a ACEL.

Mas o Tomita foi quem nos cedeu. Ele era, se não me engano, era o presidente. Na época, eu acho que ele era o presidente da ACEL.]

Havíamos convidado para essa reunião, o senhor Elísio Gomes de Carvalho, à época, ele era presidente da Comissão Municipal de Desenvolvimento de Araçatuba. Araçatuba já tinha 4 destilarias funcionando quando nós...

Só no município?

[Só no município de Araçatuba,] quando nós demos início a essa ideia da nossa aqui. E o Elísio era um dos organizadores, ele era o secretário de desenvolvimento lá em Araçatuba e ele era um dos participantes. Ele tinha tudo na cabeça a respeito de funcionamento de destilaria, de projetos para funcionamento e tal. Então, eu convidei o Elísio para vir para cá e ele aceitou e ele era um grande entusiasta do Pró Álcool, que proferiu a mais convincente exposição sobre o futuro do álcool. Falaram também os senhores Paulo Sérgio Cristóvão... [esse Paulo Sérgio, ele era o sócio proprietário da empresa Proquip, que fazia o projeto, o layout e com todo, todo o projeto da destilaria, sempre foi feito pela Proquip.]

Basicamente, essa era a empresa que fazia os projetos das destilarias da região?

[Da grande maioria das destilaria da região foi a Proquip quem fez.

E o César Pinchet, que era um economista da Proquip. O Paulo Sérgio, ele era o proprietário, ele era o diretor presidente da Proquip e o César era economista da empresa, da Proquip.]

...Que iria desenvolver o projeto da destilaria e também falou Doutor José Ciniciato, que era diretor superintendente da destilaria Vale Verde, onde eu fui buscar o modelo do Estatuto Social, o contrato social.

Após a exposição dos convidados, a motivação era tão evidente, o que provocou, naquela noite, a adesão de 1100 alqueires para uma primeira exigência de 2300 alqueires. Então praticamente nós fizemos 50% da necessidade exigida para a celebração, para se fazer o projeto e ser aprovado depois na Comissão Nacional do Álcool e, quando nós fomos à Comissão Nacional do Álcool, já estávamos com todos os 2300 alqueires aderidos.

Precisava, naquele momento, de uma disponibilidade de recursos financeiros para as despesas mais imediatas, que seriam a elaboração do projeto de viabilidade, aquisição da área de 10 alqueires onde foi implantada, onde seria instalado o parque industrial, além de despesas de locomoção e viagens. Para isso, enviei, na época eu enviei, era o prefeito, enviei à Câmara Municipal um projeto de lei abrindo crédito especial de 250 mil cruzeiros. [A moeda à época era o Cruzeiro.]

Quanto daria, mais ou menos? O senhor tem mais ou menos uma ideia?

[Hoje?]

é.

[acredito que hoje seria em torno de uns 300 ou 400 mil reais, por aí.]

No trecho acima, Jorge Sader nos relata pormenores acerca do processo de elaboração do projeto a ser enviado à comissão julgadora do governo federal que concedia os financiamentos à instalação das destilarias. Uma empresa, a Proquip, era a responsável pelos projetos das destilarias da região da Alta Paulista.

Para fazer face a essas despesas e orgulhosamente digo aos senhores e senhoras presentes que os valores utilizados para a elaboração do projeto e aquisição dos 10 alqueires a Central de Álcool de Lucélia Ltda., já em funcionamento ressarcir a prefeitura em um dos seus primeiros pagamentos por ela efetuados. Quer dizer, logo que ela começou a funcionar e teve faturamento, um dos primeiros pagamentos que ela fez, foi ressarcir a prefeitura dos 250 reais que nós havíamos passado à empresa para início de funcionamento, das despesas iniciais.

Daí, para compromissar 2000 alqueires, não demorou muito tempo, permitindo a convocação da primeira assembleia para formalizar o instrumento legal necessário para a existência de fato e de direito da empresa com a aprovação do instrumento particular do contrato da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, aprovado e assinado por 55 sócios cotistas. Quer dizer, nós formamos a empresa com 55 sócios cotistas, porque era uma sociedade por cotas.

Essa era a exigência de qualquer projeto enviado ao Pró Álcool?

[Na época sim. Hoje tem sociedade anônima. Mas à época era sociedade por cotas.

Era por cotas.]

E aí foi eleita a primeira diretoria. O José Silveira Mendonça, que era o Lima, na época foi o presidente. O Gaspar Meyer foi o diretor superintendente. O diretor industrial era o Toshiaki Ushiro e o diretor assistente ficou Jorge Abdo Sader, eu.

[Isso daqui foi uma forma de a empresa, além de eu ter sido cotista também, foi uma forma da empresa ter a gente na diretoria, como diretor assistente, até porque eu ainda era prefeito e essa função poderia também ter assim, uma... esse cargo poderia também ser beneficiado pelo cargo, pela função pelo cargo meu de prefeito, junto ao Ministério de Minas e Energia, onde a gente foi muitas vezes, junto à Superintendência do Banco do Brasil. Então o fato de eu ter sido diretor nessa primeira diretoria foi justamente quando eu ainda era prefeito, o que dava ainda mais facilidade de mobilização e de circulação dentro dos órgãos do governo federal, principalmente do governo federal, que era o Banco do Brasil e também o Ministério de Minas e Energia, ao qual pertencia o Pró Álcool e a Comissão Nacional do Álcool.]

Passados 30 dias da citada reunião, a comissão provisória para conduzir os trabalhos de viabilização do empreendimento, contrata em 14 de março de 1979 a Proquip, Projetos de Engenharia Industrial S.A. Para a elaboração de projeto de viabilidade a partir de quando iniciou-se o trabalho de terraplanagem na área da futura destilaria. [Essa área foi adquirida, como eu já disse, foi o Doutor Tomita responsável pela localização e viabilização, até porque era uma área plana, tinha que ser numa área plana e a área que o Tomita visualizou no contexto em que ele conhecia tudo aqui, a que melhor atendia à necessidade, foi onde está implantada. Então o Tomita fez o levantamento, até planialtimétrico, se não me engano, ele fez, exatamente para poder

ver as caídas que tinha, para possíveis necessidades de terraplanagem que teria que ser feito.]

Aí, esses 10 alqueires necessários para a construção do parque industrial foi aquela verba que o senhor...

[dentro daquela verba que eu disponibilizei, mandei o projeto para a câmara, tá?]

Aí, após alguns meses, concluindo todo o trabalho burocrático para a regularização da documentação de todos os cotistas, além de todos os elementos necessários para concluir o projeto pela Proquip, protocola-se o referido projeto em Brasília, junto à Comissão Nacional do Álcool, que é a CNAL, órgão do Ministério de Minas e Energia do governo federal.

Inúmeras as viagens feitas pela diretoria a Brasília sempre com as presenças dinâmicas do Lima, do Meyer, do Dario Ushiro e em muitas dessas idas a Brasília também nós estávamos. Não querendo dividir a data comemorativa do dia da Bandeira [isso aqui eu fiz uma alusão ao dia da Bandeira, que é dia 19 de novembro] não querendo dividir a data comemorativa do dia da Bandeira nacional, dia 19 de novembro, mas foi em 19 de novembro de 79 que se haveria de se comemorar o dia de uma outra bandeira, a bandeira da Central de Álcool, pois nesse dia foi aprovada pela Comissão do Álcool, o projeto de nossa destilaria permitindo com isso que fosse dada entrada imediatamente junto ao agente financeiro do empreendimento, que era o Banco do Brasil. [Só poderia dar entrada no projeto no Banco do Brasil, que era o agente financeiro, quando aprovada na Comissão Nacional do Álcool, Comissão Executiva Nacional e no dia 19 de novembro de 79 foi aprovado o nosso projeto, que era elaborado pela Proquip, foi aprovado no dia 19 de novembro de 79. com essa aprovação, nós já tínhamos a abertura para dar entrada no Banco do Brasil para o financiamento] para nossa felicidade, pudemos contar, na agência local do Banco do Brasil, com o senhor Lucindo, que foi o gerente, e o Êsio Sementino, que era o chefe da carteira agrícola. Foram os dois baluartes nessa área da parte financeira forame exatamente o Êsio e o senhor Lucindo, que deram tudo, tudo, tudo, tudo o que foi possível para poder viabilizar, não deixar parar, não faltar recurso, para que a nossa destilaria não parasse a construção dela. Ambos vestiram a camisa. Por isso que eu estou falando, ambos vestiram a camisa da Central de Álcool e não mediram esforços e consequências para ajudar de todas as formas legais, e muitas vezes até fazendo algumas concessões para a agilização das liberações dos recursos financeiros. Muitas foram as vezes em que Êsio Sementino nos acompanhou, o Êsio era o chefe da carteira agrícola na época, até faleceu há pouco tempo. Nos acompanhou a nós, o Lima, o Meyer, eu até São Paulo, junto à superintendência do Banco do Brasil para o Estado de São Paulo, lá na avenida Paulista, esquina com a Rua Augusta. Lá, permanecendo conosco, auxiliando junto os diretores no trato da questão da área bancária juntamente com o senhor superintendente, ou com gerentes e chefes de departamentos destacados para nos atender. O Lucindo, por tudo o que nos ajudou, lembramos com saudade – ele já tinha falecido já há algum tempo. E o Êsio, amigo de todos nós, também o nosso reconhecimento. Ele não havia falecido, faleceu agora, no ano passado.

Em 15 de agosto de 80 iniciavam-se as obras de implantação de indústria. No momento me recorde que empresas como Dedine, Goodstill – essas empresas era de Piracicaba, Sertãozinho, porque são os grandes polos de fabricação de equipamentos para indústrias de álcool e de açúcar.

Eram a Dedine, a Kodestill, Kotemine, Malza, Metrópole Engenharia e tantas outras mais iam tornando a Central de Álcool uma realidade visível, vejamos que segundo o projeto inicial, a destilaria teria uma produção de 120 mil litros de álcool por dia e a área de cana plantada seria de 2300 alqueires. O layout da empresa, do projeto de instalação da empresa, era de produzir 120 mil litros por dia e precisava de uma área de 2300 alqueires de cana plantados para essa plantação. E quando nós estávamos falando aqui dos 25 anos, em 25 de setembro de 81 iniciou-se para júbilo de todos nós, a primeira safra, quando foram processadas 34 mil toneladas de cana com a produção de 1 milhão e 810 mil litros por dia. A produção inicial seria de 120.000 litros por dia. Produzimos acima disso daí. Produzimos 1.810.000 litros com 34 mil toneladas processadas. Quer dizer, foi um sucesso.

A direção da empresa, sempre com empresários competentes, o Lima, o Meyer, o Leonildo Micali, o Dario, Antonio Pernomian, João Victor Baumgartner, Sandra, João Victor, Sérgio Seixas, Tomas, e hoje tendo como diretores os senhores Antonio Serafim. Os diretores da época e que são hoje os atuais Antonio Serafim Neto, diretor presidente, Sérgio Seixas, diretor vice presidente. o Micali é diretor industrial, o José Fernando saiu, que era o filho do Lima. E o diretor financeiro e o diretor agrícola que era é o Pascoal Micali, que hoje ele é o diretor industrial, hoje ele que manda praticamente em tudo lá.

São os responsáveis pela continuidade da grandeza que a empresa representa pois a expectativa é tranquila e a certeza é absoluta de que essa diretoria, como já está fazendo, continuará, com toda dedicação e competência, levando cada vez mais o conceito e o respeito já adquirido pela Central de Álcool.

Falamos, no início, em 2300 alqueires e 120.000 litros por dia; falta de tradição em cana-de-açúcar em nossa região, mas quanto a essa falta de tradição, fato que não negamos, mas não podemos nos esquecer que, naquela época, 3 dos respeitáveis sócios cotistas – eu faço aqui uma referência a três sócios nossos, Dr. Renato Fioravante, Arnaldo Zancaneri e o Meyer, que já eram, já tinham tradição em plantio de cana. O Zancaneri em Catanduva, ele era sócio de usinas lá. O Dr. Renato Fioravante, ele foi sócio da Vale Verde, lá de Junqueirópolis e o Meyer, que morava aqui, foi o diretor superintendente nosso, ele tinha tradição com a família em Maracaí, aqui na Sorocabana, ele era o sócio, junto com os irmãos dele, na usina Nova América, lá de Maracaí. Então são os três que eu me refiro aqui que já tinham tradição em plantio de cana.

Depois desse relato, como está hoje a empresa em termos de plantio de cana, capacidade de produção de álcool e açúcar? Essa é uma pergunta que eu faço: como é que está hoje depois desse relato que eu fiz? Quantos são os funcionários? Nossa destilaria deixou de ser somente destilaria há três anos, ela passou a ser usina!

[Por quê? Porque a destilaria só fazia álcool. Usina faz também açúcar. Então ela passou a ser uma usina! Ela faz álcool e faz também açúcar. Então, como passou a ser a usina e destilaria pois a partir de 2002, começou também a produção de açúcar,] então hoje nós temos de 2300 alqueires? Não, hoje a gente tem aproximadamente 20.000 hectares. Isso quando eu falei nos 25 anos, ou seja, aproximadamente 8500 alqueires de cana. Hoje passa de 10.000 alqueires. São 120.000 litros de álcool por dia? Não, hoje, na safra de 2004, a usina produziu 65 milhões de litros de álcool. E o açúcar na safra de 2004? 72 mil toneladas de açúcar foram produzidas na safra de 2004. e para isso? Quanta cana foi processada? 1.261.000 toneladas de cana foram processadas. A empresa tem 2000 funcionários registrados – isso em 2004. 2000 funcionários registrados, com todos os direitos, assistência médica, odontológica, hospitalar, inclusive para os familiares.

Com todos esses números, principalmente o referente à área de plantio e processamento industrial, a impressão que se tem é que a preservação do meio ambiente está arrebentada. A degradação é uma constante instalada e as áreas de preservação permanentes invadidas, assoreadas e tantos outros crimes ambientais ocorrendo? Mas nada disso acontece. A empresa sempre teve presente e isso é transmitido para todos os funcionários que o meio ambiente precisa e deve ser mantido incólume, preservado para sempre. O que mais? Nossa empresa tem produzido, tem produção de vapor acima da capacidade de utilização, ela tem duas caldeiras, hoje, começou com um, hoje está partindo para a terceira caldeira, ela tem duas caldeiras, então ela tem excesso de vapor produzido e o excesso de produção de vapor que ela usa.... nossa empresa tem capacidade de produção de vapor acima da utilização necessária. O que, além de promover a economia no consumo de energia da própria empresa, ainda auxilia a rede de energia elétrica daqui da região, com o excesso de produção de vapor que, transformado em energia é levado para uma linha de transmissão até a subestação localizada na Fazenda Boa Esperança, [aqui, no começo... você sabe? Quando você sai do trevo.]

Do Jó, né?

[Quando você sai no trevo aqui que vai para a usina, para o Rio Feio, à esquerda tem uma subestação ali, aquela subestação é a transformação do vapor em energia

elétrica que também serve para abastecer Lucélia até Flórida.]

E toda essa produção é escoada para onde, o senhor sabe?

[O escoamento?]

Isso.

[São as distribuidoras que são concessões da Petrobrás e a própria Petrobrás, que pega o álcool daqui. O açúcar é quase todo exportado. Todo o açúcar.]

Para onde?

[Ah, vários países, hein.]

Mas é para consumo?

[É para consumo. E tem também, porque o açúcar feito aqui na Central de Álcool, é o açúcar mascavo, então ele tem uma linha de exportação direta, se não me engano, vai para o Japão, vai para a Suíça, vai para a Alemanha, vai para a Itália. Sai direto daqui para o Porto de Santos. Dificilmente fica no mercado interno.

E o álcool produzido, as empresas que são distribuidoras de combustível, é que vem retirar o álcool aqui. Então tem distribuidoras em Bauru, Assis, Ourinhos. Aqui na região não tem. Tem em Presidente Prudente... em outras cidades mais longe, mas as que principalmente pegam aqui, e muito vai para Paulínia também. Muito daqui vai para Paulínia, muito álcool daqui.

E, eu não sei dizer agora para você. A Central de Álcool agora deve estar com 2500 empregados diretos e mais aqueles que dependem da empresa que são funileiros aqui da cidade, mecânicos aqui da cidade, auto elétricas, restaurantes. Pessoal que vem de fora e se acomoda aqui, se hospedam aqui. Então eu acho que hoje mais ou menos, de 3000 a 3500 pessoas dependem diretamente da Central de Álcool.]

Apesar das benesses advindas da instalação da usina, apontadas por essa entrevista, a questão do esvaziamento do campo em decorrência da implementação do modelo da monocultura da cana-de-açúcar não é um problema menor, já que ele implica deveras no aniquilamento de diversos modos de vida que tinham na terra seu ponto de partida. Assim, um modelo de desenvolvimento colonizador, como é o do Pró-Álcool, aponta para vantagens econômicas, mas não rompe com o capitalismo predatório que levou a região à estagnação econômica na década de 1970 e ao empobrecimento de muitos sítiantes e chacareiros. O desenvolvimento econômico, de fato, é trazido pelo modelo da agroindústria, porém o processo de modernização pela erradicação dos cafezais ocasiona verdadeiramente a concentração de terras e o aumento da desigualdade social, econômica e política, de modo que os que tem meios enriquecem e se beneficiam das benesses advindas do novo modelos, porém todos os pequenos proprietários de terra – e os trabalhadores que estavam vinculados a eles – empobrecem. É a instauração e a confirmação da acumulação via espoliação (HARVEY, 2005).

Os reflexos dessa crise do modelo da cafeicultura despontam até os dias de hoje quando os depoentes se lembram da época de fartura que viveram anteriormente à geada, com o saudosismo característico que deve ser compreendido como um sintoma de que, apesar do discurso oficial, a vida, de fato, não melhorou. Apesar disso, o modelo foi complexificado e a

destilaria passou por algumas mudanças ao longo dos anos 2000, que culminaram na sua transformação em destilaria aos moldes da agroindústria, que iremos analisar brevemente no próximo item.

2.2.2. Anos 2000 – “O domínio das leis do mercado”⁶¹

Com a queda no preço do barril do petróleo, em meados dos anos 1990, os incentivos à construção e instalação de destilarias de álcool, por meio do Pró-Álcool, apresentaram uma desaceleração gradual. A partir do primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula-PT), de 2002-2006, tem-se uma retomada desses incentivos, principalmente em decorrência da nova agenda ambiental inaugurada majoritariamente pela Eco92⁶². Apesar de serem praticamente os mesmos setores que recebem os benefícios da retomada dos investimentos, esses se fazem de outras maneiras, inaugurando uma nova fase da modernização da agricultura brasileira. Nesse novo momento, a agricultura se torna verdadeiramente uma indústria moderna, e alia-se a capitais estrangeiros e nacionais, investindo em pesquisa e inovação, aumentando ainda mais a produtividade do solo e a rentabilidade das mudas e plantas, intensificando o ritmo de trabalho por meio de um controle cada vez mais efetivo sobre os trabalhadores. O mercado da cana deixa de ser revestido da ideologia do tradicionalismo dos senhores de engenho e passa a ser a agroindústria canavieira, um setor bilionário, referência mundial na produção de etanol a partir de sacarose.

A tabela abaixo ilustra o momento de virada da política sobre a produção de álcool/etanol no Brasil: a partir do ano de 2003, um ano após a promulgação do Decreto nº 4.317, de 31 de julho de 2002⁶³, que prevê a produção de automóveis bicompostíveis em modelos fabricados no Brasil, sob uma alíquota de IPI com o mesmo valor dos automóveis movidos a etanol. O salto no aumento da produção dos automóveis com motores bicompostíveis é enorme, se compararmos a produção de 2002 (em que nenhum automóvel com essas características foi produzido) com a de 2003 (com a produção de 48.178 automóveis bi-compostíveis, um ano após a aprovação do Decreto Federal):

61 Referência ao subtítulo do texto *Para além das terras dos canaviais paulistas* (2008) de Maria Aparecida de Moraes Silva.

62 Cf.: <http://revista.brasil.gov.br/especiais/rio20/entenda-a-rio20/rio-92>. Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

63 Cf.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4317.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

(Tabela: Brasil: licenciamento de automóveis e comerciais por tipo de combustível, fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Brasil / ANFAVEA. Elaboração: União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/>>, acesso em 27 de maio de 2012)

Ano	gasolina	álcool	bicombustíveis	total
1979	905.706	3.114	-	908.820
1980	626.467	240.643	-	867.110
1981	344.467	136.242	-	480.709
1982	365.434	232.575	-	598.009
1983	78.618	579.328	-	657.946
1984	33.482	565.536	-	599.018
1985	28.655	645.551	-	674.206
1986	61.916	697.049	-	758.965
1987	31.190	458.683	-	489.873
1988	77.312	566.482	-	643.794
1989	260.821	399.529	-	660.350
1990	542.855	81.996	-	624.851
1991	546.258	150.982	-	697.240
1992	498.927	195.503	-	694.430
1993	764.598	264.235	-	1.028.833
1994	1.127.485	141.834	-	1.269.319
1995	1.557.674	40.706	-	1.598.380
1996	1.621.968	7.647	-	1.629.615
1997	1.801.688	1.120	-	1.802.808
1998	1.388.734	1.224	-	1.389.958
1999	1.122.229	10.947	-	1.133.176
2000	1.310.479	10.292	-	1.320.771
2001	1.412.420	18.335	-	1.430.755
2002	1.283.963	55.961	-	1.339.924
2003	1.152.463	36.380	48.178	1.237.021
2004	1.077.945	50.949	328.379	1.457.273
2005	697.004	32.357	812.104	1.541.465
2006	316.561	1.863	1.430.334	1.748.758
2007	245.660	107	2.003.090	2.248.857
2008	217.021	84	2.329.247	2.546.352

Nesse contexto, delinea-se “[a] segunda fase do processo modernizador que inicia-se por volta de 1990, quando foi extinto o IAA, órgão responsável pela regulamentação da produção açucareira, e o Proálcool chegou ao fim.” (SILVA, 2008: 90). Todos os esforços, tanto do governo federal, quanto da iniciativa privada em aumentar a produtividade desse setor, surtiram efeitos nessa segunda fase: atualmente o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar⁶⁴. Em 2007, de toda a energia produzida no país 16% foi proveniente das usinas de cana-de-açúcar, produção maior que das hidrelétricas (14,7%)⁶⁵. Essa nova fase é caracterizada principalmente pela injeção constante de capital nacional e internacional na produção e na inovação, isto é, na modernização biotecnológica das usinas e plantações de cana, de modo que é possível verificar o aumento gradativo de alianças entre agências de pesquisa nacionais e internacionais, órgãos de financiamento público e usinas na produção e disseminação de novas tecnologias para aumentar ainda mais a produtividade do setor.

Automação industrial, meios técnicos mais eficazes para a produção do etanol, como o processo de desidratação – conhecido como destilação extrativa, que responde por cerca de 35% de todo o álcool anidro produzido no país – presença de difusores (utilizados na extração do caldo de cana-de-açúcar e caldeiras) são alguns exemplos desse processo modernizador da fabricação do açúcar e do álcool. Os difusores substituíram as moendas utilizadas até a metade dos anos 1980. (...) (SILVA: 2008: 90)

É nesse momento que se dá uma mudança na gestão da usina de Lucélia: ela deixa de ser uma sociedade limitada e se torna sociedade anônima. Essa mudança tem reflexos na forma de gestão da empresa, impactando sua relação com os empregados, bem como com as agências de fomento. Antes, Central de Álcool Ltda. Agora, Bioenergia do Brasil S/A. É interessante notar que o site da antiga Central de Álcool ainda está disponível, o que nos permitiu fazer uma comparação entre as diferenças nos discursos de ambas as gestões. A Central de Álcool⁶⁶ conta a história da criação da usina de maneira muito semelhante à narrativa elaborada por Jorge Sader e apresentada na seção anterior, focando no processo de articulação dos proprietários em torno do projeto da usina, tendo o Pró álcool como meta de financiamento e meio de construção. Não se menciona o contexto político internacional que potencializou os incentivos para a produção de álcool a partir de cana-de-açúcar. No que diz respeito ao caráter social da usina, ele consiste na articulação mesma destes proprietários em

64 Cf.: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar>. Acesso em 20 de junho de 2013.

65 De acordo com a Agência Brasil; www.agenciabrasil.gov. Acesso em 13 de maio de 2012.

66 Disponível em: <<http://www.centraldealcool.com.br>>, acesso em 07 de maio de 2012.

torno de um projeto econômico comum: a construção da usina.

Já no site da Bioenergia do Brasil S/A, o relato é mais sucinto e a ênfase está no papel que o álcool e a cana-de-açúcar têm para a economia brasileira e para o mundo. Enfatizam também a tecnicidade do processo produtivo, evidenciando os números que a usina apresenta dentro da cadeia produtiva da agroindústria canavieira. Fica evidente que a diferença entre as duas versões está no conteúdo político de que se reveste cada iniciativa. A Bioenergia do Brasil S/A envolve-se de um discurso ideológico ambientalista para legitimar e potencializar suas ações no município de Lucélia e na região, bem como capitaliza os investimentos e incentivos governamentais sob essa lógica. Nada se fala sobre a mudança no nome, nem na mudança de gestão. A informação mais precisa dessa mudança pode ser encontrada no *site* de notícias da CAMDA. Apenas é citada a mudança jurídica de sociedade limitada para sociedade anônima e a justificativa para essa modificação é em razão da melhor adaptação dessa nova configuração às necessidades de ampliação de negócios por meio de parceiras:

A empresa Central de Álcool Lucélia Ltda., uma média unidade do setor sucroalcooleiro, com sede em Lucélia, região Oeste do estado de São Paulo, constituiu uma empresa sociedade anônima. Desde primeiro de setembro último a Bioenergia do Brasil S/A passou a ser a gestora da unidade fabril com administração totalmente profissionalizada. A medida foi tomada visando principalmente o crescimento da empresa e o desenvolvimento de novos negócios, que estavam restringidos devido à estrutura jurídica de uma sociedade limitada, informa Eduardo J. Silva, presidente da Bioenergia do Brasil S/A. “A maioria absoluta dos sócios decidiu então optar pela constituição de uma subsidiária integral, sob a razão social de Bioenergia do Brasil S.A., respaldada na nova legislação civil.

Houve uma adequação da limitada ao código civil e o surgimento de uma nova empresa sociedade anônima muito mais dinâmica. “Com a subsidiária ocorreu o destravamento da empresa através da estabilidade na gestão e da profissionalização dos cargos de direção, deslançando novos projetos de investimentos, na ampliação da co-geração existente, biodiesel, biogás e na implantação de outras unidades juntamente aos parceiros comerciais”, completa Eduardo Silva.

Também por meio desta notícia, a nova fase da usina é expressa por sua expansão física, isto é, instalando novas subsidiárias em outras regiões do Estado de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, aliada, novamente, a capitais estrangeiros. Além disso, o leitor é informado dos números que representam o aumento da produção da usina nessa nova fase, mas esse incremento produtivo não é direcionado ao mercado nacional:

A partir desta mudança, a Bioenergia do Brasil S/A fez investimentos acelerados. Em

nome dos 44 associados da Central de Álcool Lucélia a Bioenergia do Brasil S/A, que atuará como o braço econômico da companhia, tem viabilizado investimentos em torno de US\$ 200 milhões para a construção de duas usinas de álcool com co-geração de energia - na região de Tupã e no Mato Grosso do Sul - em parceria com um grupo estrangeiro, que devem começar a operar antes do final desta década, em 2009.

Com faturamento previsto de R\$ 125 milhões na safra 2006/07, a Bioenergia do Brasil S/A deverá moer nesta safra 1,5 milhão de toneladas de cana. A expectativa é de que a produção cresça 33% para o próximo ano, totalizando 2 milhões de toneladas, e o faturamento atinja R\$ 150 milhões, com crescimento de 20% sobre o ciclo anterior.

Praticamente toda a produção da Bioenergia do Brasil é voltada para o mercado externo.

Na safra 2006/07, a produção de açúcar deve ficar em 100 mil toneladas, com 100% do volume negociado no mercado internacional. A produção de álcool deve atingir 70 milhões de litros, com 75% do total voltado para o exterior. “As duas outras usinas terão a produção de álcool voltada exclusivamente para o mercado internacional”, informa Eduardo Silva.

Além dos números que expressam o crescimento da usina e de suas parcerias, que justificam a necessidade da renovação de sua estrutura jurídica por meio da mudança no nome, a questão ambiental também entra na pauta de movimentação dos negócios. Os créditos de carbono passam a fazer parte das negociações dessa empresa, que consegue a certificação da ONU, bem como a energia elétrica excedente produzida no próprio processo produtivo do etanol:

Um grupo internacional ligado ao setor de energia está finalizando acordo com a empresa de Lucélia para produzir álcool, co-gerar energia e comercializar créditos de carbono.

Neste ano a Bioenergia do Brasil S/A foi certificada pelo ONU - Organização das Nações Unidas e fez sua primeira comercialização de créditos de carbono, para a empresa inglesa Ecosecurites, com quem firmou contrato até 2008. Os créditos que serão pagos cobrem os períodos de 2002 a 2005 sobre as vendas de energia da unidade.

Investimentos

A empresa gera hoje 2.400 empregos diretos durante a safra da cana-de-açúcar e 1,1 mil na entressafra. Para chegar ao objetivo declarado de processar 2 milhões de toneladas na próxima safra, a Bioenergia do Brasil S/A investiu cerca de R\$ 30 milhões na adequação da planta industrial, melhorando o setor de evaporação, fábrica de açúcar e destilaria.

O crescimento da área agrícola nos últimos dois anos revela o desenvolvimento na região: em 2005 foram plantados 5,3 mil hectares de cana e em 2006 o plantio deve atingir 6,5 mil hectares. Até 2008 a empresa pretende atingir 2,5 milhões de

toneladas de cana processadas e chegar ao seu limite de capacidade instalada.

Hoje, como companhia energética completa (dotada de destilaria, fábrica de açúcar, de levedura e de energia), a Bioenergia do Brasil S/A deve terminar a safra 2006/2007 com 1,58 milhão de toneladas de canas moídas, que resultarão em 33 milhões de litros de álcool hidratado, 32 milhões de litros de anidro, 107 mil toneladas de açúcar VHP, 54 mil sacas de 25 quilos de levedura para ração animal e fornecimento de 27.000 MW de energia vendida a concessionárias de energia.

Já na próxima safra, a Bioenergia do Brasil deve moer 2 milhões de toneladas de cana e em dois anos pretende chegar aos 2,5 milhões de toneladas. A julgar pelo crescente número de propriedades próximas a usina cujos proprietários aderiram à idéia de plantio, e aos investimentos de peso na unidade, esta meta será plenamente alcançada, graças ao esforço e competência da diretoria e dos funcionários atuais da unidade.⁶⁷

De acordo com um documento publicado pelo órgão, em 2012 essa empresa já havia recebido o montante de R\$9.938.206,68, com o projeto “*Bp 100: Planta piloto de biorrefinaria com performance 10% no uso de biomassa de cana-de-açúcar para produção de bioetanol Biobrasil ç Bioenergia do Brasil S.A de segunda geração e subprodutos*”⁶⁸. Esses investimentos representam um novo tipo de capital que começa a entrar nas receitas da usina e representam as implicações da mudança de nome e de gestão. Infelizmente não foi possível conhecer mais detalhes a respeito dessa mudança pois a diretoria da usina ainda está em litígio judicial. Nem a causa deste litígio me foi possível saber. Dessa maneira, os envolvidos neste conflito não se sentiram à vontade para me detalhar o processo de mudança por medo de se comprometerem judicialmente.

É interessante observar que, apesar da relevância da produção da usina municipal não ser considerável frente aos padrões estaduais, ainda assim ela é uma das únicas fontes de emprego, como já mencionado anteriormente. Logo, do ponto de vista para a economia local, o modelo da agroindústria, associado à instalação e gestão das unidades prisionais, tem se apresentado como solução para o problema do desemprego e ineficiência da agricultura. De

67 Disponível em: <http://www.camda.com.br/index.php?op=noticia&jr=2006_11&nt=872>, acesso em 04 de junho de 2012.

68 Disponível em:

<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CFMQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.finep.gov.br%2Ffundos_setoriais%2Fsubvencao_economica%2Fdocumentos%2FRELA%25C3%2587%25C3%2583O%2520Empresas%2520habilitadas%2520subv%25202010.pdf&ei=Q0vOT629MYSw8AS0tPScCw&usg=AFQjCNE1_Nlj1o6Tk5A71E0awg7U1NAGOA> acesso em 3 de junho de 2011. Infelizmente não consegui conversar com ninguém que participou desse processo. Senti bastante dificuldade em agendar conversas com os responsáveis, inclusive os técnicos que trabalham na usina não se mostraram muito disponíveis para conversar comigo. Porém fui informada pelo vereador Beto Lopes (PT), que a Bioenergia do Brasil havia conseguido um financiamento da FINEP de 3 milhões de reais para pesquisas na área de cana.

acordo com os dados do LUPA⁶⁹, são 611 Unidades de Produção Agropecuária (UPA's), dentre as quais 151 com cultura perene e 239 com cultura temporária. Além dessas duas divisões, também encontramos informações sobre as culturas: são 49 UPA's com bovinocultura de corte, 45 com bovinocultura de leite e 254 com bovinocultura mista. Outros dados relevantes: 60 UPA's com asininos e muares, 118 com equinocultura. 373 produtores fazem parte de cooperativas, 199 fazem parte de associações de produtores e 123 são filiados a sindicatos de produtores. 431 produtores não utilizam a assistência técnica fornecida pelo CATI. Essas informações refletem o grau de desarticulação entre os órgãos de assistência e os produtores. Também é possível encontrar informações sobre as culturas: são 520 UPA's destinadas à cultura de braquiária, isto é, capim, totalizando 14.922,5 hectares. Já no caso da cana-de-açúcar, são 10.601,2 hectares de cultura divididos entre 173 UPA's. O café figura em terceiro lugar em produção e área, com 134 UPA's, em 544 hectares e depois o milho, com 53 UPA's e 217,2 hectares. Esses dados reiteram o que já foi afirmado anteriormente: neste município, a cana está cultivada em áreas contínuas, portanto, em grandes propriedades.

Cabe ressaltar ainda nessa questão que essa usina apresenta histórico importante de articulações em pesquisas sobre variedades de cana, pois de acordo com o artigo já citado anteriormente de Maria Aparecida de Moraes Silva (2008), em 2006, “*A identificação dos 200 genes foi realizada em um projeto entre o CTC, a Usina Central de Álcool Lucélia e pesquisadores da USP e da Unicamp, financiados pela Fapesp.*” (91), o que evidencia seu papel de articulação entre capital, ciência e tecnologia.

O livro de Fernando Antonio Lourenço (2001), *Agricultura Ilustrada*, aponta para uma crítica ainda atual sobre a constituição de um projeto de agricultura baseada na articulação do arcaico com o moderno. De uma certa maneira, a separação que ele faz entre técnica e política no pensamento das elites do século XVIII ecoa até hoje na questão agrária brasileira. Essa separação se expressa na polarização que existe quando se analisa a cadeia produtiva do etanol e, de uma maneira geral, na agricultura brasileira. Numa ponta do processo produtivo, a agroindústria esbanja tecnologia e mecanização, porém não rompeu com o ranço senhorial nas relações de trabalho no campo, ou melhor, incrementa técnicas e meios de torná-las cada vez mais efetivas e exploratórias aos trabalhadores. A agroindústria,

⁶⁹ O projeto LUPA é realizado pelo CATI do Estado de São Paulo a cada dez anos e monitora indicadores agropecuários. Damos preferência aos dados do LUPA em detrimento dos dados do Censo Agropecuário do IBGE, pois os dados do IBGE são de 2006 e os do LUPA de 2007/2008, portanto mais atualizados. Apesar da apresentação diferente dos dados, o conteúdo das duas pesquisas é o mesmo. Link: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>, acesso em 20 de fevereiro de 2011.

de uma maneira geral, é um ambiente privilegiado para a observação da convivência “pacífica” – obviamente do ponto de vista das elites – desse paradoxo. O autor leva a sério e ao extremo a tarefa de evidenciar a origem da ideologia liberal de nossas classes dominantes: um liberalismo escravista, ou um escravismo liberal é o padrão de pensamento das elites que, no final do século XIX, forjaram as políticas de imigração por considerarem o “trabalhador nacional” impróprio para um país que se pretendia desenvolvido. A “permanência do intolerável” - o racismo, o autoritarismo, o personalismo político, o darwinismo social etc. na sociedade brasileira são tratadas com profundidade pelo autor, que pretende “fazer um estudo sobre a discriminação”.

Ele faz uma crítica feroz às escolas de agronomia e institutos agrônômicos que são elaborados não para a emancipação dos trabalhadores e da população rural, mas são formatados para formar certo tipo de trabalhador rural que se adapte às novas formas de exploração, bem como uma elite de técnicos agrícolas que, ao invés de manobrem a transição para uma agricultura mais democrática e humana, aplicam seus conhecimentos no desenvolvimento de tecnologias que aumentam cada vez mais a produtividade da grande propriedade somente e intensificam a exploração do trabalhador, tornando-o mais rentável à empresa rural capitalista. Em síntese e nas palavras do próprio autor é verdadeiramente um trabalho acerca da discriminação, ou seja, de que maneiras, por meio do desenvolvimento técnico empregado no processo produtivo e na conformação de uma mentalidade de trabalhadores, utilizados a favor da manutenção de uma estrutura de privilégios de uma elite em detrimento da maioria da população, foi-se constituindo o fosso cada vez mais profundo que caracteriza os dois polos constituintes da cadeia produtiva rural:

Assim como toda a formação social brasileira, a história da agricultura no Brasil tem-se caracterizado por um estilo de desenvolvimento que instaura uma modernização sem modernidade, isto é, um incremento das forças produtivas sem a realização do tão prometido ingresso dos trabalhadores rurais na cidadania. Alguns legados coloniais e escravistas persistiram, renovados. A cultura extenuativa dos campos, as diversas formas de trabalho compulsório, a dominação pessoal, o favor, a violência, o privatismo e a ausência de uma profunda reforma agrária.

O estilo prevalecente de crescimento agrícola combinou, não sem algum constrangimento e resistências, as vantagens do arcaico com as do moderno, a favor dos beneficiários de sempre: os potentes rurais, seus prepostos e parceiros empreendedores. Um crescimento que resultou numa questão social de múltiplas dimensões: a questão agrária brasileira. Questão agrária que, apesar da opinião contrária do raciocínio economicista, ainda está longe de desaparecer.

A questão agrária expressa-se tanto na miséria, na infelicidade e no sofrimento cotidiano dos trabalhadores dos campos como nas mais variadas formas de luta

travada por estes mesmos trabalhadores em busca do pleno reconhecimento da sua dignidade e cidadania. A questão agrária também se traduz na histórica criminalização dos movimentos populares e na decapitação das lideranças camponesas. A questão agrária aparece também nas abissais desigualdades sociais e raciais da sociedade brasileira, legadas pela experiência da escravidão, que nunca devemos esquecer, sem com isso menosprezar as novas formas de domínio e iniquidade, insidiosamente repostas por modelos que sempre se auto justificam em nome de uma modernidade cada dia mais postergada. A questão agrária também se manifesta nos intoleráveis índices de concentração de terra e riqueza. Manifesta-se, ainda, enquanto questão agro alimentar, na 'persistência intolerável' da fome e da desnutrição e, enquanto questão agro ambiental, através de uma agricultura extenuativa que dilapida e contamina os solos, águas e os seres humanos. (LOURENÇO, 2001: 194-195)

A crítica que o autor faz ao modelo de agricultura empreendido pelas elites paulistas revela a razão da decadência das pequenas propriedades que encontrei em minha pesquisa: o processo de modernização agrícola não alterou as relações de trabalho, muito menos as relações sociais no campo. Na realidade, a manutenção da exploração e da desigualdade eram a intenção dessas mudanças técnicas. Assim, apoiados sempre numa *práxis* predatória, os desenvolvimentos das técnicas de melhoria da agricultura visavam o aumento de produtividade do solo e das plantas, mas sempre baseados em exploração de grandes áreas, na monocultura e na intensa exploração de uma força de trabalho com pouca ou quase nenhuma qualificação.

Esse tripé aliado à manutenção das formas de dominação patriarcais e paternalistas no campo coloca às pequenas propriedades a ineficiência, a falta de competitividade e a desarticulação política, acarretando sua falência ou decadência gradual. É interessante analisar como progressivamente a pequena propriedade foi se tornando o símbolo de uma luta perdida, de uma questão anacrônica, de ideias arcaicas e derrotadas. Além disso, o autor aponta de que maneira o projeto de imigração tutelada se articulou ao racismo das elites brasileiras, excluindo o negro das bases da sociedade e incentivando a vinda de imigrantes internacionais, como os italianos, espanhóis, alemães e japoneses, objeto dessa pesquisa.

Na seção a seguir, aprofundaremos o olhar sobre o histórico da colônia de japoneses em Lucélia, de modo a compreender como essa comunidade percebeu essas mudanças, uma vez que participaram, desde a chegada, basicamente de todos os processos descritos até aqui, ora como sujeitos dos processos, “abrindo fazendas”, “limpando terrenos” e plantando algodão, amendoim e café; ora atingidos duramente pelas consequências das crises estruturais do capital, como a decadência do modelo da cafeicultura e a ascensão da cana-de-açúcar.

Finalizaremos essa seção com uma descrição acerca dos bairros extintos do município de Lucélia. Discorreremos sobre a outra ponta do processo de avanço do capitalismo, quando, depois de eliminar os povos indígenas, ele se desfaz de territórios que não mais lhe interessam como produtores de valor e simplesmente desaparece com qualquer possibilidade de retorno a esses locais, apagando-os das memórias no presente. Assim como o fez com os Kaingang, os Oti-xavante, os Guarani e os Kaiowá, o capital também aniquilou alguns bairros, fazendo-os desaparecerem do território, como se nunca houvessem existido. O trabalho de recontar suas narrativas só foi possível pois alguns de seus ex moradores ainda estão vivos.



**3. MODO DE VIDA RURAL
NIKKEI: UM 'MUNDO
POSSÍVEL' NUM ESPAÇO
RESTRITO**

3.1 INTRODUÇÃO

Inúmeros são os textos que tratam das dificuldades e agruras por que passaram os imigrantes japoneses quando da chegada na terra brasileira (SAKURAI, 2000; HANDA, 1980; SBCJ, 1992; OCADA, 2006). Apesar dessa pluralidade de textos e autores que se debruçaram sobre esse tema, é difícil ao leitor contemporâneo construir uma imagem, a partir de sua própria realidade e contexto social, do que seriam essas dificuldades, já que a separação espacial e temporal implicam em mudanças radicais nos modos de vida. Implicam, verdadeiramente, na constituição de “mundos possíveis”, diferentes entre si. Até mesmo os descendentes desses imigrantes têm uma imagem imprecisa, embaçada, de como essas dificuldades se expressaram no cotidiano de seus antepassados. Essa imprecisão contribui para um distanciamento indiferente em relação a todo esse sofrimento narrado, pois o que significa dizer que *os imigrantes enfrentaram inúmeras dificuldades culturais* quando não é possível fazer senti-las ao leitor? A ruptura com a indiferença é possível por meio de narrativas que as reconstituem em detalhes, que ilustram, assim, em quais circunstâncias se manifestavam as dificuldades, como elas geravam desconfiança e angústia com relação ao novo modo de vida no Brasil. Também é possível compreender em pormenores as estratégias de vida e projetos familiares elaborados para lidar melhor com o novo ambiente a que estavam sendo confrontados.

Por meio da história oral e da memória descreveremos situações nas quais essas dores e sofrimentos se expressam. Assim, a imprecisão e o distanciamento, a despeito da separação espacial e temporal, serão rompidos, pois os relatos colorirão a imagem embaçada e distanciada com sentimentos e situações reais, de modo que será possível, ao leitor, compreender melhor como se manifestou, cotidianamente, a dificuldade de viver em uma terra cultural e geograficamente tão distante da original e também as maneiras por meio das quais, atualmente, esses imigrantes sentem suas forças limitando-se pela chegada da velhice, logo, perdem sua potência como homens e mulheres produtores de valor.

Porém, este não é um trabalho de japonologia que, de acordo com as definições de Renato Ortiz (2000), consiste num campo do conhecimento a respeito do tema *genérico* do Japão:

A noção de japonologia só faz sentido quando pensada em relação a algo que lhe é exterior. Os japonólogos são pesquisadores, predominantemente europeus e norte-americanos, cuja intenção é compreender um país específico. Passa-se o mesmo com

os brasilianistas e os latino-americanistas. São grupos de pessoas que se encontram 'fora' do Brasil e da América Latina, geralmente trabalham em instituições universitárias norte-americanas ou europeias. (...) O leitor que tiver alguma familiaridade com essas especializações percebe que muitas vezes os autores se encerram em círculos buscando sobretudo reproduzir a autoridade de um campo científico (para falarmos como Bourdieu)” (p. 24)

Isso não significa que descartamos todo o conhecimento acumulado por essa tradição científica, apenas evitamos cair em suas armadilhas – principalmente a que aprofunda o fosso do estranhamento por meio da *exotização* do outro. Ainda nesse aspecto, acredito que essa visão do japonês, e do asiático de uma maneira geral, como exótico, diferente, nada mais é do que um racismo encoberto. Em realidade, os diminutivos – “as japonesas são bonitinhas”; “veja como eles são baixinhos!”; “são umas gracinhas” –, as generalizações – “vocês são todos iguais”; “isso é coisa de japonês” –, os estereótipos – “japoneses são esforçados”; “para passar no vestibular, mate um japonês que lhe roubará a vaga”, não são além do que a visão racista de que esses “outros” são menos humanos⁷⁰. O exótico, assim, é uma maneira menos violenta e menos explícita de não lhe conferir o estatuto de igual, mas de mantê-lo afastado daquilo que é considerado o padrão. De uma certa maneira, radicalizando, acredito que o olhar “de fora” para “dentro”, ao exotizar e transformar em objeto de estudo as manifestações culturais e sociais dos japoneses, contribuem para a reprodução dos estereótipos racistas. Inclusive, é necessário questionar o que é 'os japoneses' se não um 'mundo possível' repleto de conflitos e diferenças? Assim, optei por uma metodologia estratégica – e por isso, consciente – que buscou, a partir do ponto de vista do “nativo” e da relação de conhecimento entre esse ponto de vista e o meu, elaborar uma narrativa de um 'mundo possível', numa verdadeira *relação de conhecimento*.

Portanto, trata-se de um trabalho acerca das relações que uma comunidade – que se reconhece enquanto tal por compartilhar conscientemente de alguns símbolos culturais, o que não implica numa ausência de conflito inerente a essa comunidade – estabelece com a terra e com a natureza. Esta análise será importante para que possamos avaliar de que maneira, por meios ardilosos, o capital se expande no campo, empurrando modos de vida para as beiradas, limitando organizações sociais baseadas em “economias naturais” e modos de vida rurais. De certa maneira, estabelecemos uma relação entre a decadência – ou ineficiência estratégica – do modelo baseado na produção em pequena escala, representada pelos sitiantes e chacareiros, com a expulsão dos povos indígenas de suas terras de origens. Ambos são

70 Em nosso blog fazemos uma breve compilação de vídeos e imagens que reproduzem este estereótipo.

processos que têm sua origem no movimento do capital, que se reproduz sobre territórios com um devir especulativo, e acabam soterrados sob a lógica colonialista do capital.

Uma das leituras de referência deste capítulo são as obras de Célia Sakurai (2000; 2007; 1993), importante autora de textos sobre os japoneses no Brasil. Na introdução de sua tese de doutorado, defendida em 2000 no IFCH/UNICAMP, ela diz que:

[E]u sempre tive uma irritação (confesso) quando fazia leituras sobre os japoneses no Brasil. Via nelas, uma tendência a sobrevalorizar o papel do imigrante japonês. As ideias de 'povo unido', de agricultores exemplares, vistos pelo senso comum, e por outro lado, os próprios japoneses se vendo como vencedores num ambiente totalmente estranho, carregando consigo um tom até épico na reconstituição de sua história. O que me inquietava era a recorrência dessa imagem positiva, quando é sabido que historicamente ela nem sempre foi assim. (p. 1)

Eu também compartilho de suas inquietações, e reitero suas críticas. Acredito que a epopeia japonesa, no contexto atual, mais atravanca do que articula os imigrantes, pois desconsidera os inúmeros descendentes desses cujos destinos não se contemplam nesta narrativa e continuam hoje na luta diária da “ascensão social”. Há aqueles que retornaram ao Japão, dessa vez como *dekasseguis*⁷¹, que carregam em suas subjetividades a marca dolorosa de retornar sem “vencer na vida”, contrariando o plano de seus ancestrais e trazendo feridas em seu orgulho. Também os sitiantes envelhecidos, quase impossibilitados de se manterem vinculados às suas terras e suas memórias, em decorrência das mudanças nos modos de vidas de seus filhos. A todo esse lado anti heroico da história da imigração, dura cicatriz, é necessário encará-lo, para que ele deixe de ser um fantasma nesta narrativa. Aos membros da segunda geração, os *nissei*, que apesar de compreenderem a língua japonesa, viveram em uma época em que não era “aceitável” ser “muito japonês”, sofreram racismos travestidos de diversas formas e aprenderam que era melhor tornarem-se modernos, rompendo, assim, forçosamente, com suas tradições, forjando uma subjetividade conflituosa, pois são japoneses, mas aprenderam que não deveriam ser. Este trabalho também não se presta a cantar e louvar as dores dos vencidos e dos oprimidos, de modo a acalentá-los; nem para polarizá-los àqueles que lograram a “ascensão social”. Mas para explicitar que, mesmo nos espaços e tempos em que a luta pela reprodução social se faz de maneira mais dura, o lastro cultural *nikkei* também se manifesta. E que se eles não estão inseridos na narrativa épica que até hoje se fez; chegou sua hora de serem sujeitos. Pois também somos *nikkeis*.

Optamos por utilizar o termo “siantes” e “chacareiros” a partir da perspectiva

⁷¹ Para um estudo aprofundado acerca da questão dos *dekasseguis*, consultar Fábio Kazuo Ocada (2006).

nativa, como os próprios depoentes se nomeiam e se classificam. Quando falamos em “pequena propriedade” ou “pequena produção” é em referência ao estudo realizado por Afrânio Garcia (1973), na sua coletânea de textos acerca do tema. Essa opção conceitual coloca em evidência a relação desigual entre a produção camponesa, pequena e baseada em força de trabalho familiar, principalmente; à produção agroindustrial, em larga escala e baseada em exploração intensa da força de trabalho de sujeitos espoliados. É uma opção política em evidenciar, na própria terminologia, a relação de resistência à colonização do capital. Isso implica em compreender que não é uma causalidade “ser pequeno”, mas uma estratégia forjada em oposição a forças hegemônicas. O “pequeno”, neste estudo, não é “menor” ou “menos”, muito menos “ainda”. O pequeno é o oposto do grande, do hegemônico e do colonizador.

As questões de pesquisa, a partir do referencial teórico, colocaram-nos a seguinte hipótese: o componente identitário étnico – ser membro da comunidade *nikkei*, era um fator de resistência pois conferia a essas pessoas uma relação simbolizada com a terra, que ia além de enxergá-la como um meio de produção. Os processos relatados na Seção 1 respondem, de certa forma às questões: como essa região se fez? Por que o modelo de desenvolvimento adotado por ela aumentou as desigualdades sociais? Porém não respondem à questão centrada nos interlocutores desta pesquisa: os pequenos proprietários de terra *nikkei*. Assim, as indagações: mesmo depois da emigração massiva para outros polos regionais, por que esses sujeitos permanecem até hoje vinculados às suas propriedades? Qual a importância dessa relação com a terra? Quais os impasses para a reprodução de um modo de vida baseado na relação com a terra? Essas questões serão respondidas pela discussão por ora realizada.

Em primeiro lugar, retomaremos uma literatura histórica que ilustra a chegada dos primeiros migrantes japoneses no Brasil. Como se deu a *formação histórica* do imigrante japonês, em que condições eles chegaram e por que saíram do arquipélago japonês são as questões a serem respondidas nessa seção. De certa forma, traçar a genealogia de um processo que ecoa até os dias atuais responde à questão das estratégias adotadas por essas famílias: por que certos caminhos foram escolhidos e de que maneira as trajetórias de vida e projetos familiares tem relação com o *substrato* cultural de onde esses sujeitos têm origem.

Posteriormente, discorreremos sobre os relatos desses migrantes a respeito da vida cotidiana no Brasil. Nesta momento, as estratégias familiares começam a se delinear com mais clareza e as memórias dessa época evidenciam as experiências cotidianas que levaram os

imigrantes a elaborar seus planos de vida por meio da agricultura. Toda essa contextualização será essencial para que possamos, aos poucos, elaborar uma imagem mais apurada do que consiste a relação do *nikkei* com sua terra.

Em seguida, discutiremos de que maneira esses projetos e sonhos colocam, à pequena propriedade e ao modo de vida baseado na relação com a terra, um retrocesso, uma dificuldade em sua reprodução: como será discutido, a estratégia de ascensão social da maioria das famílias envolveu planos de estudos e carreiras modernas para seus filhos e o trabalho no campo sempre foi, até certo ponto, desvalorizado. Logo, os pais que incentivaram seus filhos a saírem das regiões de origem – no caso, a Alta Paulista e o município de Lucélia como ponto de partida para a análise – convivem atualmente com a dificuldade de se manterem autônomos, já que estão envelhecidos, mas insistem em permanecerem vinculados ao modo de vida rural.

3.2 Imigração e colonização: aspectos da formação do imigrante japonês

Entre a espessa névoa que cobria a baía de *Edo*, atual *Tokyo*, naquela noite de julho de 1853, quatro navios norte-americanos se esgueiravam no porto da cidade sem aviso prévio. As embarcações não tinham intenções amistosas. Afinal, os portos japoneses estavam fechados aos estrangeiros há mais de duzentos anos. Por isso, a aparição da misteriosa frota no litoral só podia ser uma invasão. E era. Armados com canhões propositalmente à mostra e prontos para abrir fogo a qualquer momento, os quatro *kurofune* ameaçavam a nação inteira. O ultimato dado pelo comodoro Matthew C. Perry foi claro: ou o Japão decretava o fim de sua política de isolamento, ou ele colocava *Edo* por água abaixo. O resultado não demorou. No ano seguinte, foi assinado o Tratado de *Kanagawa*, que abria dois portos a navios norte-americanos. (ARAI, 2008: 18)

O evento acima relatado informa o início do processo de abertura do mercado japonês para o mundo. A famosa Restauração *Meiji* representou mudanças políticas, sociais e econômicas sem precedentes para o Japão. Marcado historicamente por uma estratificação social gritante, em que a elite monopolizava principalmente o acesso à educação formal, a restauração

trouxe consigo importantes mudanças na vida japonesa, especialmente na abertura do país ao Ocidente. Jovens foram enviados para estudar na Europa, o Japão passou a ter relações comerciais com países do Ocidente, o que até então não ocorria. Paralelamente, houve uma profunda modificação na vida interna do país, com a promulgação de uma Constituição em 1889 que, inspirada em modelos ocidentais, estabeleceu a igualdade civil, o serviço militar obrigatório. Ao mesmo tempo, o novo governo criou uma infra-estrutura econômica moderna e mais, assegurou estabilidade política ao país. (...)

Com a Restauração *Meiji*, a educação passou a ser obrigatória e de responsabilidade do Estado.

'Em menos de duas gerações, a antiga estratificação social fundada sob o prestígio e a hereditariedade dos status individuais, deram lugar a uma estratificação largamente comandada pelo nível da educação. O arquipélago, que havia conservado até a metade do século XIX sua organização feudal, abrigava no início do século XX uma sociedade sensivelmente mais igualitária que a sociedade britânica.' (apud Reischauer, 1973:160-161) (SAKURAI, 1993: 102-103)

A invasão da baía de *Edo* pelos navios norte-americanos que pressionavam o governo japonês pela abertura dos portos é compreendida tradicionalmente pela literatura histórica japonesa como o início do processo de modernização industrializadora do país. A pesquisadora Francisca Isabel Schurig Vieira (1973), no entanto, confere a esse episódio o caráter de mais uma etapa do processo de modernização do país, que ocorria desde meados do século XIX. De acordo com ela, o governo imperial japonês já fazia esforços no sentido de

unificar e racionalizar o Estado, bem como empreendia incentivos nas regiões portuárias para sua modernização. Além disso, neste período, foi criado em Nagasaki uma escola de estudos de técnicas agrícolas holandesas que foram aplicadas na mecanização da agricultura. Assim, a invasão da baía por navios americanos foi uma pressão externa para a abertura dos portos, porém coincidiu com uma demanda interna por ampliação de mercados para a nascente indústria local.

O processo de modernização japonês, espacial e temporalmente localizado na periferia do capitalismo internacional, foi conduzido pelas elites dirigentes do país baseando-se em algumas premissas ideológicas que se mostram cruciais para a compreensão do que foi este fenômeno. Para a elite, a observação do caso chinês foi um importante exemplo negativo do que ocorreria com o Japão caso este não se adiantasse na condução de sua própria industrialização. Assim, preocupados com a manutenção da soberania nacional, bem como com a preservação da autonomia econômica, o governo centralizado japonês direcionou esforços em três frentes concomitantes que guiaram o processo de modernização do país. Em poucas décadas, o Japão deixou de ser um país organizado politicamente sobre estruturas feudais e economicamente agrário, para ser dirigido por uma estrutura burocrática racional e moderna e economicamente baseado na indústria têxtil. Os pilares dessa transformação foram três principais: industrialização, taxaço pesada sobre a terra e urbanização, de modo que foi possível articular o ideal de manutenção da soberania nacional, potencializar a identidade do “povo japonês” unificando o país em torno do objetivo comum de modernização e industrializar o país a fim de inserir-se no jogo do capitalismo industrial como um país exportador de manufaturados, e não de matéria-prima.

O capital necessário para as mudanças foi obtido “*através de empréstimos internos e de pesada taxaço no setor agrícola da economia japonesa*” (IDEM, p. 27) Essa política teve algumas consequências estrategicamente formuladas para a transformação do país: 1) preservou o sistema financeiro, industrial, político e social da subordinação econômica que é decorrente quando os governos nacionais recorrem a pesados empréstimos de bancos e agências financeiras estrangeiras⁷²; 2) incentivou a da industrialização por meio da taxaço do setor agrícola pode ser compreendido como uma política de Estado de transferência da matriz de produção de riqueza nacional – o que não significa uma transferência de poder de um setor para o outro uma vez que, no caso japonês, as elites dirigentes de ambos os setores

72 Como foi o caso chinês e o brasileiro.

econômicos eram a mesma e no período que corresponde à fase da industrialização está representada pelos *zaibatsu*⁷³; 3) por fim, acelerou o processo de urbanização, uma vez que a taxação da terra tornou excessivamente onerosa a reprodução da vida no campo e incentivou a migração dos trabalhadores para a cidade, o que configura verdadeiramente o processo de formação do operariado urbano, ou melhor, a formação propriamente dita do exército industrial de reserva, com o rebaixamento dos salários pela lei da oferta e da procura e a pela expropriação dos trabalhadores de seu meio de reprodução social, a terra.

Até 1880 o governo é o grande financiador, promotor e controlador dos empreendimentos industriais, e tem seus investimentos direcionados a áreas estratégicas: indústria naval, telecomunicações, indústria têxtil e ferrovias. A partir deste período, por meio de licitações corruptas, esses empreendimentos passam para as mãos dos antigos *daimyo* – grandes proprietários de terras que têm seu poder e prestígio diminuídos quando da mudança da matriz econômica do país. Por meio dessa manobra política, o poder é mantido nas mãos da mesma elite que monopolizava privilégios por meio da posse da terra e neste novo momento geopolítico é proprietária dos meios de produção industriais. Esse processo aprofunda o fosso de desigualdade social gritante no país e confirma a estratificação social, apesar das reformas sociais e políticas principalmente na educação que inserem o ideal burguês de democracia e igualdade no país. Esse processo de modernização apresentou, portanto, um aumento na riqueza produzida no país, porém implicou num agravamento da situação social, já que a urbanização crescente e sem planejamento e o esvaziamento das áreas rurais provocou um aumento do empobrecimento. Como forma de atenuar os conflitos originados dessa nova configuração política, o governo incentivou políticas de migração, que se deram em quatro eixos principais.

O primeiro grande fluxo de movimentação foi interno, com a expulsão dos camponeses empobrecidos para áreas urbanas, configurando um processo semelhante aos *enclosures*. De uma maneira geral, o processo de modernização das estruturas agrárias implica em uma expropriação dos camponeses de seus meios de reprodução – a terra – e, eventualmente⁷⁴, a consequente transformação destes em operários urbanos. Se, na Inglaterra, esse processo se deu por meio dos cercamentos (THOMPSON, 1987), no Japão esse processo

73 Conglomerados familiares que monopolizavam setores estratégicos do processo de modernização japonesa. Formaram-se durante a Restauração Meiji por famílias tradicionais da elite e foram dissolvidos relativamente após o fim da II Guerra Mundial.

74 A eventualidade, no caso, refere-se ao caso brasileiro com a política de “substituição da mão de obra”, em que os trabalhadores nacionais foram postos na marginalização com a chegada dos imigrantes estrangeiros.

se deu em decorrência da taxaço excessiva sobre a terra e sobre sua produço, o que ocasionou a impossibilidade de reproduço social no campo. No Brasil, esse processo se deu tanto por meio da Lei de Terras, que transformou a terra em mercadoria e, impossibilitando o camponês sem poupança financeira de se apropriar de seu meio de trabalho, obrigou-o a proletarizar-se; bem como se deu por meio das políticas de incentivo à imigração, nomeadas “substituição da mão-de-obra nacional”, que colocaram aos trabalhadores e camponeses nacionais a impossibilidade real em terem acesso à terra por meio de sua compra, uma vez que não eram nem cogitados como força de trabalho e não podiam, portanto, ter acesso a uma poupança financeira a partir da qual poderiam comprar um pedaço de terra para si.

É interessante observar os princípios do imperialismo japonês nestas duas ações coordenadas, uma vez que ambas as ilhas já eram zonas de interesse japonês, porém mantinham certa autonomia política. *Hokkaido*, mais ao norte, com invernos extremamente rigorosos, apresentava uma geografia de difícil ocupação para aproveitamento econômico; *Okinawa*, porém, fora zona de influência chinesa durante muito tempo e representava território de interesse político japonês.



Ilustração 9: "Hokkaidomap". Fonte: Wikipedia Commons. Cf: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Hokkaidomap-en.png>. Acesso em 28/maio/2013.

O segundo fluxo migratório foi representado por políticas de incentivo à colonização de áreas internas japonesas: em 1872 iniciou-se o processo de colonização de *Hokkaido*, a ilha mais ao norte do Japão.



Ilustração 10: "Map of Japan with highlight on Hokkaido prefecture". Fonte: Wikipedia Commons. Cf: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Map_of_Japan_with_highlight_on_02edit_Hokkaido_prefecture.svg. Acesso em 28/maio/2013.

Em 1879, a colonização de *Okinawa* deu-se iniciada.



Ilustração 11: "CIA Japan map marked for approx limits of Okinawa Prefecture". Fonte: Wikipedia Commons. Cf.: http://en.wikipedia.org/wiki/File:CIA_Japan_map_marked_for_approx_limits_of_Okinawa_Prefecture.gif. Acesso em 28/mai/2013.

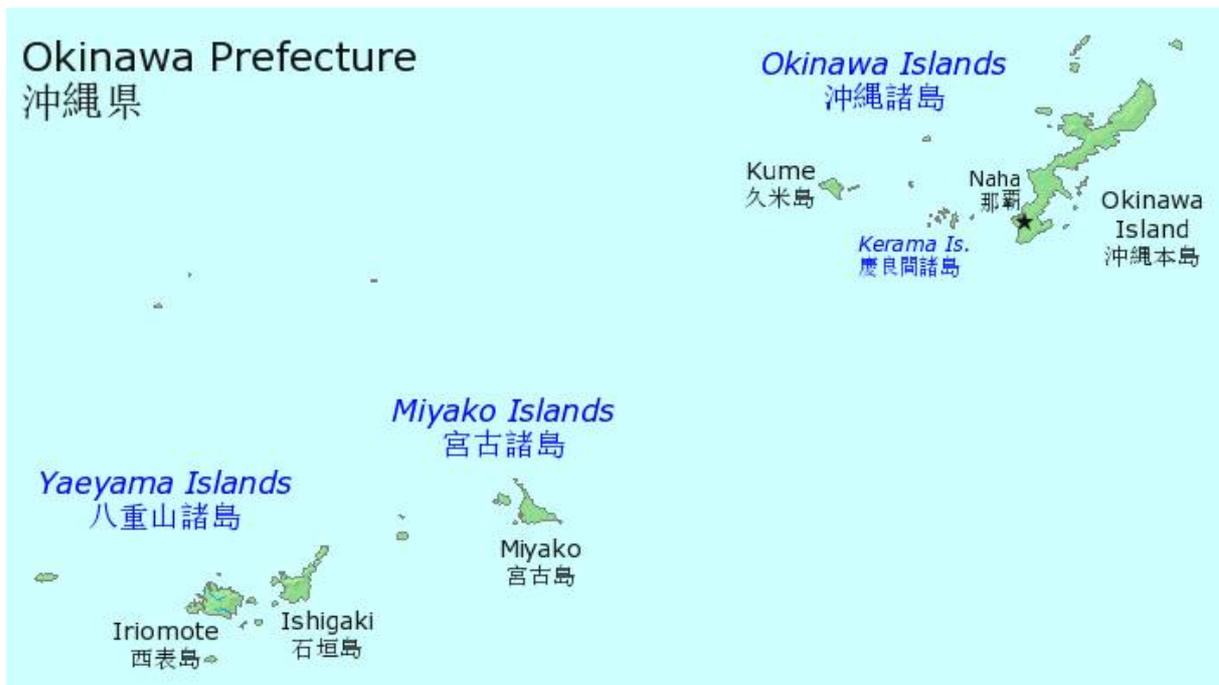


Ilustração 12: "Map-okinawa-pref". Fonte: Wikipedia Commons. Cf.: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Map-okinawa-pref.png>. Acesso em 28/mai/2013.

Posteriormente, essas duas regiões tornam-se grandes “exportadoras” de força de trabalho japonesa, o que levanta a questão: apesar de serem territórios de interesse japonês, estas regiões jamais se tornaram prioritárias para o governo, uma vez que a manutenção do empobrecimento regional foi um dos fatores de expulsão de milhares de trabalhadores urbanos e rurais destas áreas que migraram para o Brasil.

Com o aumento da produtividade da indústria têxtil e a necessidade de obtenção de mais matéria-prima, tudo isso articulado ao desenvolvimento do nacionalismo japonês – tratada na literatura como *nihonjinron* (SAKURAI, 2000; ORTIZ, 2000), inicia-se o terceiro fluxo migratório representado pelas políticas imperialistas e a conquista, por meio da guerra, de territórios estrangeiros: em 1895, como resultado da Guerra Sino Japonesa, o Japão anexa Taiwan como seu território; em 1905, como resultado da Guerra Russo Japonesa, é anexado *Karafuto*; em 1910, como resultado também da Guerra Russo Japonesa, a Coreia é anexada; e, por fim, em 1931, o Japão conquista a Manchúria, ou o Estado de *Manchukuo*. A partir destes conflitos militares vitoriosos, o Japão garante a Ásia como zona de sua influência militar e econômica, e torna-se o Estado mais poderoso desta região sob os olhos do Ocidente. Do ponto de vista da ideologia nacionalista japonesa, é a confirmação do “destino japonês como povo superior que deveria comandar a modernização da Ásia e tirá-la das mãos dos brancos ocidentais”.

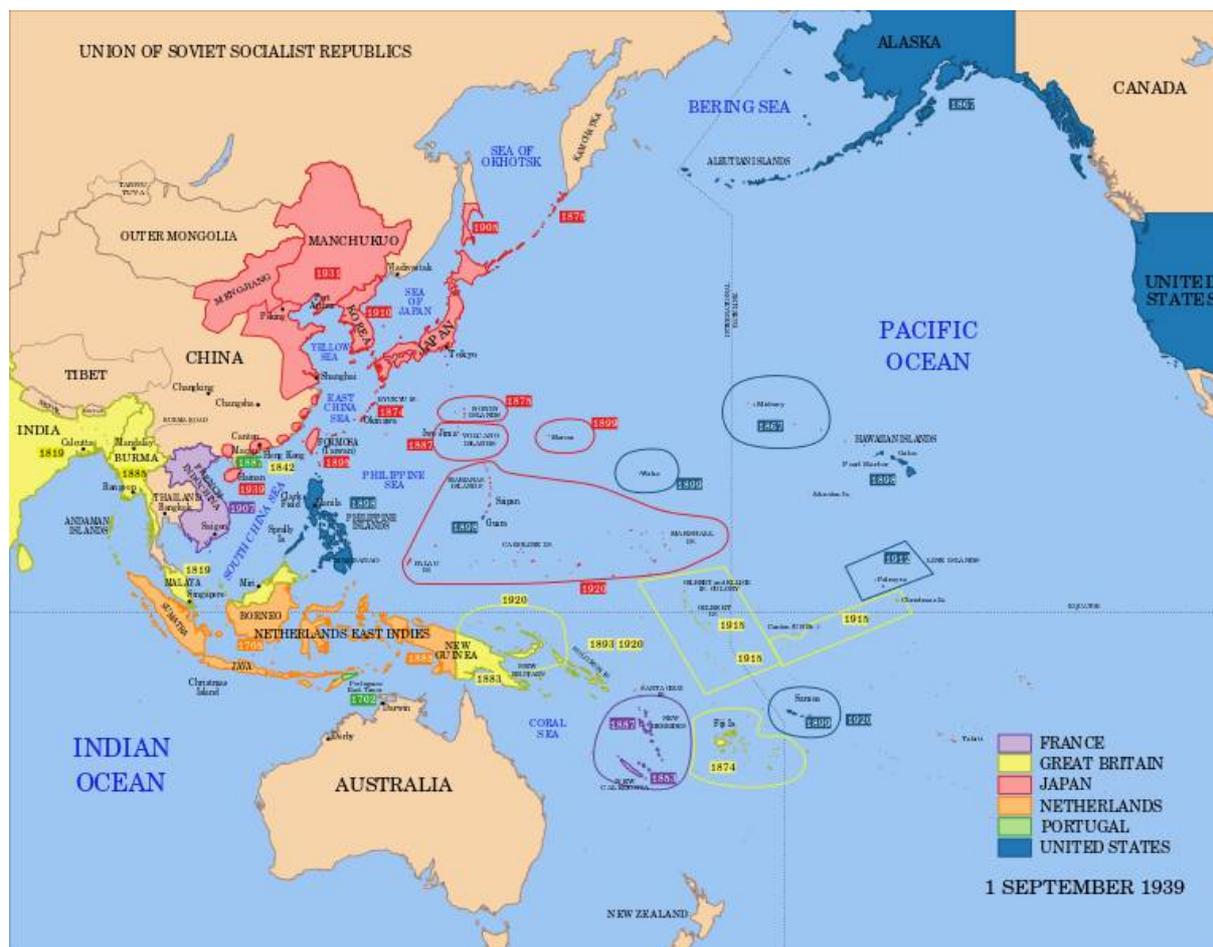


Ilustração 13: "The Imperial Powers - Pacific Area". Fonte: Wikipedia Commons. Cf.: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pacific_Area_-_The_Imperial_Powers_1939_-_Map.svg. Acesso em 28/mai/2013.

O quarto fluxo migratório, por fim, é apresentado pela ida de japoneses para países que não estão sob zona de influência direta do Estado japonês: Filipinas, Havá, EUA, Canadá, Peru e Brasil, principalmente são os que recebem, ao longo de algumas décadas, imigrantes japoneses.

O imigrantes que se dirigiram para essas áreas fora do controle político japonês provinham, na sua maioria, de níveis socioeconômicos inferiores e de áreas menos desenvolvidas e predominantemente agrícolas (*mura*) (...) No caso do Brasil, o movimento migratório foi planejado, subsidiado pelo governo, orientado por empresas particulares e, a partir da década de 20, cada vez mais politicamente dirigido. Os emigrantes, desde o início, eram encaminhados por Companhias de Emigração, com contrato de trabalho agrícola e recrutados por meio de ativa propaganda no Japão. Na sua quase totalidade encaravam a emigração como temporária. (IDEM, p. 33-34)

Como a primeira região fora dos domínios imperiais japoneses a receber emigrantes, o Havaí, de 1875-1900, recebeu por volta de 30.000 japoneses. De uma maneira geral, iam para aquele país para trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar e pretendiam retornar ao Japão com pecúlio necessário para viver confortavelmente em seu país de origem. O ano de 1884 marca o fim das relações de imigração entre os dois países, uma vez que, anexado aos EUA e em decorrência da “Gentlemen's Act”, são fechadas as portas de entrada dos imigrantes para todos os países sob domínio norte-americano. Em 1899 iniciam-se os contratos de imigração para o Peru e, em 1908, por meio de um convênio entre a Companhia de Imigração *Kichisa* com a firma Prado Jordão, dá-se por iniciada a primeira vinda de imigrantes em massa para o Estado de São Paulo para o emprego na lavoura cafeeira.

É interessante acompanhar a fundação das companhias de imigração para se ter uma visão geral da rentabilidade do negócio à época: em 1897 é fundada a *Tayo Imin Kaisha* e a *Nippon Imin Kaisha*. Em 1901 são fundadas a *Teikoku Shokumin Kaisha* e a *Kosei Imin Kaisha* que se responsabilizarão pelos interesses do Japão na América do Sul, um ano após a proibição de entrada no Havaí. Em 1917 é fundada a KKKK, que é resultado da fusão da *Tayo* e outra companhia de imigração. Essa nova companhia “*passou a monopolizar virtualmente o aliciamento e colocação dos emigrantes, não apenas no Peru, mas também no Brasil.*” (IDEM, p. 39) De acordo com Lourenço (2001), nem sempre a opinião do governo brasileiro era favorável à migração de asiáticos. Como política institucional de “embranquecimento da população”, os incentivos à chegada dos migrantes internacionais deu preferência aos europeus, principalmente italianos e espanhóis. É interessante notar que a historiografia sobre a época explica essa política de imigração pela escassez de força de trabalho para os cafezais paulistas. Lourenço (IDEM) critica esse ponto de vista já que ele omite o viés eminentemente racista das políticas que justamente tinham como objetivo excluir a população negra escrava dos trabalhos e da própria possibilidade de reprodução social. Assim, aliada a essas políticas racistas, os japoneses chegaram no Brasil promovidos por uma aliança de dois Estados nacionais que conciliavam dois interesses: o japonês, que escoou grande parte de seu contingente empobrecido para outros locais; e o brasileiro, que não via na população negra as bases possíveis de desenvolvimento de uma nação moderna.

A partir do ano de 1923 inicia-se o auge do período de emigração para o Brasil, que se dá por duas razões: o Peru passa a também bloquear a entrada de japoneses a partir desse ano e o governo passa a se interessar diretamente no negócio da emigração, pois vê nele a

possibilidade tanto da ampliação da zona de influência do Japão por meio de seus cidadãos alocados no exterior, bem como do incremento dos intercâmbios comerciais.

O capital japonês buscava novos mercados para investimentos fora da Ásia e a ação combinada do governo e dos capitalistas japoneses imprime novas características à política migratória no Brasil. (VIEIRA, 1973, p. 41)

Nesse sentido, Vieira faz uma distinção, baseada nos trabalhos de Hiroshi Saito, entre duas fases da política emigratória: uma *ativa* (até 1925) e uma *passiva* (após 1925), que leva em consideração o papel do Estado no direcionamento das atividades migratórias. Talvez seja necessário fazer uma ressalva a essa distinção, uma vez que é difícil atribuir passividade a qualquer atividade do governo japonês, principalmente ao período que nos referimos. As ações coordenadas e planejadas do governo japonês não deixam dúvidas quanto ao caráter estratégico de cada aliança e acordo internacional, bem como no que diz respeito às ações políticas internas. Tanto as atividades militares, quanto as diplomáticas foram decididas baseadas em premissas fixas e firmemente consolidadas na ideologia da elite dirigente. Inclusive é possível atribuir aos “fracassos” de algumas iniciativas uma opção estratégica em privilegiar certas atividades ou regiões, em detrimento de outras, como é o caso da escolha pela industrialização baseada na taxaço da terra. Também podemos citar o caso da mecanização da atividade agrícola, com o aumento da produtividade, mas a queda do número de trabalhadores necessários para a realização das atividades. Inserimos também no rol dessas atividades coordenadas o investimento em desenvolvimento social nas ilhas principais e o relativo abandono a que ficaram condenadas as ilhas de *Hokkaido* e *Okinawa*. Por essas razões, até mesmo quando se mostrou omissivo, o Estado japonês evidenciou seu posicionamento estratégico, baseado no ideal de soberania e autonomia e na ideologia *nihonjinron*. Portanto, a divisão entre imigração ativa e imigração passiva é insuficiente para compreender a complexidade do fenômeno. O que pode ser afirmado, no entanto, é que antes de 1925 existiam movimentos migratórios organizados por companhias de imigração japonesas com capital privado. A partir de 1925, o Estado passa a ser o grande investidor nesse setor e a emigração adquire um caráter de colonização propriamente dita. Ou seja, se antes de 1925, a imigração é um negócio capitalista privado, a partir desta data, ela adquire viés político e passa a ser vista como política de Estado.

Em 1927 dá-se a fundação da BRATAC (Federação das Associações Ultramarinas), que tinha sede em São Paulo, nomeada por Sociedade Colonizadora do Brasil. A grande

contribuição dela foi a organização da produção dos agricultores japoneses que passa a ser direcionada majoritariamente ao mercado japonês, a partir de 1931. Por meio da BRATAC, foram construídas escolas, estradas, melhoramentos no saneamento das regiões ocupadas por imigrantes japoneses. Também foram construídas casas bancárias, implementados algodoeiros e empresas de construção. É necessário, para compreender o papel das atividades da BRATAC no Brasil, fornecer um panorama geral da economia japonesa do período, para que se consiga visualizar de que maneira a produção dos imigrantes em terras brasileiras se inserem no mercado japonês. Dessa maneira, será possível compreender qual o papel do imigrante japonês na própria formação e consolidação do capitalismo industrial japonês. Além disso, também poderemos compreender o imigrante japonês no Brasil como um dos resultados da industrialização japonesa.

O setor têxtil fora o primeiro a receber investimentos no Japão no período da industrialização. Em 1913, a exportação de fios e tecidos em seda e algodão representava 53% do total de receitas provenientes de exportação do Japão. Em 1929, esse percentual cresce para 63% quando da anexação dos mercados asiáticos. E, em 1936, esse número é acrescido de dois terços de seu total, com a abertura para o Japão dos mercados da América do Sul, da África, Europa e Oceania. Como os investimentos no setor industrial japonês drenaram a produção agrícola do país, foi necessário, para suprir a demanda de matéria-prima, recorrer à importação de algodão e seda. Em um primeiro momento, os países anexados ao Japão cumpriam esse papel. Porém, com o crescimento das exportações e o aumento da demanda de matéria-prima, foi necessário recorrer a outras fontes. Foi dessa maneira que a imigração passou a ser de interesse do governo japonês. Entre 1935 e 1940 o algodão ocupou o segundo lugar nas exportações brasileiras, sendo o primeiro comprador o Japão. Assim, os *“agricultores japoneses da frente de expansão do Estado de São Paulo foram incentivados para produzir algodão.”* (IDEM, p. 52). Esses dados evidenciam o caráter planejado da colonização japonesa no Brasil e explicam os processos históricos que estão por trás dos depoimentos que escutei durante a pesquisa, que informavam que basicamente toda a produção dos japoneses situantes era o algodão. *“No Estado de São Paulo, a Alta Paulista, a Alta Sorocabana e a Noroeste foram as áreas onde a migração planejada, a produção orientada e os investimentos japoneses apareceram conjugados.”* (IDEM, p. 56)



Ilustração 14: Família Hirata na colheita de algodão, sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 12 de março de 2013.

Apesar do número de imigrantes que vieram ao Brasil por meio dessa política ser pequeno (por volta de 2%), os impactos no modo de vida do imigrante em geral são indiscutíveis. Até mesmo aqueles que chegaram por outras vias, antes ou depois da fundação da BRATAC, inseriram-se neste contexto e passaram a produzir algodão ou a articularem-se nas colônias fundadas pelos agentes da empresa. De uma maneira geral, é possível afirmar que as atividades do governo japonês, direcionando apenas uma parcela dos emigrantes, impactou sobremaneira a vida de todos os imigrantes em terras brasileiras, uma vez que aqui foi possível a eles articularem-se em torno de uma identidade étnica que era encorajada a ser lembrada no trabalho e na reprodução da vida social. Neste sentido, partimos para a análise desse modo de vida forjado em terras brasileiras para que possamos, então, compreender de que maneira foi se constituindo a especificidade dessa nova identidade, que articula as memórias do Japão e o modo de vida rural, com a experiência da imigração.

3.3 Trabalho de *escuro a escuro* nos cafezais

Naqueles tempos não tinha esse negócio de direitos humanos... não tinha nada dessa lei... ainda era chicote... tinha hora para dormir, tinha hora para acordar, tinha hora para sair na roça, tinha hora para deixar a roça

(fragmento de entrevista, OCADA, 2006, p. 87)



Ilustração 15: Passaporte de entrada no Brasil – família Itikawa. Fonte: acervo pessoal Tamatsu Itikawa. Acesso em jan/2012.

A imagem acima reproduzida é a cópia digitalizada de um passaporte de um de nossos interlocutores. É interessante observar que no passaporte estão declarados a profissão do migrante (agricultor), sua origem (*Hokkaido*), seu estatuto familiar (chefe de família) e sua altura, bem como a altura dos filhos e esposa, provavelmente informações importantes para o trabalho no cafezal. Além desses itens, essa página do passaporte traz as fotos da esposa com os filhos e do chefe de família sozinho. Essa imagem traz elementos que explicitam as condições de chegada de muitos imigrantes japoneses no Brasil: eram de origem humilde e agricultores – o que se constata pelas vestimentas que trajam, vinham em família e o chefe de família é o único considerado individualmente, o portador do destino de seus filhos e sua esposa. Além disso, essa imagem também traz a questão da tripla espoliação por que passou essa família especificamente: como já mencionado anteriormente, a ilha do *Hokkaido* foi uma das primeiras regiões de “conquista” da modernização japonesa. São milhares de famílias empobrecidas e sem terra que migram para essa região inóspita em busca de melhoria nas qualidades de vida. Provavelmente, este primeiro esforço não foi suficiente para alcançar uma vida mais tranquila, pois novamente eles integram a fila dos migrantes e se movimentam para outras terras.

De acordo com o relato de um dos filhos deste casal, meu avô, o período produtivo em *Hokkaido* era de 6 meses, época em que se deveria colher a quantidade necessária para manter uma família extensa – mãe, pai, filhos e netos – durante o restante dos 6 meses do ano, em que somente nevava. Durante esse período de neves, eles conseguiam eventualmente empregos em serralherias, mas estes não eram suficientes para amenizar a fome. Resolvem, então, migrar para o Brasil para conseguir recursos suficientes para retornar ao Japão e adquirir um lote de terras para plantarem para si. Porém, a propaganda emigratória revela seu lado obscuro quando da chegada no Porto de Santos. Mesmo depois de 2 meses embarcados no navio, ainda era necessário percorrer quilômetros em estradas de ferro, em direção ao interior do Estado de São Paulo e trabalhar para além do esgotamento físico. Somente assim, superando diariamente a fome e as más condições de vida, que continuaram a persistir em terras brasileiras, é que lograram sobreviver aos primeiros anos e ainda mantiveram a esperança de um dia retornarem ao Japão.

A espoliação em três atos principais se dá, portanto, em **primeiro** lugar com a chegada da modernização e a expulsão de camponeses japoneses de suas terras de origem

para regiões inóspitas, primeiro alvo do imperialismo japonês – *Okinawa* e *Hokkaido*⁷⁵; a **segunda** espoliação se dá com a impossibilidade de se reproduzir mesmo no limite do capitalismo, ou seja, nestas regiões “novas”, terras de “outros”, com devir especulativo. Nestes locais, a necessidade de se deslocar novamente se impõe às famílias, que continuam a fugir da fome e da pobreza. Também são expulsos camponeses de outras províncias japonesas em decorrência da alta taxaço sobre a terra e das mudanças sociais ocasionadas pela modernização do país que geram uma gritante inflação, aumento da desigualdade social e ondas de fome, acarretando descontentamento e tensão social que será aliviada por meio da emigração em massa de japoneses para outros países; e a **terceira** se dá quando, ao chegar no Brasil, o sonho de retorno se mostra um verdadeiro pesadelo de exploração diária e tratamento brutal a que eram submetidos os imigrantes sob o jugo dos capatazes, habituados a tratar escravos. As duas primeiras fases deste processo estão sintetizadas na seção anterior, em que estabelecemos as relações condicionantes que levam os milhares de japoneses a migrarem de sua terra natal para o Brasil. Resta, ainda, uma análise mais detalhada acerca do último processo e é a esse esforço que se dedica essa seção.

Nesse contexto, chegando espoliados duplamente no Brasil, entram na Hospedaria dos Imigrantes. A seguir, um relato de como era escolhida a próxima região de destino:

Itikawa: porque quando veio de Japão, não tinha dinheiro. Veio tudo de imigrante, né, então [o] governo [japonês] dava [a] passagem. Então chegava no Santos, ali tinha um senhor responsável: “o senhor quiser ir pro Noroeste, Sorocabana ou Paulista” aí ali mais ou menos... Não sabe [o que tinha] para frente, mas lá tinha pessoal, então escolhia o lugar aí foi para o interior... tudo [todos]... então o que veio de Japão era maioria acho que... assim, lavrador ou trabalhava na fábrica pequeno. Aquele tempo ainda não tinha firma grande, quase não tinha prática na...

Aline: indústria.

I.: é, indústria, tudo era pequeno, então a maioria era lavrador.

A.: família do ditian⁷⁶ era lavrador?

I.: é, lavrador.

Este relato nos aponta três questões principais: a origem dos imigrantes no Japão; as condições de vinda e o financiamento das viagens; e as alocações em postos de trabalho na cafeicultura que se fazia no interior do Estado de São Paulo. Assim que desembarcavam no Porto de Santos, de acordo com o relato, eram-lhe dadas as possibilidades de escolher a região

75 “Quanto ao número de famílias assim estruturadas, *Okinawa* vinha em primeiro lugar, seguida de *Kagoshima*, o que explica como nessas regiões havia gente necessitada de sair do país em busca de trabalho.” (HANDA, 1980, p. 60)

76 Termo nativo para designar “avô”.

para onde gostariam de ir trabalhar. Apenas os primeiros imigrantes, provavelmente, sem as redes ainda estabelecidas no Brasil, decidiam seus destinos e o de suas famílias baseados somente nas instruções dos funcionários das firmas de imigração. Posteriormente, essa escolha, em sua maioria, era baseada naquilo que os imigrantes ouviam em conversas nos navios e também na hospedaria: “*ouvi dizer que tal lugar está bom*” ou “*um patrício me disse que tal fazenda não está pagando direito*”, eram comentários que guiavam as escolhas dos destinos. Porém, o comentário mais contundente que pesava sobre essa decisão era provavelmente: “*nessa região já tem uma colônia japonesa estabelecida*” ou “*nessa região tem bastante terra para plantar*”. As redes, “*lá tinha pessoal*”, ocuparam papel central na decisão destes recém chegados, tanto no que se refere às informações acerca de regiões para se destinarem, quanto no que se refere às facilidades quando escolhiam regiões já ocupadas por japoneses. Nesses casos, entrariam no circuito de solidariedade já consolidado entre os imigrantes veteranos, o que facilitava sobremaneira a vida dos recém chegados. Aliada a essa questão das redes de sociabilidade dos imigrantes *nikkei*, é importante levar-se em consideração a busca pelo enriquecimento rápido, que pode ser apontada como uma das principais razões do fluxo migratório para o Brasil. Pesava, portanto, na decisão quanto ao destino aqui no Brasil, a escolha de um lugar de oportunidades melhores, ou seja, procuravam os lugares que abriam maiores possibilidades de acúmulo de capital em ritmo acelerado. Essa escolha, obviamente, sempre recaía sobre as regiões de expansão das fronteiras.

Itikawa também nos fala sobre os subsídios governamentais para a imigração, ou o que Célia Sakurai (2000) denomina de *migração tutelada* e que já foi discutido na seção anterior deste capítulo. No livro de Vieira (1973), é possível ter uma compreensão ampla acerca desse processo, das ações do governo japonês que se dirigiam para a migração de seus cidadãos como um empreendimento mercantil. Novamente, como já discutido na seção anterior, a modernização do país custou, aos seus cidadãos, mudanças estruturais em suas vidas. Assolados pela inflação e em contenção de despesas em decorrência das guerras deflagradas contra países vizinhos, a imigração era uma forma de o governo japonês direcionar recursos – financeiros e humanos – excedentes em territórios que atraíam esse tipo de investimento.

Por fim, ainda sobre esse relato, Itikawa nos traz uma informação importante acerca de suas percepções sobre a origem ocupacional dos imigrantes japoneses. Sobre este assunto, diversas pesquisas apontam dados que revelam que, em realidade, ao contrário da percepção

empírica de Itikawa, que estava associada à sua experiência e de sua família, grande parte dos imigrantes japoneses não advinha de origem camponesa. De fato, eram pequenos comerciantes falidos, ex operários, ex samurais de baixo escalão que não encontraram espaço social na nova ordem social moderna. Se, por um lado, a maioria das pesquisas sobre o tema da imigração japonesa atestam esse fato (HANDA, 1980; SAKURAI, 2000; CARDOSO, 1995) por outro, a percepção de Itikawa também nos revela algo importante: em realidade, a contradição é apenas aparente, pois podemos compreender a perspectiva de Itikawa de duas maneiras. Uma local, baseada em suas redes de relacionamentos e sociabilidades, em que a maioria de seus amigos e parentes realmente provinham de origens rurais japonesas. Outra histórica, pois também Itikawa se refere a um período da história japonesa anterior ao processo de modernização, ou seja, a um período em que o Japão ainda detinha seu maior contingente populacional alocado nas áreas rurais. Portanto, as origens mais antigas dos imigrantes japoneses é rural.

Como já mencionado na seção anterior, grande parte destes imigrantes, ao chegar, era direcionada às fazendas de café, para trabalharem na colheita, poda e limpeza do terreno. Dividiam suas vidas com colonos de outras nacionalidades: italianos, espanhóis, búlgaros etc. Desde a divisão de tarefas e maneira de executá-las, até as vestimentas, a maneira de organizar as casas, faziam sentir a diferença cultural. Eram dificuldades que foram, muito lenta e gradualmente, sendo superadas pelos imigrantes japoneses à medida que estes conseguiam articular-se em redes de ajuda mútua, forjando em torno de si um processo identitário que ia além da questão cultural de origem, mas passava, principalmente, pela experiência comum de imigração. Era a solidariedade dos “exilados” se constituindo para fazer face ao ambiente hostil que estavam enfrentando.

No livro *Memórias de um Imigrante Japonês no Brasil* (1980), Tomoo Handa nos relata as primeiras dificuldades quando da chegada do imigrante. Especialmente no capítulo 9, “*Um ano agrícola vivido na fazenda (entre 1912 e 1922)*”, o autor retrata o cotidiano numa fazenda de café, principalmente os estranhamentos culturais do primeiro ano. Já na chegada, os imigrantes tinham que tomar uma providência sem a qual não se poderia descansar: a “*feitura do colchão*” (p. 111). Handa nos explica como era feito o colchão, técnica ensinada pelos imigrantes veteranos.

Posteriormente, era necessário aprender a cozinhar e comer os ingredientes disponíveis nas vendas das fazendas. A alimentação torna-se, nesse sentido, um dos maiores

pontos de tensão para o imigrante, uma vez que diariamente esse era confrontado com a diferença cultural a que estava submetido. Não tinham o peixe salgado como havia no Japão e descobriram o bacalhau, porém os primeiros imigrantes não sabiam que era necessário dessalgá-lo, tanto para que seu sabor e cheiro fossem suavizados, quanto para que adquirisse consistência mais macia. Comiam-no como o compravam e o estranhavam, obviamente, no sabor e na consistência. O cheiro era-lhes insuportável. O mesmo ocorria para a carne seca, que não havia semelhante no Japão. Também o arroz lhes causava estranheza. Aprenderam, com o tempo e com os “trabalhadores nacionais”, que a banha usada para as frituras perdia o gosto e cheiro forte quando era refogada com alho e cebola, o que passaram a fazer. Aprenderam também a fazer o café, que consistia em sua torra, moagem e coação. Transcrevo novamente depoimento encontrado na tese de doutorado de Fábio Kazuo Ocada (2006), em que é possível ter contato com as artimanhas que os *nikkei* elaboraram para reproduzir, em terras brasileiras, elementos culinários da cultura japonesa, como o *tsukemono* – conserva de vegetal que se come com *gohan* (arroz branco cozido):

Meu pai era enjoado para comida! Minha mãe sofreu tanto, né! Diz que ele não comia *gohan* sem *tsukemono*. Então, diz que estava no cafezal, tinha mamão verde, né, fia *tsukemono*. É gostoso *tsukemono* de mamão verde! Todo mundo fazia assim...” (p. 97)

Antes de continuarmos descrevendo as técnicas aprendidas pelos imigrantes com os “caipiras”, não podemos deixar de levar em consideração o papel fundamental do *gohan* na alimentação dos *nikkei* – especialmente o *shiro-gohan* [arroz branco]. Mesmo atualmente, nos lares regidos por relações minimamente baseadas na tradição japonesa, come-se o *shiro-gohan* quase todos os dias. Ele é apreciado analogamente à apreciação que os italianos têm pelo pão ou pela massa, ou que os mineiros têm pelo queijo e os nordestinos pela farinha. Conhece-se, pelo paladar, um grão de boa qualidade, de uma safra recente – *shinmai*. Pelo paladar, é possível saber, também, de que maneira ele foi cozido, lavado e/ou temperado. A percepção dessas diferenças denota que a técnica de preparo desse alimento não é tão simples quanto possa parecer. Em realidade, o preparo e a apreciação podem ser considerados processos de socialização étnico japonês, já que as famílias mais “tradicionalistas” referem-se às que não valorizam esse apreço pelo *gohan* como “abrasileiradas”. É de causar estranheza e espanto, aos olhos dos *nikkei*, conhecer outros *nikkei* que preferam *abura-gohan* [arroz à

brasileira – na tradução literal pode ser compreendido como *arroz com* gordura, nomenclatura provavelmente proveniente dos primeiros imigrantes que o faziam com banha de porco] ao *shiro-gohan*. Assim como o arroz brasileiro, o arroz feito à japonesa é acompanhamento de feijão, guarnições, molhos – como *stroganoff*, carnes. Porém, para o paladar e o gosto dos japoneses, todas essas combinações ficam mais “saborosas” se realizadas com *shiro-gohan*.

Outra questão importante que denota o caráter identitário da relação com o *gohan*, que lhe impõe, em realidade, restrições, é seu preço. Geralmente, o valor do quilo do arroz japonês – grão cateto – é o dobro do valor do arroz brasileiro – grão agulha. Essa diferença foi fundamental em épocas de carestia para as famílias japonesas que desenvolveram estratégias de mascaramento do gosto do “arroz brasileiro” que, para o paladar japonês não é apreciado. Misturavam, na medida de metade-metade, a quantidade de arroz brasileiro ao arroz japonês. Assim, as mães e chefes de famílias diminuía os custos da alimentação, mas mantinham o paladar do *gohan* ainda adequado ao gosto de sua família. Também o *gohan* tem o sentido de *comida*, de *refeição*, ou seja, uma alimentação completa para um lar japonês, deve conter *shiro-gohan* entre seus elementos. Não se come sem *gohan*, mas come-se *gohan* com qualquer outro alimento. Assim, novamente, como o pão para os italianos ou a farinha de mandioca para os nordestinos.

Retomando nossa atenção às técnicas aprendidas com os “caipiras”, com relação à lavagem de roupas e catação de lenha (p. 116) quase nada foi necessário alterar daquilo que já sabiam da origem. Porém, para os trabalhos e suas técnicas, foi necessário um grande processo de aprendizado que se deu por meio da comunicação gestual com os “trabalhadores nacionais”, com quem os imigrantes aprenderam a “*colocação do cabo da enxada e outras atividades necessárias nos trabalhos da roça*” (p. 117). É interessante observar, sobre esta questão, a descrição minuciosa que o autor faz a respeito da enxada, o que atesta sua centralidade no trabalho da roça:

A enxada é semicircular, com um alvado para o cabo. Enfia-se nele firmemente a ponta do cabo, mas sua posição com relação à enxada terá de ser de uns 50°. Se o trabalho é executado em um terreno em aclave, onde se vai capinando de baixo para cima, pode ser de uns 60°. Por outro lado, conforme o mato a capinar, muitas vezes é mais fácil o manejo de cabo mais curto. Para deixar inclinada a enxada, procede-se de modo tal que o cabo forme a figura de um cachimbo. Depois, faz-se uma rachadura ao meio, dentro da qual se enfia a cunha. Esta há de ser forte, o suficiente para não rachar ou quebrar ao ser batida com força. Corta-se bem comprida a cunha, cuja ponta é desbastada até que fique bem chata. Então enfia-se a ponta do cabo no alvado e deita-se o conjunto no chão, com a lâmina da enxada voltada para cima. Fixa-se o cabo com um pé e, ereto, malha-se a cunha com as costas do machado. O

melhor lugar para esse trabalho é o chão: fica mais fácil bater porque a cabeça da enxada se enterra no chão, firmando-se. Não se pode trabalhar com uma enxada mal armada, com a cunha malhada fracamente. E como a inclinação na enxada costuma sofrer alteração quando das batidas na cunha, convém que primeiro se bata até firmar bem e verificar-se o grau da inclinação. Para que se possa capinar ereto, sem necessidade de curvar muito o corpo, adquire importância a inclinação obtida. O trabalho fica mais árduo se a enxada mergulha demais na terra, ou se, em virtude de inclinação excessiva, for impossível cortar as raízes das plantas sem que se curve em demasia. Quando se acha que a inclinação não está boa, malha-se à toa. Depois, corta-se o excedente da cunha com o serrote. Como a maioria das cunhas atravessa o cabo e sai pelas suas costas, cortam-se ambas as pontas. (p. 119)

Handa continua sua descrição, passam pelo uso da privada; o início dos trabalhos e como se fazia a organização para a ida à roça; o aprendizado da capina; as refeições durante a jornada de trabalho no cafezal; o retorno à casa e o momento do preparo dos *ofuro*⁷⁷ e a cata da lenha; as pragas tropicais como o bicho-de-pé; e as atividades do sábado, quando eles aproveitavam a folga do trabalho para fazerem hortas, pomares, currais, chiqueiros e galinheiros. No domingo, porém, de acordo com o autor, poucos eram aqueles que aproveitavam a folga para descansar e festejar, como os imigrantes italianos e espanhóis, para quem esse era um dia religioso de descanso. Os japoneses aproveitavam mais um dia de desobrigações com os cafezais e trabalhavam em suas culturas intercalares. Todas essas diferenças e dificuldades, pode-se imaginar, causavam nos imigrantes, principalmente nos chefes de família, ansiedades e angústias inomináveis. Viam, no dia a dia, seus companheiros lutando contra as doenças tropicais e aos poucos alguns morriam; não conseguiam, apesar dos esforços descomunais, juntar capital necessário para o retorno ao Japão. “*Como seus filhos cresceriam num ambiente desses? Como retornariam para o Japão? Seriam 'caboclos'*⁷⁸ lá?” Handa nos transcreve dois versos de músicas que exprimem esse sentimento de preocupação, desilusão e desânimo:

“Mentiu quem disse que o Brasil era bom,
mentiu a companhia e emigração,
no lado oposto da Terra cheguei,
fiado no Paraíso, para ver o Inferno.”

“Do jeito como vão as coisas,
não passa de puro sonho,

77 Banheiras de imersão corporal tipicamente japonesas. Diz-se que entrar no *ofuro* após um longo dia de trabalho “*tira a canseira do corpo*”.

78 O fato de estarem os filhos dos imigrantes excluídos do sistema educacional formal japonês implicava que não estavam sendo formado para serem japoneses. Em realidade, cresciam socializados em meio aos filhos dos “trabalhadores nacionais”, de quem os imigrantes japoneses desdenhavam os costumes e as práticas. Por isso, preocupavam-se ao verem seus filhos tornarem-se “caboclos”. Essa era uma forma de se expressar a assimilação do preconceito contra os brasileiros, ou “trabalhadores nacionais”.

o dia do retorno glorioso.
 Já que o fim é a morte por inanição,
 melhor, então, é ser comido
 por onça, por qualquer bicho.” (p. 164-165)

O.-san, outro importante interlocutor desta pesquisa, conta-nos que sua bisavó não se conformava com a nova vida quando chegou ao Brasil. De acordo com ele, sua família era “de posses” no Japão. Ela estava habituada com luxo e conforto, andava de *rikisha*⁷⁹. Porém casou-se com o herdeiro de uma família falida e foi trazida, à revelia, para o Brasil. Depois de ter o terceiro filho aqui, O. e sua esposa me relataram que escutaram narrativas do processo de loucura de sua avó. Parou de falar com todos e entrava a mata sozinha, onde passava alguns períodos de tempos e depois retornava. Até o dia em que não retornou mais. Disseram-me que o relato que restou dessa narrativa foi que ela fora comida por uma onça, já que não encontraram nunca seus restos mortais. Interpretaram suas idas ao mato como tentativas de fuga e seu desaparecimento como um suicídio não premeditado.

Também o relato de C. G. acerca da vinda de sua mãe para o Brasil nos fornece uma visão detalhada de como eram diversas as razões da imigração:

C. G.: A minha mãe, a história dos meus pais é até engraçada. Meu pai veio com o irmão mais velho dele, do Japão para cá, e o irmão já era casado e tinha filho e inclusive ele deixou lá a mais velha, deixou lá no Japão e eles vieram e trouxeram meu pai com 16 anos. Aí eles ficaram lá em Aliança, perto de Getulina, perto de Lins. Aí meu pai trabalhando e o meu tio ele era professor de *shamisen*, sabe *shamisen*? Então, quer dizer, ele tinha uma vida melhor, né, porque ele era o mais velho e era professor de música e o meu pai, tadinho, eu acho que ele foi burro de carga e a minha tia disse que era brava...

Aline: A esposa?

C.: É e ainda era sobrinho do marido! Meu pai acho que sofreu na mão deles lá, hein... Aí chegou na época de casar eles falaram assim, “*ah, lá em Okinawa*” eles se conheciam, né... minha mãe são em 7 irmãs, 7 só irmãs... aí lembrou dela, né... “*Ah, tem tal pessoa, tal moça lá naquela família lá, que tal?*” Aí mandaram uma carta. Aí a minha avó: “*Oh, Toshie, tem o Eisuke lá no Brasil que quer casar, você quer ir lá?*” e ela era meio aventureira, sabe...

A.: A sua mãe?

C.: É, porque minha mãe que conta que as irmãs dela... Começou da mais velha, elas faziam só serviço de agricultor, né, aí quando atingia 18 anos era permitido ir lá numa espécie de capital que tinha uma tecelagem e trabalhar um ano lá para comprar as coisas que ela quisesse. Então foi a primeira e voltou. Ficou um ano e voltou. Foi a segunda, ficou um ano e voltou. A terceira foi e ficou um ano e voltou. E ela era a quarta, foi, aí ela gostou tanto que ela ficou bastante tempo... ela falou assim, ela entrou em acordo com as irmãs que tinham que ir também: “*oh, eu compro as coisas que vocês querem, mas eu fico aqui, pode ser?*” Aí disse que elas concordaram! Aí ela mandava roupas, mandava as coisas que não tinham lá no interior pra elas e ela

79 Charretes puxadas por pessoas.

foi ficando... [risos] Aí quando chegou essa época, ela falou para a fábrica lá, para o dono da fábrica: “*Oh, eu vou para o Brasil*” aí ela foi dispensada, aí foi pra casa, aí tinha essa carta lá que a minha avó tinha recebido.

A.: Ah, ela falou para o dono da fábrica sem saber da carta?

C.: Acho que é, uma coisa assim! Aí ela foi e aí tinha recebido a carta. “*Você quer ir lá pro Brasil?*” “*Quero*” Aí ela veio sozinha aqui, sem nenhuma irmã, só ela que veio morar no Brasil.

A.: Gente, que doida!

C.: Ela é doida! [risos] Acho que 40 dias num navio!

A.: É, então! E ela não conta como foi fazer tudo isso sozinha?

C.: Pra ela era normal... porque é aventureira ela! É...

A.: E aí ela chegou aqui...

C.: Chegou aqui e diz que ainda comentou com a amiga dela, a amiga dela diz que casou com um que foi para a Argentina, diz que viu assim, falou assim: “*o seu pretendente é baixinho, né*” diz que falou assim brincando! [risos] e ela era um pouquinho maior que o meu pai. [risos] Olha a coisa, quer ver? Aí quando chegou na casa...

A.: Lá do irmão mais velho?

C.: É, aí o que é que a minha tia fala? “*Puxa, eu pensei que tinha sido a Tama que tinha vindo*” a Tama é a irmã mais velha dela, a mais bonita... [risos] Minha mãe que conta, minha mãe que contava... “*Puxa, pensei que era a Tama que tivesse vindo*”

A.: Mas nessa época eles estavam morando na Aliança ainda?

C.: Estavam morando junto! Era a mesma coisa que morasse com sogra, né, minha mãe sofreu também na mão dela...

A.: Ah, é? Ela conta?

C.: É...

A.: Nossa, porque acho que *nihonjin* todo mundo fala que sofreu com sogra.

C.: É, e ela não teve sogra, mas teve a cunhada...

Outro relato que escutei que atesta as agruras por que passaram estes imigrantes é sobre a chegada de uma família em uma propriedade recém-comprada. No relato a seguir é possível perceber que mesmo quando as famílias estavam percorrendo caminhos para a melhoria nas condições de vida, isso não implicava numa transformação automática. Mesmo nestes contextos, era necessário lutar contra o ambiente hostil onde chegavam. De acordo com meu avô, seu pai passou uma semana fora de casa, em viagem, à procura de terras para plantar. Em seu retorno, já trouxe um caminhão, onde carregaram todos os pertences mais importantes e viajaram alguns dias até chegarem nas terras que foram as primeiras de propriedade da família depois da imigração. Ao chegarem no local, o encarregado do frete descarregou o caminhão no meio do pasto, já que não havia nenhuma construção em que pudesse depositar tudo. E ficaram todos da família, reunidos em torno das bagagens, observando o trabalho que ainda teriam pela frente, até poderem ter um teto onde pudessem dormir e uma terra para plantar. Não puderam planejar com tanta minúcia as próximas atividades, nem descansar da viagem pois, quando perceberam, estavam sendo atacados por carrapatos provenientes do pasto antigo. Toda a bagagem estava tomada. Suas pernas estavam “pretas” de tantos carrapatos que já haviam subido. Meu avô, quando contou como começou a

nova etapa da vida no Brasil, concluía essa narrativa com a seguinte frase: “*e então começou assim, infestado de carrapatos.*”

A hostilidade desse ambiente novo se manifestava, como visto, de diversas maneiras. Outra questão importante que também colocava aos imigrantes ainda mais dificuldades na adaptação à nova realidade era a dureza do trabalho e as condições em que ela era imposta. Os fazendeiros, habituados a tratar de escravos, enxergavam os imigrantes como algo um pouco menos inferior do que aqueles, o que não significa a melhoria substancial alguma no tratamento, muito menos nas relações de trabalho e no grau de exploração:

a verdade, porém, é que os fazendeiros de então pareciam não pensar em como agir para que os empregados pudessem trabalhar em paz; só se interessavam em fazê-los trabalhar com salários baixos, extorquindo-lhes o máximo de rendimento. Isto nos dá a prova de que permaneceu forte a concepção de trabalho herdada dos tempos da escravidão. Mais tarde, inventou-se a expressão 'escravo assalariado'; mas, na verdade, não se tinha por outra coisa senão escravo a quem se pagava salário. (HANDA, 1980, p. 92)

Por mais obstinados que fossem na perseguição de seus objetivos, as contingências que encontraram ao longo de seu percurso fizeram com que os *nikkei* alterassem sobremaneira suas estratégias e trajetórias de vida. Apontaram, portanto, para outros caminhos, impelidos pelo avanço do capital sobre suas terras para onde quer que tentassem buscar refúgio. Camponeses expropriados, tornaram-se colonizadores de áreas internas. Impossibilitados de se reproduzirem nestes locais, foram novamente empurrados para outras áreas. Tornaram-se colonizadores de terras estrangeiras, denominados imigrantes. Nesses locais, por sua vez, foram confrontados com dificuldades que, em alguns casos, superaram suas forças físicas e psíquicas. Alguns sucumbiram a doenças tropicais, outros foram derrubados pela tristeza e pela desilusão mais profunda que a resistência física e moral é capaz de suportar. Aqueles que sobreviveram a essas condições, novamente reorganizaram seus projetos de vida. Buscaram em seus antepassados e na vontade de “*melhorar de vida*” as forças para reelaborar um futuro, mesmo acossados por tamanha desilusão e ansiedade. Assim, alteraram seus planos e deixaram de sonhar com o retorno. Muitos fugiam dos cafezais, outros conseguiam pagar suas dívidas e conquistavam sua liberdade.

As fugas eram novamente movimentações geográficas dessas famílias em busca de melhorias nas condições de vida. A direção dessas mudanças era, majoritariamente, definida pela origem social do imigrante antes de vir para o Brasil. Muitos, como pode ser verificado nos trabalhos acerca da imigração japonesa, adulteravam sua ocupação de origem para serem

aceitos nas companhias de imigração mas, quando eram apresentados às agruras do trabalho de lavrador, não conseguiam se acostumar. Para esses, as fugas tinham um duplo sentido: do trabalho rural e das condições de trabalho. Esses iam, portanto, em busca de meios para se reproduzirem em outros ambientes. Foi dessa maneira que pequenos comerciantes e empregados *nikkei* em setores urbanos surgiram nas pequenas cidades e vilas que iam se desenvolvendo ao longo das frentes de expansão⁸⁰.

Outros, no entanto, acostumados com a dureza do trabalho “de escuro a escuro” na roça, enxergavam as frentes de expansão como oportunidades para se tornarem, eles mesmos, proprietários de terra. Dessa maneira, o sonho de retorno ao Japão, já postergado em decorrência da baixa remuneração, deixou de ser um objetivo real para essa primeira geração.

incentivados pelas companhias de colonização, e apoiados nas organizações criadas pela colônia, os japoneses desempenharam um papel importante na agricultura paulista, aproveitando as oportunidades abertas pela economia em expansão para realizar um movimento de ascensão social. A mobilidade geográfica dos sítiantes japoneses nas diversas zonas do Estado é, quase sempre, um meio de conseguir também uma mobilidade social. (CARDOSO, 1995: 52)

Aos poucos, já acostumados com o clima brasileiro e conforme iam adquirindo autonomia por meio da compra de suas próprias terras, esses imigrantes deixaram de sonhar com o retorno e passaram a viver e reproduzir um modo de vida específico, que sintetizava aspectos da filosofia de vida trazidas da região de origem, a técnicas de trabalho, moradia e alimentação nativas, principalmente aprendidas de seus “camaradas”, a quem os *nikkei* se referiam de “caboclos” – e a literatura da época comumente chamava de “trabalhador nacional”. Foi por meio da síntese de um modo de vida baseado em duas raízes principais que estes imigrantes forjaram o que entendo por modo de vida rural *nikkei*. Para melhor compreender em que bases cosmológicas se assenta essa visão de mundo, de percepção da terra e do território e de interação social, é importante retomarmos alguns elementos da própria cultura japonesa, de onde estes sujeitos trouxeram grande parte da inspiração deste modo de vida.

80 Na Tese de Ocada (2006) também há relatos sobre as fugas e os tratamentos nas fazendas. Consultar p. 87-100.



Ilustração 16: Família Mori na colheita de algodão, sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.

Para isso, discorreremos sobre qual é a visão dos japoneses acerca da natureza – que, num sentido amplo, também se reporta a uma visão da terra. Depois analisaremos como a experiência migratória agiu como sintetizadora da “nova” subjetividade, que mesclou elementos da filosofia estética japonesa da relação com a natureza a aspectos do modo de vida “caipira”, *tipo ideal* de camponês do Estado de São Paulo.

3.4 MODO DE VIDA RURAL NIKKEI



Ilustração 17: O., caquizeiro e a família. Fonte: acervo pessoal Família Okumura. Acesso em: fev/2013.

“Mas nós nascemos na terra, tanto seja Brasil, seja Japão.”

“A terra é o amor aos pais.”

O., transcrição de entrevista.

O relato acima foi feito por O.-san, que é plantador e vendedor de caquis. Quando seu pai comprou a propriedade, na década de 1950, que agora está sob seus cuidados, algumas árvores já estavam plantadas e até hoje continuam produzindo anualmente durante a safra. Ao falar-me sobre sua relação com a terra, ele mobilizou elementos de um pensamento sobre a natureza a partir de um olhar cosmológico japonês, ou seja, somente a partir dos próprios termos da “cultura” japonesa é possível compreender a complexidade de sua fala, do que ele entende por “amor aos pais”, numa referência direta a seus antepassados. Seu depoimento foi escolhido por explicitar a carga cultural e filosófica *nikkei* e por não perder de vista o componente migratório, no caso, o fato de ter nascido em terras brasileiras não significa que ele esteja distante desse componente. Recorreremos a textos que tratam da questão da percepção japonesa acerca da natureza. Somente assim será possível aproximarmos-nos do que

O.-san entende por *terra*.

Na coletânea de textos *Imagens japonesas da natureza: perspectivas culturais* (*Japanese Images of Nature: Cultural Perspectives*) (1999), organizada por Anne Kalland e Pamela J. Asquith, é possível ter contato com um esforço analítico em romper alguns estereótipos que “o ocidente” reproduz os japoneses como “amantes da natureza”, amor esse que se reflete em seu senso estético e em suas manifestações artísticas. Para problematizar essa imagem construída ideologicamente, as autoras perseguem as origens da relação do “japonês” com a natureza, chegando à própria formação do senso estético oriental, que está pautado por uma relação intrínseca com o mundo espiritual. Duas matrizes filosófica-religiosas são fundamentais para a formação desta relação. Em primeiro, as autoras tratam da herança xintoísta no estabelecimento de uma relação íntima entre o homem, deus e a natureza. É a partir dessa filosofia que se tem a ideia de que deus (*kami*) está manifestado nas coisas naturais:

[...] que confere às pessoas um sentimento de temor ou espiritualidade, assim como o sol e a lua, as rochas, córregos, árvores antigas, cavernas, flores, animais e pessoas de caráter especial ou correto. De fato, de acordo com a mitologia japonesa, os fenômenos naturais são, eles mesmos, a manifestação de divindades. Em um sentido, então, a natureza é divina e representa *kami*. (...) O mundo natural e espiritual são inseparáveis. ⁸¹(1999, p. 2, grifos e tradução minha)

Por outro lado, o budismo em sua vertente japonesa assimila esse repertório juntamente com o vocabulário xintoísta, mas aplica-o à própria lógica de pensamento japonês. Levando em consideração a centralidade da natureza na formação da espiritualidade japonesa, o budismo neste país incorpora o “natural” como o caminho de Buda. A identificação com a natureza se dá em dois níveis, ou seja, a inserção do tema da natureza no vernáculo budista, se faz dentro da lógica budista: por meio do emocional, em que as sensações e sentimentos humanos encontram expressão nos fenômenos naturais; e por meio da noção de transcendência humana e natural, que carrega a noção de que humanos e natureza são frutos do mesmo princípio de existência, a mesma essência, portanto. Nesse sentido, a contribuição da progressão budista na vertente japonesa, o Zen Budismo, é a crítica à ideia de identificação e/ou identidade, pois enxerga neste processo uma mediação entre o sujeito e o objeto

81 *that give people a feeling of awe or spirituality, such as the sun and the moon, rocks, streams, old trees, caves, flowers, animals and people of special character or standing. Indeed, according to Japanese mythology, natural phenomena are themselves the offspring of deities. In a sense then, nature is divine and represents kami. (...) Nature and spiritual world are inseparable.* (1999, p. 2)

identificado, num relação estática semelhante à morte, impondo uma barreira artificial entre o eu e a natureza. Assim, o termo apropriado à relação seria, na proposta zen budista, *expressão*.

Continuando a genealogia do conceito de natureza no Japão, as autoras afirmam que o fato de não haver, precisamente, um conceito que traduza semanticamente o conceito de natureza para o Ocidente denota claramente como os japoneses percebem-se nessa relação de maneira diferente. Ou seja, o conceito japonês de natureza é intraduzível para o Ocidente porque o conceito de natureza ocidental pressupõe uma outra relação homem x meio. “*O japonês antigo carecia de um nome para denotar a totalidade das montanhas, rios, oceanos, planícies, animais e assim por diante até que o termo shizen foi tomado do chinês*”⁸² (KALLAND et ASQUITH, 1999, p. 10, tradução minha) A partir deste enunciado é possível depreender uma percepção da natureza como algo indissociável do humano, ou seja, se não havia um conceito que diferenciasse homens e seu entorno, pode-se depreender disso que a relação não era dicotômica, ou atomizada. O conceito de *shizen*, de origem chinesa, tem relação com forças abstratas e se aproxima à noção de natureza proposta por Raymond William (1976), como uma força ou essência oposta à cultura. Já o conceito de *tennen*, que também é originário na China, relaciona-se ao mundo material. Ambos os conceitos, no entanto, diferem da noção de natureza no sentido ocidental, que denota origem, nascimento. No caso japonês, a natureza é onde fluem os fluxos de energia, onde ocorre o equilíbrio entre as forças naturais (o *yin* e o *yang*) em interação com os cinco elementos (água, ar, terra, fogo e metal). É a regência, *na* vida num sentido universal, isto é, do todo, do princípio cósmico. De certa maneira, essa filosofia é, em contrariedade com a filosofia ocidental centrada no indivíduo e na particularidade, uma “*we-philosophy*”. O ponto de partida para a compreensão dos fenômenos é o todo em relação, o situacional e contextual.⁸³ De acordo com Fukuoka Masanobu, a quem elas recorrem:

A ideia sobre a natureza, mais do que a manifestação mesma da natureza, é mais importante para as relações filosóficas e práticas japonesas com a natureza. (...) No nível do indivíduo, na tradição japonesa, como oposta à do Ocidente, a proeminência do sujeito (self) é secundário ao lugar da natureza ou do contexto. Como refletido na linguagem japonesa e no comportamento social, a *relaçãp* do sujeito ao contexto é muito mais importante do que a própria substância do sujeito. (...) A própria definição do sujeito é em relação ao contexto (ambiental, ou espaço e

82 *Ancient Japanese lacked a noun to denote the totality of mountains, rivers, oceans, plains, plants, animals and so on until the term shizen was taken from Chinese.* (KALLAND et ASQUITH, 1999, p. 10)

83 Isso se reflete profundamente na maneira como os laços comunitários são estabelecidos e a importância em ser parte de um grupo na constituição da subjetividade do sujeito *nikkei*.

natureza)⁸⁴ (KALLAND et ASQUITH, 1999, p. 28, tradução minha)

É possível, então, depreender um certo embaçamento da separação entre natureza e cultura, um borramento dessas fronteiras no Japão, uma vez que o processo é mais importante do que o fato em si e os fluxos de energia condicionam as condições de movimento do universo e dos seres. Disso, resulta um *continuum* da natureza em tudo o que existe, no sentido de que os pares de oposição ocidentais: cru x cozido; enrolado x desenrolado; domesticado x selvagem; puro x impuro; dentro x fora; cultura x barbarismo estão todos inseridos na mesma linha contínua da natureza⁸⁵. “*Em um sentido, a natureza é tudo ao nosso redor (...) tanto a montanha ou um monte de lixo, um rio ou um bule. Cada um deve ser a casa de seres divinos (kami). Natureza e cultura são um reflexo de cada um e do universo*”⁸⁶(IDEM, p. 15, tradução minha) Como não existe uma diferenciação entre natureza e cultura que as coloque em polos opostos, 'interferir' na natureza, ou 'culturalizá-la' para torná-la mais próxima de um ideal é uma prática recorrente e está manifestada na estética dos jardins japoneses, dos *bonseki*⁸⁷ e das *maiko*⁸⁸. O que se reflete nestas três expressões artísticas é o minimalismo cuja intenção é revelar “*natureza original, pura, assim como existia anteriormente, estava escondida atrás de um véu caótico em profusão*”⁸⁹ (IDEM, p. 18). Mais do que modelos da natureza, são modelos para a natureza: “*Assim como a natureza humana está escondida por 'poeira' acumulada e se torna visível apenas após a purificação e cultivo de si mesmo, a natureza ideal e verdadeira somente se torna aparente quando a 'sujeira' (...) é removida*”⁹⁰(IDEM, p. 17)

A reconstituição filosófica e estética da relação do homem com a natureza no Japão, de acordo com as autoras, fornece elementos para que seja possível compreender o que elas

84 *the idea about nature rather than the manifestation of nature itself is more important in Japanese philosophical and of practical relations with nature. (...) At the level of the individual, in the Japanese tradition, as opposed to that of the West, the pre-eminence of subject (self) is secondary to that of place (nature) or context. As reflected in Japanese language and social behaviour, the relation of the subject to the context is far more important than the subject's own substance. (...) The subject's self definition is in relation to the context (environment, or space and nature).* (KALLAND et ASQUITH, 1999, p. 28)

85 No livro das autoras é possível visualizar uma representação gráfica desse *continuum*.

86 *In a sense, nature is everything around us (...) whether a mountain or a heap of garbage, a river or a teapot. Each might be the abode of divine beings (kami). Nature and culture are a reflection of each other and of the universe.* (IDEM, p. 15)

87 As árvores em miniatura, ou *bonsai*.

88 *Gueishas* em formação.

89 “*the pure, original nature as it existed before it was hidden behind a cahotic viel of profusion*”(IDEM, p. 18)

90 “*Just as true human nature is hidden by accumulating 'dust' and becomes visible only after purification and cultivation of the self, the true ideal nature only becomes apparent when the 'dirt' (...) is removed.*” (IDEM, p. 17)

denominam “visão da natureza abstrata”, que seria, de acordo com elas, verdadeiramente a relação com a natureza no Japão. Ou seja, apesar de se reproduzir o mito de japoneses amantes da natureza e capazes de conviver harmonicamente com ela, esse também é um povo que, talvez até mais do que outros, busca a dominação dos fenômenos naturais para o atendimento das necessidades humanas, ou melhor, busque a submissão da natureza aos imperativos sociais e culturais. Os argumentos que as autoras lançam mão para sustentar essa ideia são os inúmeros casos de violação de leis ambientais por parte de empresas japonesas com consequências graves para as comunidades do entorno, em território japonês. Exemplos para essas situações não faltam às autoras: a contaminação do solo por atividades de mineração do cobre, em Ashio; a doença *itai-itai* ocasionada por contaminação radioativa em Toyama; o caso de contaminação das fontes de água em Yokkaichi; dois casos de envenenamento por mercúrio em Minamata e Niigata.

O conceito filosófico de senciência é o salto lógico na possibilidade dessa dominação do homem sobre as forças naturais – animais, plantas, montanhas e fenômenos:

Ao mesmo tempo os humanos são, não apenas únicos e diferentes dos animais e plantas, mas também superiores a todas as outras coisas, pois somente nós somos capazes de observar e assim entender o 'princípio universal'. Na visão de mundo japonesa, nós somos ambos da natureza e capazes de agir contra ela, de fora⁹¹(IDEM, p. 10)

É possível perceber que, apesar de os japoneses terem uma visão peculiar do que é natureza, essa não deixa de ser sujeito das ações dos homens, como no caso dos ocidentais modernos. Neste caso, talvez mais do que em outros, a visão ideal da natureza e o princípio budista da senciência conferem ao homem o estatuto lógico e universal de potencial transformador. A especificidade dessa relação reside não num amor incondicional e em um modo de vida harmônico e não interventivo na natureza, mas justamente numa noção de continuidade que permite e estimula a interferência. É por meio dessa abstração, da visão *ideal* da natureza, que se pode compreender a estética do minimalismo; o *tatema*e e a espontaneidade programada; e a filosofia grupal.

Também podemos abstrair dessa relação com a natureza a presença constante dos

91 “At the same time humans are (...) not only unique and different from animals and plants but also superior to all other things in that only we are capable of observing and thus understanding the 'universal Principal'. In the Japanese world view, then, we are both one with nature and able to act against nature from outside.”(IDEM, p. 10)

mortos no mundo dos vivos e a ordenação do mundo social a partir de regras rígidas de conduta que envolvem a prestação constante de contas aos antepassados. Essas regras são compartilhadas pelo grupo como um código de ética e possui o poder coercitivo de preceito religioso, pois é justamente por meio da relação com o mundo espiritual que o código se legitima e se reproduz. O “amor à terra” e o cuidado com ela é, portanto, o “amor aos pais” justamente porque a terra, pela experiência imigratória, materializa as regras desse código. É por meio da relação afetiva com a terra que se presta homenagem aos antepassados. Honrando as lutas e os esforços dos pais em adquiri-las, as gerações atuais mantem o vínculo com a terra, cuidando dela como parte integrante de suas subjetividades e reproduzem, assim, um ciclo vital de ordenação do mundo social. A relação com a terra, pautada por esses princípios filosóficos, possui centralidade no que compreendemos por modo de vida rural *nikkei*.

Associada a essa relação específica com a natureza, que os imigrantes *nikkei* traziam em sua bagagem cultural e que nos ajuda a compreender o significado profundo da resistência deles em vender ou arrendar suas terras, podemos apontar também uma relação ecológica do homem com seu meio fornecido pelo modo de vida caipira. Não pretendemos, de maneira alguma, incorrer em generalizações preconceituosas acerca do “caipira”. Consideramos, inclusive, que esta é uma categoria de difícil definição e em disputa pelos intelectuais que se debruçam sobre este tema. Porém, optamos por percorrer brevemente um caminho que passasse pelo trajeto de sua discussão justamente pois esta foi uma categoria informada pelo trabalho de campo. Consiste, assim, numa ferramenta conceitual para a compreensão da complexidade do que entendo por modo de vida rural *nikkei*.

Explico-me: quando conversava com alguns interlocutores sobre seus modos de vida, ou frequentávamos alguns ambientes, estes sujeitos diziam: “*você sabe, né, eu sou caipira*” com isso, queriam dizer que não haviam sido socializados em um ambiente semelhante àquele, percebendo-se a si mesmos como pertencentes a outro espaço social, ou compartilhando “mundo possíveis” diversos. Isso também implicava numa assimetria de capital social (BOURDIEU, 1987), uma vez que diziam isso somente em ambientes onde não sabiam como se portar e percebiam, pelo olhar dos outros, que estavam incorrendo em “ações imprevistas”, ou seja, subvertiam os usos comuns de artefatos alimentícios, vocabulário, vestimenta e porte físico. Ao mesmo tempo em que poderia se interpretar nessa subversão uma humilhação por virem de um padrão socialmente desvalorizado, ou associado às classes subalternas; também é possível enxergar um traço de resistência de uma sociabilidade

minoritária e subalternizada em se submeter aos padrões do colonizador. É dessa maneira que enxergamos o “caipira”, um *tipo ideal* abstrato, mas cujas regras de comportamento, sociabilidade, tecnologia e interação com seu entorno existem empiricamente, dispersas entre os sujeitos que se denominam e se enxergam como tal.

É a partir da percepção nativa que consideramos o “caipira”. Isso implica, portanto, numa relação contínua com o Outro, a auto-percepção de uma relação assimétrica que se faz nos limites da interação colonizador x colonizado. Isso, como dito anteriormente, não implica numa impossibilidade de resistência, mas justamente numa relação de embate contínuo, de reação ao desaparecimento pois estão inseridos num sistema colonizador, na lógica homogeneizadora do capital que hegemonicamente se sobrepõe sobre culturas tradicionais transformando-as em 'ideologias em produção' (WOLF, 1981). Esse conceito dá conta das especificidades de cada 'cultura', sem perder de vista o emaranhado de poder em que essas 'ilhas culturais' estão inseridas em meio ao capitalismo.

Os sujeitos, atravessados por relações de poder que forjam conflitos que vão além daquilo que 'a cultura' possa lidar, elaboram suas experiências e reagem a essas relações sintetizando presente, passado e futuro. Por isso é que é possível depreender um modo de vida rural *nikkei* a partir dos elementos apresentados pelos interlocutores. Não porque estes sujeitos neguem relações capitalistas ou não estejam inseridos dentro da lógica do mercado, mas porque sua inserção se dá por outras vias que possibilitam a re-significação dessas relações de dominação. De certa maneira, é possível afirmar que, a partir da identidade cultural étnica, forjada pela experiência de vida, subvertem o poder hegemônico do capital pois propõem uma relação com a terra – meio de produção – e entre si, como homens – força de trabalho – que rompe com a racionalidade prática e coloca em xeque, assim, mesmo que pelas beiradas, a questão chave sobre a qual o capital se reproduz: a eficiência.

A obra de Antonio Candido *Os Parceiros do Rio Bonito*, acerca dos “caipiras” da região de Bauru nos apresenta uma descrição desse sistema cultural que se constrói, desde sua “fundação”, a partir da relação com o outro, que tem consciência de sua subalternidade, e justamente por isso inventa condições para que se reproduza mesmo na adversidade. Caboclos, capiaus, sertanejos, “trabalhadores nacionais” que ensinaram aos imigrantes as tecnologias necessárias para a sobrevivência na terra brasileira. De acordo com Antonio Candido (1997), o “*caipira é de origem paulista*”, é o resultado das penetrações dos primeiros

bandeirantes no Oeste do Estado de São Paulo, que

elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (...) mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência (p. 36)

Da herança das aventuras das bandeiras, essa sociabilidade herdou o caráter da provisão a partir da fixação, de modo que as construções, a dieta e a organização da vida eram baseadas no atendimento às necessidades básicas e imediatas. Mesclando técnicas predatórias dos bandeirantes com a tecnologia do território de base indígena, eles formaram o modo de vida caipira:

Para o caipira, a agricultura extensiva, itinerante, foi um recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico: recurso para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra. (...) a agricultura itinerante era possibilitada não apenas pelas reservas de terra nova e fértil, imensas para uma população esparsa, como também pelo sistema de sesmarias e posses; sobretudo estas, que abriam para o caipira a possibilidade constante de renovar o seu chão de plantio, sem qualquer ônus de compra ou locação. (p. 46)

Os imigrantes aprenderam com os “caipiras” ou “caboclos” a construir casas de sapê, cozinhar a culinária dos caipiras, preparar os alimentos a seu modo, caçar, preparar e comer carne de caça, familiarizaram-se com a mata aos seus moldes e também aprenderam a manipular suas ervas. Utilizavam os instrumentos de trabalho que eles lhe ensinaram a usar. Mais importante, aprenderam a usar e a ocupar a terra à maneira dos caipiras: extensivamente. Na adversidade e na subversão dos modos e costumes hegemônicos; na transformação destes em técnicas locais de relação com a terra; numa sociabilidade forjada em espaços e tempos subalternos, esses se fazem sujeitos de uma cultura criativamente resistente, que encontra, a partir de seus termos, ecologicamente aplicados ao seu entorno – às suas terras – sua reprodução social. A pedagogia, por limitações da linguagem, era mais por imitação do que por transmissão oral de conhecimento.

Viviam – e alguns vivem até hoje – como os caipiras de Antonio Candido no que concerne à organização dos meios de vida: com os mínimos sociais e vitais. E é nessa

poupança e na exclusão do supérfluo e na negação da *extravagância* que a síntese com a filosofia japonesa se manifesta mais harmonicamente. Num equilíbrio entre os costumes, a natureza e a vida grupal houve o encontro de elementos, *afinidades eletivas*, do modo de vida caipira e do sistema filosófico japonês. Em *Os Parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido conta detalhes da dieta e das técnicas de trabalho dos caipiras. Em sua maioria foram inspirações para os imigrantes japoneses lograrem sucesso na reprodução de suas vidas. Obviamente, de matrizes tão distintas, algumas alterações eram feitas. Nos depoimentos que escutei a respeito da vida “dessa época”, essas adaptações eram principalmente na alimentação, na sociabilidade e nas manifestações culturais.

Novamente recorro a Tomoo Handa (1980) para exemplificar um dos aspectos desse aprendizado. Neste trecho transcrito, ele discorre sobre como era o serviço de “matar um porco”:

“Vejam agora como se mata o porco.

O imigrante japonês já prometeu ao negro vizinho a cabeça e as vísceras, caso o ajude a matar o porco.

O chiqueiro da colônia é feito com paus fincados em fileira, bem juntos. Existe um local em que alguns desses paus podem ser retirados: é a entrada. O chiqueiro é tão estreito que não há espaço para o porco correr: ele só pode comer e dormir ali dentro, de tão gordo que ficou. Entra-se no chiqueiro e retira-se o animal puxando-o pelas patas. Quem está acostumado mata-o dentro do chiqueiro mesmo, mas, como agora tem que ensinar os aprendizes, faz o serviço fora, para fins de demonstração de todas as fases da matança. Alguém derruba o animal segurando-lhe as patas, enquanto outro agarra-lhe as orelhas para imobilizá-lo. O brasileiro encarregado de matá-lo levanta-lhe uma das patas dianteiras com a mão direita, aperta-lhe a barriga com o joelho, tira o facão que traz à cintura e enfia-o deslizando no coração, com toda facilidade, como quem enfia uma faca na areia. Com facilidade, sim, mas sem errar, pois o facão atinge certamente o coração. O grito de estertor logo se extingue, e o animal jaz morto derramando rios de sangue, recolhido numa bacia de metal ou panela. O ajudante limitou-se a usar toda a sua força para imobilizar o animal. Essa técnica de matar não podia ser aprendida em apenas uma ou duas lições. Tratava-se de imigrantes que mal sabiam matar uma galinha. Firmou-se a tradição, por vários anos, desde a sua chegada no Brasil, de encarregarem os japoneses 'alguém de fora' do serviço de matar esse animal. Já disse que uma pessoa experiente matava sozinha um porco: deixava inconsciente o bicho com uma pancada de barra de ferro ou de machado na cabeça, para depois enfiar calmamente o facão no seu coração. Nem se ouvia grito de dor. O ladrão de porcos hábil entrava no chiqueiro à noite, matava e roubava o porco, e a menor que fosse assaltado pelo cão de guarda, os da casa não ficavam sabendo do roubo até o dia seguinte.” (p. 151-152)

O aprendizado das técnicas locais, sintetizado com os elementos filosóficos

japoneses forjam o que compreendemos por “modo de vida rural *nikkei*”. Essa síntese se materializa na relação com a terra, não numa relação romântica de simbiose e de harmonia e sim numa relação que abarca a lógica capitalista de exploração dos recursos. A terra é o grande laboratório, isto é, o local onde o indivíduo empreende e desenvolve técnicas de trabalho, a base da comunidade: comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo, ou seja, pelo trabalho concreto de cada indivíduo que integra e reproduz a comunidade e seus laços. Também podendo ser compreendida por “*natureza inorgânica do indivíduo vivo, como sua oficina, meio de trabalho, objeto de trabalho e meio de subsistência do sujeito*”, ou seja, para Marx, a terra carrega o sentido de trabalho, de reprodução de modos de vida, de relações sociais e de base. *natureza inorgânica do indivíduo vivo, como sua oficina, meio de trabalho, objeto de trabalho e meio de subsistência do sujeito*

É o aporte material e físico sobre o qual as relações sociais e simbólicas – a comunidade – se fazem, sendo, portanto, o corpo inorgânico do *ser genérico*, um de seus membros determinantes. É o “*corpo objetivo de sua subjetividade*”, isto é, a materialização física, sensorial, das sensações, impressões, emoções e relações sociais; a própria vida material e simbólica do indivíduo encontra-se fundida e ancorada na terra. Porém, a relação que o indivíduo estabelece com sua propriedade, ou seja, com a terra, é mediada pela comunidade, que estabelece os padrões sociais de interação deste homem com o meio, por isso é importante entender que a relação do indivíduo com a terra passa pela comunidade, como se a identidade – termo que Marx não utiliza – ocupasse um papel central ao sentido que esse homem atribui à sua propriedade. Ou seja, a terra é o elemento central a partir do qual se forja o modo de vida rural *nikkei*:

A atitude em relação à terra, à terra como propriedade do indivíduo que trabalha, significa que o homem mostra-se, desde o princípio, como algo mais do que a abstração do 'indivíduo que trabalha', tendo um modo objetivo de existência na propriedade da terra, que antecede sua atividade e não surge como simples consequência dela, sendo tanto uma pré-condição de sua atividade, como é sua própria pele, como são os seus órgãos sensoriais, pois toda a pele, e todos os órgãos dos sentidos são, também, desenvolvidos, reproduzidos, etc., no processo da vida, quanto pressupostos deste processo de reprodução. A mediação imediata desta atitude é a existência do indivíduo – mais ou menos naturalmente evoluída, mais ou menos historicamente desenvolvida e modificada – como membro de uma comunidade; isto é, sua existência natural como parte de uma tribo, etc. (MARX, 1985, grifos meus, p. 78)

O aprendizado de técnicas caipiras pode ser sintetizado num depoimento que ajudou a formular o projeto desta pesquisa. O interlocutor nos conta, neste trecho, como foi a construção da primeira casa em que morou com sua esposa e onde seus filhos nasceram. O depoimento explicita a síntese de técnicas caipiras e japonesas na construção da casa:

“I.: Esse casa, né, meu sogro comprou... mil e novecentos e acho que 52, era tudo mato. Tudo mato aqui... (apontando em volta) Aí no próximo ano, mandou derrubar (o mato). Aí depois tacou fogo, fez roça e tirou madeira. Esse casa aqui, esteio, madeira... tirado tudo daqui. Aí cunhado, tio, di (ele mesmo) também ajudou. Di veio de cavalo lá de Fazenda Monte Cristo veio trabalhar aqui. Aí levantou (a casa). Aí sogro falava assim: casa de tábuas, coberta com telha, eu primeira vez (que construo).
 Ele... sabe? Ele carpinteiro, mas só aqui no Brasil, casa de sapê, né? Derruba coqueiro e rachava, então ele estava preocupado. “mas é... vou tentar, pagar pro carpinteiro é dinheiro”
 Aí nós, com tio, foi... ajudou, foi ajudando e levantou.
 Esse casa acho que... a idade... idade igual do Alcindo, viu? (o filho mais velho dele)”

Ainda resta, para compreender o que chamamos de modo de vida rural *nikkei*, discorrer sobre o sentido de comunidade e a importância dessa na constituição das subjetividades dos sujeitos deste grupo. É possível depreender o significado mais profundo da fala de O.-san “*Mas nós nascemos na terra, tanto seja Brasil, seja Japão. A gente, mesmo que for somente para estudar ou trabalhar, ou seja o que for.*” e relacioná-la ao que ouvi de uma senhora japonesa a respeito da importância para ela de participar do *kaikan*⁹², ela me respondeu: “*se não entrar no kaikan, não é japonês*”. Neste sentido, o significado atribuído ao *kaikan*, pode ser análogo ao do *ager publicus*, pois:

A comunidade (...) passa a ser, por um lado, a relação recíproca entre os proprietários privados livres e iguais, sua aliança contra o mundo exterior –e, ao mesmo tempo, sua garantia. A comunidade baseia-se, aí, no fato de seus membros serem trabalhadores proprietários, pequenos camponeses que cultivam terra; mas, igualmente, a independência destes consiste em seu mútuo relacionamento como integrantes da comunidade, na defesa do *ager publicus* (terra comum) para as necessidades comuns, para a glória comum, etc. (MARX, 1985, p. 70)

Essa resposta também evidencia a importância que a comunidade tem na formação da subjetividade deste indivíduo. Não é à toa, que justamente essa é a geração⁹³ que revela

92 Associações ou clubes que reúnem japoneses. Este texto está “preenchido” com fotografias que retratam este momento histórico de intensas atividades nestes locais.

93 A diferenciação do recorte geracional dentro da comunidade já foi realizada na Introdução deste trabalho.

laços mais fortes com a terra – enxergam-na, e também aos *kaikan*, como “reliquias”.



Ilustração 18: Time de beisebol de Lucélia, sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de maio de 2013.

Nestes casos, a finalidade do trabalho não é a criação de valor abstrato, mas a manutenção da própria vida social: da família, da comunidade e da memória dos ancestrais. “Porque tem um ditado que diz que trabalhar é vivificar a vida. Porque se a pessoa não trabalha, eu acho que não tem sentido a vida da gente.” disse-nos O.-san. Em todas as entrevistas, apesar de estarem envelhecidos e praticamente impossibilitados de exercer trabalho na terra, os *issei* revelaram resistência em se desfazerem de suas propriedades pois atribuíam a ela um valor que ia muito além do valor de troca e da noção de fonte de recurso. Assim, apesar de compreenderem o valor monetário de seus sítios e propriedades, não se pode afirmar que o valor atribuído a eles se sintetizasse nisto, pois o assédio de compra não é pequeno nessa região de avanço da cultura canavieira, cada vez mais ávida por terras para produção de cana-de-açúcar. Além disso, essa é a geração que melhor representa a relação

comunitária como parte orgânica da constituição de suas subjetividades: foram eles quem construíram os clubes, na época deles é que se organizavam as maiores festas, eles também construíram o prédio da igreja budista, construíram o *dojo*⁹⁴



Ilustração 19: Dojo de Lucélia. Sem data definida. Acervo A.C.E.L. Acesso em 20 de março de 2012.

94 Termo nativo para designar o prédio – qualquer construção – onde se treina judô. A própria construção do *dojo* implica numa série de ritos tradicionais e religiosos que remetem à vida comunitária e à união e o respeito entre os atletas e mestres, que são venerados no começo e no final de todas as aulas.



Ilustração 20: Templo Budista de Lucélia. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.

e a escola de japonês, que também são a materialização dos laços comunitários *nikkei*. O *ser genérico* como tipo ideal apresenta elementos importantes para a compreensão dessa subjetividade diferente do tipo ideal também homem burguês puro.



Ilustração 21: Time de sumô de Maripá, antigo nome do município de Pracinha. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.

O amor à terra, o respeito e a veneração dos antepassados são transmitidos, em terras brasileiras, aos descendentes dos imigrantes japoneses por meio da educação, da socialização das crianças nos termos e linguagens desse sistema. É o que pode ser abstraído da fala transcrita abaixo:

I.: Educação. Educação do japonês diz que muito bom.

A.: por quê?

I.: porque tem que respeitar. Então tem muito país, tem tudo educação, mas é... do Japão é mais rigoroso. Não pode roubar, não pode mentir. Tem que andar certo.

A.: o que é que é andar certo?

I.: andar certo, porque quando pai fala isso, tem que obedecer, quando fala aquele não pode, filho, filha obedece. Agora hoje já muda bastante. (...) *kaikan* era para... mais para educação do filho, para não esquecer o bom do Japão. Tem muito bom! *Kaikan* ensina tanta coisa.

Os *kaikan*, assim como os sítios, funcionam como vetores dessa memória e da articulação em torno da identidade étnica. Uma vez que a distância temporal e espacial da

região de origem coloca limites na aproximação física, foi necessário forjar nas terras distantes maneiras de se manter associado ao passado, pois ao mesmo tempo em que possibilitava um futuro, tornava o presente menos doloroso pelo processo de desterritorialização. Ao longo do tempo, essas famílias abandonaram os planos de regresso ao Japão, pois um dos objetivos desse retorno era que seus filhos estudassem e se tornassem verdadeiros japoneses. A impossibilidade de enriquecimento nos primeiros anos, como era o objetivo inicial, representou a inadequação desse plano à realidade: mesmo que retornassem, seus filhos já não mais poderiam ingressar no ensino japonês pois já haviam extrapolado a idade em que as crianças japonesas iniciam a vida escolar.

Foram, então, se constituindo em torno do sonho de enriquecimento a partir das condições locais e iluminados pelo modo de vida rural. A partir da aquisição de pequenos lotes de terra para a produção de café, amendoim e algodão esses japoneses começaram a mudar seu padrão de vida: de pequenos proprietários, alguns se tornaram latifundiários ou pequenos comerciantes. Essas pequenas propriedades representam, assim, o ponto de partida por onde essa famílias iniciaram o sonho e emancipação e autonomia, mesmo que numa terra diferente da japonesa. Ruth Cardoso (1995) também associa o movimento dos japoneses no território brasileiro aos próprios movimentos do capital:

Considerando, pelo menos por enquanto, apenas as oportunidades abertas na agricultura para estes pequenos produtores, vemos que os japoneses, a partir das fazendas, se dispersaram quer nas zonas de colonização mais antigas, onde o crescimento das cidades tornava lucrativa a lavoura de pequena escala; quer nas frentes pioneiras, onde a compra de pequenos lotes ou arrendamento também lhes abria chances de lucros altos. Estes dois movimentos é que são caracterizados por Saito (1956b) como centrípeto (em direção às áreas suburbanas) e centrífugo (seguindo as frentes pioneiras).

A presença de japoneses em quase todas as áreas do nosso Estado, seguindo o aumento da pequena propriedade, ocorre porque o café, quando retoma sua marcha para o Oeste, deixa não uma terra devastada, mas regiões urbanizadas e colonizadas que continuam a ter uma função econômica paralela, porém dependente do mercado exportador. (CARDOSO, 1995: 44-45)

Desse modo, a primeira geração dos *nikkei* nascidos aqui no Brasil, ou que chegaram muito crianças, os *issei*, em sua grande maioria, não frequentou o ensino médio, ficando sua educação restrita ao nível em que pudessem ler seus nomes e assiná-los em português. Porém, essas crianças – que atualmente são avós – cresceram em lares chefiados por pais que foram educados, pelo menos, até o nível básico na educação japonesa. Eram pessoas que sabiam ler e escrever em japonês que, minimamente, ensinaram seus filhos o que sabiam. Para essas

crianças, seus pais esperavam que pudessem ser educadas no Japão para se tornarem verdadeiros japoneses. Logo, muitos ainda hoje falam, escrevem e leem muito mal em português, mas conseguem compreender a linguagem básica japonesa, bem como ler textos não muito complexos.

Apesar dessa educação voltada para o retorno para o Japão, como já explicado anteriormente, essas famílias não alcançaram o sonho de regresso e acabaram permanecendo no Brasil, alterando seus projetos através da aquisição das pequenas propriedades. Assim, gradualmente, a segunda geração foi começando a ser incentivada a estudar para que novamente se tentasse a ascensão social, que dessa vez não viria por meio do trabalho na terra, mas por meio de profissões modernas e valorizadas na sociedade brasileira: engenheiros, médicos e advogados.

É possível, portanto, associar o declínio das atividades do *kaikan* e de seu potencial identitário à diminuição da importância da relação com a terra como formadora da subjetividade dos *nikkei*. De certa maneira, ambas as mudanças apontam para um processo de transformação da questão identitária étnica, que se mantém por meio da reprodução de valores e alguns rituais específicos, porém é transformada à medida que, pelas contingências históricas e sociais, muda-se o modo de vida destes sujeitos, transformações profundas que podem ser observadas a partir do depoimento abaixo, de C. G.:

Aline: Você falou que vocês moravam em uma chácara antes de se mudar para cá, né... onde era a chácara?

C. G.: Era para lá do Freitas Cayres, do estádio Freitas Cayres.

A.: É para cá, então?

C.: É, era para lá.

A.: E você se lembra do que o seu pai produzia lá?

C.: Ah, era verdura.

A.: Verdura?

C.: Verdura, minha mãe fez feira bastante tempo.

A.: Ah, ela vendia os produtos...

C.: Vendia, vendia, ela trazia na carroça, tudo...

A.: E quando vocês se mudaram aqui para a cidade, por que é que resolveram mudar?

C.: Meu pai queria que a gente estudasse, então tinha que mudar para a cidade para incentivar os filhos a estudar.

É sobre estas mudanças e suas implicações que trataremos na próxima seção.

3.5 ISSEI E NISSEI: OS PARADOXOS DA REPRODUÇÃO DO MODO DE VIDA RURAL NIKKEI

O ano de 2008 foi marcado pelas comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil. Foi possível, neste momento, observar a articulação dos *nikkei* em torno de eventos, inaugurações de monumentos, homenagens etc. que tinham como objetivo principal o de evidenciar a presença e importância da comunidade para o Brasil. Não somente dados econômicos foram postos em destaque e disponibilizados ao público em geral, como também as artes plásticas, a culinária, a música, a dança, a literatura e as artes marciais passaram pelo mesmo processo de divulgação e ganharam espaço na cena pública.



Ilustração 22: Fotografia da pedra que compõe o monumento de homenagem à imigração japonesa, localizada no Emissário Submarino, em Santos-SP. Autoria própria, 10 de maio de 2012.

A ilustração acima retrata uma pedra de granito entalhada, que estava localizada no jardim da orla no Bairro do Boqueirão em Santos. Esse monumento compõe um complexo de obras em homenagem à imigração japonesa no Brasil. A ilustração abaixo (23) está localizada no mesmo local da pedra. Elas foram transferidas para o Emissário submarino, ocasião em que também se inaugurou uma obra de autoria da artista plástica *nikkei* Tomie Ohtake (ilustração 24). Esse evento contou com a “presença ilustre” do príncipe herdeiro do Japão.



Ilustração 23: Fotografia do monumento que compõe o complexo de obras de homenagem à imigração japonesa, localizada no Emissário Submarino, em Santos-SP. Autoria própria, 10 de maio de 2012.

A escultura de Ohtake é fabricada com

Cerca de 80 toneladas de aço fabricado e doado pela Cosipa/Usiminas [que] foram utilizados na escultura, que tem 20 metros de comprimento, 15 de altura e dois de largura. A estrutura é feita de chapas de um tipo de aço especial, o COS AR COR 500, mais resistente à ação do tempo. A confecção contou com o patrocínio da empresa Gafisa e a instalação dos três módulos que a compõem foi acompanhada pelos arquitetos Jorge Utsunomiya e Vera Fujisaki, da equipe de Tomie Ohtake.⁹⁵

A inauguração desse complexo foi um dos eventos que compuseram o calendário oficial das comemorações do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil. Selecionei por sua simbologia ao debate anterior: a pedra e o monumento de Tomie Ohtake representam dois momentos distintos da imigração japonesa. A primeira representa a chegada das primeiras famílias a uma terra completamente nova, aponta para o futuro, para os sonhos, as lutas travadas em solo brasileiro. É uma homenagem ao passado e ao mesmo tempo um encorajamento, tem relação direta com o trabalho na terra, pela terra e aponta para um movimento de ascensão social pela terra. É a representação do sonho de enriquecimento por meio do trabalho na terra. Já o monumento de Ohtake, de certa forma, representa um momento diferente da trajetória de grande parte dos imigrantes japoneses: é uma homenagem a um passado de batalhas e lutas, mas a explicitação da ampla rede de articulações entre empresas brasileiras exportadoras de aço, alumínio e ferro para o Japão. É possível verificar nessas atividades o que Hobsbawm (1984) denomina “tradição inventada”, ou seja,

O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. (...) Contudo, na medida em que há uma referência a um passado histórico, as tradições 'inventadas' caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são as reações a situações novas que ou assumam a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória. (p. 10-11)

Tanto no estabelecimento de uma continuidade com o passado de lutas, quanto numa reação a novas situações, este complexo de monumentos em homenagem ao centenário da imigração japonesa constitui-se verdadeiramente numa preocupação desta em se fazer presente no imaginário nacional e de si próprio. Nesse sentido, é relevante novamente retomar o que Pollak (1989) discorre a respeito do processo de constituição da identidade social em

⁹⁵ Disponível em: >http://www.centenario2008.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=295&Itemid=80>, data de visualização: 01 de junho de 2012.

relação à memória:

a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. (...) Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (p. 204)

De certa forma, este monumento é a explicitação das diferenças entre os sonhos de uma geração e da outra. São imagens construídas pela comunidade, de si, para si e para os outros. É o resultado da experiência imigratória, que forjou a síntese que é o modo de vida rural *nikkei*, que de fato não é japonês, nem caipira; mas uma cultura mestiça, crioula, que se faz justamente no processo histórico e no encontro de mundos. É também a representação de uma fase diferente nas relações internacionais entre Brasil e Japão:

A partir da segunda metade da década de 1950, assistimos também à vinda de trading companies japonesas para o Brasil, a fim de se dedicar ao comércio exterior, bem como as mais variadas indústrias, desde a siderúrgica, representada pela Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais; naval, representada pela Ishibras – Ishikawakima do Brasil Estaleiros; automobilística, representada pela Toyota; têxtil, representada pela Kanebo, Toyobo e outras; de alimentos, representadas pela Ajinomoto, Yakult e outras, etc. (apud KOIKE, 1995: 165-179).

Porém, apesar das diferenças entre as expectativas, os sonhos e os pressupostos de uma geração para a outra, entre essas duas fases distintas nas relações entre os dois países é interessante notar que algumas questões transcendem essas diferenças: a presença do príncipe, por exemplo, mesmo para os mais jovens, é tida como uma grande honra por parte dos *nikkei* e representa a importância que a comunidade japonesa no Brasil tem para o Japão: um membro da família real, o filho do *Ten-no-heika*⁹⁶ concedeu os *nikkei* a grandiosidade de sua presença.

Neste sentido, o trabalho de campo apontou transformações na relação com o imperador ao longo das gerações: os *issei* ainda mantêm, pendurados em lugares de destaque

96 Termo nativo para designar “o imperador do Japão”.

de suas casas, um quadro com o retrato do imperador e de sua esposa e todo dia pela manhã fazem reverência a ele: “*Tennoheika todo dia faz rei.[reverência] A gente todo dia reza, seis horas.[...] todo dia. Respeita tennoheika.*” Já os *nissei* não praticam esse ritual e também não tem em suas casas quadros pendurados com esse retrato. Apesar disso, mantêm em seu imaginário o respeito com os ancestrais. Durante a pesquisa, acompanhei a diretoria da A.C.E.L., na desativação do clube de judô, que seria destinado para locação de festas. Quando estavam fechando o salão, um deles perguntou: “*O que fazemos com os digníssimos?*” referindo-se aos quadros dos ancestrais fundadores do *dojo* a quem se reverencia todo início e fim de aula. Resolveram guardar o altar construído a eles e seus quadros. Não os jogaram fora, apesar de terem destinado o clube de judô a uma atividade mercantil. Essa situação revelou a permanência de alguns elementos culturais e simbólicos que continuam constituindo a subjetividade desses sujeitos, como o respeito aos ancestrais e o laço comunitário, porém revelou que a reprodução destes laços encontra dificuldades num mundo regido pelo capital e pela lógica moderna.

Retomando a presença do imperador no evento em Santos-SP, é interessante notar que, para além das diferenças, tanto jovens quanto velhos ainda compartilham alguns códigos: muitos jovens cresceram na casa de seus avós – os mesmos anteriormente mencionados, que foram educados em língua japonesa, mesmo tendo nascido no Brasil – onde havia nas salas pendurado o retrato do casal imperial, como se fossem antepassados da família, a quem se reverencia, se agradece e se prestam homenagens. Portanto foram socializados dentro de um código de conduta que ainda hoje ordena seus mundos.

Assim, ainda hoje as relações que as famílias mantêm entre seus membros é de uma marcação forte dos papéis que cada um ocupa: o pai continua sendo a figura de autoridade a quem cabe todas as decisões importantes no que diz respeito ao destino da vida e da organização familiar. A mãe é incumbida da educação dos filhos e do suporte emocional desses e do marido. É ela quem resolve os conflitos, quem manipula e negocia as divergências e quem tem o controle da gestão do ambiente doméstico – inclusive financeira, apesar de o pai ser a figura autoritária. Os filhos têm a função de manter a herança familiar. O nome da família é uma das partes que compõem essa herança, bem como o *butsudan*⁹⁷, as propriedades e os laços de parentesco. Aos filhos também cabe o papel de obedecer às vontades dos pais, inclusive depois de completarem a maioridade. A eles também caberá a responsabilidade dos

97 Altares familiares japoneses.

cuidados com os mais velhos e incapacitados.

Neste tocante, talvez seja interessante ao leitor conhecer melhor o que é um *butsudan*. Ele é um altar de reza budista onde ficam protegidos os *ihai*, isto é, pequenas placas feitas com madeira em que é entalhado o nome de cada ancestral da família, ou seja, cada ancestral, ao falecer, é “batizado” novamente com um nome de morte e recebe sua respectiva placa de madeira. No “batizado”, os vivos prestam homenagens e rezam para que durante os 49 dias de purificação da alma do morto, esse encontre o caminho para se tornar um guardião da família viva. O *Butsudan* de cada família é propriedade do filho mais velho, quando seu pai morre, e aquele passa a ser o patriarca da família.

A esposa do filho mais velho, ou eventualmente sua sogra – se esta ainda estiver viva – são as responsáveis tradicionais pelos cuidados diários com o *Butsudan*, que consistem em: limpá-lo, ornamentá-lo com flores todos os dias de manhã, oferecer a primeira colher de *gohan*⁹⁸ tirada da panela para o altar, as melhores frutas, os melhores doces e os alimentos preferidos dos mortos. Também é responsabilidade da família nuclear do patriarca organizar os memoriais dos mortos, que são missas específicas – *hooji* – em que se homenageia, por meio de rezas e confraternizações, a memória do ente falecido. Nessas ocasiões, enfeita-se ainda mais o *Butsudan*, principalmente com crisântemos brancos, frutas da época e doces típicos japoneses.

Nas residências em que fui realizar entrevistas, era atendida na sala de visitas, onde ficam os *Butsudan*. Eles são postos nestes lugares para que zelem pelos moradores da casa, espantando energias impuras e negativas e purificando a alma daqueles que entram naquele ambiente. São oratórios carregados de energia ancestral, que imprimem em cada um que lhes homenageia sua marca de proteção e sabedoria.

Em realidade, a rede de solidariedade tecida pelo *Butsudan* extrapola os limites da vida e da morte, dos espaços e do tempo. Porém implicam em sanções, regras de conduta e de reciprocidade, em que cada membro da família sabe seu papel e sua responsabilidade. Obviamente é possível, em decorrência das transformações advindas pela modernidade, afrouxar esses códigos. Porém nem todos chefes de família estão dispostos a se comprometer com os cuidados necessários à reprodução da instituição *Butsudan*. Esse cenário é ainda mais grave, de acordo com os mais velhos e mais conservadores, pois em muitos “casamentos mistos” – como são chamados os casamentos de *nikkei* com alguém não descendente de

98 Neste momento confirma-se a centralidade do *gohan* na formação da subjetividade do *nikkei*.

japoneses – as esposas não são ensinadas a darem continuidade a essa tradição, algo que muitas vezes é resultado da desagregação dos laços culturais do próprio *nikkei*.

De certa maneira, é possível afirmar que o padrão de família japonesa tradicional era facilmente reproduzível em um ambiente rural, onde dificilmente os jovens se movimentam geograficamente a ponto de a distância ser o impedimento da continuidade desse projeto de vida baseado na fixação na terra, o modo de vida rural *nikkei*. Quando, porém, os jovens passam a morar em cidades longe de suas casas e regiões de origem, sua função dentro da família e da reprodução de um modelo se mostram questionadas: ao mesmo tempo em que foram encorajados a conquistarem seu espaço no mundo moderno, eles também são cobrados a retornarem para exercerem seu papel tradicional. Muitas vezes, essas duas questões são irreconciliáveis, como veremos a seguir.

De acordo com nossas entrevistas, à medida que esses pequenos proprietários começam a enriquecer e ascender socialmente, surge para eles a necessidade de se mudarem para as regiões mais urbanizadas, onde seus filhos teriam mais oportunidades educacionais, o que lhes permitiria, a longo prazo, o ingresso no mercado de trabalho a partir de profissões menos desgastantes que a de agricultor, já que todos os imigrantes com que conversei conservam a lembrança do trabalho na roça como um trabalho extremamente árduo, em que é necessário trabalhar para além do limite do corpo para que se possa acumular o mínimo a fim de ascender socialmente.

Entre os chefes de família que mudam de ramo de atividade, a porcentagem dos que passam a agricultores para não agricultores é bastante grande, confirmando que a lavoura foi, pelo menos para estes 8053 chefes de família, que constituem 47% do total, uma ocupação transitória, ainda que para 13% deles o abandono da lavoura seja temporário. (...) Provavelmente, dos 58% que antes de 10 anos abandonaram a agricultura para depois retornar, grande parte voltou à lavoura para conseguir aumentar ou reconstruir o patrimônio. No seu conjunto, as entrevistas nos mostram que a lavoura permitiu a poupança necessária para o estabelecimento por conta própria, que como proprietário rural, quer nas cidades. (CARDOSO, 1995: 60-61)

Fazer esta reconstituição histórica das estratégias de ascensão social forjadas pelas famílias *nikkei* foi importante para compreender as motivações subjetivas que guiaram as escolhas e as trajetórias desses sujeitos. Em meus objetivos iniciais tinha a intenção de analisar de que maneira o componente identitário étnico *nikkei* era um fator de resistência aos avanços da agroindústria pelo território, isto é, até que ponto “ser proprietário de terras japonês” representava uma relação simbolizada com a terra que dificulta sua venda ou

arrendamento para o cultivo da cana. Essa hipótese, de certa forma, foi confirmada, porém o trabalho de campo evidenciou outras questões que não havia previsto e que serão discutidas aqui.

As respostas a todas essas questões evidenciaram que esses sujeitos enxergam a terra além da categoria de meio de produção: as propriedades são a materialização da conquista de um sonho através de muito esforço, muito trabalho e muita luta. Uma vida inteira de muito sofrimento e “trabalho de escuro a escuro” que tinha o objetivo de conseguir um pedaço de terra onde poderiam trabalhar para si mesmos, ou seja, deixarem de ser espoliados pelos proprietários a quem trabalhavam, em sua maioria, como rendeiros ou porcentageiros. Esse sonho, porém, era a alavanca para a realização da estratégia de melhoria de vida: trabalhar para si mesmo para que se pudesse ganhar mais dinheiro a fim de poder dar estudos para os filhos. A terra, portanto, é a emancipação e a estratégia, tem o duplo sentido: liberta do trabalho espoliado e é justamente por meio dessa libertação que é possível melhorar de vida pelos estudos.

Se essa estratégia comunitária e familiar confirma a hipótese de uma relação simbolizada com a terra, por outro lado ela evidencia um paradoxo atual vivenciado por grande parte das famílias com quem pude conversar: ao enviar seus filhos para os grandes centros para que conseguissem estudar e “melhorar de vida”, as famílias tinham a expectativa de que esses filhos retornassem após suas formações e continuassem o projeto familiar ligado à terra e aos cuidados com os mais velhos. Porém, como já foi explicado na sessão anterior, a região da Alta Paulista estrategicamente não oferece oportunidades de empregos para jovens, muito menos para aqueles mais qualificados. Assim, os filhos desses pequenos proprietários *nikkei* não puderam voltar pois suas profissões não encontravam mercado de trabalho na região da Alta Paulista.

A colônia japonesa, que era... os seus ancestrais sempre foram um pessoal de um nível intelectual melhor que os outros, então esse pessoal a maioria foi embora, houve uma imigração muito grande, o pessoal deixou muito o município, isso aí você consultando os clubes aí, em Adamantina, o retrato é mais ou menos igual em qualquer município. O que aconteceu em Lucélia, aconteceu em Adamantina, aconteceu em Inúbia, aconteceu em Osvaldo Cruz, Pacaembu, Irapuru, é tudo igual... um pouquinho mais diferente de Dracena para trás, mas de Dracena até Osvaldo Cruz... (Júlio Krinski, transcrição de entrevista)

O depoimento acima mencionado mostra a percepção do engenheiro agrônomo Júlio

Krinski a respeito do processo de esvaziamento do campo na década de 1960-1970. Ruth Cardoso (1995) evidencia de que maneira os japoneses foram, ao longo do tempo, se desvinculando dos trabalhos na lavoura e passaram a se ocupar de profissões urbanas. Esse processo, porém, não se deu de forma homogênea: muitos agricultores, mesmo se mudando para zonas urbanas, se mantiveram proprietários de terras e ainda hoje se mantem. Outros transitaram, durante sua trajetória de vida, entre diversas propriedades rurais, diversas culturas agrícolas e empregos urbanos, como é o caso do pai de Cecilia Gushiken:

Aline: E por que é que vocês resolveram vender a chácara daqui?

C. G.: É que ali era boa assim para verdura essas coisas. Aí meu pai achou melhor lidar com café, aí comprou lá em Salvação, terra lá em Salvação, era mais terra, sabe... Não sei te dizer quantos alqueires, mas era mais e aí ele ficou com a terra de lá, depois vendeu aquelas terras para comprar um... acho que era mata virgem. Aí não sei em que bairro que era, só sei que ele teve que derrubar tudo para plantar. Aí ele acho que colheu também lá e depois vendeu lá para comprar aonde a gente tem até hoje em Jardim Novo e aí ele comprou umas terras perto da granja também. Ali eu lembro que era 7 alqueires. Mas aí tinha essas duas terras que ficamos, né... Aí o olho do meu pai cresceu e ele comprou, era pasto... 25 alqueires de pasto lá em Sagres, parece... tinha esses dois sítios e mais esse daí. Ele conseguiu, mas ia...

A.: Tipo financiamento?

C.: É, até ele tinha comprado um trator, tudo... para irrigar, não..

A.: Adubar?

C.: Não, mas acho que é também. E jogar água, sei lá, um negócio assim. Um trator novinho e tal. Mas aí ele achou que não ia dar pé, depois de tudo, depois de comprar as coisas e tal, ele achou que não ia dar pé, aí ele vendeu, ele entregou o trator lá em Osvaldo Cruz, entregou tal, vendeu... o café tava ainda pequeno, ele tinha plantado, teve o trabalho de plantar tudo e depois ele achou que não ia dar pé, que não ia conseguir nada... dinheiro. Aí ele vendeu, vendeu em 74. Aí em 75 uma turma dele lá de São Paulo, de Okinawa, da região lá de Okinawa dele resolveu fazer excursão lá para Okinawa. Aí foram ele e minha mãe, todos os casais, sabe? Parece que foi uma... com esse dinheiro, né, que ele ...

A.: ah, que ele vendeu?

C.: Que ele vendeu... Aí o que é que aconteceu? Foi lá, passeou, tal... quando ele estava passeando lá, ele ficou sabendo que deu aquela geada de 75 e ele já tinha vendido...

Essa resistência evidencia a importância da relação com a terra para esses sujeitos, que vai além da questão monetária, mas abrange questões relacionadas ao patrimônio familiar, à preservação da memória e à manutenção de uma vida relativamente autônoma com relação aos filhos, já que o envelhecimento, na nossa sociedade, é compreendido como um esvaziamento da função social do homem.

Nesse sentido, apontamos os paradoxos da estratégia *nikkei* para a vida rural. O sonho inicial dos imigrantes tinha na terra o seu fundamento. Foi por meio dela que grande

parte desses sujeitos alcançou estabilidade financeira e conseguiu “melhorar de vida”. Essa estratégia, porém, não impediu que, envelhecidos, eles ficassem solitários em um modo de vida que, pelo que pude ver em campo, não encontra possibilidades de reprodução. Nesse sentido, Ecléa Bosi (2003) nos fornece uma análise crítica do processo de envelhecimento e perda de autonomia que muito auxilia na compreensão do fenômeno por que passam esses pequenos agricultores atualmente:

Além de ser um destino do indivíduo, a velhice é uma categoria social. Tem um estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem. A sociedade industrial é maléfica para a velhice. (...) Quando as mudanças históricas se aceleram e a sociedade extrai sua energia da divisão de classes, criando uma série de rupturas entre os homens e a relação dos homens com a natureza, todo o sentimento de continuidade é arrancado de nosso trabalho. (...) A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho, ele já não é produtor nem reprodutor. Se a posse, a propriedade, constituem, segundo Sartre, uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa. O velho não participa da produção, não faz nada: deve ser tutelado como um menor. Quando as pessoas absorvem tais ideias da classe dominante, agem como loucas porque delinham assim o seu próprio futuro. (77-78)

Assim, essa geração, envelhecida, destituída de suas capacidades plenas de força de trabalho vê-se refém das suas limitações corporais. Fazem do seu cotidiano a batalha contra a pressão alta, o diabetes, as câimbras e o cansaço, aliadas à luta contra uma vida tutelada pelos filhos. Preservam, a duras penas, um modo vida cuja relação com a terra é o ponto de partida de sua subjetividade pois organiza suas memórias e seu tempo de trabalho. Reservam a si, desse modo precário e fortemente tradicional, a autonomia de, mesmo envelhecidos e limitados, terem seu tempo e sua vida organizados em torno de um trabalho que lhes dá sentido para a existência.

Seus relatos contam as dificuldades da aquisição e manutenção destas terras, as longas jornadas de trabalho sob condições precárias, as dificuldades em educar e fornecer as bases através das quais seus filhos pudessem se tornar sujeitos autônomos e independentes. Todos esses relatos colocam as terras – que muitos mantêm até hoje – como a materialização de suas lutas, o resultado de seu sofrimento, aquilo por que lutaram, ao lado de suas famílias, como no caso abaixo:

E por exemplo, se alguém algum dia falar assim: “ai, c. eu quero comprar seu sítio” você vende?

C.: Olha, eu já pensei muito, mas hoje acho que não vou vender mais não.

A.: Por quê?

C.: Ai, aquela terra é muito boa. Tem mina, sabe? Tá meio largadão, mas eu acho que eu não vou vender mais, não...

Portanto, mesmo que estes filhos também compartilhem com seus pais a relação simbolizada com a terra, pois muitos deles travaram ao lado de seus pais a mesma luta pela compra do sítio, da chácara ou da fazenda, a questão que se coloca é como dar continuidade a uma modo de vida baseado na pequena propriedade se esses sujeitos criaram raízes em outros lugares também? Como podem retornar a um lugar de onde sempre escutaram que era importante sair? Transcrevo trecho de entrevista virtual realizada com T. M. J.. Neste fragmento é possível depreender a socialização desde criança, pelos pais, para que ela buscasse seu futuro:

A.:No que seu pai acreditava, além do futuro da cana?

T.: No nosso futuro, o futuro dos filhos, ele batalhava a cada dia pela nossa educação.

A.: você lembra o q ele falava pra você? sobre o seu futuro?

T.: o futuro, pra ele... era o presente.. era o estudo..

Depois que eu me formei, ele disse que a única coisa que eu não podia era ficar parada, independente do que eu fosse fazer depois da faculdade, ou era estudar ou trabalhar, ou os 2. Ele pensava no meu futuro, garantindo ali o presente, correr atrás hoje pra garantir o futuro amanhã, basicamente era isso. Pro meu em si, e acredito que pro dos meus irmãos era isso que ele pensava e minha mãe também. Estudar e correr atrás. Sempre com humildade e honestidade, isso foi a vida inteira, porque na verdade né.. nosso futuro é muito incerto, nossa vida pode mudar em questão de minutos e segundos..

Muitos desses filhos, com a morte dos pais, disseram-me que não venderão os sítios e as chácaras pois sabem o quanto foi sofrido comprá-los, como se lutou para mantê-los. Com teimosia, paciência e resistência seus pais continuaram, até o fim, morando, cultivando e cuidando dessas propriedades. Para esses filhos, não vender essas propriedades se apresenta como uma alternativa somente pois eles tem outros meios de vida e não dependem da renda provável advinda da venda das propriedades.

M.: é um sentimento de apego mesmo pelo que você conseguiu...

O.: o sofrimento que eles passaram para conseguir aquilo lá, né...

M.: que nem no meu caso, eu sei, pô... eu comecei a trabalhar com 8 anos para ter aquele sítio lá e aí, eu, pelo menos, não vou me desfazer daquilo lá porque eu sei o que é que me custou aquilo lá para eu ter aquilo lá...

Dessa forma, cuidam dos sítios, administram-no mesmo de longe – muitas vezes eles

moram nos grandes centros urbanos e retornam a Lucélia duas ou três vezes ao ano para resolver questões vinculadas ao sítio – mas não tem a intenção de retornar a morar no interior: suas esposas, filhos e netos moram todos na capital. Ou quando, ainda jovens, não encontram na região postos de trabalho:

A.: E T., você pensa em voltar a morar em Lucélia?

T.: então, talvez morar não.. às vezes passa pela cabeça, mas eu tenho que encontrar algo aí pra me fixar, um negócio... aí sim eu voltaria, fora isso, fica difícil. Mas de certa forma, acredito que um dia eu volto sim, por conta da fazenda, a batalha pra manter, deixar tudo em pé e crescer, foi e tá sendo grande.. meu pai sempre foi muito calmo né.. minha mãe sempre mais agitada..

A.: vocês não vendem a fazenda?

T.: não pretendemos

A.: Por quê?

T.: ninguém quis até o momento.. mas eu vejo uma batalha muito grande em cima dessas terras. Talvez algum dia alguém se interesse em cultivar, não se sabe...

A.: ninguém quis vender ou ninguém quis comprar?

T.: a gente não quer vender

A.: mas que tipo de batalha você vê em cima das terras?

T.: dos meus pais, a fazenda foi a vida dos 2... nunca pensei em me desfazer de nada.. e é a da minha mãe né

A.: e você sabe qual a opinião dos seus irmãos sobre isso?

T.: eles também não pretendem vender, aliás, a nossa opinião é meio que conjunto. Cada um tem a sua, mas decidimos quase tudo juntos, optamos por arrendar, portanto nem que quiséssemos iríamos vender neste momento.

A.: e por que você fala que a fazenda foi a vida dos seus pais?

T.: porque foi, desde que casaram e que meu pai assumiu, foi a vida que eles fizeram..

A.: e pra você?

T.: pra mim, é o melhor canto da minha vida.. foi ali, que eu me desenvolvi, que eu vivi felizes momentos e que foi logicamente a base pra tudo que eu sou hoje exatamente naquele lugar.. talvez eu não consiga criar meus filhos ali.. mas fará parte da vida deles, se Deus quiser.

Os que não se encontram em uma situação financeira favorável têm a intenção de vender os sítios e propriedades, mas não se pode afirmar que tenham perdido a relação simbolizada com a terra ou deixaram de compartilhar uma memória familiar baseada na pequena propriedade. No entanto, encontram-se diante do imperativo material de “pagar as contas” e a venda se apresenta como a possibilidade de sanar essa preocupação.

Já nos casos em que os pais ainda estão vivos, a situação é ainda mais diversa: muito embora em sua maioria eles estejam envelhecidos e quase sem condições físicas de realizar as atividades que o trabalho no campo exige, eles ainda continuam indo aos sítios praticamente todos os dias para ver como estão as coisas. É difícil ser convidada para conhecer algum desses sítios pois eles têm vergonha da situação em que a propriedade se encontra. Obviamente, o corpo já não tem mais a mesma disposição e força e não conseguem carpir,

cuidar da casa, limpar o terreno, restaurar as cercas, fazer a manutenção da propriedade. A aposentadoria que recebem normalmente não é suficiente para custear a contratação de alguém para ajudá-los nessa tarefa. Assim, vão cuidando daquilo que conseguem: passam bastante veneno no terreno para se livrar das ervas daninhas, plantam aquelas sementes mais rústicas que exigem menos cuidados (feijão, milho, chuchu, quiabo, maxixe etc.) criam algumas dezenas de cabeças de gado que também não exigem tanto esforço físico e restringem suas idas ao sítio a uma manutenção precária. Essa é a situação dos sítios daqueles senhores e senhoras mais envelhecidos, que insistem em permanecer em Lucélia, mesmo morando sozinhos, com mais de 80 anos de idade.

Nesses casos, os filhos vivenciam diariamente o conflito entre deixar que seus pais dirijam suas vidas como queiram, e isso implica em deixá-los morar sozinhos, arriscarem-se em dirigir mesmo quando seus sentidos lhes faltam (principalmente a visão e a audição), cozinhar, limpar a casa, manter o sítio e todas as decisões que direcionam a reprodução da vida social. Ou, movidos pela preocupação, alguns interveem mais firmemente e levam seus pais para morarem em suas casas – majoritariamente localizadas em cidades maiores – e isso implica em privá-los de continuarem a decidir, mesmo que de forma precária e sempre remediada, os destinos de suas vidas.

Essa é uma decisão que está a todo momento em negociação pois se a luta que esses pequenos proprietários *nikkei* envelhecidos travaram durante toda a vida foi em busca de emancipação, para poderem direcionar seus destinos para onde quisessem, de que maneira um filho vai conseguir alterar essa vontade de liberdade? Como é possível solicitar a mudança de um hábito tido como libertário?

A pesquisa tem mostrado que a resposta para essas questões é: não é possível. Apesar do envelhecimento e das limitações trazidas por ele, os velhos resistem e se mantem, mesmo sozinhos, vinculados às suas terras. Tirá-los deste lugar é desterritorializá-los, arrancar-lhes aquilo que lhes é mais valioso: a memória e o sonho materializados na terra. Mesmo envelhecidos, tecem sonhos para continuarem vivendo ativamente. Dizem que parar de planejar o futuro, é viver sem ele, é morrer. Um dos interlocutores disse-me que vai começar a plantar cebolinha em seu sítio: “*tem que pensar no futuro*”, explica-me ele, com seus 86 anos.

Se a continuidade desse projeto de vida vinculado à terra é possível, somente as gerações futuras poderão responder. Provavelmente muitas famílias, por imperativo econômico, venderão as propriedades. Porém, a diversidade de situações apresentada pelo

campo evidencia a imprecisão de qualquer tentativa de fazer previsões. O que pode ser afirmado somente é que se a estratégia de educar os filhos para que eles melhorassem de vida os fizeram se afastar de um projeto familiar baseado no vínculo com a terra, essa relação simbolizada com a terra que passa pela memória não está rompida, muito pelo contrário, continua forte e compartilhada entre meus interlocutores. No entanto, o ingresso em profissões modernas e liberais impede que se tenha autonomia e controle do tempo para se dedicar a um projeto eminentemente coletivo e familiar, já que o foco passa a ser no indivíduo, na carreira, na família nuclear. Diariamente esses sujeitos vivenciam o conflito entre conciliar esses dois modos de vida contraditórios e que explicitam o embate de “mundos possíveis”. De certa maneira, a discussão realizada anteriormente a respeito das duas fases da imigração japonesa reflete esse conflito: se, outrora, o paradigma de ascensão social da comunidade *nikkei* enxergava a terra como ponto de partida, atualmente esse paradigma perde força à medida em que o Estado brasileiro aposta em outros modelos de desenvolvimento que não abarcam a pequena propriedade. Muitos membros da comunidade já se desvincularam do antigo modelo e são hoje representantes da aliança entre o capital financeiro japonês e as indústrias mencionadas anteriormente. Outros, os que são interlocutores dessa pesquisa, se recusam a abandonar um modo de vida tradicionalmente instituído, desde antes da vinda para o Brasil: um modo de vida rural.

O que interessa para o escopo dessa pesquisa é a diferença de subjetividades – e, portanto, de projetos de vida – que é ocasionada entre as gerações pelo avanço do capitalismo; e como essas gerações refletem sobre si mesmas e suas relações com a identidade étnica *nikkei* de maneiras diversas. Em outras palavras, as diferenças entre as gerações são o que permite ver o processo de transformação da subjetividade, ao mesmo tempo em que a opção – estratégica – em valorizar a cultura e a identidade étnica, mantida pelos membros da segunda geração, são uma evidência de uma resistência ao processo de erosão/entropia subjetiva decorrente do caráter colonizador da expansão capitalista. Ainda assim, a relação que os *issei* estabelecem com seus sítios é diferente da que seus filhos e seus netos, posteriormente, estabelecem. Entre uma geração e outra ocorreu uma mudança profunda no modo de ocupação e exploração da terra: o modelo de desenvolvimento econômico que os *issei* encontraram na Alta Paulista era a cafeicultura associada ao plantio de lavouras brancas – amendoim e algodão. Esse modelo possibilitava o emprego de força de trabalho familiar, bem como a produção em chácaras e sítio, isto é, pequenas propriedades. Atualmente, o modelo

vigente é o da agroindústria canavieira, que é cultivada em larga escala, com o emprego de força de trabalho volante. Este novo contexto é o encontrado pelos *nissei* que não enxergam na terra uma fonte de renda para a reprodução social⁹⁹. Por isso, é possível tratar desse recorte geracional como reflexo dos diferentes momentos da expansão capitalista. Desse modo, a marcação geracional influencia decisivamente na elaboração de estratégias de reprodução social: para o *issei*, o modo de vida rural é a condição de sua existência, como condição externa primária – a terra é matéria-prima, instrumento e fruto, isto é,

a propriedade significa nada mais do que a atitude do homem ao encarar suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como pré-requisitos de sua própria existência; sua atitude em relação a elas como pré-requisitos naturais de si mesmo, que constituiriam, assim, prolongamentos de seu próprio corpo. De fato, ele não se mantém em qualquer relação com suas condições de produção, mas tem uma dupla existência, subjetivamente como ele próprio e, objetivamente, nestas condições inorgânicas naturais de seu ser. (MARX, 1985, p. 85)

Para os *issei*, portanto, o sítio permanece sendo o principal meio de vida, mais um meio de produção de subjetividade do que de recursos para sobreviver. Ademais, com o envelhecimento e a perda de autonomia que a velhice implica, além da perda de referenciais em meio às transformações do mundo contemporâneo¹⁰⁰, essa geração prende-se ao sítio com todas as forças e meios que lhes restam, numa tentativa de manter a organização de sua própria vida sob sua tutela, bem como enxergam no sítio um referencial para se situarem. Uma vez que a sociedade capitalista valoriza os homens a partir de sua força de trabalho, aqueles de deixam de ser produtores de valor perdem valor como homens. A velhice confronta essa geração com esse problema e a manutenção do sítio é a garantia da manutenção da autonomia de gestão da própria vida. Portanto, para os *issei*, o sítio é imbuído de símbolos materiais e imateriais que dão suporte à reprodução de sua vida: foi a terra de trabalho de tantos anos; o meio de produção de onde eles obtiveram a reprodução social; a materialização das alianças familiares; a ferramenta que possibilita a manutenção da autonomia. Para eles, consequentemente, não existe possibilidade de vida sem que essa relação se mantenha, isto é, afastar-se de seu sítio é a impossibilidade da reprodução do único modo de vida que eles conhecem. É, por fim, a morte, pois é esse seu único “mundo possível” já restrito espacial e

99 Não me ateei a esta discussão acerca das mudanças dos modelos produtivos por este não ser o tema principal deste trabalho, porém acredito que esta conjuntura é a que impõe maiores contingências às estratégias de vida dos *nikkei* por trazerem a necessidade da mudança da “mentalidade” para se adequarem aos “novos tempos”.

100 Por exemplo, a avalanche de tecnologias digitais que se incorporam no cotidiano, apesar da pouca familiaridade dos idosos com essa linguagem.

temporalmente.

O processo de individualização do sujeito burguês movimenta-se em duas frentes: a do empresário e a do trabalhador. Porém ambos estão submetidos à mesma lógica, a lógica do valor abstrato. O comerciante enxerga nos demais apenas coisas produtoras de valor, força de trabalho. Os trabalhadores enxergam a si mesmos como força de trabalho, destituindo-se progressivamente de suas singularidades. A transformação do camponês em operário e do proprietário de terras em comerciante ou homem de negócios é histórica produção do “homem nu”, amputado das condições de sua reprodução social – terra e trabalho – e solto no mercado para vender a si próprio como algo abstrato, ou para comprar também força de trabalho abstrata. Constituem-se, subjetivamente, como mercadorias:

A mercadoria é, antes de tudo, o objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. a natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto do consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2005, p. 2)

Percebem-se a si mesmos pela lógica da forma-mercadoria: como coisas em um mundo habitado e regido somente por coisas, que são intercambiáveis por coisas. São homens-mercadorias que se chocam no mercado livremente. Obviamente, a produção da subjetividade do trabalhador, de quem foram extraídos os meios de trabalho e somente restou a própria força como fonte de vida, é um processo muito mais cruel, já que o capitalismo é verdadeiramente um sistema de hierarquização de homens-mercadorias, de valorização do dinheiro¹⁰¹.

Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo. (...) Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material de trabalho. Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu **laboratório natural** – significa a dissolução tanto da pequena propriedade livre como da propriedade comunal da terra assentada sobre a comuna oriental. (MARX, 1985, p. 165, grifos meus)

No livro *O suicídio*, Marx associa o suicídio a uma inadequação do próprio homem com a sociedade que o rodeia, como se o desenvolvimento econômico não fosse o suficiente

¹⁰¹Aqui, compreendemos com maior profundidade a importância dos sítios e chácaras para os *isseis* envelhecidos: eles não perdem o estatuto de proprietários de terra, enquanto continuarem vinculados aos seus sítios. Não perdem, portanto, valor como homens, no capitalismo.

para conter a infelicidade e o vazio das subjetividades constituídas em torno de uma sociabilidade marcada por relações burguesas, alienadas, portanto. Esse esvaziamento, essa inadequação nada são além do que a separação, ruptura, descolamento, desenraizamento do homem de suas bases sociais, seu corpo inorgânico. Novamente nas palavras do próprio Marx,

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis.

Na própria relação de troca das mercadorias seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. (MARX, 1985, p. 168)

O processo de individualização burguesa pressupõe um aumento gradual e incessante na solidão interna do homem, pois externamente está rodeado de homens-mercadorias que não se complementam organicamente, mas chocam-se uns contra os outros no mercado e na competitividade do mundo burguês. Como sintetiza Marx, novamente:

Que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões; em que se pode ser tomado por um desejo implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevê-lo? Tal sociedade não é uma sociedade; ela é, como diz Rousseau, uma selva, habitada por feras selvagens. (...) **Descobri que, sem uma reforma total da ordem social de nosso tempo, todas as tentativas de mudança seriam inúteis.** (MARX, 2006, p. 28, grifos do autor)

Esse processo de cisão do homem de suas bases sociais é o que está no cerne da formação da subjetividade da segunda geração *nikkei*. Apesar da primeira geração ter se separado da terra natal, não é possível afirmar que tenha passado por tamanha mudança de subjetividade. Por mais estranho que possa parecer, a segunda ruptura – vivenciada pela segunda geração – é a verdadeira ruptura ocasionada por uma mudança de um modo de vida, pois é a ruptura do vínculo com a terra. Neste sentido, ela é mais forte do que a experiência de vir do Japão ao Brasil, já que os *isseis* foram educados no Brasil para retornarem ao Japão como japoneses, um modo de vida similar ao do país de origem foi mantido, perderam o vínculo material com a terra de origem, porém o laço simbólico foi mantido. Por outro lado, o *nissei* foi sempre encorajado a voltar seus olhos e objetivos para o estilo de vida moderno e

burguês, adaptado à vida brasileira, integrado aos contextos nacionais, o que implicou numa saída e até mesmo ruptura com o modo de vida de seus pais. A segunda geração não se relaciona mais com o sítio como um meio de vida, mas é somente o aporte subjetivo para onde fluem as memórias de trabalho de seus pais e de sua infância. Alguns, muitas vezes, chegam a trocar todas essas memórias por mercadorias de valor abstrato¹⁰².

Com isso, não quero afirmar que eles não compartilhem alguns símbolos culturais – e étnicos – que norteiam a vida de seus pais. Porém, o que ocorre é uma vida paradoxal, em que essas esferas aparentemente contraditórias se articulam num emaranhado de sentimentos, estratégias, sonhos e projeções, como se o *nissei* precisasse ser moderno e tradicional ao mesmo tempo. Na conciliação dessas contradições surgem subjetividades inacabadas, conflituosas e até mesmo patologias¹⁰³. Não pretendo sugerir que a partir da pesquisa percebi nestes homens e mulheres um desejo suicida, como é o caso do excerto de texto que anteriormente citei, porém é possível perceber neles uma dificuldade em conciliar os costumes tradicionais e a vida pautada por valores comunitários e uma postura agressiva no mercado de trabalho, questões que implicam numa tensão constante, vivenciada no cotidiano, mas que a lógica do mercado, como norteadora de projetos de vida, não dá espaço e aniquila subjetividades que são forjadas a partir de comunidades, neste caso, a étnica *nikkei*.

Novamente recorreremos a Marx para compreender com exatidão esse conflito, já que, apesar da ascensão social, esses indivíduos, sujeitos burgueses, não se apresentam completos, felizes:

O que é a riqueza, senão uma situação em que o homem não se reproduz a si mesmo numa forma determinada, limitada, mas sim em sua totalidade, se desvencilhando do passado e se integrando no movimento absoluto do tornar-se? Na economia política burguesa – e na época de produção que lhe corresponde – este completo desenvolvimento das potencialidades humanas aparece como uma total alienação, como destruição de todos os objetivos unilaterais determinados, como sacrifício do fim em si mesmo em proveito de forças que lhe são externas. Por isto, de certo modo, o mundo aparentemente infantil dos antigos mostra-se superior; e é assim, pois na medida em que buscamos contornos fechados, forma e limitação estabelecida. Os antigos proporcionavam satisfação limitada, enquanto o mundo moderno deixa-nos insatisfeitos ou, quando parece satisfeito consigo mesmo, é vulgar e mesquinho.” (MARX, 1985, 81)

A comunidade, no sentido marxista do termo, insere nas relações cotidianas das pessoas, isto é, na própria reprodução da vida social, padrões de comportamento e parâmetros

¹⁰² Como é o caso de alguns que vendem os sítios e chácaras para a compra de carros.

¹⁰³ Por exemplo, os conflitos familiares e nas heranças, que colocam aos *nissei* adoção de comportamentos tradicionais que não correspondem à lógica burguesa.

de julgamento de atividades que se tornam marcas identitárias, pois conectam os indivíduos com suas comunidades a partir de laços étnicos, símbolos compartilhados social e historicamente. Neste sentido, opera como agente de formação da subjetividade destes homens. Quando, porém, uma força devastadora como a chegada das relações de mercadoria penetram nesses mundos, as transformações são inevitáveis e conflituosas. É na permanência dos laços comunitários, das posturas corporais, das relações familiares, dos cultos, da culinária tradicional, da conservação dos sítios e das casas em propriedade familiar que posso perceber uma certa resistência dessa comunidade ao processo de colonização homogeneizadora do capitalismo. É na força dessa permanência em comer *gohan*, em prestar homenagens aos *butsudan*, teimosa, que percebo a relativa ineficiência do capital em invadir todos os aspectos da vida social, apesar de suas artimanhas ardilosas. Isso não quer dizer que as consequências dessa resistência sejam duradouras – no sentido de forjar um projeto de continuidade deste modo de vida tradicional – ou que estes “resistentes” o façam conscientemente e estejam em boas condições de vida – já que muitos, em decorrência do envelhecimento, encontram-se em situações precárias que beiram o abandono. O que interessa nessa resistência, no entanto, é a explicitação da nocividade do avanço do capitalismo, de seu processo de homogeneização cultural e étnica.

Esses homens da segunda geração enfrentam inconscientemente a crueldade de uma subjetividade dilacerada, porém relativamente resistente. É nesse conflito, na conciliação dessas duas posturas aparentemente contraditórias, que se formam, então, especificamente no caso da comunidade *nikkei*, homens de negócios, burgueses, capitalistas na esfera pública e, na esfera privada, homens que mantêm altares em suas casas, que respeitam as missas aos antepassados, que não entram calçados em casa, isto é, adotam condutas tradicionais na esfera familiar e doméstica, mas fora de casa adotam posturas agressivas de homens de negócios. Cisão e relação sintetizados nesta segunda geração. Estes homens, a partir de afinidades eletivas, rompem com alguns laços tradicionais, mas mantêm outros, porém também não se pode dizer que sejam seres genéricos, uma vez que estão muito longe de enxergar seu entorno como seus corpos inorgânicos. Porém naquilo que, por ora, a relação homem *versus* mercadoria não se fez hegemônica, eles encontram uma brecha para que suas bases sociais e culturais se mantenham e, neste aspecto, reside o sentido maior da resistência que o dispositivo identitário étnico produz, expresso no enunciado “*se não entrar no kaikan, não é japonês.*” São o verdadeiro retrato da transição entre o moderno e o tradicional; do ser

genérico e do homem cindido. E a expressão dos conflitos e contradições que essas transições implicam.



**NARRATIVA
CARTOGRÁFICA**

4.1 MAPEAMENTOS

O objetivo desta seção é apontar as implicações dos avanços do capital - majoritariamente na forma da agroindústria canavieira - na diferenciação da estrutura agrária do município de Lucélia-SP. Examinaremos quais mudanças ocorridas desde 1962 até hoje refletem as estratégias adotadas por esses pequenos produtores rurais. Durante a pesquisa, analisei processos subjetivos e simbólicos de relação com a terra a partir da comunidade *nikkei*. O componente identitário étnico foi o elemento central para a configuração de uma relação com a terra que extrapolou sobremaneira a noção de meio de produção. Para responder à questão de pesquisa - como esses sujeitos percebem as mudanças na estrutura agrária a partir de sua experiência de vida, nós desenvolvemos uma metodologia de pesquisa que combina uma análise estrutural e cartográfica dos movimentos da agroindústria no campo, a uma análise dos componentes simbólicos dos sujeitos que experienciam em suas vidas os processos mais amplos analisados.

O ano de 1962 é importante pois foi quando o engenheiro agrônomo Julio Krinski confeccionou o mapa da divisão da estrutura agrária do município [ver ilustração 11] a partir de seu trabalho de campo, realizado tanto em sua função como engenheiro responsável pela Casa da Agricultura, quanto como presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do município. De acordo com ele, a confecção dos mapas foi idealizada por facilitar o acompanhamento do desenvolvimento de projetos de extensão rural nas unidades produtoras de Lucélia. Foi a partir desse mapeamento que foi possível elaborar uma análise histórica do processo de diferenciação de estrutura agrária do município de Lucélia, justamente por ele apresentar a divisão da estrutura agrária em um período do tempo correspondente a um modelo de produção - a cafeicultura - diferente do atual - a agroindústria canavieira. Durante este período (depois de 1962), a divisão da estrutura agrária reflete um modelo de produção baseado na pequena propriedade. O mapa de 1962 será comparado com outros mapas que produzi para esta pesquisa. A partir desta comparação, será possível depreender o movimento histórico da transformação da paisagem rural ocasionada pela substituição de modelos de produção, qual seja, o da cafeicultura que é suplantado pela agroindústria canavieira.

Esta seção está organizada em três partes, seguidas de um apêndice. Iniciamos com a apresentação do embasamento teórico desta pesquisa. As técnicas adotadas para este estudo nos permitem acessar e produzir um tipo particular de dado, que torna mais fácil a

visualização dos movimentos do capital no território. Portanto os esforços analíticos tomados neste trabalho refletem a escolha metodológica. Assim, a primeira seção descreve os nossos caminhos de pesquisa e pressupostos teóricos. A segunda é dedicada às condições, precisamente, que os *nikkei* encontraram quando chegaram na Alta Paulista. A terceira, conclusiva, apresenta ao leitor o que os mapeamentos apontam. Os dados nos permitem tomar uma perspectiva histórica e visualizar as mudanças dos modos de vida na própria configuração do território do município. Essas mudanças serão trabalhadas ao longo do texto, conforme os mapeamentos apresentados forem levantando.

4.1.1. Memória e cartografia: narrativa cartográfica como um método e seus resultados

Já discorremos na introdução deste trabalho os pressupostos teórico metodológicos que guiaram as atividades de pesquisa. Principalmente no que tange nossa proposta de cruzamento entre duas técnicas, ainda resta esclarecer as ferramentas utilizadas para esta pesquisa. É sobre isso que discorreremos nesta seção.

Os mapas a seguir mostram diferentes maneiras de se relacionar com o território: quando contavam suas memórias acerca da configuração do território, os depoentes mobilizavam diferentes formas de elaboração do mundo, que era condicionada por suas experiências de vida. Assim, por meio de seus trabalhos, sua sociabilidade, eles elaboravam mapas mentais a partir dos quais confeccionamos os mapeamentos apresentados nesta pesquisa.

Os mapas representam a divisão da estrutura agrária do município ou o que os sujeitos percebem dessa questão. O de 1962 [ilustração 53] foi realizado pelo engenheiro agrônomo Júlio Krinski: a partir de uma fotografia aérea, ampliou o mapa e, baseado em seus trabalhos de campo como técnico da Casa da Agricultura, bem como em seu trabalho no sindicato, ele conseguiu traçar as linhas divisórias das propriedades. Esse é um exemplo de um trabalho de cartografia realizado a partir da memória de uma pessoa. Se é uma memória do presente ou do passado, isso se coloca como uma discussão de segundo plano. O que importa é o que o mapa representa: Qual foi sua finalidade? Quais foram suas consequências?

De certa maneira, a entrevista realizada com o engenheiro apontam para respostas a estas questões. O mapa representa a divisão da estrutura agrária do município de Lucélia no ano de 1962. Pode-se visualizar que as maiores propriedades encontram-se majoritariamente nos extremos norte e sul do município e as menores propriedades na região central, onde fica localizada a zona urbana. Nessa época, de acordo com os relatos, o município produzia majoritariamente café, amendoim e algodão.

De acordo com o engenheiro, a finalidade da confecção do mapa foi justamente melhorar o seu trabalho: visualizar melhor onde estava cada propriedade e também mapear as redes de vizinhança. Para isso ele já sabia previamente onde estavam as informações que buscou inserir nos mapas.

J. K.: naquela época eu mexia também no sindicato rural, por isso que eu queria conhecer todas as propriedades de Lucélia, tanto que eu conhecia todas, todas, todas, todas, todas...

Então eu agregava o serviço da Casa da Agricultura, com o Sindicato. Fui eu que fundei o Sindicato Rural aqui, nós fundamos. O sindicato funcionou muito bem, então eu conhecia todas as propriedades de Lucélia, então eu fiz aquele mapa lá para eu ter uma situação. Então naquela época eu conhecia bem, o Mil Alqueires, por exemplo, era todo café. Em Três Botecos tinha muito café. Pracinha já não tinha muito café. Pracinha já tava praticamente sem café, tinha pouca propriedade com café...

E de lá para cá, veio o álcool, aí como... o que o álcool fez foi eliminar essas pequenas propriedades porque era a condição inviável. [...]

A.: e no caso, por exemplo, qual foi o objetivo do senhor ao fazer aquele mapa?

J.K.: foi o que eu te falei, que eu tava no Sindicato, tava na Casa da Agricultura...

E meu serviço era junto ao agricultor então eu queria conhecer os agricultores e conhecer o município, foi isso que me levou a fazer o mapa, então nós tínhamos a fotografia aérea, então ia num bairro, por exemplo, quem é o vizinho, quem é o fulano, porque eu sempre gostava de saber, se eu ia numa propriedade eu queria saber quem era o vizinho de cá, quem era o vizinho de lá, quem era o vizinho de lá para manter contato.

Eu tinha praticamente contato de 70% do município eu tinha...

Porque muito agrônomo hoje não tem contato nenhum com o agricultor.

A.: e qual era a importância desse contato que o senhor tinha?

Qual era o serviço que o senhor realizava e por que mapear essas pessoas, essas redes de solidariedade, de vizinhança, por que isso era importante?

J.K.: uma por causa do Sindicato, que eu queria saber, naquela época existia o FUNRURAL e o FUNRURAL fazia assistência médica naquela época, nós tínhamos os ambulatórios do FUNRURAL que hoje não existe mais, foi agregado tudo ao SUS. Eu queria conhecer, foi mais assim, e naquela época a gente fomentava café, desde quando eu vim para cá, mesmo antes da geadada, a gente queria manter a estrutura cafeeira, então havia a renovação da cafeicultura, que foi antes da geadada, então a gente, eu trabalhei muito nisso aí, nós fizemos aí, eu não lembro em números, mas nós chegamos a renovar aí talvez um terço da lavoura de café, depois da geadada se perdeu tudo...

Mesmo a lavoura renovada não resistiu aos impactos da política cafeeira e esse problema da geadada, porque aí ganhou um problema econômico muito grande, você ficaria três anos sem renda e o pessoal de café sempre foi um pessoalzinho assim

que sempre tinha um dinheirinho no bolso, tinha alguma coisinha, então o pessoal “shipiti” [som para baixo] os mais abonados foram todos embora e café acabou, não adiantou em termos de resultado a.. não precisa nem ser a longo prazo, a médio prazo a renovação de café acabou

No depoimento do engenheiro agrônomo Júlio Krinski percebe-se que, muito embora se tenha tentado elaborar estratégias para a manutenção das pessoas no campo, dando continuidade às plantações de café, essas iniciativas não foram suficientes para conter a crise que se aprofundava e já ocasionava a saída de muitas famílias em direção aos centros industriais do estado de São Paulo.

Como os mapas estavam colados na parede, não era possível tirá-los e escaneá-los, então fotografamo-los, mas quando isso é feito, a câmera distorce a imagem, pois a objetiva (a lente da câmera) tem distorções. No exemplo a seguir (ilustração 24) a imagem mostra a distorção:



Ilustração 24: Fotografia dos mapas colados na parede. Parte Sul. Acervo pessoal.

No caso dessa imagem, a moldura lateral deveria estar representada por uma linha reta, porém a lente distorceu a imagem deixando-a curva. É necessário, nesse caso, fazer uma correção, feita através de um processo que designado de calibração de câmeras¹⁰⁴, que calcula e corrige os parâmetros de correção das lentes. Após essa correção, a imagem resultante é essa:

Observa-se, nessa figura, que a linha curva tornou-se reta.



Ilustração 25: Correção da curvatura da lente. Acervo pessoal.

104 Esse processo foi desenvolvido pelo professor Dr. Maurício Galo (FCT-UNESP, Engenharia Cartográfica, em sua dissertação, disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/cartogalo/web/projeto2007/pdf/1993_Galo_Calibracao_UFPR.pdf>, acesso em 25 de maio de 2012. O professor também escreveu um artigo sobre este assunto, que está disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/cartogalo/web/projeto2007/artigos.htm>, acesso em 21 de maio de 2012.

Um segundo passo foi com respeito ao paralelismo da câmera com o plano do mapa, ou seja, foi necessário corrigir a inclinação da câmera com relação ao mapa. Teoricamente, o plano onde a imagem é formada deve estar paralela (com o eixo óptico estando perpendicular ao plano do mapa) ao plano da imagem, essa é condição ideal de aquisição da imagem, para que a imagem não seja afetada por esse não paralelismo, o que gera distorções.

Quando fotografamos uma imagem retangular sem nos preocuparmos com esse tipo de distorção, inclinando a câmera à vontade, o resultado obtido é uma imagem de formato de trapézio, o grau de inclinação da câmera distorcerá a imagem no sentido inverso, ou seja, quanto mais próximo da câmera, maior a imagem. Corrigimos esse erro calculando ou determinando o grau de inclinação do plano do mapa com o plano da imagem.

Isso é feito através da definição de um sistema tridimensional de coordenadas no mapa, que aparecerão na imagem. Através do relacionamento matemático (chamado de equação de colinearidade)¹⁰⁵ estabelecemos os parâmetros de erro, com os quais determinaremos uma nova imagem (sintética ou virtual) perfeitamente paralela ao plano do mapa. E assim podemos digitalizar os mapas isento desses erros.

¹⁰⁵A explicação mais detalhada sobre este procedimento pode ser encontrada em: HASEGAWA, J. K. et al.. Integração de sensores para mapeamentos rápidos na agricultura de precisão: desenvolvimento e calibração do sistema In: Simpósio Brasileiro de Geomática, 2002, Presidente Prudente. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOMÁTICA, 2002. v. 1.



Ilustração 26: Correção da inclinação da câmera. Acervo pessoal.

A digitalização foi feita por meio de um programa CAD, pelo qual essa imagem isenta dos erros de lente e inclinação foi importada como plano de fundo (imagem raster) para digitalizar as linhas (vetor). Posteriormente, georreferenciamos este mapa: pegamos um GPS, marcamos 3 pontos não colineares nos extremos do mapa, identificados estes três pontos, fomos em campo e medimos com GPS esses pontos e depois aplicamos uma transformação de coordenadas. Desse modo, é possível manipular melhor as informações obtidas através das conversas em cima de um mapa já digitalizado. A continuação desta etapa será feita na segunda fase do trabalho de campo. Por ora, a comparação entre os dois momentos já evidencia os movimentos do capital no campo.

Com relação à imagem de satélite, a área a ser manipulada é grande, então encomendamos ao CBERS, projeto mantido pelo INPE o envio das imagens para fazer um processo que é denominado mosaico, em que se define pontos que serão os parâmetros para a união das imagens. Porém, ao recebermos as imagens do INPE verificamos que, para a

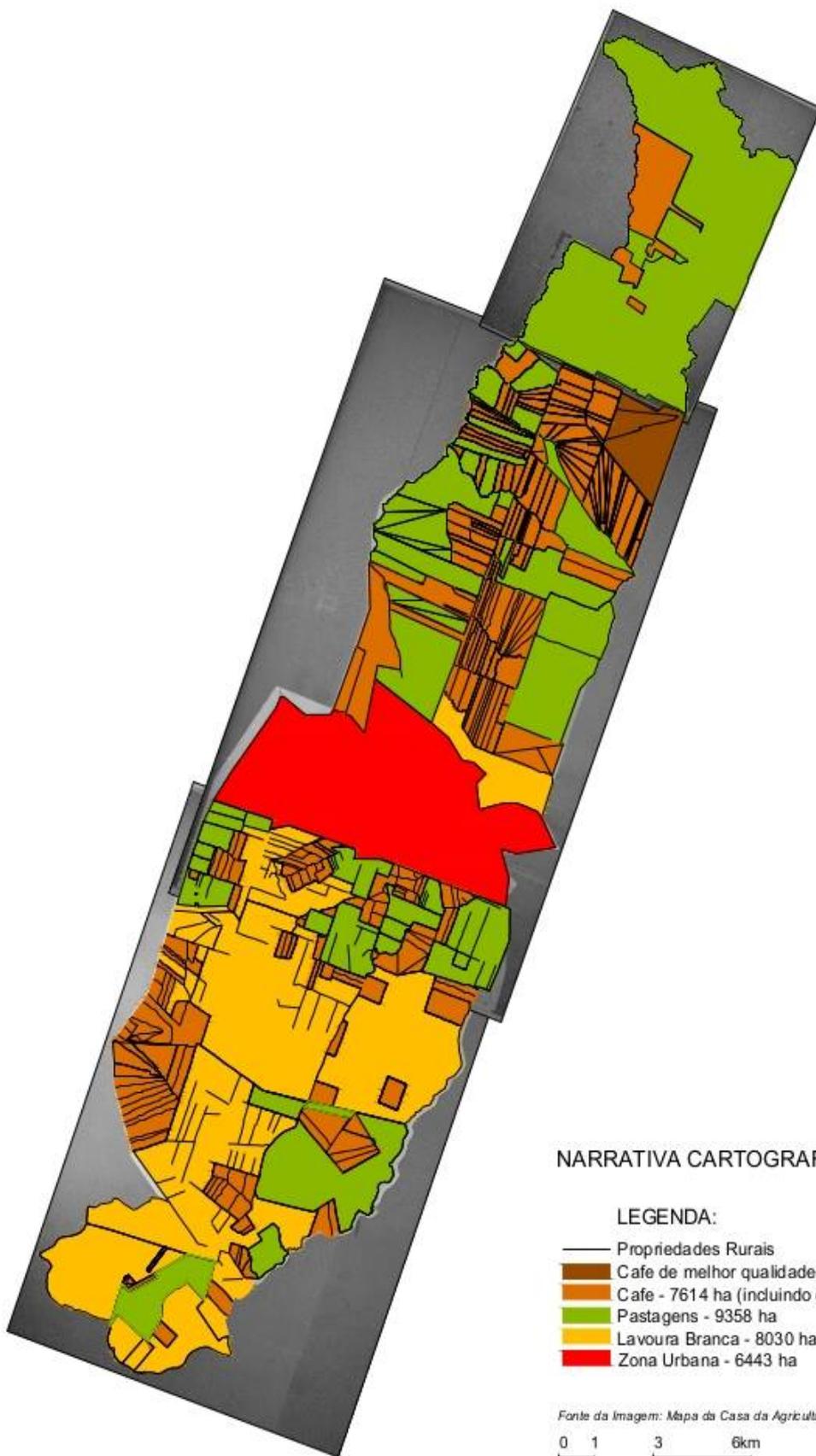
resolução máxima que precisamos, as imagens são em preto e branco, o que dificulta a visualização da cobertura do solo. Para conferir coloração à imagem seria necessário mais um procedimento de tratamento: utilizaríamos uma imagem com resolução menor, de onde seriam retirados os parâmetros para colorir a imagem de melhor resolução. Esse é um programa desenvolvido por uma docente do Departamento de Cartografia da UNESP de Presidente Prudente também. No entanto, ao pesquisarmos alternativas, principalmente em contato com o Laboratório de Cartografia da UNICAMP, optamos pela utilização da base de dados do Google que, embora seja comercial e não científica como a base do CBERS, a resolução da imagem é satisfatória além de ser colorida. Assim, munidos dessas imagens, utilizamos o programa de manipulação de imagem georreferenciada¹⁰⁶ e conseguimos fazer a diferenciação da estrutura agrária a partir da memória desses sujeitos. É relevante destacar, nesta questão, que a precisão do mapeamento não foi o norteador da técnica, mas justamente a atenção aos detalhes por eles lembrados. Assim, embora não se possa tomar esses mapas como referência geográfica precisa, eles apontam um movimento histórico amplo e a memória como fio condutor da leitura desse processo.

A minuciosidade técnica é o definidor da possibilidade de comparação entre as percepções dos sujeitos, bem como entre os momentos históricos pois qual seria a validade de um mapeamento comparativo se as bases de dados fossem aleatórias? Seria possível fornecer uma visão histórica do processo que se aproximaria do real? A importância sociológica para a realização de uma técnica cartográfica tão minuciosa também se justifica pela possibilidade de confeccionar um material de referência para uso em outras áreas, ou seja, não apenas confeccionamos ferramentas de visualização da diferenciação da estrutura agrária, mas também produzimos um material que poderá ser utilizado por demais áreas do conhecimento para a análise desses processos. Assim, se por um lado foi necessário estabelecer bases precisas para a comparação entre os depoimentos dos sujeitos, por meio do uso de técnicas que suplantassem distorções das imagens, essa precisão possibilita o diálogo deste trabalho com outras áreas do conhecimento. Outro esclarecimento é importante no que se refere à minuciosidade adotada nesta pesquisa: um dos parâmetros utilizados para analisar as mudanças na estrutura agrária é a contagem da área. As distorções das imagens brutas, como

106 Para maiores informações acerca das técnicas, consultar: NAMIKAWA, L. "Fusão de Imagens do Satélite CBERS-2B no SPRING" Disponível em: <http://wiki.dpi.inpe.br/doku.php?id=fusaohrcccdcbbers2b:exemplo>. Acesso em 20 de maio de 2013. MENESES, P. R.; ALMEIDA, T. (Org.) *Introdução ao processamento de imagens de sensoriamento remoto*. Brasília: Ed. UnB, 2012.

já apresentadas, poderiam interferir na medição mais precisa desse valor. Apesar de não termos priorizado medições reais das áreas mencionadas, as distorções aumentariam o padrão de desvio que os depoimentos informam. Assim, a técnica não foi uma estratégia para aniquilar as imprecisões das percepções e experiências reais, porém ajudou a minimizar os efeitos destas. Esses esclarecimentos foram importantes para que o leitor se familiarizasse com os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram essa pesquisa, bem como as técnicas que permitiram que os mapeamentos fossem confeccionados. A partir deste ponto apresentaremos os mapeamentos já discutindo as transformações que eles apontam.

O primeiro mapa [Narrativa Cartográfica Júlio Krinski, 2012], que consiste nas primeiras três imagens e o segundo mapa -- as três imagens posteriores -- foram confeccionados a partir das memórias de dois agrônomos responsáveis pela Casa de Agricultura do município. O primeiro, feito com Júlio Krinski, agrônomo em atividade nas décadas de 1960, 1970 e 1980, teve como referência, um mapeamento por ele mesmo realizado na década de 1970. Os mapas apresentam uma divisão da estrutura agrária onde as grandes propriedades localizam-se nos extremos norte e sul do município e, de acordo com o depoimento, neste período, dedicavam-se à pecuária. Nas porções mais próximas à zona urbana do município, as pequenas propriedades são mais abundantes e dedicavam-se basicamente à cultura branca – algodão e amendoim – e à cafeicultura. Localizadas na porção centro-oeste, onde está a cor marrom, o depoente nos informou que estavam as terras que produziam o melhor café do município, destinado à exportação e com qualidade equivalente ao café produzido em Minas Gerais – estado tradicionalmente conhecido por safras de café de boa qualidade.



NARRATIVA CARTOGRAFICA JULIO KRINSKI (1960-1970)

LEGENDA:

- Propriedades Rurais
- Cafe de melhor qualidade
- Cafe - 7614 ha (incluindo o de melhor qualidade)
- Pastagens - 9358 ha
- Lavoura Branca - 8030 ha
- Zona Urbana - 6443 ha

Fonte da Imagem: Mapa da Casa da Agricultura (1962) - Julio Krinski



O segundo mapeamento [Narrativa Cartográfica Alexandre Castilho, 2012] utilizou a base de dados da google, mas cruzou informações fornecidas por Alexandre Castilho, atualmente responsável pela Casa de Agricultura. Não foi possível fazer um mapeamento da divisão da estrutura agrária atual, uma vez a homogeneização da paisagem pela cultura da cana tornou impossível aos limites desta pesquisa realizar esse tipo de mapeamento. O que foi possível realizar, dentro das circunstâncias colocadas foi, a partir da experiência de Alexandre, fazer uma diferenciação das produções inseridas dentro do limite do município a partir de sua coloração na imagem aérea.

Alexandre: é, mas elas vinha... cadê a estrada aqui?... a estrada está aqui, né...

Aline: sim.

Alexandre: mesmo até aqui, até aqui era, até o Bairro Colônia Paulista... quer ver, aqui era o... oh, até aqui mais ou menos, porque aqui é o Lajeado, aí depois sobe aqui e é o Bairro Colônia Paulista. Até aqui praticamente existia pequena propriedade, daqui para baixo até chegar em Pracinha, existia pequenas propriedades e grandes também, né, porque também tinham umas grandes aqui, praticamente são três, quase... porque daqui para cá é a Bandeirantes do Salto, daqui para cá é a Carlos Botelho, aí aqui é aquelas que era do Pernomian, deve ser ainda, não sei o que... e depois daqui para cá ainda era tudo pequena propriedade e tinha umas grandes no meio, claro, né, jogadas assim, tal, que nem essa divisa aqui com Inúbia. Essa parte aqui de Inúbia, essa parte aqui ó, tudo fazenda grande até chegar lá no Mil Alqueires que é aqui ó, mais ou menos até aqui.

Então tinha propriedades grandes, mas aqui chegava até aqui. Hoje, pode ser até que existam essas propriedades só que estão tudo arrendadas.

Então quando você olha aqui, oh, eu não sei mais o que é um e o que é outro.

Aline: então você acha que toda essa parte aqui, daqui do Rio Feio até aqui mais ou menos na usina, é tudo cana?

Alexandre: ah, 90%. você vai ter alguma coisinha de pasto.

Aline: você sabe mais ou menos onde é que está o pasto?

Alexandre: isso aqui é de que ano?

Aline: é de... eu acho que é 2008.

Alexandre: oh, aqui é terra preparada para cana. Esses talhões são todos cana. Os escuros são mata. Aqui é mata. Tudo esses escuros aqui, oh, onde tem beirada de córrego, é mata.

Aline: aqui também, né?

Alexandre: é, tudo esses escuros assim, bem escuro, é mata, oh. Beirando aqui os córregos, né, é tudo mata. Aí aqui, cana....

Aline: esse tudo é cana?

Alexandre: é, agora vamos ver se eu acho...

Aline: então um vai ser mata, dois vai ser cana.

Alexandre: provavelmente aqui, oh, vai ser pasto. Você não vê talhão, tá vendo? Tem alguma coisa verde aqui plantada, oh. Então esses verdes que não está quadriculado deve ser pasto. Aqui deve ser, aqui acho que era uma terra preparada, eu acho. Mas era pasto, hoje está com cana já. Hoje isso aqui já é cana. Agora, oh, isso aqui deve ser pasto, tá vendo? Esse verdinho pálido aqui, isso aqui deve ser pasto. Agora vamos ver se aparece.

Aline: verde pálido, então, né.

Alexandre: é, um verde pálido, sem esses carreador. Isso aqui é tudo carreador, né. O verde pálido que você não vê carreador, provavelmente deve ser cana. Esse aqui... aliás, pasto. Esse aqui, esse deve ser cana porque você ainda vê alguma coisa, né. Agora esse aqui, esse aqui não dá para ver nada.

Aline: esse aqui, então, por exemplo, tudo é cana para cá assim, né, oh... porque está tudo cheio de carreador.

Alexandre: é, tudo cheio de carreador.

Aline: agora aqui não, né, oh, aqui já deve ser pasto.

Alexandre: aqui já é pasto. Quanto mais perto dessas áreas de preservação permanente aqui, oh, mais pasto deve ter. Oh, aqui já é cana, tá vendo, oh: a cana já chega na beirinha da mata. Esse lado é pasto.

Aline: e para cá também deve ser pasto.

Alexandre: é, aí é divisa de Lucélia, deve ser esse córrego aqui. Depois tem uma parte de divisa seca... que é uma confusão danada, aih volta de novo nesses córregos aqui, oh, tá vendo? Essa divisa...

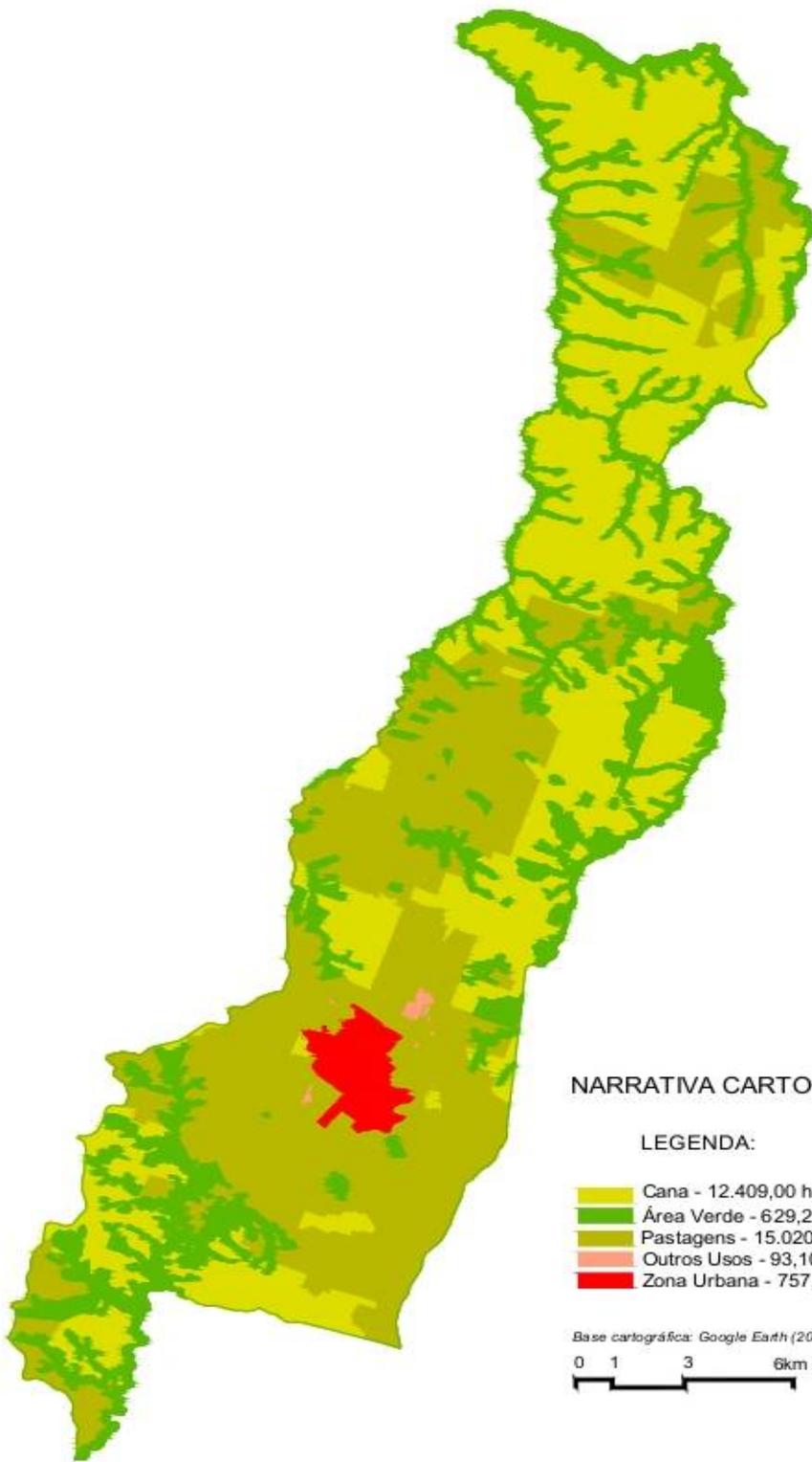
agora vamos ver, aqui a usina... aqui, não... aqui não dá para ver o que é que é, mas tem alguma coisa aqui.

Aline: então, esses aqui está tudo com cara de ser pasto, né, oh...

Alexandre: aqui é o Mil Alqueires. É, aqui já é tudo pasto.

Aline: aqui também, né, oh.

Alexandre: é, esse também é pasto.

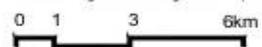


NARRATIVA CARTOGRAFICA ALEXANDRE CASTILHO (2012)

LEGENDA:

- Cana - 12.409,00 ha
- Área Verde - 6.29,22 ha
- Pastagens - 15.020 ha
- Outros Usos - 93,10 ha
- Zona Urbana - 757,90 ha

Base cartográfica: Google Earth (2012)



Desse modo, Alexandre nos informava: “*todo esse verde neste tom mais escuro, você pode marcar como mata ciliar.*” ou “*esse verde mais clarinho aqui é cana*”. No que concerne aos interesses desta pesquisa, o dado mais intrigante foi quando não conseguimos, por meio dessa imagem, discernir onde estavam as plantações de café, caqui, seringais e outras culturas minoritárias no município, pois suas cores não se destacavam da imensidão de canaviais e pastos que os mapas apontavam. Assim, tomamos como referência a hegemonia da agroindústria canvieira e a pecuária a sua afirmação “*nem dá para discernir*” de tão pequenas que são as demais produções. A dificuldade em inseri-las no mapa é análoga à dificuldade que estes pequenos produtores tem em fazer frente à cultura majoritária e colonizadora.

Outro dado importante que traz esse mapeamento atual é a questão do processo de concentração fundiária ocasionada pela monocultura da cana. No período anterior era possível manter uma pequena produção, pois que a cafeicultura era um modelo de desenvolvimento econômico que se fazia também pelas culturas intercalares. A cana-de-açúcar esgota o solo de maneira que não é possível e nem aconselhável plantar ao seu redor. Esse processo impossibilita que famílias continuem sua reprodução social no campo, pois que da terra extraíam sua subsistência e agora esta terra transformou-se em canavial, que destruiu, inclusive suas casas, suas cercas, suas benfeitorias – processo que ocorre quando a usina compra ou arrenda a terra de terceiros.

Essa destruição de objetos da memória – casas, currais, árvores, cercas – é um processo de homogeneização total. Ao observar atualmente a paisagem rural, apenas os “carreadores” interrompem a visão monótona do canavial. Apenas os carreadores dividem a terra e nem sempre eles demarcam divisão da estrutura agrária, pois sua localização é meramente para atender a circulação de máquinas e homens das usinas. Essa questão será melhor trabalhada na seção a seguir. Também é possível, por meio desse mapa, visualizar o recente processo de desmembramento do município, com a municipalização de Pracinha-SP, processo já discorrido neste texto, na seção 1. É possível verificar, por meio da comparação entre os dois mapeamentos, a ausência de terras pertencentes ao município na região sul, que atualmente é jurisdição de Pracinha-SP.

Já nos mapas a seguir “Narrativa Cartográfica Tamatsu Itikawa, 2012” e “Narrativa Cartográfica Taiji Teshima, 2012”, nós apresentamos as visões, também diacrônicas, de dois

quitandeiros de Lucélia. O primeiro, “Narrativa Cartográfica Tamatsu Itikawa, 2012”, apresenta as memórias de Tamatsu Itikawa, meu avô, que possuía uma quitanda nas décadas de 1960, 1970 e 1980 que conseguiu comprar graças à boa safra de algodão que conseguiu em seu sítio. Nesse mesmo período, ele também era uma das lideranças da comunidade *nikkei*.

Aline: e no *kaikan* também nessa época tinha bastante, não tinha?

Di: ah, tinha, cada sessão que *nihonjin*... tinha uma... cada bairro, *nihonjin* esforçou e levantou *kaikan*...

Aline: quantos *kaikans* tinha?

Di: ixe, se contar... daqui pra lá acho que um Balisa, Três Boteco, acho que dois, né... Pracinha... é, *kaikan* acho que é três para o lado de Pracinha.

Aline: e para cá?

Di: para cá é...

Aline: Mil Alqueires tinha?

Di: Mil Alqueires *nihonjin* não era muito. Ah, Salvação...

Aline: Salvação tinha?

Di: Salvação tinha... *tinha kaikan, tinha bastante nihonjin*.

Aline: e hoje, onde está?

Di: *nihonjin*?

Aline: é.

Di: hoje o pessoal a maioria foi São Paulo, Mato Grosso e Paraná.

Aline: e nessa época todo mundo trabalhava com lavoura?

Di: é, tudo...

Aline: plantando o quê?

Di: algodão e amendoim... algodão, amendoim e algum é café.

Aline: e *ditian*, por exemplo, se lembrar assim, onde era o sítio do Nori Ochan

Di: Nori Ochan, aqui do caminho que vai para Pracinha, ali no Três Botecos.

Aline: e do Kuboki? Onde era a fazenda?

Di: fazenda... aqui no Adamantina

Aline: não tinha em Lucélia?

Di: Lucélia tinha bastante sítio, não chega a fazenda, acho que 50, 100 alqueires, assim... acho dois ou três lugares tinha, acho que não... fazenda precisa ser 100 alqueires para lá, né, então acho que tinha 50, 60...

Aline: e Gushiken?

Di: Gushikenwa... aqui... pouco chácara, cafezal...

Aline: ahn, aonde era?

Di: como chama, hein? Para cá de Mil Alqueires... ali, para cá, não sabe como chamava, para cá tinha bastante *nihonjin* também, onde T. T.-san morava, mais para cá.

Aline: Salvação, perto de Salvação?

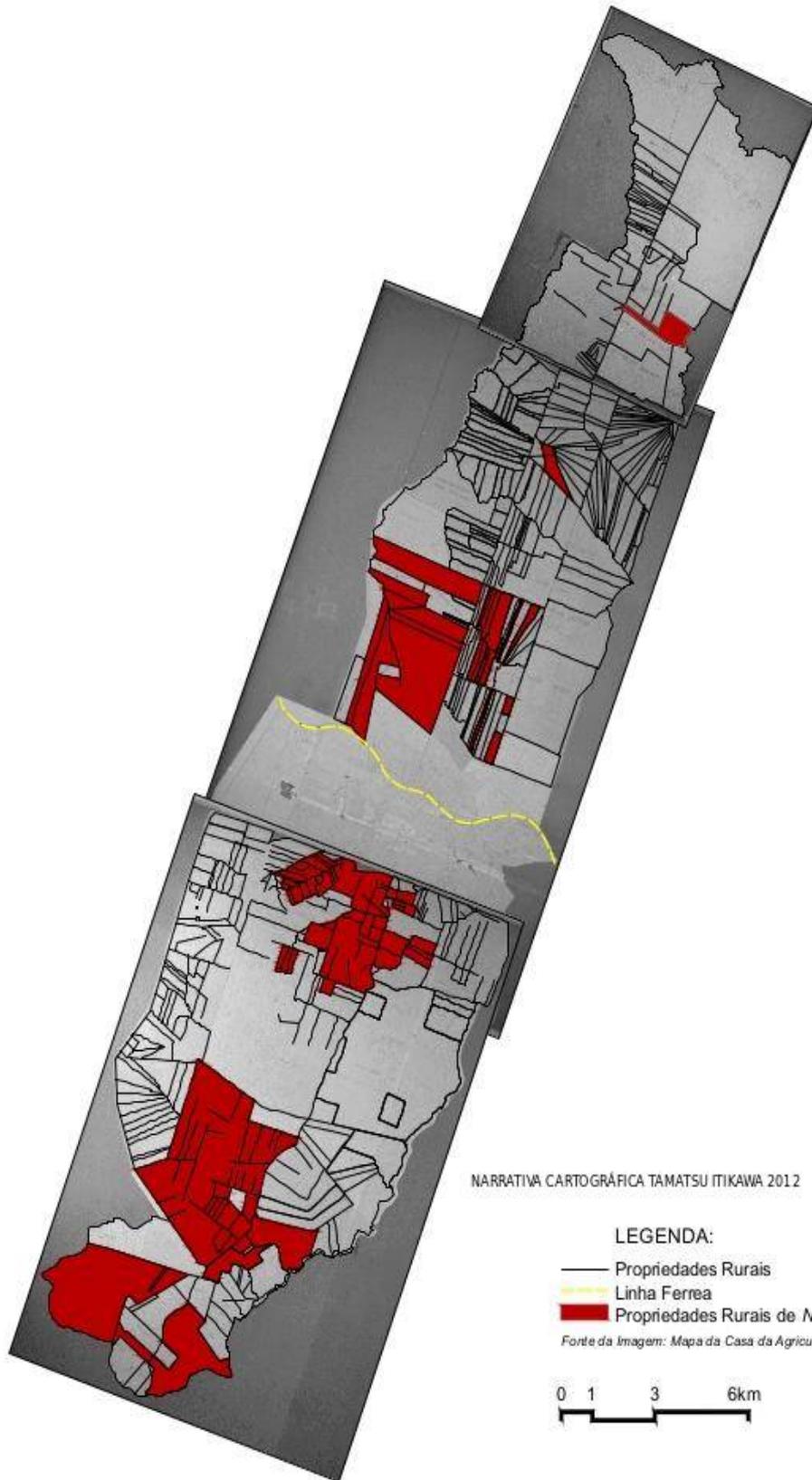
Di: é...

Suas memórias evidenciam as regiões de concentração de sítios e chácaras pertencentes a membros da comunidade *nikkei* e explicam a importância do papel das redes na constituição da paisagem agrária no município, uma vez que a dispersão dessas unidades pelo território do município se fazia de maneira relativamente organizada.

É interessante notar como a tese de Vieira (1973) pode ser observada neste caso também, uma vez que o cruzamento das informações deste mapeamento com as de Júlio

Krinski nos mostra que basicamente os *nikkei* estavam organizados para a produção de amendoim e algodão. No capítulo anterior discorremos sobre a importância da produção algodoeira no Brasil para a economia japonesa. Pode-se ver que os *nikkei* que moravam em Lucélia também não escapavam a esta estratégia japonesa e tinham suas propriedades concentradas em regiões de produção de algodão.

Outra questão que também será melhor trabalhada na seção posterior é a questão dos *kaikan*. Meu avô, ao relatar onde estavam localizadas as terras de seus colegas, lembra-se primeiro da localização de antigos *kaikan* e dizia: “tinha bastante *nihonjin*, aí tinha um *kaikan*”. O desaparecimento de alguns bairros acompanha a aniquilação do modo de vida rural *nikkei*. Processo que também é acompanhado pela diminuição dos números de *kaikan* no município, bem como na diminuição das atividades do único *kaikan* que existe até os dias atuais.

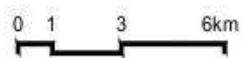


NARRATIVA CARTOGRÁFICA TAMATSU ITIKAWA 2012

LEGENDA:

- Propriedades Rurais
- Linha Ferrea
- Propriedades Rurais de Nikkōis

Fonte da Imagem: Mapa da Casa da Agricultura (1962) - Juli



No mapeamento 4, “Narrativa Cartográfica Taiji Teshima, 2012”, nós apresentamos as memórias de Taiji Teshima, que atualmente possui uma quitanda e que também é uma liderança na comunidade *nikkei*. O contraste entre os dois mapeamentos explicitamente demonstram a dispersão dos japoneses pelo município e o gradual escasseamento de suas propriedades ao longo do tempo. Apesar de importante liderança da *Seicho-no-ie* de Lucélia, com atividades que porventura implicam em idas às casas de colegas, Teshima teve dificuldades em lembrar-se e apontar onde estão as terras dos japoneses atualmente. “*A maioria já foi embora*” era uma sentença que ele repetiu diversas vezes conforme ia forçando sua memória. Apesar do esforço, conseguiu apenas pontuar vagamente propriedades que sabia que eram de japoneses, algumas ele se lembrava o que esses sujeitos produziam. Na maioria, eram terras arrendadas para cana ou abandonadas.

Aline: Odissan, onde é que fica o sítio do Júlio Vergílio¹⁰⁷, mais ou menos assim...

T. T.: Júlio Vergílio? Passa na frente da minha casa e fica entre Lucélia e Inúbia Paulista.

A.: e do... e a granja¹⁰⁸, odissan? Como é que faz para ir lá na granja?

T. T.: Granja? Sobe o Queirós na estrada de Mil Alqueires, subiu e já tem uma estrada que abriu agora, está abrindo, aí entrou e já vê a Granja lá em cima, num lugar alto...

A.: e é estrada de terra?

T. T.: Terra...

A.: e o sítio do O.-san?

T. T.: O.? Pega esse estrada de Santa Maria, avenida Santa Maria, não, avenida Rennó...

Aline: e aí anda mais ou menos quantos quilômetros?

T. T.: sobe aquele pontilhão grande, alto e vai reto. Depois, mais ou menos, três, dois... dois, três quilômetros já numa curva assim tem pé de caqui. Então não é difícil chegar ali.

Aline: e o do... e esse Toshiaki? Do Toshiaki?

Obasan: Toshiyuki, Toshiyuki...

T. T.: esse aí pega a estrada do usina e subiu, antes de subir no segundo... sobe, depois tem plaininho e depois já pega o sítio dele do lado direito, tem bastante pé de coqueiro beirando a pista.

Aline: e do Aurora Yamada é já...

T. T.: Ah, do Aurora, aí fica fácil, passou Lucélia Turismo, já tem um portão ali que entra reto.

Aline: e esse, onde é que era esse sítio que o Odissan falou que era do meu ditian? Do Hasegawa, lá do pé de manga...

T. T.: não tem aquela mangueira lá em cima? Chegou ali, pega a esquerda, lado esquerda da pista, a estrada está bom, aí desceu lá, aí já pega entre Fazenda Califórnia... não, acho que é Arapongas... pega a divisa de Lucélia e Inúbia. Aí pega essa estrada, vai retinho, lá embaixo!

Aline: e a colônia Salvação?

T. T.: Colônia Salvação tem que pegar o Queirós, a estrada.

¹⁰⁷Ponto de referência que ele havia mencionado anteriormente. Vizinho desta propriedade estavam localizadas algumas propriedades de *nikkeis*.

¹⁰⁸Idem nota anterior.

Aline: a mesma que vai para a Granja?

T. T.: é, aham...

Aí vai uns quatro quilômetros, aí lado direito Fazenda Recreio e lado esquerdo.

Aline: e do Kawashima?

T. T.: Kawashima é em frente ao Posto de Sementes, lá no frente, passou o Posto de Semente, primeiro lado na entrada.

A comparação entre as duas memórias cartografadas, ou entre as duas narrativas cartográficas, permite que visualizemos o processo de esvaziamento do campo e a gradual perda de autonomia do modo de vida rural *nikkei*. Processo que se deu em menos de 30 anos e culmina atualmente com a homogenização da paisagem rural, tomada pela cana-de-açúcar e, nos locais que não interessam ao cultivo desta planta, resta a pecuária.

Por meio do conceito de acumulação via espoliação (HARVEY, 2005), é possível compreender que o processo de esvaziamento das áreas rurais do Estado de São Paulo, com o desaparecimento de bairros rurais étnicos e modos de vida rurais tradicionais, é a outra face da moeda da expansão do cultivo da cana-de-açúcar. A lógica da modernização concentradora atinge as diversas regiões do Estado em tempos diferentes, porém, de certa maneira, com a mesma violência e irredutibilidade. Se por um lado, diversos bairros rurais étnicos deixaram de existir pois seus moradores que lhe davam vida e dinamicidade foram morar em centros urbanos em busca de melhoria na qualidade de vida; por outro, também podemos compreender que este foi um processo forjado para que o capital tivesse para si a disponibilidade de terras e força de trabalho abundantes, que forcem o custo de produção a se manter baixo, aumentando a extração de mais-valia.

Assim, continuamos perseguindo os processos de espoliação e de aniquilamento de modos de vida que não se enquadraram na lógica da modernidade. Assim, poderemos qualificar ainda mais aquilo que já discurremos neste texto todo: o avanço do capital sobre territórios com devir especulativo.



4.2 ESQUECIMENTO: A ESPOLIAÇÃO DA MEMÓRIA E OS BAIRROS ÉTNICOS DESAPARECIDOS

O objetivo desta seção é apresentar as memórias de alguns bairros que deixaram de existir fisicamente. Apresentaremos depoimentos de ex habitantes e frequentadores destes bairros e fotografias que atestam a existência passada destes locais. Em muitas ocasiões, será possível perceber que, apesar do dinamismo desses locais, eles não resistiram ao processo de aniquilamento imposto por um novo modo de ocupação da terra e de uso do território: a urbanização e consequente concentração demográfica e territorial. Além da discussão acerca das implicações sociais e políticas do desaparecimento, discorreremos sobre o próprio processo de esquecimento como uma estratégia de aniquilamento de modos de vida. Os bairros desaparecidos que recordarei aqui neste trabalho são três: Balisa, Três Botecos e União pois, a respeito destes, consegui depoentes ainda vivos para contar suas respectivas histórias. Outros bairros também desapareceram no mesmo processo no município de Lucélia-SP, processo que, provavelmente, também ocorreu na maioria dos municípios que experienciaram a transição da cultura cafeeira, que implicava num modo de vida específico à agroindústria canavieira, que expõe as propriedades agrícolas de pequeno porte a vulnerabilidades maiores.

Quando decidi visitar e fotografar os antigos bairros, uma questão se colocou. Já que eu não sabia onde eles se localizavam: quem poderia me acompanhar? Perguntei a uma amiga, mas ela também não sabia o paradeiro desses locais – o que evidencia o apagamento desses espaços na memória dos habitantes de Lucélia – nas palavras dela mesma: *“Só um antigo vai saber onde esses lugares ficam. Com certeza o seu avô sabe.”* Pedi ao meu avô, então, que me acompanhasse na busca por esses bairros e saímos com seu carro à procura dos locais esquecidos. Este texto acompanha nosso trajeto.

Seguimos rumo ao bairro Balisa, localizado à beira do córrego de quem adquiriu o nome, que fica a aproximadamente 25km de Lucélia-SP. Na década de 1950, o município de Pracinha-SP pertencia a Lucélia, porém na década de 1990 ele foi desmembrado e municipalizou-se. Atualmente, ao sairmos de Lucélia em direção a Pracinha, percorremos uma estrada em condições regulares de manutenção – desde que não esteja chovendo muito, as pontes se mantêm em funcionamento, caso contrário, em algumas ocasiões, já precisei contornar o caminho indo pela estrada de Sagres, que aumenta em 40km o trajeto. Antes de chegarmos em Pracinha, paramos no bairro Três Botecos, fotografei a igreja abandonada e

uma construção que era uma antiga escola, depois passou a ser uma Associação de Produtores Agrícolas e agora está abandonada. Havia somente um senhor sentado em frente a essa construção, provável morador de uma casa que também fotografei. A única casa de muitas que havia lá, de acordo com meu avô.



Ilustração 27: Fotografia do campinho de futebol. Acervo pessoal. Jan/2013.'

Apesar do abandono das construções, um campinho de futebol bem cuidado evidenciava que algumas pessoas ainda frequentavam aquele local, mesmo que esporadicamente.



Ilustração 28: Fotografia da igreja abandonada. Acervo pessoal. jan/2013.

Além disso, as casas – prováveis sedes de sítios e chácaras localizadas nos arredores desse bairro – pareciam habitadas. Esse bairro é referência das entrevistas feitas com M. I., sobrinho de meu avô, onde ele morou durante muitos anos de sua vida e onde ficam atualmente suas terras.



Ilustração 29: Fotografia da Associação dos Produtores Rurais de Pracinha. Acervo pessoal. Jan/2013.

Apesar de ter morado muito tempo lá, M. quase não nos falou sobre como era o bairro antigamente. Também não encontramos moradores antigos desse local, o que torna difícil refazer uma narrativa acerca de como era a vida e a sociabilidade. No entanto, o mau estado de conservação dos prédios atesta o desuso em que eles se encontram. Além disso, em Lucélia e nos municípios da região – que passaram por histórias parecidas de transição da cultura cafeeira para a agroindústria canavieira – muitos bairros de outrora atualmente não existem mais. Tornaram-se locais com construções fantasmagóricas ou simplesmente se transfiguraram em canaviais. No caso do bairro Três Botecos, onde havia uma escola, uma igreja e era o ponto de sociabilidade dos moradores da região, atualmente só encontramos algumas casas dispersas e os prédios abandonados. Depois de fotografar esse cenário, eu e meu avô avançamos nosso percurso, em busca do bairro Balisa.

Depois de chegarmos em Pracinha-SP, atravessamos toda a sua principal avenida, que percorre praticamente toda a zona urbana do município e consiste em uma rua, com algumas casas comerciais, bancos, lotéricas, correios, cartórios, prefeitura, sorveterias, lojas de confecções, igrejas. Percorremo-na rua até o seu fim, que dava em uma estrada de terra que

leva ao bairro Pé de Galinha – onde antigamente existia uma grande colônia de japoneses, que foi citada na entrevista abaixo:

Di: sítio, primeiro *di* morou no Fazenda Monte Cristo, para lá de Pracinha. Lá também tudo *nihonjin*, brasileiro também tinha, mas mais *nihonjin*. Tem Fazenda Monte Cristo, tinha Rio de Peixe, Pé de Galinha e onde *di* tem sítio agora lá fala Macaco, ele fica deste lado, Pracinha fica no meio

A.: e lá é tudo *nihonjin*?

Di: Tudo *nihonjin*! Até 19... 1950, *di* ficou lá até 63, que veio pro Lucélia...

A.: e hoje em dia *di* sabe onde *nihonjin* está?

Di: ah... ficou tudo esparramado, bastante pessoal foi pro Paraná, Mato Grosso, São Paulo.

Aline: Foi para o Paraná fazer o quê?

Di: café.

Aline: e Mato Grosso?

Di: Café também.

Aline: e São Paulo?

Di: São Paulo é negócio. Feirante, São Paulo mais é feirante.



Ilustração 30: Clube de Jovens de Pracinha-SP - Pracinha Seinenkai. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.

Andamos 2km nessa estrada em direção a Adamantina-SP. Nessa ocasião, planejávamos atravessar a ponte que passa por cima do córrego Balisa e chegarmos em Adamantina-SP cruzando o bairro Pé de Galinha, onde também poderíamos fotografar outro bairro esquecido.



Ilustração 31: Clube Nipônico de Pracinha-SP. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.

Porém, como era janeiro, um mês de muitas chuvas, a ponte estava quebrada e não foi possível atravessá-la, nem a pé, nem de carro.



Ilustração 32: Fotografia da ponte quebrada. Acervo pessoal. Jan/2013.

Nas margens desse rio, o qual essa ponte atravessava, ficava localizada o Bairro Balisa.

Não havia nenhum tipo de construção que demarcasse alguma ocupação humana ali, nem vestígios delas. Em um descampado, onde hoje aparentemente funciona um depósito de ferro velho, meu avô contou que havia muitas casas. A única coisa que ele dizia, ao olhar a paisagem totalmente transformada era: “Mudou... *hidoi*”, o que em japonês quer dizer: terrível. Em sua expressão e em suas palavras era possível perceber o desolamento emocional ao ver o desaparecimento de tudo o que outrora ali houvera. Quem olhasse a paisagem dificilmente acreditaria que anteriormente houvesse ocupação humana ali.

Não restava vestígio algum dos tempos que Seu Jorge, ex morador, nos contou:

Aline - E naquela época, o senhor lembra como era o Bairro da Balisa, como era Lucélia?

J. C. - Então, o Bairro Balisa, ele era de significação ainda, trazendo as origens das pessoas, então as festas que se davam, a importância e até inversa, que na época, a Páscoa sendo mais importante que o Natal.

A. - Por que isso?

J. C. - Acho que porque o povo eslavo, ele traz mesmo já uma marca de um certo extremismo dramático, eles acham talvez que morrer é mais difícil do que nascer, ou mais importante, não sei exatamente, mas os dias de Páscoa eram grandemente comemorados isso de uma forma comunitária. A comunidade se reunia, estendia no gramado lençóis e forros e colocavam os alimentos para uso coletivo. Havia as tradições vindas do mundo eslavo, por exemplo, ovos pintados. Ovos de galinha, ovos de... daquelas galinha d'angola, são ovos rígidos, né... e... enfim, nós chamávamos de Páscoa... o próprio pão pascoal, era um pão doce. Dentro havia um sorteio, às vezes havia uma moedinha, quando a pessoa cortava, notava que foi premiada... e a recordação maior sempre foi com essas festas de Páscoa. Porque mais tarde até, pessoalmente devo ter influenciado, porque eu achava muito importante a comunidade ultrapassar o limite da família. Não vamos comemorar sozinhos, só a família. As famílias comemoravam. Tinha aproximadamente 150 famílias eslavas, da Bulgária, da Romênia, da Rússia, daquele enclave ali.

E eles, ao passo que parecem ser tristes e dramáticos, eles são muito alegres, eles dançam, cantam e bebem! [risos] então para efeito lá atrás, de DNA, de recordação, este aspecto ficaram na mente da gente por todo o tempo, e mais tarde num dos apegos pelo socialismo, a gente pensa nestas festas. Voltarmos a fazer festas autênticas, válidas, eu me lembro de uma frase que sempre me impressiona: “Festa que não presta”. É um absurdo, a festa deve existir quando eu estou são, quando eu tenho saúde, quando eu tenho até um dinheirinho, quando eu tenho alegria. Agora, fazer festa artificial, festa escorada na cocaína, escorada na bebida alcoólica, são festas que... [risos] e aquele período primeiro, da vivência na colônia, no Bairro Balisa, eles ficaram realmente memorados, as pessoas horas e horas, o dia todo, uma vez ou outra no outro dia também continuava a festa.

Neste trecho, Seu Jorge nos conta suas recordações sobre o bairros – que continuarão nos trechos a seguir, mas também se posiciona criticamente, como o faz em todos os seus depoimentos acerca das mudanças ocasionadas pelo processo de esvaziamento da subjetividade do homem burguês. De acordo com ele, as “festas que não prestam” são o verdadeiro retrato desse esvaziamento, da alienação trazida pelo capitalismo. A “festa artificial, festa escorada na cocaína” são festas que não têm cunho comunitário, não reforçam os laços sociais, muito pelo contrário, aumentam a atomização do indivíduo que busca somente a satisfação de prazeres momentâneos.



Ilustração 33: Córrego Balisa, década de 1940. Acervo E.E. José Firpo. Acesso em 13 de fevereiro de 2013.

Ele continua seu depoimento descrevendo mais o que entende sobre esse comunitarismo evidente nas festas do Bairro Balisa, novamente posicionando-se criticamente.

Era a comunidade no sentido comunista, não no sentido científico comunista, porque, não sei porque inverteu, porque dão prioridade para o aspecto econômico. O comunismo não é só o aspecto econômico. Não é “eu to com a mão no seu bolso e revistar você e dividir...” assim também com as minhas posses. O comunismo é essa festividade, é o sorriso de todos. Tem até um livro que me impressiona sempre que está escrito assim: “Os que riem e os que choram”. Então como é que nós fazemos uma sociedade em que o sorriso e onde alguém chora? Só se for pela ótica sádica mesmo...



Ilustração 34: Escola de Balisa. Sem data definida. Acervo E. E. José Firpo. Acesso em 13 de fevereiro de 2013.

é de suma importância hoje em termos de pensar em preservar o que já existia, o que nós já destruimos, né... a floresta.

Nós, por exemplo, falamos em Líbano, pensamos no cedro, nós tínhamos cedro, uma imensa quantidade de cedro, a ponto de sacrificarmos árvores e fazermos improviso de telhas com cedro, é uma madeira nobre, é uma madeira rara, porque com o calor ela não espanta e com o frio ela não encolhe. Então ela não dá goteira. Colocava uma tábuia com outra, não chovia nunca dentro de casa.

Arueira. A arueira é uma madeira quase que perpétua. Ela não enferruja, não apodrece.

Ipê... como é que tudo isso foi retirado do solo e hoje a cana chegou, toca fogo na cana. Os últimos remanescentes, nem os tocos se preservaram. Nada, nada, nada... então esse massacre realmente é doloroso e a gente sempre que haja qualquer manifestação de ecossistema, de ambiental, a gente está ligado a isso porque é a tragédia que nós estamos trazendo para o futuro.

E nós vamos nos omitir, até porque cadavericamente fica difícil de cobrar lá na tumba: “aí, safado, ô o mundo que você deixou!” não é dessa forma.... [risos]

Um dos elementos que esse trecho nos aponta é a questão da derrubada das florestas. Nos primeiros anos de ocupação da Alta Paulista, a Zona da Mata, como era conhecida pelos “desbravadores”, era uma densa e rica floresta¹⁰⁹. Continuemos com o depoimento de Seu Jorge, que continua nos falando sobre como era o Bairro:

¹⁰⁹Anteriormente já questionei a noção vigente da época de que era “desabitada”. Os *kaigang*, apesar de serem praticamente dizimados no processo de avanço da fronteira agrícola para o oeste do Estado de São Paulo, eram seus principais habitantes.

A. - e o senhor falou de comunidade nessa época da Balisa, de 150 famílias mais ou menos, né...

J. C. - aproximadamente.

A. - e hoje em dia essas pessoas, o senhor conhece?

J. C. - é...

A. - o que é que aconteceu com essas pessoas?

J. C. - é, pouquíssimas pessoas restaram, pouquíssimas famílias. A problemática houve... aí até de fundo realmente de curiosidade social para estudo: os demandantes, os migrantes europeus chegavam e se faziam possuidores do minifúndio. Minifúndio é uma pequena quantidade de terra, 5 alqueires era a cota, mas para derrubar essa mata precisava que entender minimamente, ou seja, o traçador, a serra, seja o machado. Mais tarde precisavam de máquinas mais complexas e isso envolvia, essa quantidade de terra não dão retorno para fazer investimento.

Então chamava-se minifúndio e o minifúndio, ele rapidamente foi se transformando em latifúndio, porque curiosamente nós aqui, brasileiros, comprávamos terra dos ingleses... a área aqui era propriedade dos ingleses, como eram concedidas essas propriedades, a origem dessas propriedades? Geralmente o roubo, a posse... então, a CAIC, que era a companhia inglesa agrária, de reformas, ela que vendia essas terra

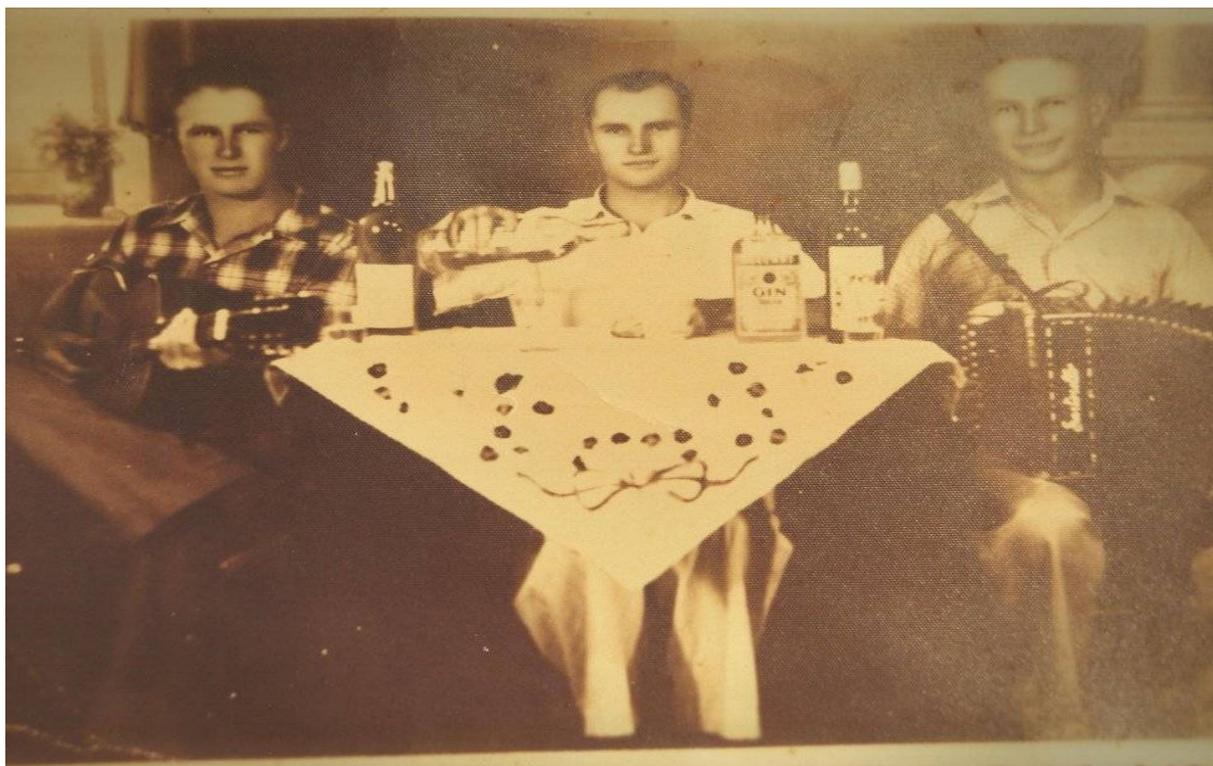


Ilustração 35: Fotografia Clube Balisa. Acervo E. E. José Firpo. Sem data definida.

aí. Aqui não é a Inglaterra, mas já começava por esse absurdo...

e as pequenas glebas de 5 alqueires, passavam para 10, passavam para 15. de repente, os grandes fazendeiros foram adquirindo esses pequenos lotes e as pessoas que já iam gerando os filhos, não havia campo para o trabalho. Porque a área rural, agrícola, ela sofreu também um massacre, uma tragédia. As terras foram utilizadas de forma irracional, de forma de depredação mesmo. Nós, 7 ou 8 anos, percebíamos numa terra que produzia 450 arrobas de algodão, caía para 120, 150...

porque era cultivada pela ótica quantitativa: “eu tenho a terra aqui, quando ela não produzir mais eu tenho mais terra ali, eu só mudo de lugar e vou predando.” fazendo dessa forma predatória. Como todo o Brasil foi feito dessa forma, né. O bandeirante e o pioneiro norte americano, eles têm uma diferença que fez a diferença das nações.

O bandeirante chegava e dava um tiro no índio para tentar roubar áreas de minas, de minérios e o pioneiro norte americano chegava e se estabelecia com a família. O chefe da família e geralmente constituía um núcleo protestante mais provocado, mais exigido porque saía do mundo hegemônico católico da Europa.

E nós vimos o minifúndio se transformando em latifúndio e não havia mais espaço nem produtividade no campo para reter essas pessoas, para elas continuarem e mais recentemente nós vimos esse *exodus*, que equivale a um *tsunami*. As pessoas da área rural vieram em massa para a área urbana. Nós invertemos: nós tínhamos num determinado momento X, lá uma data flutuante, 20% das pessoas nas cidades. De repente, 80% das pessoas do Brasil estão nas áreas urbanas. Isso resta 20%, quando isso, na zona rural.

Então há uma inversão muito grande, muito grave. E essas famílias, elas se diluíram, vindo para essas cidades maiores, à procura de trabalho praticamente aos filhos, né. Os velhos já, entre aspas “sucateados”, eles não tinham muito o que esperar das cidades. E chegando nas cidades, as tragédias que nós vemos destes re-migrantes, que vieram da Europa para uma área e depois dessa área tem que voltar para a área urbana e não se adaptam bem.

Então a gente liga o rádio e vê a música sertaneja lá se reportando a isso, a dificuldade da pessoa da zona rural em se adaptar à cidade, a saudade lá do animal dele, do espaço, essa coisa toda. Então foi um processo acelerado, nós não tivemos tempo de fazer um, uma passagem de uma situação para outra e ficou esse esse traumatismo de as cidades se transformarem num antro de violência porque constituída de pessoas violentadas, né... já a remanescência do escravo, moreno, pardo, o cidadão e ainda esses migrantes forçados do campo.

Aqui em Lucélia eu vi uma cena que ela é emblemática e ela responde por todo esse universo aí.

A. - Lucélia?

Lucélia. Eu passava ela estação ferroviária, porque eu morava em uma vila e a estação ferroviária havia aguardando o embarque imensas pilhas e pilhas de tora, depois de fardos de algodão beneficiado que iam para São Paulo. Amendoim, diversificação de produção. Passados uns decênios, a última vez que eu prestei atenção no pátio da estação havia o contrário. Chegando dos grandes centros vagões e vagões de adubo [...], grandes multinacionais. Então a terra não aguentava mais, a terra estava precisando de um ressuscito, de uma forma de recolocá-la em condição produtiva. Aí vem o custo elevado, aí vem a inviabilidade de vários setores que se faziam clássicos na agricultura. Aí terminamos 2012 com a monocultura da cana que é um tragédia só prorrogada, porque é um desastre a monocultura, sempre é.

O Brasil hoje é milho, soja, cana e minerais. E a desindustrialização em ritmo aceleradíssimo, nós estamos rodando para trás, literalmente. Mas é isso o que tem que acontecer. Nós tivemos que demandar os setores urbanos com tantas e tantos milhões de famílias no Brasil.

Neste último trecho, já tratando das mudanças infringidas nesses imigrantes pelo processo de urbanização, Seu Jorge nos levanta também a questão da presença de capitais estrangeiros na expansão para o Oeste. Muitas dessas empresas foram responsáveis tanto por organizar a vinda dos imigrantes ao Brasil – as empresas de colonização, como as japoneses – quanto elas também eram verdadeiros agentes de especulação de terras, agindo como compradoras, loteadoras, e revendedoras dessas terras.

Seu Jorge também fala do “re-migrante”, aquele que tem a necessidade de novamente migrar por conta das circunstâncias desfavoráveis. De acordo com ele, a viver novamente o processo de mudança para um novo modo de vida impõe a essas pessoas fraturas emocionais.

Se a primeira mudança – da Europa ao Brasil, já colocou imensos conflitos, novamente esses imigrantes são forçados a reestruturar suas famílias em um novo ambiente: o urbano, mas não me atarei nesta discussão por ela extrapolar o tema desta pesquisa.

Retornando à descrição do trajeto que fazia com meu avô em busca dos bairros desaparecidos, depois de desistirmos de atravessar a ponte, voltamos à zona urbana de Pracinha e atravessamos novamente Lucélia, agora no sentido norte e fomos até o bairro Salvação, percorrendo uma estrada de asfalto, por uns 7km. Não havia nada, porém. A diferença com o bairro Balisa é que no Salvação, não havia nem rio para demarcar sua existência. Toda a ação humana também foi destruída, não ficou nada para marcar a antiga existência de um bairro. Tudo virou canavial. Se meu avô não soubesse e não estivesse comigo, eu não seria capaz de enxergar nenhuma diferença entre os bairros.



Ilustração 36: Fotografia atual, bairro Salvação. Acervo pessoal. Jan/2013.

T. T., um dos interlocutores dessa pesquisa, ex morador do bairro, onde havia uma grande colônia de japoneses, contou-nos como era o bairro antigamente:

Aí achou [terra] aqui em Salvação para derrubar mato, era tudo mato, e formar café.
5 anos.

Aí começou.

Aquela época, Salvação tinha mais era nihonjin, não era?

Então, naquela época tinha 17 famílias.

Só japoneses?

Hum.

E aí, o *odissan*¹¹⁰ chegou no Salvação com 11 anos?

É, só trabalhando.

No café?

É. derrubar mato, plantar café.

Depois ia no *nihongakkou*¹¹¹.

Tinha *sensei*¹¹². *Gakkou*¹¹³.



Ilustração 37: Fotografia do sítio Nakahori, bairro Salvação. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.

E não ia no escola de brasileiros?

Ia.

também?

Hum.

Depois ano de 53, estudou aqui no Primeira Escola¹¹⁴.

Ah, veio para cá?

Hum. [Sim]

Aí mudou para a cidade?

Não. Vinha a pé. Mas foi duro, hein. Saía 5h de lá.

Do Salvação?

Hum. Vinha a pé. Aí, mais difícil, sabe o que é que era?

O medo, no escuro, para andar sozinho.

110 Termo nativo para designar “senhor”.

111 Termo nativo para designar “escola de japonês”.

112 Professor.

113 Escola.

114 Escola municipal de Lucélia-SP, que fica localizada na zona urbana do município, distante do Bairro Salvação.

Aí tinha, andava 2km, aí tinha mais amigo que vinha junto.

Ah, a hora que saía ainda era escuro?

É, a gente saía no escuro!

Aí sabe o que? Onde que tinha medo para passar?

Tinha 1km de trilho no meio do mato...

Só árvore?

É, tinha aberto trilha assim. Chegava morria de medo. Se não ia, papai ficava bravo.

[risos] Aí entrava no mato lá, corria, corria... todo dia de manhã até acabar de sair do mato..

ai saía do mato, andava uns 200 m e tinha um amigo, aí já vinha todo dia.

[...]

Neste trecho, T. T.-san¹¹⁵ nos conta brevemente as dificuldades que tinha para estudar. Assim como em outros depoimentos de outros interlocutores, as lembranças antigas remetem a tempos difíceis para os estudos. Longas caminhadas, temporais, estradas em péssimo estado de conservação eram obstáculos que foram se colocando aos jovens cujas famílias valorizavam os estudos, no caso, praticamente todas as famílias japonesas do período apostaram nesta estratégia para a ascensão social e as dificuldades para isso colocaram a mudança para a cidade como uma forma de sucesso, ou como a única saída para que conseguissem estudar.

115A inserção do sufixo *-san* aos nomes japoneses é sinal de respeito. É análogo a chamar um senhor de idade, ou alguém hierarquicamente superior, de “Senhor T. T.”.



Ilustração 38: Sítio Nakahori, bairro Salvação. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.

R. U., que será mencionada no depoimento de T. T. mais abaixo, fala-nos também de como era a vida no bairro:

E tinha bastante japonês?

Era a maioria. Porque era Colônia de Salvação. Lá, quando era imigrante, era tudo japonês naquela época. Porque meus pais chegaram do Japão e foi um dos imigrantes, então tinha mais *nihonjin* do que *gaijin*. [...] eu mudei com 5 anos para Salvação.

Fica onde?

Fica aqui em Lucélia mesmo, na colônia. Daqui 6km.

Ah, é um bairro?

É, um bairro.

E aí ia na escola em Salvação?

Isso.



Ilustração 39: Escola do bairro Salvação. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.

E era escola de brasileiro ou japonês?

Brasileiro.

Eu ia no brasileiro e manhã, à tarde ia no japonês, *nihongo*.

E voltava para casa para almoçar?

Bentou.

Minha mãe fazia *bentou* e a gente levava.

E *obassan* lembra quando começou a trabalhar?

Eu nunca trabalhei na minha vida. [risos] Porque aqueles tempos, eu casei com 19 anos, meu pai mudou para a cidade, ficou uns anos sem trabalhar, depois comprou um bar, mas eu quase não ajudava também. Eu continuei estudando até quarto ano, fiz até a segunda série, uma coisa assim. Depois...

Por que é que família da *obassan* mudou de Venceslau para Salvação?

Ah, por causa que lá em Venceslau trabalhava como empregado e aí tinha um meu tio que morava em Salvação e ele que chamou para mudar para Salvação que tinha terreno para comprar. Porque já tinha um... deixa eu ver, fazia uns 5 anos que morava lá em Presidente Venceslau, depois que chegou do Japão e deu para ganhar um pouquinho de dinheiro para comprar sítio, já. Então eles compraram um pedaço de terra, né, porque a família era muito grande. [...] meu pai tinha 3 irmãos, tinha *ditian* e *batian* e são em quantos? 3, 4 com meu pai, 6 com *ditian* e *batian*... [...]7 com minha mãe.

Tudo morando em Venceslau?

Na mesma casa, chegou do Japão e veio tudo junto.

Do *Nihon* já veio direto para Venceslau?

É, já veio direto para Venceslau.

Mas aí foi trabalhar no quê?

Na roça.

De quê?

Era plantação de algodão...[...] Eu sei que tinha variedades de colheita daquela época, era muito amendoim, algodão... pelo que eu sei, né... porque eu era pequena ainda.

[...]

E em Salvação comprou sítio e plantava o quê?

Plantava batatinha, algodão, café, mais era cafezal.
Não sei se plantava amendoim também.

Posteriormente T. T.-san nos contará pormenores do Bairro, antes é necessário fazer um esclarecimento: em diversos momentos, sua narrativa “mistura” palavras em português com estruturas gramaticais e palavras em japonês. Quando isso acontecer, traduzirei o conteúdo completo em nota de rodapé:

E odissan lembra como que era gakkou?

Gakkou era bom, naquele tempo... [...] mas nós apanhava, hein, apanhava, apanhava... porque a gente brincava muito na sala de aula... [risos]
[...]



Ilustração 40: Clube de oratória de Salvação. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Acesso em 20 de março de 2013.

Como que papai descobriu que tinha terra aqui no Salvação?

Através do amigo. Meio parente. [...] Então lá *nihongakkou*¹¹⁶ era bom. *Sensei*¹¹⁷, mas educação de *sensei* foi muito bom demais. A gente aprendeu muito. [...] Olha, naqueles tempos, a gente ia para o cinema, *sensei* falava: “Leva bala no bolso, *balawo tabettara*, *kamiwo* bolso *ni*... não pode jogar nem na rua! Ponha tudo no bolso¹¹⁸” *dakara chiisai toki*¹¹⁹ a gente aprendeu, hoje não consegue jogar nem um pedaço de papel nem na rua! [...] *dakara*¹²⁰ eu acho, *burajiru demo ne, kyouiku*¹²¹,

116Escola de japonês.

117Professor.

118“Depois que comer a bala, coloque o papel no bolso.”

119Então desde pequeno...

120Então.

121Mesmo no Brasil, a educação

educação, *chiisai tokikara*¹²².

Motto kibishiku na¹²³, **muito largado aqui**¹²⁴...

Muito largado... olha, aí, ano... *seinenkai demo sou you*¹²⁵.

Bastante coisa. Porque nós, *asokou de*¹²⁶, Salvação *dene*, tinha 47 jovens e moças naquela época. Aí tinha Salvação *Shokuminkai*, tipo ACEL, *bunkyou, nihonjinkai, joseinenkai*, seichonoie seinenkai e Salvação seinenkai. Então Salvação Seinenkai jogava beisebol.

Agora seichonoie já, reunião de estudar. E mesmas pessoas!



Ilustração 41: Jovens da Seicho-no-ie na colheita de algodão em Salvação. Sem data definida. Acervo A.C.E.L.. Aceso em 20 de março de 2013.

E *odissan* lembra que famílias moravam em Salvação? Ainda estão aqui em Lucélia?

Aqui? só... Rei-chan. [...] Reiko-chan e Nakahori-san, Jorge, só.

E os outros foram para onde?

São Paulo.

Fazer o quê?

Trabalhando lá. [...] Comércio, uns feirantes, outros empregado, mecânico. Tá aposentado, tá tudo bom.

E por que não existe mais Salvação?

Porque mudou tudo.

O que mudou?

Vendeu e saiu.

Lavoura de café acabou.

Por quê?

Entrou doença.

Em que ano mais ou menos *odissan* lembra que *nihonjin* começou a sair?

Olha, *nihonjin*, anos 60... 57, 58 já começou a mudar. Mudar para São Paulo.

E *odissan* saiu e lá quando?

Eu? eu saí para meu sítio foi em 86. Para o lado da Vila União.

122Desde pequeno.

123Mais rígido.

124Palavras de meu avô, que também estava participando da conversa.

125No clube de jovens também era assim, viu.

126Lá.

Andamos mais uns 3km e chegamos ao bairro União. Havia um prédio abandonado onde antigamente funcionava uma máquina de beneficiamento de arroz e mais adiante alguns botecos e armazéns ainda em funcionamento, do outro lado da pista. Foi neste bairro que se especializava o depoimento de T. T.-san:

E nessa época odissan já estava casado?

E quando eu separei, eu tinha 6 filhos, lá da Vila União, 5h30 todo mundo. [...] todo mundo pegava uma enxadinha pequeno para trabalhar na roça. 6, 7 anos.

E depois para vir na escola, que era difícil, dia que chove!

Dia que chove!

Acho que mais de 30 dias que choveu!

No escuro, de manhã cedo. Sapato na mão, vinha a pé lá da Vila União, córrego da Égua.

Neste mesmo lado, havia também uma escola abandonada. Meu avô quis voltar por



Ilustração 42: Ilustração 76: Escola abandonada, bairro União. Acervo pessoal. Jan/2013.

uma antiga estrada de terra que ele conhecia, dizendo que passaríamos por dentro do bairro

Salvação, porém acabamos nos perdendo e percorremos 20km numa estrada de terra de péssima qualidade. A roda do carro fazia um barulho que começou a me preocupar e ameaçava chover. Meu avô começou a ficar ansioso e me dizia para andar mais rápido, porém o barulho que a roda do carro fazia me passava a impressão de que ela estava se soltando e temia que capotássemos, pois o som era de que um parafuso havia se soltado. Ao mesmo tempo em que não podia correr muito, corríamos o risco de, se demorássemos a achar uma estrada de asfalto, pegar chuva e ficarmos encalhados. Começou a pingar a chuva, mas em 2km encontramos o asfalto. Ficamos ambos bem aliviados e levamos o carro direto ao borracheiro. Apesar de termos conseguido encontrar os bairros desaparecidos, os trajetos não foram fáceis de serem percorridos, nem na ida, nem no retorno. As estradas, como antigamente, continuam em péssimo estado de conservação e passam a ideia de que esses locais encontram-se, até hoje, isolados espacial e temporalmente. Alguns porque ainda conservam as formas fantasmagóricas de um passado que nos assombra, outras porque simplesmente tornam difícil acreditar que realmente algo se passou ali, como se fosse criação da imaginação os depoimentos sobre os bairros, as fotografias e as memórias. Fantasmas, pesadelos, ilusões, esquecimento, isolamento, aniquilamento e desaparecimento são elementos que acompanharam percurso dessa busca. Sou de uma geração que não viveu na época em que esses locais eram vivos, para meu avô, visitar o desaparecimento de toda uma época provavelmente foi uma experiência muito mais dura, terrível e inominável.

4.3 MEMÓRIA, TERRA E ESQUECIMENTO: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DAS MUDANÇAS DO MODO DE VIDA RURAL EM LUCÉLIA

“Memória”
*Quero saber como se vê o mundo
 me esqueci de sua forma,
 de sua insaciável boca,
 de suas destruidoras mãos,
 me esqueci da noite e do dia,
 me esqueci das ruas percorridas.*¹²⁷

*'Meu pai contou para mim,
 Eu vou contar para o meu filho.
 E quando ele morrer?
 Ele conta para o filho dele.
 É assim: ninguém esquece.'*
*Kalé Maxacali- Índio da aldeia de Mikael (MG)*¹²⁸

De acordo com Pollak (1992) “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (p. 204) O autor relativiza o estatuto de verdade de algumas versões históricas, colocando a ênfase na experiência para explicar as razões de existirem tantas versões: “Acredito que a única coisa que se pode dizer é que existem cronologias plurais, em função de seu modo de construção, no sentido do enquadramento da memória, e também em função de uma vivência diferenciada das realidades.” (p. 210)

Não é coincidência que grande parte dessas versões atestam o heroísmo e protagonismos de membros das elites locais e obscurecem a participação das “pessoas comuns” nos acontecimentos relevantes destas localidades. Esse processo pressupõe a valorização de certos acontecimentos em detrimento de outros, bem como de certas figuras ou personagens em detrimento de outras. Nessa composição enviesada da narrativa histórica de uma localidade, as pessoas comuns, os trabalhadores, as crianças, os velhos, as mulheres, os imigrantes, as minorias de uma maneira geral não aparecem nas narrativas históricas, são

127cf.: http://espn.estadao.com.br/post/299707_a-historia-de-uma-mulher-valente-e-a-omissao-de-havelange, acesso em 20 de fevereiro de 2013. poema de Ana Maria Ponce.

128cf.: http://espn.estadao.com.br/post/294413_memorias-do-chumbo-o-futebol-nos-tempos-do-condor-chamadas-argentina-chile-uruguai-e-brasil, acesso em 20 de fevereiro de 2012.

inexistentes, o que é algo além de serem “esquecidos”. Simplesmente não existem histórica, política e socialmente.

Como uma resistência a esse processo de obliteração social e aniquilamento político, recorri à metodologia da História Oral, bem como às discussões que atestam a legitimidade do uso das memórias individuais como recurso da construção de uma narrativa histórica. A consequência política e ideológica dessa escolha é a promoção, a valorização e o empoderamento de visões de mundo que tradicionalmente, pela historiografia oficial, foram deixadas de lado, obscurecidas pelas memórias – impositivas – dos grupos hegemônicos. Como transpor, então, as barreiras do esquecimento? Como interpretá-lo?

Em realidade, o que ocorreu com os bairros étnicos em Lucélia-SP foi um processo de espoliação da memória. O capital, ao avançar por esse territórios, destruindo cercas, casas, escolas, ruas, estradas e pontes fez desaparecer a memória do lugar, a memória física materializada nos objetos. Esse processo desencadeia o desaparecimento de um tempo e espaço e, portanto, de um modo de vida e de um mundo possível. Por meio do esquecimento, o capital aniquila o passado e deixa os idosos órfãos de suas memórias. Esse processo também implica numa des-historicização do presente, que coloca às gerações mais jovens uma memória imediatista e utilitária ao capital.

Percorrer o trajeto em busca dos bairros permitiu o acesso a memórias destruídas e rompeu com um ciclo de apagamento e aniquilamento. Essa ruptura aconteceu em dois sentidos: apontando para o passado, recuperando a consciência das próprias tradições, e apontando para o futuro, pois articula o passado e o tradicional a um contexto de resistência à homogenização no presente, forjando estratégias calcadas na identidade étnica para o posicionamento crítico à cultura hegemônica. Finalmente, o ciclo se fecha com a transmissão das memórias para as novas gerações por meio desses registros feitos, no contexto das transformações em curso. Assim, a memória intensifica as marcas identitárias, uma vez que reforça os signos internos coletivamente compartilhados, até mesmo aqueles que atualmente não existem mais. Mesmo que atestando o desaparecimento destes bairros, a memória de meu avô desse tempo “esquecido” ainda estava viva e pode ser contada. Não me atarei nesta discussão acerca da importância da memória e do trabalho com a história oral pois em outras partes da dissertação ela já está feita, caminho agora para as implicações do esquecimento.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo

tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 5)

Quando, porém, as lembranças não são contadas, as experiências do passado deixam de existir simbolicamente, deixam de ter importância e passam a ser o alvo mais fácil do aniquilamento social provocado pelo avanço da lógica capitalista, o que significa um processo inexorável de destruição propriamente dita do passado e da possibilidade de qualquer resistência social ao processo de colonização capitalista. A dor do esquecimento, calada, emudecida, é análoga à dor do exílio:

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre. (SAID, 2003, p. 1)

O que é o esquecimento, então, dentro dessa perspectiva? É justamente a desarticulação dos laços comunitários, a perda de referenciais historicamente consolidados – os rios, a terra, as árvores, a descontinuidade e a incoerência, é também a impossibilidade de se reconstruir a partir do passado. É a tristeza de ver o desaparecimento progressivo e inexorável de tempos e espaços vividos, é deixar para trás, sem a possibilidade de retorno, um modo de vida. É verdadeira “dor mutiladora da separação”. É a espoliação da alma, pois o corpo, em sua materialidade, já havia sido transposto para outro mundo. É o exílio dentro de si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita de uma dissertação implica um processo de amadurecimento intelectual por meio do aprendizado de técnicas de pesquisa e pela necessidade de articulação de diversas correntes teóricas para lidar com a complexidade do mundo social. No entanto, como pode ser sentido ao longo do texto, eu mesma, minha própria subjetividade foi remodelada à medida em que escrevia. Ao organizar as narrativas e balizar os acontecimentos familiares, situando-os na perspectiva histórica, revisei meu próprio passado. Recontei a história de meus ancestrais e de seus amigos, reorganizei as minhas próprias memórias, processo de transformação que nem sempre é fácil e indolor e por isso tive momentos de intensa introspecção. Escrever sobre aquilo que foi a história de minha família me transformou irreversivelmente.

Afora a questão da minha própria subjetividade enquanto sujeito que pesquisa e é pesquisado, também apresentei como pontos de discussão três questões que considero importantes a serem destacadas neste texto de síntese: a *relação de conhecimento*, que decorre do debate a respeito da minha subjetividade; o modo de vida rural *nikkei*, categoria abstraída a partir do trabalho de campo; e as narrativas cartográficas, metodologia elaborada para esta pesquisa. Acredito que os três pontos apresentam questões que ainda podem ser trabalhadas em uma eventual pesquisa posterior, pois ainda trazem elementos a serem observados. Em realidade, a complexidade de cada um deles permitiu que, dentro dos limites deste trabalho de mestrado, iniciássemos o movimento de adentrar em cada uma de suas profundezas.

No que tange à *relação de conhecimento* estabelecida com os interlocutores desta pesquisa, se a dificuldade inicial em pesquisar um tema constituinte de minha própria subjetividade impôs um ritmo peculiar a esta pesquisa, acredito que a percepção das categorias sociológicas que emergiram do trabalho de campo somente foi possível em decorrência desta especificidade, isto é, somente *a partir* desta “*verdadeira*” *relação de conhecimento* é que seria possível este trabalho. Ao longo dos quatro meses em que estive morando em Lucélia-SP por vezes perguntava-me se estava num ritmo de entrevistas bom, se a *quantidade* daquilo que produzia era suficiente. No entanto, inicialmente, não percebia que as visitas que fazia às casas das pessoas para agendar as entrevistas, as conversas preparatórias, os encontros casuais em que explicava novamente o teor das questões, já eram parte do trabalho de campo. Conhecendo todos os interlocutores da maneira como os conheço,

era natural conversar com eles nas ruas, encontrá-los nos mercados, nos postos, ir em suas casas sem tocar a campainha. Não conseguiria estabelecer uma *relação de pesquisa* com meus interlocutores e somente depois que entendi e aceitei essa condição, passei a, de fato, estabelecer uma *verdadeira relação de conhecimento*. Não era necessário mudar absolutamente nada do que estava fazendo, apenas *sentir e viver* o trabalho de campo.

Quando Viveiros de Castro (2002) usa essa expressão “relação de conhecimento”, ele fala em “uma verdadeira relação de conhecimento”. Porque “conhecimento”, vem de *co-nascimento* (em francês), trata-se, portanto, de um processo de encontro e de individuação do conjunto do pensamento. Conhecimento é, portanto, uma relação. “Verdadeira relação de conhecimento”, intensifica a interlocução, pois se conhecimento é relação, no caso da relação etnográfica (ou da etnografia como interlocução) um conhecimento é produzido na relação com um nativo ou com um outro, é como se o “conhecimento” fosse ainda mais 'relacional'. Como se fosse “conhecimento mesmo”. A questão é que, se conhecimento é relação, nunca é possível pensar sozinho, mesmo quando se está pensando sozinho. Só que, no caso da etnografia, esse processo é amplificado, pois não se está pensando sozinho, o etnógrafo pensa *a partir* de uma relação. Por isso, *verdadeira relação de conhecimento*.

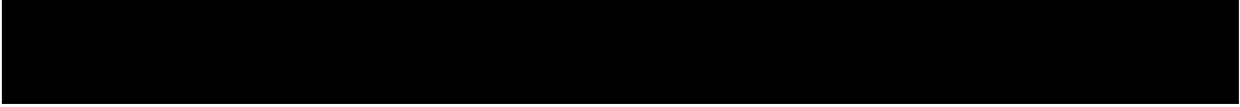
Somente desse modo, pela sensação, pela percepção, foi possível compreender que as diferenças geracionais inerentes à comunidade *nikkei* são diferenças de modos de vida, ou seja, os velhos foram socializados e aprenderam a viver em um mundo que se transformou tão completamente que ficaram sem espaço, ou num espaço restrito. As relações de forças que enfrenta atualmente a pequena propriedade camponesa são diferentes das que enfrentaram na época dos cafezais. O modo de se relacionar com o mundo se transformou também. Não é à toa que a geração que cresceu neste mundo antigo e vive ainda hoje, agarra-se com todas as suas forças aos seus sítios e chácaras, resquício do tempo em que o modo de vida rural *nikkei* se produzia com toda a vitalidade.

As *narrativas cartográficas*¹²⁹ apontam esse processo histórico de espoliação e de perda de espaço. Ao longo do tempo a paisagem rural luceliense se transformou tanto que é compreensível, ao levarmos essa mudança em consideração, a sensação de desorientação que muitos idosos apresentam. Como se guiar em um mundo em que todos os referenciais desapareceram? Esse processo fica explícito quando analisamos o desaparecimento dos

129 Não cabe, neste momento, retomar toda a discussão que já realizamos a respeito do que consiste essa técnica e de sua potencialidade. Apenas reitero que foi um modelo de metodologia desenvolvido nesta pesquisa que cruzou as técnicas da história oral e memória, com ferramentas da cartografia.

bairros rurais étnicos de Lucélia-SP, movimento que acompanha o desmonte da cafeicultura para sua substituição pela cana-de-açúcar.

No entanto, apesar da ocorrência, de fato, da aniquilação de modos de vida pela expansão da lógica burguesa com o avanço do capital sobre territórios com devir especulativo, é necessário tratar esta questão levando em consideração os anseios, as angústias e estratégias dos sujeitos que a experienciaram ao longo de suas vidas. Se, por um lado, a estratégia de ascensão social de suas famílias passou pela educação formal de seus filhos em centros de referência, por outro, esse planejamento implicou na saída destes para regiões distantes da de origem. Logo, sonho, utopia, projeto para o futuro e memória são questões que estão implicados no processo de transformação do modo de vida rural *nikkei*. Por paradoxal que possa parecer, as famílias, hoje, deixam de morar em zonas rurais, porém isso não implica numa cisão com o passado. Pelo contrário, por meio dessa mudança, é possível continuar a reprodução de códigos de conduta ancestralmente constituídos, historicamente reproduzidos. Assim, este trabalho aponta para a força das memórias ancestrais que se transformam para continuar existindo, que colocaram, para cada dificuldade a conotação de desafio e, com isso, conseguiram forjar modos de vida criativos e resistentes.



6. Referências

ARAI, Jhony et HIRASAKI, Cesar. *100 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Bunkyo, 2008.

ASQUITH, Pamela J. et KALLAND, Anne. *Japaneses images of natures*. Richmond: Curzon Press, 1997.

BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BORGES, M. S. L. *Terra: ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra: reforma agrária*. São Paulo: Anita, 1997.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

_____. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre (1979) O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*, n.26, junho de 2006, p.83-92.

_____. A economia das trocas simbólicas. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. A economia das trocas linguísticas. Tradução de Paula Monteiro. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCkQFjAA&url=http%3A%2F%2F antropologias.descentro.org%2Ffiles%2Fdownloads%2F2011%2F05%2FPierre-Bourdieu-A-economia-das-trocas-simb%25C3%25B3licas.pdf&ei=Ps-4UZPvJISK0QG_x4DADA&usg=AFQjCNE7hzapvFfxG7iJpwnKgt3fyJu3mg&sig2=uC3dkF0yn1U3QaW1VLBvNA&bvm=bv.47810305,d.dmQ&cad=rja, acesso em 20 de abril de 2013.

BRANDÃO, Carlos R. (Org.) *As faces da memória*. Campinas: CMU, 1987.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Ed. 34, 1997.

CARDOSO, Ruth C. L. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CAVLAK, Jorge. *Crônicas Irônicas*. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2001.

CRAMPTON, Jeremy et KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. p. 85-111. In ACSELRAD, Henri. (Org.) *Cartografias Sociais e Territórios*. Rio de Janeiro: IPPUR, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DA MATTA, Roberto. “O ofício do etnólogo, ou como ter ‘anthropological blues’”, Cadernos do PPGAS, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1974.

DORTH, M. K. S.; GALO, M. Calibração de câmaras digitais: configuração do apoio de campo e o problema da correlação de parâmetro. In: *XVIII Congresso de Iniciação Científica da UNESP*, 2006, Bauru. Anais em CDROM, 2006. (Resumo estendido)

ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Entrando nos territórios do território*. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.fct.unesp.br%2Fnera%2Fartigodomes%2F3artigodomes_2008.pdf&ei=79a4Udz5GeLB0gG_-IGgAQ&usq=AFQjCNFtC_qGmrCErWx3TjE_RSihP4qjug&sig2=KiV2IPn3yfo5N6uT5apKug&bvm=bv.47810305,d.dmQ. Acesso em 13 de julho de 2012.

FRESCA, T. M. *A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista. Estudos de caso: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Florianópolis, UFSC,

265

1990.

GALO, M. *Calibração e aplicação de câmaras digitais*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas - PPGCG, Universidade Federal do Paraná - UFPR, 1993. 151 p.

GARCIA Jr., Afrânio (1988) Sujeitos e Libertos: sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.7,v.3, p.05-41.

_____. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAUDEMAR, Jean Paul. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005.

_____. *O saber local*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GIL, Izabel Castanha. A descentralização espacial dos presídios no estado de São Paulo e a face perversa do neoliberalismo materializada no Oeste Paulista. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area02/2790_Castanha_Gil_Izabel.PDF, data de acesso: 22/07/2009.

_____. *Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos*. Do desenvolvimento ao projeto político de desenvolvimento regional. Tese (doutorado) em Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2007.

GUDYNAS, Eduardo & ACOSTA, Alberto. 2012. A renovação da crítica ao desenvolvimento e o Bem Viver como alternativa. IHU, 29/03/2012. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias> acesso em 15 de fevereiro de 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HANDA, Tomoo. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo* 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HASEGAWA , Júlio Kiyoshi. et al. Integração de sensores para mapeamentos rápidos na agricultura de precisão: desenvolvimento e calibração do sistema. In: Anais do Simpósio Brasileiro de Geomática, Presidente Prudente - SP, 9-13 de julho de 2002.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

KANZAWA, Lucille. *Yuba*. São Paulo: Terra Virgem, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Jean Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1981.

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do capital*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, Celeiros & Capitais*. Porto: Afrontamento, 1977.

MELO, Beatriz Medeiros de. *História e memória na contramão da expansão canavieira: a experiência de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista*. Tese (Doutorado em

Sociologia). São Carlos (SP): PPGS/UFSCar, 2012.

MENESES, Paulo Roberto; ALMEIDA, Tati de. (Org.) *Introdução ao processamento de imagens de sensoriamento remoto*. Brasília: Ed. UnB, 2012.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 1999.

_____. *A luta pela terra*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. “A morte ronda os canaviais paulistas”. *Revista ABRA*, vol. 33, nº2, p. 111-141, ago. Dez. 2006.

_____. Para além das terras dos canaviais paulistas. In: SETUBAL, Maria Alice (Coord.) *Terra Paulista*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

_____. “A terra no imaginário dos migrantes”. *Revista História Oral*, nº 4, 2001, p. 103-120.

_____. “A memória na esteira do tempo”. *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, nº 3, jul./set. 2001, p. 102-112.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de.et MORAES, L. A. “Avanço da cultura canvieira no município de Santo Antônio da Alegria/SP: formas de resistência cultural”. *VIII Congresso da ALASRU*, Porto de Galinhas, 2010.

NAMIKAWA, Laércio. “Fusão de Imagens do Satélite CBERS-2B no SPRING”. Disponível em: <http://wiki.dpi.inpe.br/doku.php?id=fusaohrcccdcbbers2b:exemplo>, acesso em 20 de maio de 2013.

OCADA, Fábio Kazuo. *A tecelagem da vida com fios partidos: as motivações invisíveis da*

emigração dakassei ao Japão em quatro estações. Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara, SP. UNESP, 2006.

ORTIZ, Renato. *O próximo e o distante*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PERINI DE ALMEIDA, Carolina. *Os troncos, suas raízes e sementes*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Brasília (DF): DAN/UnB, 2013.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória, e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1989, p. 200-212.

POSSAS, Lúcia M. V. As fronteiras do Oeste Paulista: Ocupando sertões, fundando cidades e (re)fazendo a história do lugar. In: SETUBAL, Maria Alice (Coord.) *Terra Paulista*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

POSTIGO, A. A. *A terra vista do alto: usos e percepções acerca do espaço entre os moradores do Rio Bagé, Acre*. Tese (Doutorado em Antropologia). Campinas (SP): IFCH/UNICAMP, 2010. disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000770748>>

QUEIROZ, Maria I. P. de. Relatos Oraís: do “indizível ao “dizível”. In SIMSON, Olga M. Von. (Org) *Experimentos com história de vida*. São Paulo: Vértice, 1988.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a Civilização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1993.

_____. *Imigração tutelada. Os japoneses no Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Campinas (SP): IFCH/UNICAMP, 2000. disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000781951>. Acesso em 10 de setembro de 2012.

SAKURAI et KEBBE. O espírito coletivo dos imigrantes japoneses, organizações sociais da comunidade nipo-brasileira e seu futuro. Disponível em: http://www.bunkyonet.org.br/cultura-japonesa/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=31&Itemid=23&lang=pt, acesso em 13 de maio de 2012

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SBCJ. *Uma epopeia moderna*. São Paulo: hucitec, 1992.

TIDEI LIMA, João Francisco. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo (SP): FFLCH/USP, 1978. versão digital indisponível.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária (vol. 3)* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A formação da classe operária inglesa (vol. 1)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. <http://www.memai.com.br/2013/08/noticia-ufscar-cria-nucleo-de-estudos-japoneses/>

_____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. IN *Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

VIEIRA, Francisca Izabel Schurig. *O japonês na frente de expansão paulista*. São Paulo: Edusp, 1973.

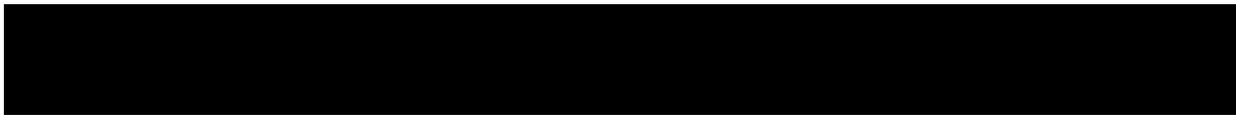
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana* [online]. 2002, vol.8, n.1 [cited 2013-06-12], pp. 113-148 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-9313. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005>. Acesso em 10 de março de 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como espaço de vida*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WOLF, Eric Robert. *Europe and the people without history*. Berkely, California: University of California Press, 1997.

_____. “Os moinhos da desigualdade: uma abordagem marxiana”. 1981. In RIBEIRO, Gustavo Lins et FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

_____. “Cultura: panacéia ou problema?” 1984. In RIBEIRO, G. L. et FELDMAN-BIANCO, B. *Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.



7. Anexos¹³⁰

¹³⁰Uma observação faz-se necessária para esclarecer a razão de ser deste anexo. Na banca de defesa desta dissertação, a profa. Doutora Maria Inês Rauter Mancuso sugeriu que as informações visuais apresentadas pelos mapas seriam melhor visualizadas se apresentados todos em uma única página. Para não dificultar a posterior impressão deste texto, optamos por inseri-los de dois em dois, assim caberiam numa página A4.

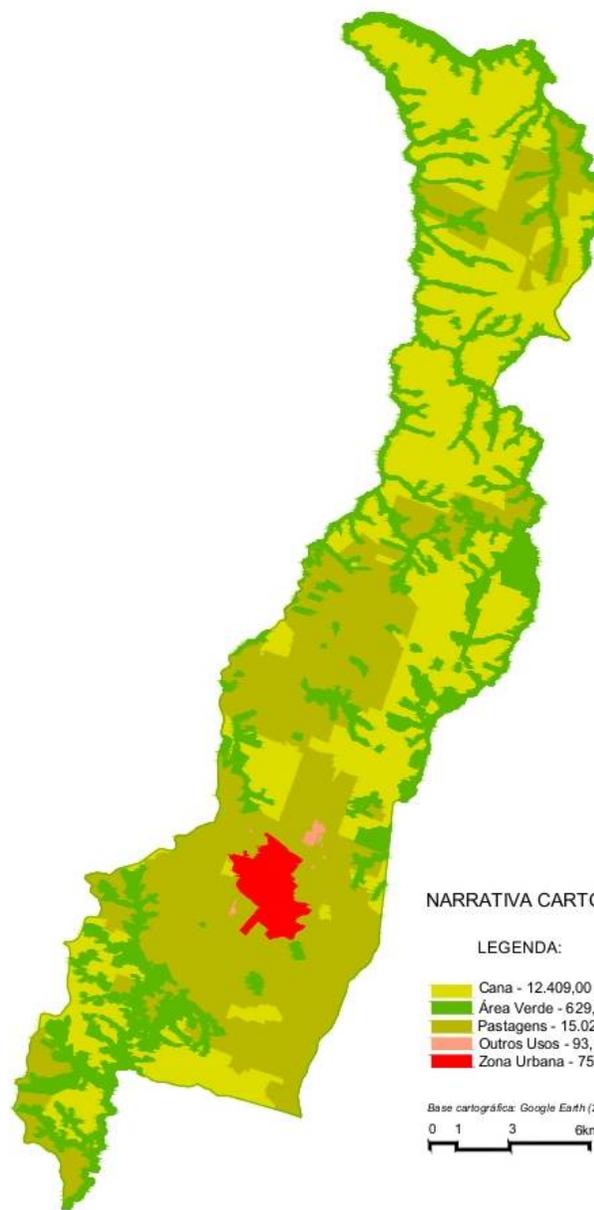
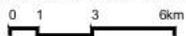


NARRATIVA CARTOGRAFICA JULIO KRINSKI (1960-1970)

LEGENDA:

- Propriedades Rurais
- ☐ Café de melhor qualidade
- ☐ Café - 7614 ha (incluindo o de melhor qualidade)
- ☐ Pastagens - 9358 ha
- ☐ Lavoura Branca - 8030 ha
- ☐ Zona Urbana - 6443 ha

Fonte da Imagem: Mapa da Casa da Agricultura (1962) - Julio Krinski



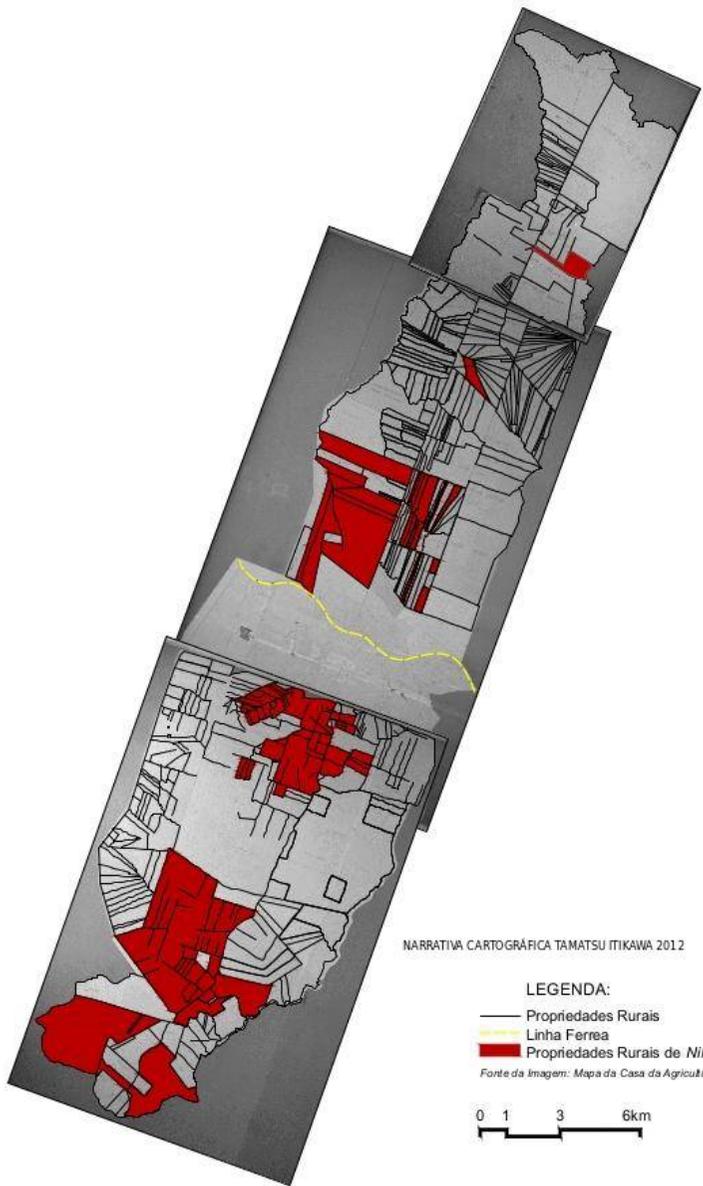
NARRATIVA CARTOGRAFICA ALEXANDRE CASTILHO (2012)

LEGENDA:

- ☐ Cana - 12.409,00 ha
- ☐ Área Verde - 629,22 ha
- ☐ Pastagens - 15.020 ha
- ☐ Outros Usos - 93,10 ha
- ☐ Zona Urbana - 757,90 ha

Base cartográfica: Google Earth (2012)





NARRATIVA CARTOGRÁFICA TAMATSU ITIKAWA 2012

- LEGENDA:
- Propriedades Rurais
 - Linha Ferrea
 - Propriedades Rurais de Nikkeis

Fonte da Imagem: Mapa da Casa da Agricultura (1962) - Juli



NARRATIVA CARTOGRÁFICA TAJI TESHIMA (2012)

- LEGENDA
- Propriedades de Nikkeis

Fonte: Cartografia Digital do IBGE (2012)

